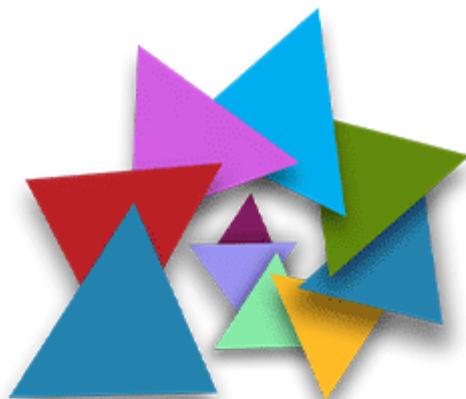




**UFRJ**



# XLV JICTAC

Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica,  
Tecnológica Artística e Cultural da UFRJ

**Salão Nobre do Fórum de Ciência e Cultura**

dias 08 e 09/04/2024

**Centro Multidisciplinar de Macaé**

dias 10 e 11/04/2024

**Inovateca (Parque Tecnológico)**

de 08 a 12/04/2024



**UFRJ**

**PR2**

Pró-reitoria de  
Pós-graduação  
e Pesquisa

J82 Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica,  
Tecnológica, Artística e Cultural (45. : 2024 :  
Rio de Janeiro, RJ)  
Caderno de resumos [recurso eletrônico] : CCJE - Centro  
de Ciências Jurídicas e Econômicas. – Rio de Janeiro :  
UFRJ, Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, 2024.  
1 recurso eletrônico (103 p.) : digital

1. Ciência - Congressos. 2. Pesquisa - Congressos. 3.  
Extensão universitária - Congressos. I. Universidade  
Federal do Rio de Janeiro. II. Título.

CDD: 378.155

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim  
(CRB7/1878)



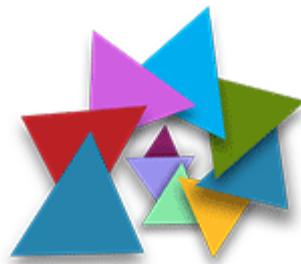
FÓRUM DE  
CIÊNCIA E  
CULTURA  
U F R J



**PIBIC**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL  
DE BOLSAS DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA**





**XLV JICTAC**

# CCJE

**Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**

Salão Nobre do FCC

**08/04/2024**



**UFRJ**

**PR2**

Pró-reitoria de  
Pós-graduação  
e Pesquisa

## Apresentação

A UFRJ realiza em 2024 a 45ª Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC), de 08 a 12 de abril. Em um formato ligeiramente diferente das Jornadas mais recentes, todas as apresentações de trabalhos acontecem em três lugares: na Inovateca, na Cidade Universitária, no Salão Nobre, do Fórum de Ciência e Cultura e no Centro Multidisciplinar UFRJ-Macaé. Mesmo considerando que essa é uma edição excepcional e extemporânea - uma vez que teremos ainda nesse mesmo ano uma Semana de Integração Acadêmica (SIAC) - a JICTAC, bem como a comunidade acadêmica, demonstram sua pujança ao reunir **4266** trabalhos de pesquisa em todos os campos do conhecimento.

## História

Desde sua primeira edição, a JICTAC – com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação, professores, técnicos, assim como alunos do ensino médio e pesquisadores de pós-doutorado –, constituiu-se em um importante fórum para apresentação das pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação dos sete (7) Centros e dois (2) Campi da UFRJ, com efetiva vinculação aos seus programas de pós-graduação. Criada em 1978 pelo Prof. Giulio Massarani, a então Jornada de Iniciação Científica – JIC – envolveu, inicialmente, apenas dois Centros: o Centro de Tecnologia (CT) e o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). A partir de 1985, o evento alcançou toda a UFRJ com a participação de praticamente todos os Centros, notadamente do CCMN, do CT e do Centro de Ciências da Saúde (CCS).

A partir de 1993, quando a UFRJ passou a participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a JICTAC transformou-se também num espaço natural para apresentação dos trabalhos dos bolsistas desse Programa - o mesmo acontecendo a partir de 2010, quando o CNPq criou o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PIBITI). A Jornada ganhou vulto ao longo das décadas e conta nesta edição com mais de **4200 trabalhos**. Nesse contexto, é preciso ressaltar que o talento científico, o empenho constante e o espírito pioneiro do Professor Massarani marcaram gerações de professores e pesquisadores na nossa instituição e imprimiram muitos dos valores que norteiam o olhar e o método investigativo da UFRJ.

No atual ciclo de bolsas, a UFRJ está contemplada com 1248 quotas de bolsa do CNPq nas diferentes modalidades de iniciação científica e tecnológica. São **1012 quotas** de bolsas PIBIC, **90 quotas** de bolsas PIBITI, **30 quotas** de bolsa PIBIC nas Ações Afirmativas (PIBIC-Af), além de **116 quotas** de bolsas PIBIC-Ensino Médio (PIBIC-EM), contemplando **bolsistas** em Iniciação Científica e Iniciação Tecnológica e Inovação da UFRJ e de outras instituições de ensino superior que desenvolvem pesquisas em nossa instituição. Ademais, a UFRJ propõe uma contrapartida equivalente às bolsas PIBIC do CNPq, isto é, são mais 1012 bolsas PIBIC oferecidas pela UFRJ aos estudantes da instituição. Em síntese, o Programa Institucional conta hoje com 2260 bolsas. Em 2004, com a normatização do Programa de Bolsas de Iniciação Artística e Cultural (PIBIAC), que atualmente conta com uma quota de **220 bolsas**, destacou-se o caráter interdisciplinar da pesquisa desenvolvida na instituição no âmbito das artes, cujo impacto cultural já se observava nas apresentações dos bolsistas do referido Programa na JICTAC. Aos outros bolsistas já citados somam-se, ainda, os bolsistas CNPq-IC Balcão, bolsistas da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e de outros alunos favorecidos com bolsas de outra natureza, evidenciando definitivamente o amplo universo da pesquisa realizada na UFRJ em caráter de iniciação científica.

## Agradecimentos

Devido ao caráter excepcional desta edição da JICTAC, vários desafios surgiram ao longo de sua construção. O sucesso dessa empreitada é, **sem dúvida**, proporcional à dedicação e ao esforço de toda a comunidade da UFRJ. Àqueles direta ou indiretamente envolvidos na organização da JICTAC, externamos um agradecimento ainda mais especial. Apenas com o apoio incansável de todos os que participaram dessa organização fomos capazes de construir esse espaço para ouvir e debater as pesquisas conduzidas nos Centros, Campi e nas Unidades da UFRJ.

Agradecemos ainda ao Comitê Externo/CNPq no processo de acompanhamento e avaliação dos programas da UFRJ e também ao Comitê Institucional que tem, cada vez mais, aprimorado o acompanhamento do PIBIC e do PIBITI na nossa Universidade.

Neste Caderno de Resumos estão contidos os trabalhos aceitos após avaliação, independentemente de terem sido apresentados, e são a reprodução fiel dos textos submetidos pelos autores após avaliação conduzidas



**UFRJ**  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO

**Reitor**

*Prof. Roberto de Andrade Medronho*

**Vice-reitora**

*Prof.<sup>a</sup>. Cassia Curan Turci*

**Pró-reitora de Graduação (PR-1)**

*Prof.<sup>a</sup>. Maria Fernanda Santos Quintela da Costa Nunes*

**Superintendente Geral de Graduação**

*Prof.<sup>a</sup>. Georgia Correa Atella*

**Superintendente Administrativo**

*Rosiléia Castório Damasceno*

**Superintendente Acadêmico**

*Prof. Carlos Eduardo Bielschowsky*

**Superintendente de Acesso e Registro**

*Ricardo Ballesterro Anaya*

**Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa (PR-2)**

*Prof. João Ramos Torres de Mello Neto*

**Superintendente Geral de Pós-graduação e Pesquisa**

*Prof. Felipe Siqueira de Souza da Rosa*

**Superintendente Acadêmico de Pós-graduação**

*Prof.<sup>a</sup>. Fernanda Carvalho de Queiroz Mello*

**Superintendente Administrativa**

*Marília da Conceição Morais Lopes*

**Pró-reitor de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3)**

*Helios Malebranche*

**Superintendente Geral de Planejamento e Desenvolvimento**

*George Pereira da Gama Júnior*

**Superintendente Geral de Planejamento Institucional**

*Prof.<sup>a</sup>. Maria de Fátima Bruno de Faria*

**Superintendente Geral de Finanças**

*Leilane Costa do Nascimento Tavares*

**Pró-reitora de Pessoal (PR-4)**

*Neuza Luzia Pinto*

**Superintendente Geral de Pessoas**

*Rafael dos Santos Pereira*

**Pró-reitora de Extensão (PR-5)**

*Prof.<sup>a</sup>. Ivana Bentes Oliveira*

**Superintendente de Formação Acadêmica de Extensão**

*Prof.<sup>a</sup>. Ana Inês Sousa*

**Superintendente de Integração e Articulação da Extensão**

*Bárbara Tavela da Costa*

**Superintendente Administrativa de Extensão**

*Sheila Camlot*

**Pró-reitora de Gestão e Governança (PR-6)**

*Claudia Ferreira da Cruz*

**Superintendente Geral de Gestão**

*Daniele Mendonça Delgado*

**Superintendente Geral de Governança**

*Rosinei Cusumano Chiavo*

**Superintendente Geral de Patrimônio**

*Robson Correa Chaves*

**Pró-reitor de Políticas Estudantis (PR-7)**

*Eduardo Mach Queiroz*

**Superintendente Geral de Políticas Estudantis**

*Alexandre Leiras*

**Superintendência Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação - TIC**

*Ana Maria Ribeiro*

**Superintendência Geral de Comunicação Social - SGCOS**

*Sérgio Duque Estrada*

**Superintendência Geral de Relações Internacionais**

*Prof. Papa Matar Ndiaye*

**Superintendência Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade**

*Denise Francisco Góes*

**Substituta eventual da Superintendente**

*Cecília Maria Izidoro Pinto*

**Diretor de Admissão**

*Pedro Fernando Gonzaga de Oliveira*

**Diretora de Acessibilidade**

*Rita de Cássia Oliveira Gomes*

**Diretor de Gênero e Pertencimento**

*Márcio Neves Paiva*

**Fórum de Ciência e Cultura (FCC)**

**Superintendente de Divulgação Científica e Coordenadora do Fórum**

*Profª. Christine Ruta*

**Superintendente de Difusão Cultural**

*Andrea Adour*

**Superintendente de Comunicação**

*Daniele Grazinoli*

**Superintendente de Administração**

*Flávio Ferreira Fernandes*

**Superintendente de Saberes Tradicionais**

*Marcia Cabral*

**Prefeitura Universitária**

**Prefeito**

*Marcos Benilson Gonçalves Maldonado*

## **Comitê Institucional de Iniciação Científica**

*Carlos Alberto Pereira das Neves Bolonha*

*Eduardo Pontual Ribeiro*

*Renato Emerson Nascimento dos Santos*

*Ève-Anne Buhler*

*Fernanda Veronesi Marinho Pontes*

*Márcia Rosana Cerioli*

*Wania Wolff*

*Ana Paula Canedo Valente*

*Claudia Regina Lopes Cardoso*

*Daniela Maeda Takiya*

*Evelin Andrade Manoel*

*Fabianno Ferreira Dutra*

*Francisco Meirelles Bastos de Oliveira*

*Sandra König*

*Felipe Macedo de Andrade*

*Mossicléia Mendes da Silva*

*Thiago Ranniery Moreira de Oliveira*

*Andrea de Lacerda Pessoa Borde*

*Célia Regina dos Santos Lopes*

*Elena Palmero González*

*Antonio Mauricio Ferreira Leite Miranda de Sá*

*Sandra Oda*

*Ciro Alexandre Avila*

*Cristiano Luis Rangel Moreira*

*Leonardo Maciel Moreira*

*Nelilma Correia Romeiro*

*Bianca Pizzorno Backx*

**Coordenação PIBIC UFRJ**

*Thiago Melo Grabois*

## **Coordenação Técnica PIBIC e PIBITI /UFRJ**

*Júlio Gravina Marques (Divisão de Programas e Bolsas/PR2)*

*Daniel Borges Lopes*

*Guilherme Meireles da Silva*

*Bruna Gabrielle França da Silva Brandão*

# **PIBIC**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL  
DE BOLSAS DE INICIAÇÃO  
CIENTÍFICA**



## **Equipe TIC - Plataforma da JICTAC**

*Adriano Neves de Souza  
Emanuel Victor Nogueira Gotardo  
Emerson Luiz Florentino Borges  
Enoque Gonçalves Ribeiro  
Helder Monteiro Cosme  
Hudson Cabral Limeira  
Isac Mendes Lacerda  
Júlio César Carvalho Alves  
Patrick Helder Alvarenga Belém  
Paulo Freitas Silva Júnior*

## **Concepção e criação da Identidade Visual XLV JICTAC 2024**

*Marcelo Henrique Dias Siqueira (Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Raphael da Silva Cavalcante (Divisão de Integração Acadêmica/PR2)*

## **Concepção do Caderno de Resumos**

*Carlos Eduardo Alves da Silva (Bolsista XLV JICTAC)*

## **Bolsistas XLV JICTAC**

*Lucas Gomes da Silva  
Lígia Diniz Siqueira Alves dos Santos  
Daniel Costa Magalhães da Cunha  
Diana Arine Cardoso Rosa  
Michelle Vieira da Silva  
Fernanda da Motta Pessôa  
Beatriz Marques Pinheiro  
Clara Vieira Marinho da Costa  
Anna Júlia da Silva Pereira  
Ana Carolina Selleiro Dutra  
Sueny Cardoso da Conceição dos Santos  
Carlos Eduardo Alves da Silva*

## **Comitê Técnico da JICTAC**

*Renata Gaspar Nascimento (Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Raphael da Silva Cavalcante (Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Paulo de Oliveira Reis Filho (Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Marcelo Henrique Dias Siqueira (Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Victor Hugo Viegas de Freitas Silva (Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Débora Ferreira Vinagre (Estagiária - Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Mylena da Cruz Figueira (Estagiária - Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
Luiz Claudio Coutinho Cruz (Núcleo de Apoio a Políticas da Pós-graduação e Pesquisa)  
Leonardo Tinoco Rosa (Núcleo de Apoio a Políticas da Pós-graduação e Pesquisa)*



# **XLV JICTAC**

### **Comissão Organizadora**

*Kathleen Tereza da Cruz* (Centro Multidisciplinar de Macaé)  
*Bianca Pizzorno Backx* (Campus Duque de Caxias)  
*Paula Farenzena Viero* (CT - Centro de Tecnologia)  
*Raquel Massad Cavalcante* (CT - Centro de Tecnologia)  
*Danielle Maria Perpétua de Oliveira Santos* (CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza)  
*Jéssica Frontino Paulino* (CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza)  
*Juliana Beatriz Almeida de Souza* (CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas)  
*Pedro Vieira da Silva Peixoto* (CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas)  
*Michelle Carreirão Gonçalves* (CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas)  
*Renata Lopes de Almeida Rodrigues* (CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas)  
*Débora Henrique da Silva Anjos* (CCS - Centro de Ciências da Saúde)  
*Theo Luiz Ferraz de Souza* (CCS - Centro de Ciências da Saúde)  
*Bianca Ortiz da Silva* (CCS - Centro de Ciências da Saúde)  
*Cristiano Luis Rangel Moreira* (FCC - Museu Nacional)  
*Thamara Zacca Bispo Taumaturgo* (FCC - Museu Nacional)  
*Cristiano Luis Rangel Moreira* (FCC - Museu Nacional)  
*Thamara Zacca Bispo Taumatugo* (FCC - Museu Nacional)  
*Marta dos Reis Castilho* (CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas)  
*Junya Rodrigues Barletta* (CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas)  
*Renata Bastos da Silva* (CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas)  
*Sandra Maria Becker Tavares* (CCJE - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas)  
*Leonardo Fuks* (CLA - Centro de Letras e Artes)  
*Maria Clara Amado Martins* (CLA - Centro de Letras e Artes)  
*Silvia Fernandes da Fonseca Rodrigues* (CLA - Centro de Letras e Artes)  
*Luiz Antonio Ferreira das Neves* (CLA - Centro de Letras e Artes)  
*Thiago Melo Grabois* (Coordenador Comitê Institucional PIBIC)  
*Renata Gaspar Nascimento* (DINAC - Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
*Marcelo Henrique Dias Siqueira* (DINAC - Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
*Raphael da Silva Cavalcante* (DINAC - Divisão de Integração Acadêmica/PR2)  
*Marília da Conceição Moraes Lopes* (Superintendência Administrativa/PR2)  
*Fernanda Carvalho de Queiroz Mello* (Superintendência Acadêmica de Pós-graduação/PR2)  
*Felipe Siqueira de Souza da Rosa* (Superintendência Geral de Pós-graduação e Pesquisa/PR2)

### **Coordenação Geral da JICTAC**

*Prof. João Ramos Torres de Mello Neto*  
**Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa**



# **PR2**

**Pró-reitoria de  
Pós-graduação  
e Pesquisa**

**Caderno de Resumos: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas**

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **8**

TÍTULO: **DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA: REVERSÃO DOS EFEITOS DAS POLÍTICAS DE CONSERVAÇÃO**

AUTOR(ES) : **GUSTAVO DURADE GONCALVES**

ORIENTADOR(ES): **ROMERO CAVALCANTI BARRETO DA ROCHA**

RESUMO:

Depois de uma redução significativa do desmatamento anual na Amazônia entre 2004 e 2012, a tendência foi revertida a partir de 2015, por razões que este trabalho pretende propor e examinar.

Em outros trabalhos, mostra-se que entre 2004 e 2012, importantes políticas de conservação foram implementadas, e estas, juntamente com a dinâmica dos preços das commodities agrícolas no período, explicam a referida redução no desmatamento, havendo as políticas sido fortes determinantes nos resultados, sem afetar o produto agrícola e o PIB agropecuário da região. Mobilizando ministérios, introduzindo métodos de controle modernos e criando órgãos governamentais, as políticas de conservação giram em torno de três eixos. Primeiro, ordenamento fundiário e territorial, correspondente à classificação de municípios em prioritários e ao estabelecimento de áreas de proteção, em particular pela atuação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm). Segundo, monitoramento e fiscalização, modernizados por um sistema de monitoramento por satélite, o DETER. Por fim, fomento a atividades produtivas sustentáveis, condicionando o crédito aos produtores à observância da legislação ambiental pertinente.

Pretende-se verificar se as políticas perderam a efetividade, levando em conta os o aparato teórico dos modelos existentes de uso de terra, e avançando para o campo empírico. Também se elementos políticos (como a ideologia política dos prefeitos nos municípios afetados, a subida ao poder no Congresso de partidos à direita alinhados aos interesses ruralistas, a simpatia ao desenvolvimento da agropecuária representada pelo governo do presidente eleito em 2018) contribuíram para o aumento no desmatamento.

Atualizando os dados relativos ao desmatamento, às políticas de conservação, aos preços das commodities agrícolas e ao produto agropecuário, primeiro analisamos descritivamente a tendência de variáveis associadas a cada uma. Depois, viabilizamos uma análise econométrica utilizando o método diferenças-em-diferenças dinâmico para isolar os efeitos e inferir causalidade. Os resultados mostram que houve perda de efetividade das políticas de conservação e que, embora a nível municipal a ideologia dos prefeitos não interfira, essa perda se intensificou de 2018 em diante, após as eleições gerais.

**BIBLIOGRAFIA:** Assunção, J., Gandour, C., and Rocha, Rudi (2015). Deforestation Slowdown in the Brazilian Amazon: Prices or Policies? *Environment and Development Economics*, 20(6): 697-722. Assunção, J.; Rocha, Romero (2019). Getting greener by going black: The effect of blacklisting municipalities on Amazon deforestation. *Environment and Development Economics*, 24(2):1-23. Souza-Rodrigues, E. (2019). Deforestation in the Amazon: A Unified Framework for Estimation and Policy Analysis. *Review of Economic Studies*, 86(6):2713-2744.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **20**

TÍTULO: **LIBERDADE RELIGIOSA E ATAQUES AOS CULTOS AFRO-BRASILEIROS: OBSTÁCULOS PARA UMA MAIOR JUDICIALIZAÇÃO DOS CASOS DE INTOLERÂNCIA NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **JUAN DA COSTA PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO:

O trabalho a ser inscrito tem como objetivo central compreender os obstáculos que enfrentam as minorias afroreligiosas na judicialização de casos de intolerância em que são vítimas. Durante coleta de dados jurisprudenciais para pesquisa envolvendo discurso de ódio contra religiões de matriz africana na plataforma do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), observou-se a baixíssima judicialização dessa questão e da violência contra esse grupo como um todo, nas suas diversas formas.

No entanto, estudos mostram o crescimento do embate religioso no Brasil. De acordo com o "II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe", organizado pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas (CEAP) e pelo Observatório das Liberdades Religiosas (OLR), houve um salto de 477 denúncias em 2019 para 966 no ano de 2021, compreendendo um aumento de mais de 100%. No mesmo sentido, a ONG Safernet, que promove os direitos humanos no ambiente virtual, identificou em sua plataforma um aumento de mais de 500% entre os anos de 2021 e 2022.

Questiona-se, portanto, quais os motivos que levam esses casos a não serem processados e como o direito pode agir para garantir a efetivação da cidadania do povo de terreiro. Porque um fenômeno social violador de um direito fundamental de primeira dimensão, constante do art. 5º da Constituição, do qual todos os brasileiros são destinatários, não está sendo garantido a essa minoria?

A Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) trouxe como um dos principais motivos que explicam a baixa judicialização o medo dos agressores, especialmente quando integrantes da milícia ou do tráfico. Certas comunidades no Rio de Janeiro sofrem com a associação do tráfico e da milícia a grupos evangélicos neopentecostais.

Diante desse cenário, evidencia-se que a violação de direitos fundamentais já sofrida por pessoas negras e pertencentes a comunidades periféricas, inseridas no conceito de subcidadania, pode se tornar ainda mais grave em se tratando de umbandistas, candomblecistas, seguidores de Ifá, dentre outras denominações. Havendo, dessa forma, o subcidadão do subcidadão.

BIBLIOGRAFIA: MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos. Coimbra Editora, 2003. SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; DIAS, Bruno Bonsanto; SANTOS, Luan Costa Ivanir. II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe. CEAP. Rio de Janeiro, 2023. SOUZA, Jessé. A Construção Social da Subcidadania: para uma Sociologia Política da Modernidade Periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem) 207p.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **28**

TÍTULO: **CONSTRUÇÃO BIOGRÁFICA NO CASO FLODELIS: ARTICULAÇÕES ENTRE PRÁTICAS JORNALÍSTICAS E JUDICIÁRIAS NAS NARRATIVAS PRODUZIDAS PELO JORNALISMO E PELA POLÍCIA CIVIL SOBRE O CASO**

AUTOR(ES) : **LAURA MARIA ALMEIDA PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **LUIZ EDUARDO DE VASCONCELLOS FIGUEIRA**

RESUMO:

O presente trabalho pretende descrever e analisar as práticas narrativas do jornalismo e da Polícia Civil de construção biográfica de "vítimas" e "réus", no âmbito do acontecimento que ficou amplamente conhecido como o Caso Flordelis. O esforço analítico se dará em três etapas. A primeira, de entender como o fazer jornalístico construiu narrativamente representações acerca da Flordelis, utilizando recursos como o enquadramento jornalístico e a produção de juízos morais acerca de suas condutas enquanto protagonista. A segunda, consiste num esforço de estudar a narrativa policial a partir do que é produzido no âmbito do inquérito policial, visando abarcar a construção da acusação de Flordelis. Por fim, pretende-se investigar as articulações entre as narrativas jornalísticas e policiais e suas implicações na construção da verdade jurídica, discutindo como esses elementos afetarão o curso do processo penal.

O caso Flordelis inicia-se em 16 de junho de 2019, quando o esposo da então deputada federal, o pastor Anderson do Carmo de Souza, é assassinado na residência da família. A partir do dia 17 de junho de 2019, o jornalismo inicia a sua cobertura sobre o caso e, conforme surgem novos acontecimentos, veicula a informação correspondente. Ao narrar o evento, a Imprensa produz, também, uma biografia moral da "ré", por meio de uma narrativa de contraste com a imagem pública que a deputada construiu ao longo de sua trajetória, como pastora, como mulher que adotou mais de 50 crianças etc. Concomitantemente, a investigação policial se inicia, interessada em destrinchar a trama do que aconteceu, buscando por vestígios de autoria suficientes para embasar uma acusação, que dará início ao processo penal. A narrativa policial, com as provas produzidas, ocupa um lugar muito específico: ela é a grande fonte na qual tanto o jornalismo quanto os atores do processo penal vão beber para produzirem suas próprias narrativas.

Adotei a analítica do poder, proposta por Michel Foucault, como matriz de inteligibilidade do material empírico. A pesquisa dialoga, também, com a proposta de desenvolvimento de uma descrição densa das práticas narrativas dessas duas instituições, seguindo a perspectiva etnográfica de Clifford Geertz. Para além disso, me apropriei das ferramentas da "Análise Pragmática da Narrativa Jornalística" desenvolvida por Luiz Gonzaga Motta (2005), para destrinchar a narrativa jornalística. A metodologia envolve levantamento e análise bibliográfica, levantamento no acervo online do jornal O Globo das matérias jornalísticas impressas que apresentam a palavra-chave "Flordelis" entre os dias 17 de junho de 2019 e 30 de agosto de 2021 bem como levantamento de todos os termos de declaração e seleção de petições produzidas por agentes policiais no inquérito policial disponibilizado no site do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

BIBLIOGRAFIA: FOUCAULT, Michel; VERDADE, A. as formas jurídicas. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado, v. 4, 1999. GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Págs. 13-41 MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom, 2005. p. 05-09.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **55**

TÍTULO: **PROPRIEDADE, TROCA E EVOLUÇÃO HUMANA: UMA INVESTIGAÇÃO NO CAMPO DA GRANDE HISTÓRIA**

AUTOR(ES) : **HEITOR DE FARIA GROISMAN, BERNARDO NERY DUARTE SÁ**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL BARREIROS**

RESUMO:

**Tema e objetivos:** através de uma abordagem interdisciplinar, o trabalho tem por objetivo propor uma resposta à seguinte pergunta: a propriedade (mesmo que em sua dimensão coletiva) e a troca, enquanto comportamentos econômicos institucionalizados desde as primeiras sociedades humanas interagem com fenômenos cognitivo-comportamentais de origem evolucionária?

**Metodologia:** através do conceito de "jogo de escalas" tal como proposto pela chamada grande história (big history), entende-se que todo fenômeno social no tempo é o produto da interação entre processos de curta-média duração (eventos, acontecimentos), de longa duração (sistemas econômicos, padrões culturais) e de longuíssima duração (etologia humana). Com foco na longa e na longuíssima duração, essa pesquisa está organizada em duas etapas:

- 1) análise de literatura sobre testes econômicos envolvendo primatas não humanos, a partir de esforços de psicólogos, economistas e primatólogos;
- 2) análise de literatura sobre sistemas econômicos em sociedades humanas sem excedente, de caça-coleta, a partir da antropologia econômica.

Com inspiração nas propostas de Brosnan & Wilson (2023) e Schultz (2022), entende-se que a pesquisa primatológica é uma aliada no estudo do comportamento econômico, permitindo prospectar elementos de longuíssima duração próprios da mente humana inconsciente. Já a literatura antropológica permite perscrutar elementos basilares do comportamento humano em sua dimensão cultural e institucional (de longa duração), especialmente aquela que investiga sociedades não modernas, ou apenas indiretamente impactadas pelas sociedades modernas.

**Resultados alcançados:** Verifica-se que:

- a) primatas não humanos são capazes de participar de interações de troca apenas quando induzidos laboratorialmente, nunca em seus habitats naturais;
- b) primatas não humanos demonstram uma compreensão intuitiva da posse de objetos;
- c) humanos em sociedades de caça-coleta operam trocas econômicas, especialmente em regimes cerimoniais de dom e contradom;
- d) humanos em sociedades de caça-coleta operam o conceito de posse e propriedade, ainda que com ampla variação ecológica e cultural.

**Considerações parciais:**

- 1) a instituição da propriedade, que assume diferentes aspectos específicos de acordo com o contexto cultural, interage com um substrato cognitivo-comportamental herdado ao longo de milhões de anos de evolução primata, da qual naturalmente *Homo sapiens* é parte;
- 2) primatas não humanos são capazes de compreender interações de troca econômica somente quando induzidos, o que sugere que não contam com módulos cognitivos dedicados a essa interação;
- 3) por parcimônia, entende-se que humanos também não contam com módulos cognitivos dedicados à mediação da troca econômica, mas a frequência com que trocas com conteúdo simbólico, cerimonial e de status são praticadas em sociedades de caçadores-coletores sugere que esse fenômeno seja produzido pela operação do domínio cognitivo social, no sentido dado por Mithen (1998).

**BIBLIOGRAFIA:** Brosnan, S. F., & Wilson, B. J. (2023). Comparative economics: how studying other primates helps us better understand the evolution of our own economic decision making. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, 378(1876).20210497 Mithen, S. (1998). *The Prehistory of the Mind: A Search in the Origins of Art, Religion and Science*. Londres: Orion. Schulz, A. (2022). Tools of the trade: the bio-cultural evolution of the human propensity to trade. *Biology & Philosophy*, 37(2), 8.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **80**

TÍTULO: **PRODUTIVIDADE, INVESTIMENTOS E ESCOLARIDADE NO BRASIL - A EXPERIÊNCIA DA ÚLTIMA DÉCADA**

AUTOR(ES) : **YURI ARRUDA GÓES**

ORIENTADOR(ES): **SABOIA**

RESUMO:

O Brasil tem enfrentado um grave problema de produtividade nas últimas décadas. Não fosse o setor agropecuário, a produtividade do trabalho teria se mantido praticamente estagnada no período. Esta performance suscita questionamentos a respeito dos fatores que determinam o mau desempenho da economia brasileira em termos de produtividade. Na literatura internacional, é bem estabelecido que entre os principais elementos determinantes do nível de produtividade do trabalho estão os estoques de capital físico e humano. O presente trabalho busca verificar a aderência desta hipótese à economia brasileira. Com esse objetivo, são estimadas várias regressões lineares que procuram identificar as correlações entre escolaridade e investimento, de um lado, e produtividade do trabalho, de outro. São utilizados dados trimestrais do IBGE e da FGV, referentes aos anos 2012 a 2022. Para a produtividade são usados dois indicadores - produto por pessoas ocupadas e por horas trabalhadas. Para os investimentos, a formação bruta de capital (FBKF), e para a escolaridade, o número médio de anos de estudos (EM) e os percentuais de trabalhadores com ensino fundamental, médio e superior. Os resultados obtidos apontam para uma forte correlação entre a escolaridade, em particular quando medida pelo EM ou pela participação de trabalhadores com ensino superior, e a produtividade. A relação entre produtividade e FBKF, embora um pouco menos intensa, também é positiva na maior parte dos modelos estimados. Em resumo, o trabalho conseguiu confirmar a relação entre produtividade, investimentos e escolaridade no Brasil, sugerindo políticas para a melhoria da qualidade do ensino e a retomada dos investimentos no país.

BIBLIOGRAFIA: DE LA FUENTE, A. (2011). Human capital and productivity. *Nordic Economic Policy Review*, 2(2), 103-132. SABOIA, J., ROSA, L.L.G., VILLACORTA, V.N., SOARES, I., "Mercado de Trabalho e Produtividade em Tempos de Pandemia - 2020/2021", Textos para Discussão, Instituto de Economia-UFRJ, 2022. VELOSO, F; MATOS, S; BARBOSA FILHO, F, H; PERUCCHETTI, P. "Produtividade do trabalho no Brasil: uma análise dos resultados setoriais desde meados da década de 1990". Observatório de Produtividade Regis Bonelli, FGV, abril de 2022.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **90**

TÍTULO: **TRANSFIXAÇÃO: AS IMBRICAÇÕES ENTRE OS PÂNICOS MORAIS, GÊNERO, SEXUALIDADE E SEGURANÇA**

AUTOR(ES) : **DEBORA MAGALHAES FERREIRA BINATTI DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **TATIANA TEIXEIRA**

RESUMO:

A vivência da transgeneridade dentro de um sistema cisnormativo é permeada de violências e violações. Seus direitos mais essenciais, como por exemplo o direito ao nome, são negados pelo Estados, algo que não se limita a países do Sul Global. Dessa forma, os Estados Unidos, o estandarte do liberalismo e da democracia ocidental, não seria diferente: viver fora do cisnormatividade é tratado como uma ameaça, uma questão de segurança. Afinal, a própria vivência transgênera passa a enfrentar no seu dia a dia o uso de meios extraordinários em nome da segurança – seja nacional, seja das crianças- tendo assim negado o acesso aos mais básicos direitos, como direito à saúde e o direito ao uso de banheiros públicos.

Dessa forma, construindo- se também como uma pesquisa exploratória, o trabalho "Transfixação: As imbricações entre os pânicos morais, gênero, sexualidade e segurança" visa estudar a securitização de mulheres transgênero nos Estados Unidos a partir de uma pesquisa bibliográfica. O projeto tem como objetivo investigar se hoje, nos Estados Unidos, está decorrendo um processo de securitização de indivíduos transgênero que recal principalmente sobre as mulheres trans.

Para isso, é utilizada a obra de Rubin Gayle sobre pânicos morais, assim como o livro da editora Routledge *Handbook of International Political Sociology* e o agregado de pesquisas *Transfeminist Perspectives in and beyond Transgender and Gender Studies*. Ademais às demais fontes, utiliza-se a análise de veículos de notícias, assim como projetos de leis que legislam sobre a vivência LGBTQIAP+, o que leva o estudo a concluir que já há indícios de securitização no país. Por fim, apresenta-se como considerações finais a percepção de que o processo de securitização acontecendo nos EUA visando a população de mulheres transgênero que ganha potência a partir dos pânicos morais que revolvem a população LGBTQIAP+.

BIBLIOGRAFIA: GAYLE, R. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Routledge, 2006. Disponível em: <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4125788&forceview=1>>. Acesso em: 13 jul. 2023 BILGIN, P.; GUILLAUME, X. (EDS.). *Routledge Handbook of International Political Sociology*. London: Routledge, 2017. ENKE, A. (ED.). *Transfeminist Perspectives in and beyond Transgender and Gender Studies*. Philadelphia: Temple University Press, 2012.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **153**

TÍTULO: **CONDOMÍNIOS DE LUXO E SEGREGAÇÃO TERRITORIAL: OS ENCLAVES FORTIFICADOS NA BARRA DA TIJUCA X ESTRATÉGIA DOTS**

AUTOR(ES) : **SOFIA PISCITELLI TRINDADE**

ORIENTADOR(ES): **ROSANGELA MARINA LUFT**

RESUMO:

O papel das cidades e dos espaços públicos foram redefinidos diversas vezes ao longo da sua existência, conforme mudaram as necessidades e os anseios dos cidadãos que nela habitavam. A resignificação mais recente, já no contexto atual de neoliberalização, foi a de transformar a cidade em mais um instrumento de absorção de excedente de capital (Harvey, 2012). O que temos, então, é um movimento global de avanço da influência do capital em todas as esferas da vida em sociedade, inclusive no planejamento urbano, aprofundando desigualdades de classe e as retratando de forma territorializada. Nessa pesquisa, buscamos entender como esse processo de avanço do capital no planejamento das cidades se dá dentro da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, através do estabelecimento de moradias e loteamentos luxuosos isoladas do núcleo urbano, contrapondo esse fenômeno com estratégias mais sustentáveis de ordenamento do solo. A hipótese defendida é de que o modelo habitacional dos condomínios fechados, dentro da lógica dos enclaves fortificados, gera efeitos na cidade de desmembramento urbano e social. O objetivo deste trabalho é, então, de estudar as origens e a forma que se estabeleceram os loteamentos fechados de luxo na Barra da Tijuca e entender seus impactos no planejamento urbano e na dinâmica social do município do Rio de Janeiro, colocando os ideais de mobilidade urbana e direito à cidade como contraponto à lógica individualista e segregacionista dos enclaves fortificados. Para isso, utiliza-se de análise histórica do processo de urbanização da Barra da Tijuca, revisão da literatura sobre os condomínios fechados e a apropriação do conceito de DOTS (Desenvolvimento Orientado ao Transporte Sustentável) na defesa do direito à cidade. Conclui-se que a urbanização da Barra foi fortemente influenciada pela presença do capital privado na região e que o modelo dos condomínios e demais estruturas fechadas proliferaram nesse contexto, aprofundando um movimento de privatização do espaço. Assim, utiliza-se as medidas defendidas pelo DOTS como possibilidades de contraponto à dinâmica condominial em busca de um desenvolvimento urbano mais compacto e democrático que, através do mix de usos do solo e da integração de diferentes modais de transporte, contribua para a mistura social urbana e potencialize as possibilidades de vivências e movimentos dentro da cidade.

BIBLIOGRAFIA: DO RIO CALDEIRA, Teresa Pires. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. Novos estudos CEBRAP, v. 47, p. 155-76, 1997. HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. MAIA, Rosemere Santos. A produção do espaço em áreas de auto-segregação: o caso da Barra da Tijuca. Anuário do Instituto de Geociências, v. 21, p. 39-75, 1998.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **232**

TÍTULO: **CAPITALISMO COLORIDO: A COOPTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO MULTICULTURAL**

AUTOR(ES) : **BRUNA DE OLIVEIRA REIS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO:

O capitalismo colorido é a nova roupa do neoliberalismo multicultural que se propaga com a globalização na década de 1990, no final da Guerra Fria. Nesse momento ocorreu também a cooptação das pautas de movimentos sociais que clamavam por um outro projeto político que não o de mercado máximo e estado mínimo.

Na virada do século XX para o XXI, para garantir sua perpetuação enquanto sistema, a lógica neoliberal passa a buscar a inclusão de corpos dissidentes/subalternizados, como por exemplo, por meio do *pink money/pinkwashing*, que refere-se ao uso da luta LGBTQIAPN+ como estratégia de marketing, com foco naqueles que possuem poder aquisitivo. No entanto, ao incluir principalmente corpos parecidos com os já dominantes, promove uma aceitação seletiva da comunidade *queer* e cria assim uma "homonormatividade", excluindo corpos interseccionados por outras opressões.

O mesmo acontece com os demais movimentos sociais, *blackmoney*, cooptação do movimento negro, *purplemoney*, movimento feminista, *greenmoney*, movimento ambientalista, *bluemoney*, movimento pelos direitos humanos, *socialmoney*, movimento que fragmenta a consciência de classe, através do novo "empreendedorismo", onde o corpo pobre é seu "próprio patrão".

Sendo "*Há um fio condutor entre a colonização e o capitalismo colorido?*" a pergunta que suleia esta produção, tem-se como objetivo geral expor como esse "empoderamento" corporativista e/ou estatal de corpos antes vistos como dissidentes não rompe com a lógica de dominação colonial que segue na ordem mundial subalternizante. Para responder à pergunta e atingir o objetivo proposto na condução da pesquisa, o escrito parte de uma epistemologia decolonial, apresenta abordagem qualitativa e conta com a metodologia de levantamento bibliográfico fundamentalmente baseado em teorias feministas dissidentes e de(s)coloniais.

Este trabalho é parte de uma pesquisa do Núcleo INANA - Imbricações em Novos Acordos para Necessários Afetos - do IRID/UFRJ, que não possui resultados preliminares, sendo portanto, uma pesquisa em andamento.

BIBLIOGRAFIA: LUGONES, María. "HETEROSEXUALISM AND THE COLONIAL/MODERN GENDER SYSTEM". Hypatia, Vol. 22, no1. y Indiana University Press. 2007. p. 239-270. PUAR, J. K. HOMONACIONALISMO COMO MOSAICO: VIAGENS VIRAIS, SEXUALIDADES AFETIVAS. Revista Lusófona de Estudos Culturais. vol. 3. n 1. 2015. p 297-318. MALDONADO, N. T. A TOPOLOGIA DO SER E A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO. MODERNIDADE, IMPÉRIO E COLONIALIDADE. Revista Crítica de Ciências Sociais. N 80. Epistemologias do Sul. 2008. p 70 - 114.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **246**

TÍTULO: **REVISTA VERSUS: VIDA PÚBLICA E OS TEMAS REPUBLICANOS NA PRODUÇÃO DA 11ª EDIÇÃO**

AUTOR(ES) : **KELLY MENEZES SANTOS,NAYANE CRISTINA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

No âmbito de nosso projeto de pesquisa e extensão intitulado: Vida Pública - os temas republicanos nos espaços escolares e de ensino, aproximamos o campo da pesquisa à área do ensino através da ambientação com o dia a dia da pesquisa e editoração da revista Versus, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFRJ. O objetivo principal é atingir um público diversificado, enquanto divulga os trabalhos de professores, alunos e técnicos administrativos das ciências sociais aplicadas, assim como abordar, de maneira acessível, temas relacionados à execução dos serviços públicos. A integração da pesquisa com a área do ensino é evidenciada pela imersão no cotidiano da pesquisa e pela editoração da revista "Versus", vinculada ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) da UFRJ. Essa publicação periódica, apresentada em formato digital, tem enfoque acadêmico, informativo, jornalístico e de entretenimento, sendo direcionada ao público em geral. A 11ª edição da Revista Versus concentra-se no tema "Serviços Públicos", contextualizado pelos 35 anos da última constituição brasileira em 2023. O projeto destaca tanto o design gráfico quanto os elementos textuais e tipográficos no processo editorial. Além disso, a revista apresenta entrevistas, resenhas, elementos visuais e textuais, escolhas estilísticas e o layout. Destaca-se a pesquisa relacionada às manifestações de junho de 2013, revelando as demandas da sociedade por serviços públicos, juntamente com a produção de artigos sobre temas como saneamento básico, assistência social e plano nacional de imunização. A segunda parte da revista inclui a seção "Versus Imagem", curada pelo professor Pedro Sánchez da Escola de Belas Artes (EBA), apresentando sempre um artista e sua obra vinculados ao tema da edição. São reveladas ainda as atividades do Museu Dom João VI da EBA da UFRJ, e aborda-se os 50 anos do Chile de Allende. Os objetivos da pesquisa envolvem a investigação da produção de arte, tipografia e cores, bem como a seleção de temas impactantes para a construção de uma sociedade republicana e democrática. A metodologia aplicada é de pesquisa qualitativa, incorporando técnicas como pesquisa documental, etnografia e estudo de caso, cuja finalidade é explorar o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, adentrando o espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos. Essa abordagem visa revelar, por meio da integração dialógica, a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

---

BIBLIOGRAFIA: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. Gareschi, P. A. (trad.), 7ª edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. MUNARI, Bruno. Comunicação Visual. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. Design e Comunicação Visual. São Paulo: Martins Fontes, 1981. NOGUEIRA, Marco Aurélio. As ruas e a democracia. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira (FAP); Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **255**

TÍTULO: **A RELAÇÃO ENTRE CICLOS ECONÔMICOS E O SURGIMENTO E CRESCIMENTO DE EMPRESAS FUNDADAS POR EGRESSOS DA UFRJ ENTRE 1991 E 2017**

AUTOR(ES) : **MARIA EDUARDA ROCHA VIEIRA DE SOUZA,JOão FELIPPE CURY MARINHO MATHIAS,ANNA PAULA GONÇALVES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **SUSAN SCHOMMER,DANIELA UZIEL**

RESUMO:

Os ciclos econômicos são flutuações de aproximadamente quatro anos nas atividades agregadas dos países compostas de expansão conjunta em diversas áreas da economia seguida por recessão, contração e recuperação, formando um ciclo não simétrico e são causadas pelos atrasos nos movimentos da informação e da tomada de decisão que influenciam no nível dos estoques. Já o empreendedorismo é o processo que transforma ideias em oportunidades, podendo ser encontrado em novas empresas ou em empresas já estabelecidas, caracterizado como: de oportunidade ou de necessidade; de imitação ou inovação. O presente trabalho visa analisar a criação de empresas de média-alta e alta tecnologia (segundo a classificação de intensidade tecnológica da OCDE) dos egressos da UFRJ e verificar sua relação com os ciclos econômicos no período de 1991 a 2017. Neste sentido, foram utilizadas informações de uma amostra de empresas criadas por egressos da UFRJ entre os anos de 1991 e 2017, obtidas pelo cruzamento de dados do Siga-UFRJ e de dados abertos da Receita Federal (dados completos disponíveis no painel em [alumni.ufrj.br](http://alumni.ufrj.br)) e de variáveis macroeconômicas como o Consumo Final (CF), a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e a Taxa de Desemprego neste período. Com base na cronologia dos ciclos definidas pelo CODACE, no recorte temporal analisado no trabalho, houveram sete períodos de recessão no Brasil, assim caracterizando seis ciclos econômicos positivos. Os achados do Modelo Econométrico Vetorial de Correção de Erros - indicado quando as variáveis apresentam, além de relação a curto prazo, relação a longo prazo que cointegra, sendo acrescentado ao modelo VAR (Vetor Autorregressivo) um termo de correção de erro, que realiza esse ajuste de longo prazo - foram significativos a longo prazo. O surgimento e crescimento de empresas fundadas por egressos da UFRJ são significativamente relacionadas com os ciclos econômicos brasileiros identificados entre 1991 e 2017, embora não seja possível estabelecer relação de causalidade entre a fase do ciclo e o surgimento das empresas. O empreendedorismo desses egressos é pró-cíclico quanto aos ciclos econômicos: as empresas são fundadas, se estabelecem e crescem (número de funcionários) em momentos de maior prosperidade econômica. Estes achados são um indicativo de que ex-alunos da UFRJ fundam empresas de média-alta e alta tecnologia por reconhecimento de oportunidade na economia para lucrar com seus conhecimentos e não por falta de oportunidade no mercado de trabalho (empreendedorismo de necessidade).

---

BIBLIOGRAFIA: KOELLINGER, Philipp D.; ROY THURIK, A. Entrepreneurship and the business cycle. Review of Economics and Statistics, v. 94, n. 4, p. 1143-1156, 2012. THURIK, Roy. Entrepreneurship and the business cycle. IZA World of Labor, 2014. CAVALCA, Rafaella Botelho et al. A relação entre ciclos econômicos com o desempenho das empresas no mercado brasileiro. Revista Brasileira de Economia de Empresas, v. 17, n. 1, p. 21-25, 2017

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **264**

TÍTULO: **CHORINHO NA PRAÇA SÃO SALVADOR: NOTAS DE SABOR E IDENTIDADE - UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES ENTRE O EVENTO MUSICAL E O CONSUMO DE ALIMENTOS**

AUTOR(ES) : **MARIA LEITE BARROZO DO AMARAL RANGEL**

ORIENTADOR(ES): **FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO**

RESUMO:

O ato de se alimentar transcende as simples necessidades fisiológicas, revelando-se, de maneira intrínseca, como um elemento de expressão tanto da identidade cultural quanto individual do ser humano (CANESQUI et al., 2005). Assim como a alimentação, a música também desempenha forte papel na expressão de identidade social, pois as preferências alimentares e musicais são construídas a partir de uma rede de signos compartilhadas culturalmente em um determinado grupo social (Araujo et al., 2019). O consumo da música e o consumo da comida, quando articulados, implicam em diversos outros consumos monetários e simbólicos. Xavier et al. (2022) colocam que "Ouvir música pode proporcionar mudanças no nível de excitação, o que provoca o aumento do consumo de alimentos e bebidas, tendo efeito no humor e atuando como uma espécie de distração". Esta pesquisa teve como objetivo investigar as interações entre o evento musical de chorinho e a dinâmica de comensalidade a partir do consumo de alimentos na Praça São Salvador, no bairro de Laranjeiras. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante durante visitas ao campo nos domingos, quando ocorre o evento musical protagonizado pela banda de chorinho. O estudo se busca compreender como elementos cotidianos na dinâmica do evento musical podem exercer influência sobre os padrões de comportamento de consumo de alimentos e bebidas e práticas individuais. As análises dos dados, considerando a incursão em campo já realizada, uma vez que o trabalho está em andamento, apontam que o evento musical atua como um convite à comunidade para compartilhar experiências na praça, enquanto os comerciantes locais de alimentos e bebidas enriquecem essa vivência, promovendo a comensalidade e a integração entre os participantes a partir do lazer e da sociabilidade. Além disso, observou-se que fatores como mudanças climáticas e outros eventos, como jogos de futebol, exercem significativa influência no fluxo de público, que buscam o evento musical da praça para comemorar, ressaltando a complexidade dos elementos que moldam o ambiente e as interações de consumo. O vínculo estabelecido entre o consumo da música e dos alimentos destaca a influência das esferas pessoais e coletivas em nossos comportamentos e escolhas de consumo, indicando formas profundas de significação do evento musical e das demais práticas de consumo ali presentes, tanto em seus aspectos monetários quanto simbólicos. A compreensão dessas dinâmicas pode contribuir para o entendimento dos padrões de consumo e comportamento em contextos culturais específicos, enriquecendo o campo de estudos sobre a interseção entre música e alimentação. Devido à natureza exploratória desta pesquisa, os resultados não devem ser generalizados para outros campos, pois estes refletem o microcosmos do espaço estudado uma realidade do consumo de música e alimentos específicos ao contexto estudado.

BIBLIOGRAFIA: ARAUJO, F.F.; BITAR, N.P.; SANTOS, M.M.A.S.; BAIÃO, M.R.; SILVA, T.C.P. Experiências de Consumo no Samba: Um estudo sobre o processo de significação da Feijoada Portelense. Revista Alceu, v. 20, n.38, p. 142-163, 2019. CANESQUI, A. M.; RIAL, C. S. M.; MAES, G.; CORBEAU, J.P.; CONTRERAS HERNÁNDEZ, J.; PIMENTEL DANIEL, J. M.; GRACIA ARNAIZ, M.; MACIEL, M.E.; CORRÊA, N.F.; DIEZ GARCIA, R. W.; CARRASCO I PONS, S.; CRAVO, V.Z. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. XAVIER, P. S. ; GOMES, L. R. ; AMARAL, T. ; COSTA, J. M. G. da . The influence of music on food consumption. Research, Society and Development, v. 11, n. 2, 2022.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **302**

TÍTULO: **CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: MAPEANDO CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **CHIARA FERRAZ GALHANONE, GISELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, RAQUEL PIRES, MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA, NATHALIA CUNHA PECANHA**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os resultados parciais da pesquisa *Cartografias Jurídicas: mapeando conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro*, coordenada pelo LABA - Direito, Espaço & Política (FND-UFRJ) em parceria com o Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ). A pesquisa caracteriza uma investigação em série histórica que se atualiza a cada biênio, integrando uma iniciativa para o mapeamento e análise dos conflitos pela terra urbana no país promovida pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR). A partir do marco teórico da Geografia Jurídica Crítica, constrói-se uma base de dados para identificar casos de ameaça de remoção, remoções efetivadas e posses asseguradas nas ações judiciais e extrajudiciais nas quais a Defensoria atua. Após, a partir de técnicas cartográficas e de georreferenciamento, mapas são elaborados para viabilizar a análise dos padrões de atuação dos poderes público e privado, as razões alegadas e as formas de morar que são mais ameaçadas em cada área de planejamento, permitindo uma melhor visualização de como o território carioca se apresenta. Abordaremos aqui os dados coletados e analisados na pesquisa referente ao ano de 2021 até maio de 2022, cujo relatório está na iminência de ser publicado. Neste biênio, 139 casos relativos a conflitos fundiários na cidade do Rio de Janeiro foram contabilizados. Deste número, 130 casos se referem à *ameaça* de remoção, dos quais 13 são ameaças de remoção *iminentes*; 2 casos de remoções efetivadas; 6 casos de posse assegurada e 1 caso em que não há informação sobre a situação atual da ameaça. Os 139 casos, na verdade, escondem que 13.008 famílias são ou já foram ameaçadas pelas políticas públicas remocionistas. Desse número, 12.435 encontram-se em ameaça de remoção (1.887 em risco iminente de remoção); 48 famílias foram removidas; e 421 famílias tiveram sua posse assegurada, além das 104 famílias com situação não identificada. Partindo sempre do número total de casos de ameaça de remoção (130), 57 foram promovidos pelo poder público, sendo que em 37 deles verifica-se o argumento de vulnerabilidade ambiental/risco ou de irregularidades urbanísticas, e 73 pelo privado, dos quais 55 alegam violação da posse/propriedade do autor. Destaca-se que as áreas de favela são o foco das ameaças promovidas tanto pelo agente público como pelo privado (56%). A fim de aprofundar a qualificação dos conflitos, tendo em vista a crescente demanda por compreender o território como provocador de práticas racistas, o grupo pretende aprimorar os marcadores da pesquisa para mensurar os impactos do racismo ambiental. Outro caminho viável para guiar a pesquisa diz respeito à disputa pelo centro. Dessa forma, o projeto caminha para a construção de um diagnóstico técnico cada vez mais detalhado, entendendo o território a partir do cruzamento dos marcadores que contribuem para uma análise mais precisa sobre a produção da cidade.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia et al. CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: Mapeamento Jurídico-Espacial dos Conflitos Fundiários Urbanos da Cidade do Rio de Janeiro (BIÊNIO 2019/2020). In: Panorama dos conflitos fundiários no Brasil: Relatório [livro eletrônico]: Relatório 2019-2020 /organização Fórum Nacional de Reforma; coordenação Centro de Direitos Econômicos e Sociais. - Porto Alegre: CDES Direitos Humanos, 2021 FRANZONI, J. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. REVISTA DIREITO E PRÁXIS, v. 10, p. 2923-2967, 2019.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **342**

TÍTULO: **TRANSGARÇONNE: A IMPORTÂNCIA DA EMPREGABILIDADE NA FORMAÇÃO E INCLUSÃO DE GÊNERO**

AUTOR(ES) : **CAROLINA GIOVANNA MARTINS PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO,TARSILA SANTOS RIBEIRO,RENATO MONTEIRO**

RESUMO:

O Projeto Transgarçonne surge com um enfoque inovador ao incorporar o Núcleo de Empregabilidade, visando a contribuir para o desenvolvimento e formação de um grupo vulnerável por meio de iniciativa de formação e capacitação ao mercado de trabalho (CARVALHO, 2009). A iniciativa estabelece parcerias estratégicas com empresas, estudantes e professores buscando oferecer maior troca e aprendizado no projeto, que reforça a importância do respeito à percepção de gênero e o quanto fundamental é inserir pessoas transsexuais ao mercado de trabalho e na sociedade da melhor forma possível. Para melhor fundamentação no assunto recorremos à obra de Judith Butler (2003), filósofa que destaca a fluidez e complexidade da identidade de gênero, reforçando a necessidade de respeito à diversidade e individualidade e, notadamente, a inclusão em vários aspectos da dinâmica social. No âmbito da empregabilidade e Gestão de Pessoas, destacamos Peter Senge (1990), cujas contribuições ressaltam a importância do aprendizado contínuo e da adaptação às mudanças no ambiente organizacional para promover a inclusão e o desenvolvimento dos potenciais candidatos a uma futura vaga de emprego.

Enquanto participante do projeto, desempenho um papel na descrição das competências de estudantes e professores, o que tem se sido fundamento para o meu desenvolvimento pessoal em ensino, pesquisa e extensão. Destaca-se que o aprofundamento das teorias de gestão de pessoas para maior entendimento e criação de métodos para as atividades empregadas juntos ao projeto e aos participantes têm proporcionado um avanço no meu conhecimento sobre o tema. Além disso, esse conhecimento é fundamental para que possamos utilizá-lo para promover um melhor desempenho de cada um dos integrantes do projeto Transgarçonne, bem como maior efetividade na promoção do emprego. O método adotado envolveu entrevistas, análise de currículos e observação direta, permitindo a identificação precisa das competências de cada participante. A abordagem qualitativa empregada no desenvolvimento das técnicas de treinamento e capacitação proporcionou insights valiosos sobre as experiências individuais, ampliando a compreensão das necessidades específicas de cada membro. Antecipamos que a valorização das competências individuais, os estudos sobre a causa, a vontade de ajudar pessoas em situações diversas e o apoio a aumentará a empregabilidade dos participantes, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

O engajamento no projeto Transgarçonne revela a importância da integração do núcleo de empregabilidade, não apenas como meio de inserção no mercado de trabalho, mas como ferramenta de capacitação, desenvolvimento de competências e transformação social. A compreensão aprimorada da percepção de gênero destaca-se como um elemento essencial na busca por ambientes mais justos e equitativos.

BIBLIOGRAFIA: BUTLER, Judith. *Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do sexo*, 2003. CARVALHO, P. C. *Empregabilidade: A competência necessária para o sucesso no novo milênio*. 6. ed. Campinas: Alínea, 2009. SENGE, P. M. *A Quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem*. São Paulo: Best Seller, 1990.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **353**

TÍTULO: **CARTOGRAFIAS JURÍDICAS: EXPERIÊNCIAS EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS URBANOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **GISELE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA,CHIARA FERRAZ GALHANONE,NATHALIA CUNHA PECANHA,MARIA EDUARDA SANT ANNA LESSA,RAQUEL FERREIRA PIRES**

ORIENTADOR(ES): **JULIA ÁVILA FRANZONI**

RESUMO:

O objetivo deste trabalho é apresentar a metodologia e resultados parciais do projeto de pesquisa-extensão “Cartografias Jurídicas”, coordenado pelo grupo de pesquisa Labá - Direito, Espaço & Política (FND/UFRJ), em parceria com Observatório das Metrópoles (IPPUR/UFRJ) e Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública (NUTH/RJ). Trabalhando com os três pilares da formação universitária — ensino, pesquisa e extensão —, o projeto realiza (i) a coleta de dados, sistematização e produção de estudos sobre conflitos fundiários urbanos em territórios e comunidades ameaçados por remoções na cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNUR) e (ii) a incidência informada, política e juridicamente, em casos de ameaças e violações de direitos envolvendo comunidades vulnerabilizadas e movimentos sociais parceiros. O Cartografias Jurídicas trabalha a partir do marco teórico da Geografia Jurídica Crítica, buscando a produção do direito de maneira espacializada (FRANZONI et al, 2020) e interdisciplinar, sendo a equipe composta por pesquisadoras em diferentes fases da formação acadêmica (doutora, pós-graduandas e graduandas) nas áreas do direito, arquitetura e urbanismo e sociologia, todas engajadas nas diversas etapas do projeto. Do ponto de vista dos procedimentos e metodologia adotada, a pesquisa vem atualizando as informações desde sua primeira coleta de dados, realizada em 2018. A atualização tem sido feita a partir da consulta às movimentações processuais do NUTH em casos antigos, às fichas de primeiro atendimento recentes e através de reuniões com os defensores que acompanham os casos. Em seguida, utilizando técnicas cartográficas, os dados sistematizados são traduzidos em mapas que espacializam e situam os números levantados, como os 130 casos e as 12.435 famílias ameaçadas de remoção no município. O georreferenciamento é fundamental para a análise dos padrões de atuação dos poderes público e privado, as dinâmicas que expulsam os pobres urbanos para as periferias e as disputas políticas que envolvem a ocupação do Centro da cidade. Conjuntamente, a ação extensionista realizada com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e com o Movimento de Mulheres Olga Benário é peça chave para a compreensão das dinâmicas territoriais, pois fornece elementos de análise que não aparecem nos processos judiciais e traz a perspectiva dos corpos afetados para o centro da produção do conhecimento. Assim, os dados levantados pela pesquisa vêm se tornando importante subsídio técnico para aumentar a chance de vitória das lutas pelo direito à cidade no Rio de Janeiro, tendo fornecido dados para o monitoramento nacional realizado pela Campanha Nacional Despejo Zero.

BIBLIOGRAFIA: FRANZONI, Julia Ávila et al. Mapeamento jurídico-espacial dos conflitos fundiários urbanos na cidade do Rio de Janeiro: (casos ativos: 2021 - 05/2022). In: CDES DIREITOS HUMANOS (Brasil) (org.). *Panorama dos Conflitos Fundiários no Brasil: relatório 2021*. Porto Alegre: Livro Digital, 2021. p. 154. FRANZONI, J.. Geografia jurídica tropicalista: a crítica do materialismo jurídico-espacial. *REVISTA DIREITO E PRÁXIS*, v. 10, p. 2923-2967, 2019. GRAMÁTICA JURÍDICA DA CAMPANHA DESPEJO ZERO 1. ed. Julia Franzoni, Labá - Direito, Espaço & Política (Org.), 2022. 147 p. v. 1. Disponível em: <https://www.campanhadapespejozero.org/>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **418**

TÍTULO: **RESPONSABILIDADE CIVIL DAS PLATAFORMAS VIRTUAIS NO ÂMBITO DO STJ**

AUTOR(ES) : **ANY CAROLINA GARCIA GUEDES, LUANA FELIZARDO ALVES, MARIANA MARQUESAN MARTINS**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

O projeto de pesquisa tem o condão de mapear e analisar criticamente o posicionamento do STJ acerca da responsabilidade civil das plataformas virtuais pela produção de conteúdo por usuários, aferindo-se se a partir da aplicação do Marco Civil da Internet houve aplicação da norma no sentido de garantir a segurança jurídica nas relações digitais.

Metodologia: foram inseridas na barra de pesquisa do Superior Tribunal de Justiça as expressões: responsabilidade, civil, internet. A pesquisa ocorreu desde outubro de 2022, sendo coletados mais de 100 (cem) acórdãos tratando do tema entre os anos de 2014 e 2022.

Do material desprezado: dos acórdãos encontrados foram excluídos os que tratavam acerca de matéria com finalidades jornalísticas, criminais e tributárias, cingindo-se a pesquisa ao conteúdo pessoal e individual inserido por usuário com capacidade ilícita ou abusiva de direito, causador de dano a outro usuário.

Do material examinado: foram armazenados e estão em fase de análise acórdãos que tratam de responsabilização civil por danos no ambiente da internet, tendo redes sociais como intermediárias das informações carregadas em seus ambientes por usuários. Os pontos de exame do material colhido são:

1. Natureza do dano – moral ou material;
2. Razão do dano – abusividade de direito ou ilicitude a informação;
3. Responsável – plataforma ou terceiro;
4. Extensão do dano e sua quantificação; e
5. Solidariedade da plataforma para a produção do resultado.

São objetivos da pesquisa: aferir, segundo o marco teórico escolhido, se o Marco Civil da Internet, ao propor a desresponsabilização das plataformas pelo conteúdo inserido por seus usuários nas redes sociais promoveu um sentido de justiça ou de segurança jurídica aos usuários; verificar se houve alteração no sentido dos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça nos casos analisados sob a égide do CDC, que regulou a matéria até 2014; analisar o sentido dado pelo Tribunal aos julgados a partir da vigência do microssistema regulatório das relações no ambiente virtual composto pelo Marco Civil da Internet e da Lei Geral de Proteção de Dados (mais recentemente).

A pesquisa ainda se encontra em suas primeiras etapas no âmbito do Laboratório de Estudos em Sociedade e Tecnologia – LETS, UFRJ.

BIBLIOGRAFIA: GUEDES, Any. Plataformas de Interferência Privada. Como as Redes Sociais Afetam os Desenhos Institucionais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022. LONGHI, João V. Responsabilidade Civil e Redes Sociais. Retirada de Conteúdo, Perfis Falsos, Discurso do Ódio e Fake News. São Paulo: Foco, 2020. MARQUES, Claudia Lima. LORENZETTI, Ricardo. Contratos de Serviço em Tempos Digitais. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2020. MARTINS, Guilherme Magalhães (coord.). Direito Digital: Direito Privado e Internet. São Paulo: Foco, 2023. SHAUER, Frederick. Thinking Like a Lawyer: A New Introduction to Legal Reasoning. Harvard University Press: Massachussets, 2012.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **517**

TÍTULO: **EXPERIÊNCIAS DE CAPACITAÇÃO, EMPREGABILIDADE E HISTÓRIAS DE SUCESSO NA LUTA PELA INCLUSÃO DE PESSOAS TRANSGÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO**

AUTOR(ES) : **LEONARDO JORGE GONÇALVES XAVIER**

ORIENTADOR(ES): **FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO, RENATO MONTEIRO, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO**

RESUMO:

Um dos principais objetivos do projeto Transgarçonne é capacitar pessoas transgêneros em situação de vulnerabilidade para o mercado de trabalho. Para isso, criou-se o núcleo de empregabilidade para ser responsável pela conexão entre as empresas interessadas e os alunos transgêneros do projeto (CARVALHO, 2009). João W. Nery, autor de renomados livros sobre a causa trans, que se tornou um símbolo na luta pelos direitos das pessoas transgêneros, destaca a importância do reconhecimento da identidade trans no Brasil. A partir da técnica da pesquisa-ação proposta por Thiollent (2007), que ressalta que para uma pesquisa ser qualificada como pesquisa-ação é vital a implantação de uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação, esta pesquisa teve como objetivo desenvolver e realizar um curso de capacitação para pessoas trans. A análise feita após a realização do curso buscou otimizar a formação de seus alunos e seus processos e métodos de trabalho a partir da experiência e da troca de conhecimento. O processo de integração ao curso começa com a seleção de candidatos para o curso de capacitação. Após as etapas de seleção e inscrição, ocorreram os primeiros encontros entre a turma, professores e extensionistas, marcando o início da formação e capacitação dos alunos. Ao longo do curso, os alunos desenvolvem habilidades e competências na culinária, gastronomia, gestão de serviços e gestão de pessoas. Após, o núcleo da empregabilidade entra em ação, oferecendo treinamentos sobre comportamento em entrevistas de emprego, feedbacks e como lidar com críticas e elogios nos processos de recrutamento e seleção. Além da capacitação, a empregabilidade participa da elaboração dos currículos dos candidatos, destacando formações, habilidades e capacidades relevantes para o trabalho oferecido. Esse processo envolve a revisão dos currículos atuais dos alunos, com a colaboração dos próprios alunos, garantindo que as informações sejam representativas de suas habilidades. Após a etapa de montagem dos currículos e capacitação para entrevistas, a empregabilidade entra em contato com empresas parceiras do projeto e empresas interessadas, realizando triagem de documentação e de currículos dos participantes. Desse modo, a análise proporcionada pela pesquisa-ação permite observar processos de aprimoramento do curso, favorecendo apresentar respostas rápidas, o que é fundamental o sucesso do projeto, pois este pode impactar positivamente na vida das pessoas que participam do curso. Um exemplo notável desse impacto foi com a Rochelly Rangel, ex-aluna e embaixadora do projeto Transgarçonne, que se tornou desenvolvedora de drinks de sucesso, assinando uma carta de drinks autorais no Hotel Hilton, sendo a primeira pessoa trans a ocupar esse espaço no mercado. Nesse sentido, o projeto buscar formar mais histórias de sucesso e de emancipação, a partir da inclusão dos alunos transgêneros participantes dos cursos oferecidos pelo projeto.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Pedro Carlos de. *Empregabilidade: A competência necessária para o sucesso no novo milênio*. 6. ed. Campinas: Alínea, 2009. João W. Nery lutou por direitos trans e jogou luz sobre transmasculinidade. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/stories/joao-w-nerly-lutou-por-direitos-trans-e-jogou-luz-sobre-transmasculinidade/>. Acesso em 20/11/2023. THIOLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **526**

TÍTULO: **OS REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA À LUZ DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL E INTERNACIONAL**

AUTOR(ES) : **ISABEL APARECIDA DOS SANTOS QUERINO, THAIS SOARES MENDES, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Os dados de pesquisa são insumos para o desenvolvimento científico e, com o avanço do movimento Acesso Aberto à informação, ganham destaque quanto ao seu compartilhamento, uso e reuso. Surgem então mecanismos que facilitam a disseminação e recuperação dos dados como os repositórios de dados, os quais são elaborados especialmente para o seu armazenamento e tratamento, como por exemplo o Arca Dados administrado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Entendo essas ferramentas como novo meio de organização e tratamento da informação científica, a presente pesquisa visa mostrar um panorama geral acerca da produção científica sobre Repositório de dados de pesquisa em âmbito nacional e internacional. Esta investigação se configura como parte dos resultados das pesquisas em desenvolvimento no Projeto de Iniciação Científica intitulado "Aplicações das Folksonomias em Repositórios de Dados de Pesquisa", aprovado no edital PIBIC nº 521/2022. Para a realização deste estudo, foram selecionadas as seguintes bases de dados nacionais e internacionais: Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Portal de periódicos das Capes e *Scielo*. Os termos empregados no processo de busca foram: "dados de pesquisa", "Repositório de dados de pesquisa", "*research data*" e "*research data repository*". Após a recuperação dos trabalhos e leituras dos títulos, resumos e palavras-chave, foram consideradas no total 23 produções científicas cujo foco era a temática em questão, sendo: 14 artigos no BRAPCI, um na *Scielo*, 8 no Portal de Periódicos CAPES. Na BDTD nenhum dos trabalhos recuperados falavam especificamente sobre repositórios, então não foram contabilizados. Como resultados parciais, em âmbito nacional, verificou-se que as pesquisas versam sobre: o uso de softwares específicos para o desenvolvimento de repositórios de dados; mapeamento da criação e das características dos repositórios no Brasil; e representação da informação em repositório de dados de pesquisa. Os autores destacados em nível nacional são Luana Farias Sales e Luís Fernando Sayão, ambos os autores com mais de 10 artigos publicados sobre a temática. Sobre os resultados internacionais encontrados no Portal CAPES e na *Scielo*, observou-se que as pesquisas versam sobre: o processo de criação de repositório de dados; normas para o desenvolvimento desses sistemas; representação da informação em repositório de dados de pesquisa. Também foi possível identificar um artigo que apresenta o Re3data, um buscador internacional de repositórios de dados de pesquisa. Foram encontrados ainda artigos que dissertam sobre os repositórios na Argentina, Japão e França. Por fim, os resultados mostram que o tema vem sendo abordado de forma crescente pela comunidade científica, sobretudo no contexto da Ciência da Informação Brasileira.

BIBLIOGRAFIA: JUNIOR et al. Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: mapeamento de repositórios, práticas e percepções dos pesquisadores e tecnologias. *Ci. Inf.*, Brasília, DF, v.48 n.3 (Supl.), p.87-101, set./dez. 2019. SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 90-115, maio/ago. 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **527**

TITULO: **ANÁLISE DE AUTORIAS E ENFOQUES DE PESQUISAS SOBRE FOLKSONOMIAS EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL**

AUTOR(ES) : **THAIS SOARES MENDES, ISABEL APARECIDA DOS SANTOS QUERINO, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Com o advento de aplicações da *web* que facilitam a participação ativa dos usuários, as atividades de organização e representação da Informação e do conhecimento têm sido desenvolvidas por esses sujeitos através das Folksonomias, as quais são definidas como o resultado do processo de etiquetagem livre (atribuição de *tags*, palavras-chave) por usuários em ambientes digitais colaborativos para a representação e recuperação de objetos informacionais (áudios, textos, imagens, vídeos, etc.) (Corrêa; Santos, 2018). Como parte de resultados das pesquisas desenvolvidas no Projeto de Iniciação Científica intitulado "Aplicações das Folksonomias em Repositórios de Dados de Pesquisa", aprovado no edital PIBIC nº 521/2022, este estudo tem como objetivo geral investigar aspectos concernentes à autoria e às tendências de pesquisa sobre Folksonomias, levando em conta os objetivos e reflexões das produções científicas recuperadas em âmbito nacional e internacional. Como metodologia, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica, exploratória, descritiva com abordagem qualitativa, a partir de buscas realizadas nas seguintes fontes informacionais: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); Scielo; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); e portal de periódicos CAPES. A pesquisa foi executada nos meses de abril e maio de 2023, utilizando os seguintes termos de busca: "Folksonomia", "Representação colaborativa da informação", "Indexação colaborativa", tais termos também foram aplicados em inglês. Foi empregado um recorte temporal dos últimos cinco anos (2017-2022), no total foram recuperados 89 trabalhos cujos objetivos e enfoques estejam diretamente relacionados às Folksonomias. A partir da análise do conteúdo dos trabalhos, foram identificados 7 diferentes enfoques relacionados às Folksonomias na literatura científica nacional e internacional: estado da arte sobre a temática; melhorias na recomendação de conteúdos; avaliação da qualidade de *tags*; hibridização das Folksonomias com outros Sistemas de Organização do Conhecimento; aplicações das Folksonomias em redes sociais digitais; aplicações das Folksonomias na mineração de dados; compreensão das Folksonomias (conceitos, características, vantagens e desvantagens). Além disso, são apresentados os pesquisadores que mais produzem trabalhos acerca das Folksonomias, as instituições em que se encontram vinculados, bem como as principais fontes de informação em que as suas pesquisas são publicadas. Por fim, conclui-se que as Folksonomias vêm se integrando em um campo de estudo ainda a ser explorado no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileira, principalmente no que concerne aos diversos sistemas e serviços informacionais em que podem estar inseridas, como os Repositórios de Dados de Pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, R. F.; CORRÊA, R. F. Análise das definições de Folksonomia: em busca de uma síntese. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 1-32, 2018.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **558**

TITULO: **SANEAMENTO EM ÁREAS MAIS PRECÁRIAS DAS FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: OCASO DO VIETNÃ N O COMPLEXO DO CANTAGALO**

AUTOR(ES) : **JENNY CARLA GOMES RAMOS**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO:

A pesquisa trata sobre acesso a água e esgoto em área mais precária no Complexo do Cantagalo na Zona Sul do Rio de Janeiro. O objetivo inicial do estudo foi identificar áreas mais precárias no interior do Cantagalo, para, em seguida, analisar o quadro da situação de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores. No estudo desenvolvido, identificamos como exemplar de área mais precária o caso do lugar denominado Vietnã, que se situa no ponto mais alto do morro, e apresenta moradias improvisadas, sem articulação com água e esgoto. Para o estudo foi tomado como fundamento teórico básico a ideia de infraestrutura para além de objeto técnico, tratado como algo estante dos demais elementos do território, mas por sua dimensão social de seu papel de articulação da moradia com os serviços básicos que possibilitam sua inserção no mundo urbanizado, focando assim na fruição efetiva dos serviços provenientes de redes pelos moradores, transformando a casa de mero abrigo em um lar. A metodologia do estudo tem caráter qualitativo, com exame inicial dos dados quantitativos oficiais, e combina visitas exploratórias, entrevistas semi-estruturadas com os moradores, observação da tipologia das moradias e de seu interior, analisando as percepções que os habitantes têm sobre permanências e mudanças nos arranjos internos das casas, e suas rotinas, diante da problemática do acesso à água e esgoto, se contrastando esta percepção com observação direta de campo, com tomada de imagens fotográficas e croquis dos interiores das casas. Como resultado preliminar apontamos para um cenário precário, composto de casas de madeiras e de pau-a-pique. A água chega através de canos e mangueiras auxiliadas por bombas d'água e ficam aparentes no caminho. Quando os moradores não descem com o lixo, ele é jogado na encosta ou queimado. Os serviços urbanos não chegam até essa área, que futuramente deve ser removida. É preciso acordar de madrugada para sair à busca do líquido, e tem carência ainda mais importante quanto a ausência de coleta de esgoto sendo despejado em valão a céu aberto com acúmulo de lixo. Face ao quadro analisado se pode apontar para a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos pelos moradores os colocando à margem do mundo urbanizado.

BIBLIOGRAFIA: DUPUY, Gabriel.(1985) *Systèmes. Réseaux et Territoires*. Paris: Press d'Ecole Nationale des Pontes et Chaussées. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra-estrutura Urbana no Rio de Janeiro - 1938 a 2001. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI nº 1 jan/jul. MAPA da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **562**

TÍTULO: **CONECTIVIDADE DESIGUAL: UMA ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ANATEL NO ACESSO DEMOCRÁTICO À INTERNET NO BRASIL.**

AUTOR(ES) : **SAMUEL RAPOSO PARAIZO, LAURA HELENA FERNANDES MAIA, ANA CAROLINA ROZA GUIMARÃES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

No Brasil, procedimentos essenciais para acessar justiça e programas sociais migraram para a plataforma online. Entretanto, o acesso à internet ainda não é universal para toda a população brasileira. Este estudo visa examinar as políticas e práticas da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) em relação ao acesso às telecomunicações, especialmente no contexto das políticas públicas de acesso à internet. A questão central deste estudo é: Como as políticas regulatórias da ANATEL impactam o acesso democrático à internet no Brasil? A tese proposta é que as disparidades no acesso às telecomunicações no país são influenciadas pelas políticas e decisões da ANATEL. A agência desempenha um papel crucial na promoção ou restrição do acesso igualitário à internet, e a efetivação do princípio constitucional da igualdade está intrinsecamente relacionada às suas ações regulatórias. A metodologia envolve a análise das diretrizes e políticas da ANATEL para democratização do acesso à internet no Brasil, especialmente no período pós-Marco Civil da Internet (Lei 12.965/14). Além da análise de políticas, serão conduzidos estudos de caso e entrevistas com membros da comunidade afetados. A conclusão esperada deste estudo é compreender os avanços e as lacunas decorrentes das políticas públicas implementadas pela ANATEL, propondo recomendações específicas para uma democratização eficaz do acesso à internet no país.

BIBLIOGRAFIA: MENDES, G.; PAIVA, P. (Orgs.). Políticas públicas no Brasil: uma abordagem institucional. São Paulo: Saraiva, 2017. BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, p. 1-49, 2006. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182322/mod\\_resource/content/1/BUCCI\\_Maria\\_Paula\\_Dallari.\\_O\\_conceito\\_de\\_politica\\_publica\\_em\\_direito.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4182322/mod_resource/content/1/BUCCI_Maria_Paula_Dallari._O_conceito_de_politica_publica_em_direito.pdf)>. Acesso em: 23/11/2023

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **577**

TÍTULO: **TÍTULO: FINANCIAMENTO, GESTÃO E DESEMPENHO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: RESILÊNCIA E INOVAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS INSTALADAS NO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MATHEUS PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO RAUPP DE VARGAS**

RESUMO:

O presente trabalho foi motivado pelo cenário educacional contemporâneo que demanda de uma análise aprofundada das estratégias de financiamento para as instituições de ensino superior, especialmente diante dos desafios econômicos e das mudanças no panorama educacional. Este projeto de pesquisa visa explorar modelos de financiamento e gestão orçamentária e seu impacto no desempenho das universidades públicas. Nesse contexto, é crucial examinar a evolução dos modelos de financiamento e como a gestão orçamentária impacta a qualidade do ensino, a pesquisa e a extensão nas instituições de ensino superior. O objetivo geral do projeto é analisar como diferentes modelos de gestão influenciam o desempenho das universidades públicas. Os objetivos específicos envolvem a descrição dos diferentes modelos de financiamento das universidades públicas, bem como os modelos de gestão orçamentária, analisar inovações introduzidas pelas universidades no contexto de sua gestão orçamentária e propor medidas que alimentem políticas públicas para a gestão do ensino superior. O foco deste trabalho específico é a identificação e descrição dos diferentes modelos de financiamento e gestão orçamentária, considerando o nível federal e estadual. Com base em dados disponíveis em fontes públicas, estes modelos serão relacionados às avaliações de desempenho acadêmico e de gestão das universidades públicas localizadas no Estado do Rio de Janeiro. A metodologia envolve revisão bibliográfica, análise documental e estudo de casos. A revisão bibliográfica abrangerá publicações acadêmicas, relatórios institucionais e documentos governamentais relacionados ao financiamento e gestão orçamentária nas instituições de ensino superior. Os estudos de caso serão selecionados entre universidades que adotaram práticas inovadoras de financiamento e gestão orçamentária. O resultado esperado é que possamos identificar a relação entre modelos de gestão e desempenho das universidades. Esperamos, assim, trazer contribuições específicas para tais modelos e contribuir para o debate acadêmico que possa fornecer subsídios para a formulação de políticas públicas na área da educação superior.

BIBLIOGRAFIA: Agasisti, T. (2017). Management of Higher Education Institutions and the Evaluation of their Efficiency and Performance. In Tertiary Education and Management (Vol. 23, Issue 3, pp. 187–190). <https://doi.org/10.1080/13583883.2017.1336250> Lis, M. (2021). Higher Education Institutions as Partners in Growing Innovation of Local Economy. Social Sciences, 10(8), 316. <https://doi.org/10.3390/socsci10080316>

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **587**

TÍTULO: **CONDIÇÕES POLÍTICO-INSTITUCIONAIS PARA A GOVERNANÇA NA RMRJ: PERFIL POLÍTICO PARTIDÁRIO DOS PREFEITOS**

AUTOR(ES) : **JONATHAN VITOR DA SILVA PINHEIRO,LARAH RUBIO BAGLI DE MORAES COSTA**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO:

Como reflexo dos avanços trazidos pela aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015), em 27 de dezembro de 2018 o Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei complementar estadual nº184 que dispôs sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e seu arranjo de governança. Neste novo arranjo passamos a ter a presença de um conselho deliberativo composto pelos prefeitos dos municípios que integram a RMRJ, além de três assentos ocupados por segmentos da sociedade civil a serem indicados pelo Conselho Consultivo (PANTOJA, 2021; SANTOS *et al.*, 2020). Portanto, tendo como base o fato de que a estrutura do conselho deliberativo se baseia em uma representação territorial que é exercida pelos chefes dos executivos municipais, considerou-se a necessidade de se refletir sobre os impactos da conjuntura político-partidária para a efetivação do grau de coordenação interfederativa necessária para a dinâmica de governança efetiva. Ou seja, partimos do pressuposto que os padrões de intervenção dos atores políticos nas instâncias deliberativas metropolitanas seriam dependentes da compatibilidade com as agendas políticas locais. Para isso, propomos como ponto de partida do desenvolvimento dessa agenda de pesquisa a investigação descritiva do perfil político-partidário e ideológico dos representantes políticos dos municípios metropolitanos. Como parte dessa caracterização, considerou-se também a proximidade político-partidária com o governo do estado do Rio de Janeiro, que preside o Conselho Deliberativo. Essa proximidade é importante de ser levada em conta, pois o governo do Estado é quem preside o conselho, dando a ele o poder de agenda sobre os temas que serão debatidos. Portanto, a proximidade político-partidária pode ter alguma relação com possíveis divergências de agenda entre os atores políticos. Essa proximidade política será identificada a partir de três níveis: (a) se o prefeito é do mesmo partido do governador (PL); (b) se o partido do governador faz parte da coligação do prefeito; e (c) se o partido do governador não faz parte da coligação do prefeito, mas o partido do prefeito faz parte da coligação do governador. Os resultados encontrados até o momento indicam que existe uma considerável aproximação política entre os representantes dos municípios e o governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, filiado ao Partido Liberal e eleito com base na coligação Rio Unido e Mais Forte, composta pelos partidos: AVANTE, DC, MDB, PL, PMN, PODE, PP, PROS, PRTB, PSC, PTB, REPUBLICANOS, SOLIDARIEDADE e UNIÃO.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, N. R. de. Does politics still matter? Neoliberalization processes, party government and new patterns of urban politics in Brazilian local governments. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 29, n. 1, 2020. SANTOS, A. M. S. P. et al. O Município e os desafios da política urbana em aglomerados urbanos: a experiência da metrópole fluminense. *Geo UERJ*, n. 36, p. 1-22, 2020. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ,

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **594**

TÍTULO: **CONDICIONANTES SOCIOPOLÍTICOS DA GOVERNANÇA METROPOLITANA NA RMRJ: O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

AUTOR(ES) : **LARAH RUBIO BAGLI DE MORAES COSTA,JONATHAN VITOR DA SILVA PINHEIRO**

ORIENTADOR(ES): **FILIPE SOUZA CORRÊA**

RESUMO:

Torna-se perceptível, a partir da literatura contemporânea sobre a questão metropolitana no Brasil, que a cooperação interfederativa nas regiões metropolitanas carece de incentivos. Todavia, tal cenário se modifica com a aprovação do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089 de 12 de janeiro de 2015), que tornou oportuna a discussão de soluções integradas para problemas compartilhados na escala metropolitana (MARGUTI; COSTA; FAVARÃO, 2018; SANTOS *et al.*, 2020).

A fim de adequar-se ao novo Estatuto, o Estado do Rio de Janeiro promulgou, em 27 de dezembro de 2018, a Lei Complementar Estadual nº184, que decorre sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), objetivando a criação de novos arranjos institucionais para a promoção da cooperação em torno das Funções Públicas entre os entes federativos que a compõem. O novo arranjo instituído passou a compreender: um conselho deliberativo, composto pelos prefeitos dos municípios que integram a RMRJ e por três segmentos da sociedade civil indicados pelo Conselho Consultivo, presidido pelo governador do Estado do Rio de Janeiro; e um conselho consultivo, composto por representantes da sociedade civil nomeados pelo presidente do Conselho Deliberativo, cujo objetivo é garantir a participação da população no planejamento e na tomada de decisões sobre a gestão metropolitana.

Esperava-se que o conselho consultivo tivesse sua composição derivada das discussões em torno do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado, cujo processo de formulação se iniciou antes mesmo da aprovação do Estatuto da Metrópole. No entanto, o presidente do Conselho Deliberativo - o então governador Wilson Witzel, declarou a nulidade da formação do Conselho Consultivo de 2016, alegando que os membros não teriam sido nomeados pelo Presidente do Conselho Deliberativo, assim como as vagas não teriam sido preenchidas com base na Primeira Conferência Metropolitana de 2018.

Portanto, este trabalho tem o intuito de explorar dados biográficos dos integrantes do atual conselho consultivo da RMRJ, comparando-os com a composição do conselho destituído, a fim de evidenciar um afastamento da sociedade civil engajada na temática metropolitana e sua substituição por atores políticos alheios a tal discussão. Ademais, após uma análise crítica dos resultados, visa-se estudar uma plausível explicação: a nomeação do conselho consultivo atual, por Witzel, de membros cujo posicionamento político seja mais próximo ao seu.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, A. M. S. P. et al. O Município e os desafios da política urbana em aglomerados urbanos: a experiência da metrópole fluminense. *Geo UERJ*, n. 36, p. 1-22, 2020. MARGUTI, B. O.; COSTA, M. A.; FAVARÃO, C. B. (orgs.). *Brasil metropolitano em foco: desafios à implementação do Estatuto da Metrópole*. Série Rede Ipea. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v.4. Brasília: Ipea, 2018. PANTOJA, I. O que faz do metropolitano, metropolitano? Instituições, conflitos e participação na trajetória da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **597**

TÍTULO: **A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE CURRÍCULOS PARA A EMPREGABILIDADE DE PESSOAS TRANS NO PROGRAMA DE EXTENSÃO TRANSGARÇONNE**

AUTOR(ES) : **LANAI PLOCKI**

ORIENTADOR(ES): **FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO,RENATO MONTEIRO**

RESUMO:

O TransGarçonne é um Programa de Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e tem como eixo central de suas ações a empregabilidade de pessoas transgênero, travestis e não-binários no mercado de trabalho, por meio de capacitação em serviços como garçom, garçonete, bartender, recepcionistas e afins.

Partindo da problemática entre formação acadêmica e a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, entende-se que, segundo Cruz e Monteiro (2019), embora a Gastronomia seja uma das áreas que mais contrata pessoas trans no Brasil, grande parte desse grupo ainda se encontra em situação de emprego informal. Nesse sentido, desde a formação dos primeiros alunos, surgiu a necessidade de auxiliar no desenvolvimento de currículos como um meio facilitador para a empregabilidade formal.

Segundo Arruda (2021), o próprio termo “currículo”, propaga uma imagem no subcampo da educação superior, o qual pertence ao campo da educação. Logo, o auxílio na criação de currículo se articula com o objetivo central do programa TransGarçonne: capacitar pessoas trans para o mercado de trabalho.

A partir da técnica da pesquisa-ação proposta por Thiollent (2007), que ressalta que para uma pesquisa ser qualificada como pesquisa-ação é vital a implantação de uma ação por parte das pessoas ou grupos implicados no problema sob observação, empregaram-se estudos e análises para o desenvolvimento dos currículos. O objetivo da pesquisa é contribuir no desenvolvimento de currículos que destacasse as habilidades e as competências dos alunos, para torná-los mais competitivos ao mercado de trabalho. Para a confecção dos currículos primeiro teve-se a coleta de dados dos alunos, a fim de obter informações sobre cada um. Em seguida foi criada uma arte padronizada para os currículos com cores de tons claros da bandeira trans, informações pessoais, foto, o logo da UFRJ e do curso de capacitação TransGarçonne. O cuidado para a padronização dos currículos pode ajudar a mitigar a discriminação e o preconceito enfrentados por pessoas trans durante processos de seleção, pois ao estabelecer um formato uniforme, o foco é direcionado para as qualificações e experiências profissionais, em vez de características pessoais, além de facilitar o diálogo com empregadores.

Foi utilizada a plataforma Canva para a criação dos currículos e foram confeccionados, ao todo, 31 currículos, entre ex-alunos da última turma do curso de capacitação em 2023 e de pessoas entrevistadas por alunos participantes do programa de extensão com pessoas trans que entraram em contato via redes sociais.

A importância da construção de currículos padronizados para a empregabilidade de pessoas trans, travestis e não-binários é significativa, pois, vem mostrando continuamente resultados importantes na promoção e acesso ao emprego formal. Essa ação, que está em andamento, acede para a importância da inclusão e diversidade, buscando criar um ambiente favorável para a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA: ARRUDA, Geyza D'Ávila. (Re)construção do currículo e a empregabilidade no Brasil. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. CRUZ, B. P. A. MONTEIRO, R. Transgarçonne: extensão universitária e inclusão social na Gastronomia. Curitiba: Editora CRV, 2022. THIOLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **605**

TÍTULO: **DESAFIOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) NO CONTEXTO NACIONAL E GLOBAL DE TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TECNOLÓGICAS CEIS 4.0**

AUTOR(ES) : **JOAO VITOR MALHEIROS PINTO**

ORIENTADOR(ES): **MARINA HONORIO DE SOUZA SZAPIRO**

RESUMO:

O presente trabalho é parte de um projeto que objetiva propor novos formatos de políticas industriais e de inovação orientadas à superação de grandes desafios nacionais, em especial ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, buscam-se analisar elementos que fortaleçam o Complexo Econômico Industrial da Saúde (CEIS) que pode ser entendido como “um conjunto de atividades secundárias e terciárias que formam uma cadeia produtiva e rede de conhecimentos”. Assim são contemplados por esse sistema a indústria farmacêutica, de equipamentos médicos, aparelhos de diagnósticos, bem como prestação de serviços de saúde (GADELHA & BRAGA, 2016, p.2). Nesse contexto, a presente fase do projeto visa estudar a dinâmica do CEIS do Reino Unido, e extrair lições para o Brasil. Escolheu-se tal país devido ao seu pioneirismo na busca por um sistema de saúde universal na forma do *National Health System* (NHS), que por sua vez foi uma das inspirações para a constituição do SUS. A abordagem utilizada pelo trabalho é analisar sob a ótica neoschumpeteriana, em especial sob o conceito de Sistemas de Inovação (SIs), que pode ser definido como “um conjunto de instituições distintas que contribuem para o desenvolvimento da capacidade de inovação e aprendizado de um país, região, setor ou localidade – e também o afetam” (CASSIOLATO & LASTRES, 2005, p.35). Em linhas gerais, a corrente neoschumpeteriana interpreta que a inovação é um fenômeno complexo e fruto da articulação entre vários agentes, incluindo políticas econômicas que ainda que não sejam destacadamente políticas de inovação, influenciam sua dinâmica; e por isso são categorizadas pela literatura neoschumpeteriana como “políticas de inovação implícitas” (CASSIOLATO & LASTRES, 2005, p.36). Nesse sentido, será feita uma análise da implementação de políticas de compras públicas pelo NHS no estímulo ao desenvolvimento produtivo e inovativo do CEIS britânico, por meio de uma revisão bibliográfica sobre as práticas do NHS e relacionando-as com a teoria neoschumpeteriana. Para isso, também serão compilados dados sobre a dinâmica produtiva dos setores que compõem este complexo, incluindo dados sobre a Balança Comercial, o nível de atividade, as vendas, a produção, etc; através de bases de dados compiladas no *Office for National Statistics* (ONS, o principal órgão de estatística britânico). Espera-se que este trabalho possa averiguar as sinergias positivas do NHS para o CEIS do Reino Unido, bem como forneça insumos à melhoria do SUS e do CEIS brasileiro considerando sua importância para o Sistema de Inovação e para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: CASSIOLATO, J.E; LASTRES, H.M.M. Sistemas de Inovação e Desenvolvimento: as implicações políticas. São Paulo em Perspectiva. Vol. 19, n.1, p. 34-45, jan/mar. 2005. GADELHA, C.A.G; BRAGA, P.S.C. Saúde e Inovação: Dinâmica Econômica e Estado de Bem-Estar Social no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 32 Sup 2:e00150115, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **615**

TÍTULO: **RACISMO INSTITUCIONAL: COMO A FALTA DE REPRESENTAÇÃO RACIAL NO JUDICIÁRIO PROMOVE A MANUTENÇÃO DE MECANISMOS RACISTAS.**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA GUEDES VALENTIM DO NASCIMENTO, JULIANA DA SILVA FARIAS SANCHES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

O racismo institucional permeia o Estado brasileiro em todas as suas partições, interferindo enfaticamente nas decisões tomadas na esfera judiciária. Diante disso, torna-se pertinente a reflexão acerca da proporção que a filtragem racial adquire no julgamento dos casos envolvendo pessoas negras na realidade brasileira. Tendo essa perspectiva em vista, é possível adotar como objeto o Poder Judiciário, com fins de investigar os mecanismos utilizados institucionalmente para equacionar casos que envolvem a comunidade negra e que, constantemente, são alvo de consequências divergentes às garantias fundamentais constitucionais. Por meio disso, se chega à questão problema de como a filtragem racial é expressa no Poder Judiciário como elemento de denúncia e de prova em processos judiciais de forma a não problematizar este feito, e como essa falta de percepção se relaciona com a ausência de titulares negros nos cargos. Extrai-se como tese que a arbitrariedade institucional contida na resolução de conflitos judicializados envolvendo pessoas negras é atribuída ao racismo institucional, que por sua vez é ampliado para a composição do Judiciário, deficiente de pessoas racializadas que representem a população. A metodologia consiste na análise do caso referente a HC 208240, a partir da Teoria Crítica da Raça, de forma a mobilizar o que caracteriza o Direito Antidiscriminatório como subsistema do Direito Constitucional Brasileiro, para a compreensão do racismo na esfera nacional de acordo com o descrito no livro Tratado de Direito Antidiscriminatório, de Adilson José Moreira. Pode-se sintetizar, a partir do estudo, alternativas para solucionar o problema explicitado, a começar pela instituição do Direito Constitucional Amicus Curiae para viabilizar a participação de pessoas pretas nesses julgamentos e políticas que abarque uma formação continuada em relações étnicas para magistrados e servidores do Judiciário.

BIBLIOGRAFIA: MOREIRA, A. J. Tratado de Direito Antidiscriminatório - São Paulo: Editora Contracorrente, 2020. DELGADO, R; STEFANCIC, J. Teoria Crítica da Raça: Uma introdução - São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **617**

TÍTULO: **PANORAMA DOS REPOSITÓRIOS DE DADOS DE PESQUISA BRASILEIROS**

AUTOR(ES) : **THAIS SOARES MENDES, ISABEL APARECIDA DOS SANTOS QUERINO, CARLA BEATRIZ MARQUES FELIPE**

ORIENTADOR(ES): **RAIMUNDA FERNANDA SANTOS**

RESUMO:

Os dados são os insumos básicos no fazer científico, devendo ser armazenados em ambientes como os Repositórios de Dados de Pesquisa. Tais repositórios integram metadados que necessitam ser bem estruturados para atender à representação, recuperação, uso e reuso de dados de pesquisa (Felipe; Santos, 2022). Nessa seara, a presente investigação tem como objetivo geral apresentar um panorama geral dos Repositórios de Dados de Pesquisa brasileiros. Esta pesquisa se configura como parte dos resultados dos estudos em desenvolvimento no Projeto de Iniciação Científica intitulado "Aplicações das Folksonomias em Repositórios de Dados de Pesquisa", aprovado no edital PIBIC nº 521/2022. Para atender o objetivo geral desta investigação, foram utilizadas como metodologia as pesquisas bibliográfica, documental, exploratória e descritiva com abordagem quali-quantitativa. A busca dos repositórios brasileiros foi realizada no buscador internacional Re3data, sistema que engloba repositórios de dados de pesquisa do mundo todo e das mais variadas disciplinas científicas. Como resultados da busca executada em novembro de 2023, foram identificados 19 Repositórios de Dados de Pesquisa em âmbito nacional, todos eles com acesso aberto aos dados armazenados em sua ambiência. Desse total, 9 repositórios apresentam colaborações de países como Estados Unidos, Alemanha, Japão, China, Austrália e Índia. Identificou-se ainda que os Repositórios de Dados de Pesquisa Brasileiros estão vinculados às seguintes instituições: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT/UFRJ); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Esses repositórios, em sua maioria, são de caráter multidisciplinar e apresentam conteúdos como dados científicos e estatísticos; imagens; gráficos estruturados; aplicações de software; textos simples; código fonte e dados audiovisuais. Como resultados também são apresentadas as principais características dos repositórios analisados sob o viés da representação e recuperação dos dados. Por fim, conclui-se que a gestão dos repositórios de dados não cabe somente aos profissionais da Ciência da Computação, mas que deve ser desenvolvida em consonância com o profissional Bibliotecário, com domínio de processos, produtos, instrumentos e serviços da organização e representação da informação e do conhecimento para fins de recuperação da informação.

BIBLIOGRAFIA: FELIPE, C. B. M.; SANTOS, R. F. dos. Avaliação de metadados em Repositórios de Dados de Pesquisa sobre biodiversidade. Em Questão, Porto Alegre, v. 8, n.3, p. 1-19, jul./set. 2022.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **627**

TÍTULO: **REPRIMARIZAÇÃO NA REGIÃO NORTE DO BRASIL: CONFLITOS TERRITORIAIS E SOCIOAMBIENTAIS EM TERRAS INDÍGENAS**

AUTOR(ES) : **THAIANA DOS SANTOS VIEIRA, SARAH FARIAS ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **HIPOLITA SIQUEIRA DE OLIVEIRA**

RESUMO:

Nas últimas décadas, a expansão das atividades ligadas ao setor primário, tais como a agropecuária e a indústria extrativa, em detrimento da indústria de transformação, levou a uma maior exportação de produtos básicos em relação aos manufaturados no Brasil. Esse processo é conhecido como reprimarização da pauta de exportações (Michelotti; Siqueira, 2019). O presente projeto de pesquisa busca entendê-lo, para analisar os fundamentos dos conflitos territoriais e socioambientais, especificamente em territórios indígenas, na Região Norte do Brasil. Levando em consideração o período entre 2007 e 2017, dados da Comex Stat apontam uma maior exportação total de produtos básicos em relação a manufaturados nos estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A mineração artesanal na Amazônia ocorre de forma ilícita, causando severos danos ambientais e sociais às populações daquela localidade (Ramos; Abrahão; Rodrigues, 2020). O agronegócio, por sua vez, é responsável pela expulsão dos povos indígenas, não demarcação de seus territórios e violações de seus direitos. Esse conjunto de fatores têm levado a um aumento do desmatamento na Amazônia, aumento da violência no campo e assassinatos de lideranças indígenas (Santos; Campos, 2020). Dessa forma, é importante compreender esse tema que, além de atual, envolve minorias em um contexto de violação dos direitos humanos. O objetivo geral desta pesquisa é analisar alguns efeitos do processo de reprimarização nos estados da Região Norte do Brasil, no período contemporâneo e os seus efeitos em termos de conflitos territoriais. Os objetivos específicos são examinar a participação de empresas mineradoras e garimpeiros ilegais na violência contra grupos indígenas na Região Norte e estudar a ação do agronegócio na origem de conflitos socioambientais em territórios indígenas. A metodologia utilizada terá abordagem qualitativa e quantitativa. A primeira será feita através do exame de notícias e a revisão de conteúdo bibliográfico. Já a abordagem quantitativa, contará com a coleta, análise e sistematização de dados estatísticos de fontes tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a Comex Stat, a Comissão Pastoral da Terra e o Conselho Indigenista Missionário. Em específico, os conflitos que serão abordados envolvem os povos Yanomami, Krahô e Wajãpi. Através da análise dos dados e revisão do conteúdo bibliográfico será possível apontar a relação entre a reprimarização no território brasileiro e as origens de conflitos territoriais e socioambientais na Região Norte do País.

BIBLIOGRAFIA: MICHELOTTI, F.; SIQUEIRA, H. Financeirização das Commodities Agrícolas e Economia do Agronegócio no Brasil. Semestre Económico, 22, pp. 87-106, 2019 RAMOS, Alan Robson Alexandrino; ABRAHÃO, Bernardo Adame; RODRIGUES, Francilene dos Santos. Vazios de poder estatal no garimpo Yanomami: amazônia brasileira. Brazilian Journal Of Development. Curitiba, p. 15753-15771. mar. 2020. SANTOS, Maria José dos; CAMPOS, Raione Lima. A Amazônia e o direito à existência de seus povos. In: CPT, Comissão Pastoral da Terra. Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico. Goiânia: 2020. p. 1-116.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **652**

TÍTULO: **PARADIPLOMACIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: O PAPEL DAS AGÊNCIAS DE PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS SUBNACIONAIS NO CENÁRIO GLOBAL**

AUTOR(ES) : **GUSTAVO GOMES ROCHA, EDUARDO RUSSO DE ALMEIDA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ARIANE CRISTINE RODER FIGUEIRA**

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo compreender o papel que vem sendo desempenhado pelas Agências de Promoção de Investimentos (APIs) subnacionais no exercício da paradiplomacia e no direcionamento dos investimentos ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A competição internacional por investimentos extrapolou as fronteiras do Estado-Nação, com APIs de mercados desenvolvidos já presentes globalmente. Mercados emergentes, como o Brasil, começam a buscar essa movimentação na finalidade de conquistar competitividade global. As APIs referentes ao Estado nacional fazem a promoção do país no exterior, mas as potencialidades regionais estão a cargo das APIs subnacionais. No Brasil, os agentes subnacionais com maior institucionalização dessas agências, buscam como próximo passo promover uma expansão internacional, sendo seguidos por outros estados e municípios brasileiros. Esse movimento, contudo, ainda não foi diagnosticado, sendo pouco compreendido em todas as suas nuances. A pesquisa está em andamento e estamos na fase de codificação e análise dos dados, assim, na intenção de compreender melhor esse fenômeno, foram produzidas 34 entrevistas com indivíduos envolvidos nas atividades de promoção no âmbito federal, em estados e em municípios nacionais e internacionais. Os convidados, em maioria, foram servidores das APIs, contudo, também estiveram presentes membros das secretarias de governo e funcionários de instituições públicas ligadas à promoção e atração de investimentos. Os relatos demonstraram vácuos informativos sobre a implementação das APIs, sua governança institucional, seus desafios, assim como, seus objetivos frente a um ambiente globalizado. Como resultados parciais encontrados, o estado de São Paulo demonstra um maior grau de institucionalização das APIs brasileiras, servindo como benchmark para muitas agências que estão começando. Nessa conjuntura, as agências subnacionais ao mesmo tempo que competem por oportunidades e atração de investimentos, cooperam buscando parcerias entre si e com demais atores que promovem ações internacionais. Como finalidade, a pesquisa busca-se compreender por meio da prescrição analítica e ancorado nas melhores práticas internacionais: 1) um modelo de funcionamento de governança multinível; 2) um diagnóstico sobre estratégias adotadas mundialmente para aumentar a competitividade internacional das cidades e orquestrar as ações das APIs na atração de investimentos acopladas às políticas públicas de desenvolvimento local sustentável. Assim, esta pesquisa tem potencial para contribuir com gestores públicos para o aperfeiçoamento de suas atividades e no desenvolvimento de políticas públicas. Cientificamente, o assunto em tela é ainda desconhecido em grande medida, sendo que uma análise detalhada e holística, poderá ensejar novos debates tanto no campo das políticas públicas, como também no próprio desenho da atividade diplomática.

BIBLIOGRAFIA: Ewert, C., & Maggetti, M. (2016). Regulating side by side: The role of hybrid organisations in transnational environmental sustainability. Policy and Society, 35(1), 91-102. Freixanet, J. (2012). Export promotion programs: Their impact on companies' internationalization performance and competitiveness. International Business Review, 21(6), 1065-1086. Mingaleva, Z., Vukovic, N., Volkova, I., & Salimova, T. (2019). Waste management in green and smart cities: A case study of Russia. Sustainability, 12(1), 94.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **764**

TÍTULO: **MUDANÇAS DE RUMO NO TWITTER: EFEITOS DA COMPRA POR ELON MUSK**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA MACEDO DE REZENDE**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo a análise da gestão do bilionário Elon Musk no Twitter, se restringindo ao funcionamento da plataforma e seus efeitos políticos, a partir de sua compra em outubro de 2022. O Twitter foi inaugurado como uma plataforma de mídia social com estrutura de microblog fundada em 2006 por Jack Dorsey, Biz Stone e Evan William. Seu funcionamento começou a partir do compartilhamento de mensagens de até 140 caracteres e dobrando para 280 caracteres, em 2017, conforme sua popularização e consolidação no mercado. A plataforma digital empresarial foi renomeada como X em julho de 2023, sendo outro objetivo da comunicação entender como a nova gestão afetou a plataforma tanto no âmbito político quanto no seu funcionamento estrutural. Como fundamentação teórica há a articulação da perspectiva de Cesarino (2022), que compreende uma maior promoção de conteúdos da extrema-direita, não uma melhor apropriação da plataforma pelos usuários, com Morozov (2018), partindo da articulação dos modelos de negócio que envolvem a venda ou troca de dados dos usuários das Big Techs e o uso da inteligência artificial, e o processo de uberização citado por Slee (2019) no que tange ao novo modelo de monetização dentro da plataforma. A metodologia utilizada foi a observação em uma perspectiva etnográfica entre setembro de 2020 e junho de 2023, elaboração de diário de campo, com coleta de tuítes de Musk e matérias de mídia após o anúncio da compra. A plataforma passou por uma reformulação a partir da compra de seu principal acionista, Elon Musk, ao que veio a marcar a gestão Musk aqui denominada, marcada por muitas polêmicas e mudanças radicais tanto na estrutura da plataforma digital empresarial como na dinâmica de relações dentro da plataforma, o que não foi favorável para a empresa devido a perda de parte de seus anunciantes e prejuízos financeiros com a gestão conturbada, perdendo 55% de valor de mercado no primeiro ano. As mudanças de Musk mais polêmicas envolvem a demissão em massa de funcionários, rigidez na jornada de trabalho dos restantes, mudança na política do selo de verificação da plataforma, restrição da API para pesquisa e entre outros. Foi possível constatar como resultado um estilo autocrático de gestão a partir das ações empreendidas dentro da estrutura empresarial, reconfigurando tanto seu campo organizacional, quanto a própria plataforma, gerando confusão, descontentamento e politização a favor da extrema direita.

BIBLIOGRAFIA: CESARINO, Leticia. O mundo do avesso – verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018. SLEE, Tom. Uberização: a nova onda do trabalho precarizado. Tradução de João Peres. São Paulo: Editora. Elefante, 2017.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **766**

TÍTULO: **PLATAFORMA, PODER E DESCONSTRUÇÃO: ELON MUSK E A DIN MICA DE GESTÃO NO TWITTER**

AUTOR(ES) : **LUANA DOS SANTOS MARCELINO**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO CASTAÑEDA**

RESUMO:

O Twitter é uma plataforma de mídia social fundada em 2006 que permite aos usuários publicarem mensagens curtas chamadas "tweets", sendo frequentemente utilizado para discussões em tempo real sobre eventos atuais, bem como interações mais informais, entretenimento e política, com mensagens compartilhadas de até 140 caracteres e dobrando para 280 em 2017, conforme foi se popularizando no meio digital. O presente trabalho tem como objetivo é entender as práticas e ações desencadeadas pela gestão de Elon Musk na reconstrução da nova estrutura. As plataformas digitais podem ser entendidas como um mecanismo de vigilância, conhecidas como Big Techs, adaptando-se às mudanças as necessidades das pessoas e demandas de mercado (Morozov, 2018). Zuboff (2020) argumenta que, para manter-se viável, o capitalismo precisa constantemente desenvolver novas formas de mercado que reflitam lógicas de acumulação bem-sucedidas. Por sua vez, pela lente da teoria do ator-rede Leme e Rezende (2018) buscam compreender como as relações entre esses atores influenciam a construção e o funcionamento dos mercados, enfatizando a coletividade e a interdependência na formação das dinâmicas econômicas. A metodologia da pesquisa realizada é a etnografia digital, envolvendo um estudo e detalhado da timeline e áreas específicas do Twitter/X, entre outubro de 2022 a julho de 2023, com coleta de tuítes de Musk, matérias de mídia antes, durante e pós compra da plataforma. Elon Musk é conhecido por seu estilo empreendedor ousado, suas visões futuristas e participação ativa nas redes sociais. Ele frequentemente expressa interesse em avanços tecnológicos e exploração espacial. No ano de 2022, Musk compra o Twitter e traz diversas mudanças, dando novos rumos à plataforma, como, por exemplo, transformar o objetivo principal de compartilhamento de mensagens curtas e informações. Junto com Linda Yaccarino, nova CEO da companhia, Musk pretende transformar o Twitter/X em um "aplicativo de tudo". Foi possível constatar que Musk veio para reformular completamente o Twitter/X, com uma gestão que assume riscos significativos em seus empreendimentos, e gerando confusão e insatisfação entre usuários da plataforma, levando a uma divisão e ao êxodo de parte deles do Twitter em direção a outras alternativas, seu estilo de gestão autocrático e ambicioso, pretende transformar o Twitter/X em super app capaz até de fazer transações bancárias. No entanto, um ano depois da compra, a empresa perdeu 55% de valor de mercado, o que traz desconfiança generalizada sobre sua capacidade de gestão.

BIBLIOGRAFIA: LEME, Paulo Henrique Monntagnana Vicente; REZENDE, Daniel Carvalho de. A construção de mercados sob a perspectiva da teoria ator-rede e dos estudos de mercado construtivistas (EMC). RIMAR, Maringá, v. 8, n. 2, p. 133-151, jul. / dez. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/41790/751375138963>. Acesso em: 21 nov. 2023. MOROZOV, Evgeny. Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018. ZUBOFF, Shoshana. A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **780**

TÍTULO: **RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS: UMA ANÁLISE SOBRE A ESTRUTURA DOS RECURSOS DE APRENDIZAGEM PRESENTES EM REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE IFES BRASILEIRAS**

AUTOR(ES) : **ALYCE BARBOZA SOARES,LUCAS GUIMARÃES DE SOUZA MAGALHÃES,JECYANNE GOVÊA DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **ANA MARIA FERREIRA DE CARVALHO,NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO:

Os recursos educacionais abertos (REA) são importantes contribuintes à ampliação do Movimento do Acesso Aberto (MAA) no Brasil. Nesse sentido, para disseminar a informação e compartilhar o conhecimento de forma rápida e eficiente no meio digital, o MAA contribui com o avanço da produção científica sob diferentes perspectivas. A Educação Aberta relaciona-se à educação democrática ao alinhar a qualidade do método de ensino com princípio da ODS 4, referente a Educação de Qualidade, da ONU, de assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, visando promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, através de diferentes práticas de ensino e recursos educacionais. Nesse cenário, os repositórios institucionais abertos representam fontes de informação fundamentais na disponibilização de materiais que apoiam o ensino, a pesquisa e a extensão, em acesso aberto, disseminando a produção intelectual. Segundo a UNESCO (2019), os recursos educacionais abertos (REA) são definidos como materiais de aprendizagem e pesquisa, disponibilizados em domínio público ou com uma licença que permita seu uso e adaptação. Essa fonte de informação foi estabelecida a partir de princípios, chamados de 4Rs, que caracterizam um objeto de aprendizagem como um REA, permitindo com que esses documentos possuam os direitos de: Reúso; Revisão; Remixagem e Redistribuição. (WILEY, 2007). A influência dos REA no meio acadêmico privilegia o fomento de uma produção científica baseada em trocas entre os pesquisadores, permitindo com que o avanço científico-tecnológico perpetue sob práticas educacionais abertas, respeitando o formato e licenças que caracterizam a existência dessas produções. A pesquisa tem como objetivo geral a análise dos REA em RI de instituições federais de ensino superior (IFES) brasileiras. Com metodologia exploratória de natureza descritiva e abordagens qualitativas, foram elaboradas atividades de pesquisa. Sendo estas, busca por IFES cadastradas no Ministério da Educação (e-MEC). Posteriormente, RI que continham objetos de aprendizagem em seu acervo no *Directory of Open Access Repositories (OpenDOAR)*. E por dados diretamente nos RI das IFES brasileiras selecionadas, observando o conceito de REA e suas características. A partir disso, foi elaborado um questionário a fim de analisar a estrutura dos REA existentes nos RI, com base na percepção dos gestores. Para isso, o questionário abordou questões sobre o formato, organização, licença de uso, forma de recuperação e políticas de informação. O questionário foi submetido a realização de um pré-teste com bibliotecários e responsáveis por RI, com o intuito de aprimorar o instrumento de coleta de dados. Espera-se que os resultados da pesquisa possam contribuir com os estudos sobre a produção e disponibilidade dos recursos educacionais abertos de qualidade, de modo a promover colaborativamente sua recuperação, acessibilidade e uso pela sociedade, prezando pelos princípios do acesso aberto.

BIBLIOGRAFIA: FURTADO, Débora (org.). Guia de bolso da educação aberta. Brasília, DF: Iniciativa Educação Aberta, 2019. 28 p. Disponível em: [https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/564609/3/Guia%20de%20bolso%20REA\\_vf\\_tela.pdf](https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/564609/3/Guia%20de%20bolso%20REA_vf_tela.pdf). Acesso em: 15 nov. 2023. UNESCO. Recommendation on Open Educational Resources (OER), 2019. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000373755/PDF/373755eng.pdf.multi.page=3>. Acesso em: 15 nov. 2023. WILEY, D. Open Education Licence Draft. 2007. Disponível em: <https://opencontent.org/blog/archives/355>. Acesso em: 15 nov. 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **786**

TÍTULO: **MIGRAÇÃO LABORAL BRASILEIRA: O CASO DOS VENEZUELANOS (2011-2022)**

AUTOR(ES) : **EMERSON DA SILVA DOS SANTOS,GABRIELLA MARTINS DE CASTRO,FLÁVIO ALVES COMBAT**

ORIENTADOR(ES): **TAMIRES MARIA ALVES**

RESUMO:

O deslocamento internacional de pessoas é motivado por diversos fatores, como a reunificação familiar, crises políticas e sociais, perseguições e razões socioeconômicas, busca por melhores condições financeiras e ascensão social. Na América do Sul, a mobilidade se intensificou a partir do final do século XX, impulsionada pelas políticas do Mercosul, que facilitaram a circulação entre os países membros, promovendo integração econômica e social (VILLAMAR, 2018).

Apesar de países como Argentina e Equador terem adotado leis pró-migrantes desde o século XX, o Brasil manteve legislações mais securitárias, como a Lei de Cotas de 1934 e o Estatuto do Estrangeiro de 1980, que limitavam a entrada de determinadas nacionalidades e consideravam o migrante como uma questão de segurança nacional. A persistência dessas leis conservadoras até meados da última década influenciou a percepção da população brasileira em relação aos migrantes de países em desenvolvimento. Em virtude disso, os sujeitos provenientes de nações desenvolvidas eram considerados mais desejáveis (KOIFMAN, 2012).

No contexto da migração laboral para o Brasil, ao contrário do imaginário comum, são as nações desenvolvidas, como Estados Unidos e países europeus, que desempenham um papel de destaque, enquanto migrantes da América Latina, África e Ásia não figuram entre os principais solicitantes laborais. Nesse sentido, embora os povos do Sul global não sejam o grupo central, esses são os que mais sofrem com a discriminação e a xenofobia (JUSTO, 2020). Por isso, este trabalho concentra sua análise nos venezuelanos, visto o contexto predominantemente relacionado à crise econômica e humanitária enfrentada pelo país, que tem impulsionado significativamente esse deslocamento.

A partir das análises feitas com dados e relatórios da Coordenação Geral de Migração Laboral (CGIL) e do Observatório das Migrações (OBMigra), os resultados preliminares apontam que, de 2011 a 2022, mais de 5,1 mil venezuelanos entraram no país com visto laboral e que aproximadamente 79% destes possuíam ensino superior completo. No entanto, a média salarial dos venezuelanos é 1,7 mil reais. Por outro lado, no mesmo período, mais de 69,4 mil estadunidenses e 36,3 mil britânicos entraram com esse visto no Brasil, enquanto sua média salarial é de 7,9 e 10,7 mil reais, respectivamente. Esta disparidade salarial é um dos focos de discussão da pesquisa.

Por fim, será exibido o levantamento bibliográfico realizado acerca do tema. A partir disso, tem-se como propósito analisar os fluxos migratórios laborais para o Brasil, com ênfase nos venezuelanos, organizando os microdados da CGIL e do OBMigra. Será abordada a situação dos migrantes venezuelanos no mercado de trabalho e discutidas a presença de outras nacionalidades no contexto laboral no Brasil, destacando sua centralidade e as consequências das desinformações sobre o tema, que contribuem para desigualdade social, xenofobia e outras formas de discriminação.

BIBLIOGRAFIA: JUSTO, Camilla. Migrações venezuelanas e a xenofobia: temáticas da realidade brasileira contemporânea, 2020. Trabalho de Conclusão de Curso - Defesa e Gestão Estratégica Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 72. 2020. KOIFMAN, Fábio. Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941- 1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012. VILLAMAR, María del Carmen Villarreal. Portas não tão abertas: a política migratória brasileira no contexto latino-americano. Revista Coletiva FUNDAJ, v. 23, p. 1-13, 2018.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **832**

TÍTULO: **NATIVOS DIGITAIS: EXPERIENTES NO USO E INICIANTES NA AVALIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **RAPHAELLA TEODORO DA SILVA,LUCAS GUIMARÃES DE SOUZA MAGALHÃES,GABRIEL RODRIGUES GOMES**

ORIENTADOR(ES): **MARIANNA ZATTAR,NYSIA OLIVEIRA DE Sá**

RESUMO:

O presente trabalho se encontra inserido no projeto de iniciação científica intitulado "A Avaliação da Informação pelo Nativo Digital" do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo que norteia o projeto é a análise da autoria como critério de avaliação das fontes de informação online/digital em práticas informacionais, nas iniciativas científicas realizadas por Nativos Digitais. A formação do referencial teórico-conceitual da pesquisa, consiste na relação entre as noções de "competência em informação" e "prática informacional". O termo "Nativo Digital" (Prensky, 2001) se refere àqueles nascidos no final do século XX e com contato significativo com as tecnologias de informação e comunicação (TIC) ao longo dos anos de sua formação. A pesquisa problematiza a noção de Nativo Digital, mas a utiliza como estratégia para o recorte a partir da faixa etária. Nota-se que uma das características marcantes dessa geração corresponde ao fato de estarem constantemente conectados por telas, utilizando para interagirem com o mundo e seus pares, de modo que as TIC medeiam os principais aspectos de suas vidas (Palfrey; Gasser, 2011). Vale destacar que segundo a nova edição da TIC Kids Online Brasil (Comitê de Gestão da Internet, 2023), 40% das crianças e adolescentes afirmam que o primeiro resultado de pesquisa na rede é sempre a melhor fonte de informação. Essa pesquisa evidencia que os Nativos Digitais não usam critérios para avaliar as fontes de informação que buscam na rede, aumentando a chance de desinformação. A falta de critérios de avaliação pode conduzir crianças e adolescentes para fontes que possuem diversos problemas e riscos, como desinformação, negacionismo científico, discurso de ódio, etc. Nesse contexto, este trabalho visa apresentar a elaboração do questionário estruturado que será respondido pelos Nativos Digitais, estudantes do nível médio (14 a 19 anos) participantes do processo de iniciação científica. A construção do instrumento de coleta de dados baseou-se em artigos, livros e notícias que abordassem o tema sobre características dos Nativos Digitais e/ou critérios de avaliação da informação digital. Portanto, a metodologia caracteriza-se como qualitativa, de forma que a análise dos dados evidencie como os Nativos Digitais interagem e agem com as informações, principalmente nos espaços digitais/virtuais. Foi aplicado o pré-teste em discentes do primeiro período dos cursos de Educação e Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da UFRJ. Tal escolha se deu por serem próximos à faixa etária preferida na pesquisa. A partir do pré-teste foi possível verificar que os Nativos Digitais utilizam critérios para avaliar as informações nas mídias sociais, sendo as mais usadas: conteúdo, comparação de fontes e reputação do site. Sendo assim, espera-se que até a conclusão da pesquisa, seja possível entender como os Nativos Digitais lidam com as informações online.

BIBLIOGRAFIA: COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (Org.). Pesquisa sobre o uso da Internet por crianças e adolescentes no Brasil: TIC Kids Online Brasil 2022 / Survey on Internet use by children in Brazil: ICT Kids Online Brazil 2022. São Paulo: Comitê de Gestão da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic\\_kids\\_online\\_2022\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20230825142135/tic_kids_online_2022_livro_eletronico.pdf). Acesso em: 12 nov. 2023. PALFREY, J.; GASSER, U. Nascidos na Era Digital: Entendendo a Primeira Geração de Nativos Digitais. 1ª edição. Porto Alegre: ArtMed, 2011. PRENSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants Part 1. On the Horizon, London, v. 9, n. 5, p. 1-6, set. 2001.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **859**

TÍTULO: **COLISÃO ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS: COMO O AVANÇO DE DEBATES E POLÍTICAS NEOLIBERAIS QUE VEIO COM A PLURALIDADE POLÍTICA ATENTAM CONTRA O ESTADO SOCIAL E AS AGENDAS DE COMBATE À DESIGUALDADE PREVISTAS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 88**

AUTOR(ES) : **CÁSSIO MENDES**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

É perceptível que a constituição brasileira adota diversas normas que colocam o estado como a entidade que tutela os direitos à igualdade. Entretanto é possível visualizar uma constância de debates e aprovações de políticas de caráter neoliberal na atualidade, estes que vão contra os princípios de um estado social, aquele que faz prestação positiva na vida de um cidadão, em diversos estados e no país. É possível dizer que tal fenômeno ocorre por conta de uma previsão constitucional que versa sobre o pluralismo político no Estado Democrático de Direito. Portanto, o objeto é o que se alcança com a interpretação constitucional em ocasiões de conflitos entre os princípios e normas presentes no código. A pergunta problema é: há a possibilidade dessa pluralidade acabar, com a aprovações de políticas que tornam o estado ainda mais liberal e menos prestador, corroborando para a desigualdade social no Brasil fazendo com que o estado perca sua essência de Estado Social? A questão principal é que a norma fundamental não se adaptou à expansão do pluralismo dos debates políticos, resultando nessas colisões que atentam contra princípios e normas previstos na constituição e a necessidade de uma interpretação minuciosa dos nossos poderes sobre o texto constitucional. A metodologia é analisar debates atuais como, por exemplo, a tese do Marco temporal das terras indígenas, o projeto de lei 4125/21, proposta que altera a lei de cotas de ingresso nas universidades públicas e a privatização das linhas do CPTM em São Paulo e como estes corroboram para o aumento da desigualdade e para defasagem do Estado Social brasileiro. A conclusão e a resposta prevista é a confirmação de que há conflito entre esses princípios e se o avanço de políticas neoliberais no país atentam contra os princípios de combate à desigualdade social na constituição ou se são legais mediante à proteção do pluralismo político.

BIBLIOGRAFIA: Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. - Rio de Janeiro - Vol. 16 - no 1 - JAN-ABR 2023 - pp. 1-21 Rose Mary Menchise, Diogo Menchise Ferreira e Antón Lois Fernandez Alvarez

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **881**

TÍTULO: **A PREVISÃO DE RISCOS: UMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL PÓS COVID-19 NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **ANA LUISA FERREIRA VITAL, MARIA EDUARDA VILELA CARRARO**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

Com a crise da pandemia, o Estado brasileiro passou por uma séria instabilidade institucional e uma reconfiguração do funcionamento da atividade estatal. Tal fenômeno ocorreu em decorrência da falta de organização normativa constitucional voltada às molduras gerais para abrangência e controle de situações de excepcionalidade. Nesse sentido, o objeto é o que se obtém do ponto de vista interpretativo de previsão constitucional para situações de crises imprevistas e ao mesmo tempo pensar como uma constituição auxilia e protege as instituições em tais situações. A pergunta problema é: a constituição apresenta saídas institucionais para situações de crises, ou seja, crises econômicas, institucionais, políticas e de saúde? O que se propõe como tese é que o desenho constitucional, na tradição do constitucionalismo, está preocupado com a configuração da organização estatal sem se preocupar com novos fatores exógenos que podem gerar instabilidade na dimensão constitucional tradicional. A metodologia se baseia em, durante o período de pandemia no Brasil, observar quais foram os pontos sensíveis que desafiaram a constituição e limitaram a atuação institucional no Brasil. A conclusão prevista, em resposta à pergunta, é confirmar a tese de que a Constituição tem parâmetros tradicionais que limitam a sua atuação nos fenômenos complexos, de um mundo complexo, de pessoas complexas e do acaso complexo.

BIBLIOGRAFIA: VERMEULE, A. The constitution of risk. New York, Ny: Cambridge University Press, 2014. SUNSTEIN, C. R. This is not normal : the politics of everyday expectations. New Haven: Yale University Press, 2021. HESSE, K. A força normativa da constituição = Die normative Kraft der Verfassung. Porto Alegre: S.A. Fabris, 1991.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **888**

TÍTULO: **O DISCURSO SOBRE CIDADE INTELIGENTE: UMA PERSPECTIVA DO CAMPO DOS ESTUDOS URBANOS**

AUTOR(ES) : **EDUARDO MAIA MATTOS, NICOLAS ALEXANDER DA SILVA CRUZ LOPES, PEDRO HENRIQUE SILVA DE AGUIAR**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS**

RESUMO:

Nas últimas décadas aumentou o interesse político e econômico na implementação de modelos urbanos inteligentes que, orientados pela aceleração dos processos de inovações tecnológicas, agendas de sustentabilidade e pela necessidade de atrair investimentos, propõem em seu discurso oficial a transformação das cidades em territórios mais “eficientes” e “sustentáveis” a partir de investimentos tecnológicos (HOLLAND, 2008; GREENFIELD, 2013; MOROZOV; BRIA, 2018). Esse modelo não trata simplesmente de um imaginário urbano ideal já que determina também projetos, políticas e investimentos que transformam a agenda e o espaço urbano.

Embora o termo cidade inteligente seja vago e não claramente definido, a narrativa hegemônica em defesa da cidade inteligente apresenta um modelo capaz de resolver os “problemas” urbanos, associando de forma positiva e determinista as inovações tecnológicas e melhorias na cidade. Desta forma, ao afirmar um discurso tecnocrata em favor da smart city, observamos uma ameaça à liberdade de fazer e refazer a cidade quando são negligenciadas as desigualdades e as opressões oriundas de implementações tecnológicas. E se o direito à cidade se manifesta pelo poder coletivo de reformular os processos de produção do espaço, então isso perpassa necessariamente a democratização da agenda tecnológica e sua inclusão na agenda urbana.

Partindo do pressuposto que existe uma estreita relação entre a produção de saber e o exercício do poder, o campo dos estudos urbanos possui um papel determinante para a construção de um conhecimento crítico que evidencie o sentido conflitivo do termo, considere os efeitos sociais e agenciamentos que fazem a cidade inteligente. Surgem, portanto, as seguintes perguntas: Como o campo dos estudos urbanos se posiciona em relação ao tema? Quais grupos e núcleos acadêmicos pesquisam e publicam sobre o tema? Quais discursos são hegemônicos? Como se dá a relação entre Norte e Sul Global na produção do conhecimento?

No intuito de responder a tais questionamentos, o objetivo geral da pesquisa é mapear e analisar a produção acadêmica do conhecimento sobre cidades inteligentes no campo dos estudos urbanos.

Do ponto de vista metodológico foi realizada uma análise bibliométrica usando como base o Portal de Periódicos da CAPES em novembro de 2023. Em um primeiro, com o auxílio de softwares computacionais, foram extraídos os artigos sobre cidades inteligentes que se inserem no campo dos estudos urbanos, a partir do termo de busca “smart cit\*” e do filtro de assunto em “urban studies”. Em uma etapa posterior, o material coletado foi tabulado identificando a distribuição geográfica das produções, a evolução temporal, a co-ocorrência de temas e a rede de citações. Resultados preliminares revelam uma produção acadêmica concentrada no Norte Global e focada em abordagens analíticas tecnocráticas. A pesquisa foi iniciada em 2023, vinculada a um projeto de Iniciação Científica.

BIBLIOGRAFIA: Referências bibliográficas HOLLANDS, Robert G. Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial?. City, v. 12, n. 3, p. 303-320, 2008. GREENFIELD, A. Radical Technologies: The Design of Everyday Life. New York: Verso, 2013. MOROZOV, E.; BRIA, F. A cidade inteligente. São Paulo: UBU/Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **979**

TITULO: **DESIGUALDADES DE RENDA SEGUNDO A ESTRUTURA DE CLASSE NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **NICOLAS GONCALVES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO:

O presente trabalho busca traçar uma análise descritiva sobre a renda, a partir da estrutura de classe construída pelo Observatório das Metrópoles, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) nos últimos dez anos. Com isso, tem-se como objetivo analisar as mudanças ocorridas entre 2012 e 2022 e verificar como essa estrutura de classes se comportou em um período de crescimento, decréscimo e estabilização econômica e quais fatores interferiram nessas mudanças. Sendo assim, compreende-se que a renda é um dos componentes mais importantes para a análise da desigualdade social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Torna-se importante traçar essa análise para a compreensão da persistência das desigualdades ou como elas se transformaram ao longo dos anos na estrutura de classes da RMRJ, marcado por períodos de crescimento e crise econômica e crise pandêmica. Como metodologia, utilizou-se a análise dos dados de renda gerados a partir da PNAD Contínua do IBGE, nos últimos dez anos para a estrutura de classes do Observatório das Metrópoles, por meio de uma abordagem descritiva e evolutiva. Com isso, observou-se o aumento exacerbado do nível de renda da fração de classe mais alta - Classe dirigente -, estando a uma distância muito superior às demais, além de um processo de maior aproximação do nível de renda entre as frações de classe mais baixa. Dessa forma, conclui-se que ao longo da análise, um distanciamento das classe mais altas hierarquicamente e uma homogeneização de renda em as classes populares, há um levantamento de hipóteses sobre esse fenômeno que podem ser alocados para a explicação desse fenômeno.

BIBLIOGRAFIA: IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostras de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2012-2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **980**

TITULO: **MUDANÇAS DO TAMANHO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA BAIXADA FLUMINENSE**

AUTOR(ES) : **CARLOS EDUARDO GAVINO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO GOMES RIBEIRO**

RESUMO:

Neste trabalho, busco abordar o crescimento ou a diminuição do tamanho populacional dos municípios da Baixada Fluminense, a partir da taxa de variação populacional entre os anos de 2010 e 2022. A Baixada Fluminense aqui é compreendida pelos seguintes municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. A análise da taxa de variação populacional possui diversos usos, como, por exemplo, subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas. A questão que busco responder é a de como a população da Baixada Fluminense se comportou ao longo dos anos. Algumas das principais hipóteses para essas variações seriam a queda na taxa de natalidade e o aumento na taxa de mortalidade da maioria dos municípios, além dos processos migratórios. Vale ressaltar, também, o momento da realização do último censo demográfico coincidindo com um processo eleitoral conturbado. A metodologia para a realização deste trabalho foi feita por meio do cálculo da taxa de variação populacional, a partir dos dados provenientes dos censos demográficos do IBGE de 2010 e 2022. Os principais resultados foram: no total, a população da Baixada Fluminense diminuiu nesse período; seis municípios apresentaram variações negativas; e sete municípios apresentaram variações positivas. Como os dados do Censo Demográfico de 2022 não foram completamente divulgados, ainda não é possível comprovar ou refutar as hipóteses elencadas. De todo modo, acreditamos que a diminuição da quantidade de pessoas da Baixada Fluminense decorre de algumas das hipóteses apresentadas acima.

BIBLIOGRAFIA: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Censo brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1013**

TÍTULO: **CRIAÇÃO DE UM OBSERVATÓRIO PARA ABMTENC: BARREIRAS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

AUTOR(ES) : **DIEGO VELASCO COELHO**

ORIENTADOR(ES): **PIERRE OHAYON**

RESUMO:

A crescente disponibilidade de dados transformou a forma como vivemos, trabalhamos e tomamos decisões em diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, a criação de um observatório de dados tem se mostrado valiosa para lidar com o volume, a qualidade, a complexidade e a segurança desses dados, permitindo uma análise mais profunda e informada, transparência e responsabilização (CHEN *et al.*, 2018). Possibilita também monitoramento e avaliação das atividades de Ciência e Tecnologia (C&T) de um país ou região assim como a formulação de políticas públicas e identificação de tendências sobre o futuro a curto, médio e longo prazo (OCTI, 2021). ABMTENC é a Associação Brasileira de Materiais e Tecnologias Não Convencionais fundada em março de 1996, por pesquisadores, engenheiros, arquitetos entre outros, incentivando estudos para o desenvolvimento da ciência dos Materiais e Tecnologias Não Convencionais (*Non Conventional Materials and Technologies* - NOCMATs). O sucesso da ABMTENC resulta em pesquisas relacionadas a importantes campos de aplicação dos NOCMATs, tais como bambu: fibras vegetais entre outros. Os objetivos deste estudo em andamento são: (i) Mapear os observatórios de materiais e tecnologias sustentáveis para a construção civil no Brasil e no mundo; (ii) Sugerir especificamente a criação de um observatório no âmbito da associação ABMTENC, destacando sua missão, modo de operação e serviços oferecidos. A Biblioteconomia desempenha neste sentido um papel relevante: repositório e biblioteca virtual institucional. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa exploratória e bibliográfica (CRESWELL, 2007), permitindo conhecer os observatórios existentes no Brasil, e realizar revisão sistemática e crítica da literatura existente. Observatório deve garantir uma melhor compreensão da pesquisa e inovação nacional e internacional relacionada aos NOCMATs. A sua missão é garantir uma ampla gama de dados provenientes de fontes nacionais e internacionais que permitam comparabilidade, complementaridade e compatibilidade. Resultados parciais deste estudo foram apresentados em novembro de 2023 no 19th International Conference on Non-conventional Materials and Technologies - 19<sup>th</sup> NOCMAT 2023 destacando notavelmente os seguintes serviços a serem disponibilizados pelo observatório: (i) Indicadores estratégicos e adequados de C&T; (ii) Boletim ABMTENC sobre NOCMATs; (iii) Promoção de apresentação, diálogo e interação através de eventos e *webinars*; (iv) Repositório de currículos de profissionais para atividades especializadas; (v) Bases de dados com atualizações recentes sobre estudos setoriais, análises de problemas técnicos e regionais específicos, relatórios de demanda e seu estado da arte. Finalmente, NOCMATs são cruciais para a construção sustentável no Brasil. A criação do observatório proposto representa um avanço no fornecimento de informações confiáveis e relevantes para a tomada de decisões estratégicas e o desenvolvimento de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: CHEN, C.; ZHANG, C.; CHEN, S. Data observatories for big data analytics: A comprehensive survey. *Information Fusion*, [s. l.], v. 42, p. 103-123, 2018. CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007. OCTI. Observatory of Science, Technology and Innovation. Retrieved from: <[https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE\\_OCTI\\_Boletim\\_Anual\\_do\\_OCTI\\_2021.pdf](https://www.cgee.org.br/documents/10195/11009696/CGEE_OCTI_Boletim_Anual_do_OCTI_2021.pdf)> . Access in: 15 May 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1163**

TÍTULO: **OBSTÁCULOS AO DIREITO AO PRÓPRIO CORPO E À IDENTIDADE DE MULHERES PRETAS, POBRES E GORDAS: A VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE**

AUTOR(ES) : **TAINARA ALMEIDA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FABIANA RODRIGUES BARLETTA**

RESUMO:

A violência contra a mulher gorda e negra e a violação dos direitos de personalidade é o foco central do estudo empreendido. Tendo em vista a necessidade urgente de trazer à baila o debate essa seara, iremos utilizar ao longo do projeto elaborado a metodologia de autores como Nancy Fraser, Bell Hooks, Naomi Wolf e Ingo Wolfgang Sarlet, que discutem a íntima relação do corpo com o ambiente, além de debates feministas envolvendo a relação entre classe e raça e, também, debates do Direito Civil, parte geral, que aborda os Direitos de Personalidade, imprescindíveis para o debate. Com escopo, Pode-se perceber que a violência contra a mulher gorda e negra enquadra-se na discussão, por exemplo, traçada pela filósofa feminista Nancy Fraser, haja vista que as mulheres gordas e negras se dissociam da normatividade cultural que é de um corpo branco (nesse aspecto, retoma-se a discussão central de permanência do racismo velado, principalmente contra minorias das minorias: mulheres e gordas), magro e com poderio econômico, pois é indispensável abordarmos também o espectro de classe dentro dessa discussão, uma vez que essas mulheres, primordialmente, tem sua capacidade de permeabilização dentro do seio da sociedade, menor e com mais obstáculos, até mesmo quando analisamos as dificuldades que elas encontram para adentrar a serviços básicos e primários, ora de saúde, ora de emprego, moradia o que desemboca. Assim, compreende-se que a sua representatividade em canais de tv é muito pouca e quando o é, pauta-se em escárnio, ridicularização e papéis ora secundários, ora discriminados a funções de baixa renda, representando, destarte, qual o papel majoritário que essas mulheres têm dentro do lar, da vida privada e na vida pública. Dentro desse rol, ainda, buscaremos compreender os Direitos de Personalidade no que tange ao Direito de Imagem, já que não raras vezes, tais indivíduos são estereotipados conforme referenciado. Por isso, é necessário entendermos como se soergueu as pautas sociais que reafirmam esses estereótipos, partindo de uma análise mais profunda na ótica de raça e como o racismo, entrelaçado no seio social e com profundo rastilho histórico, se atrela com fatores de gênero e, por fim, como essa interseccionalidade de raça, classe e gênero se fortalecem e se aliam com o aspecto da gordofobia para auxiliar nessa inferiorização e influir para corroborar a violência contra essas mulheres.

BIBLIOGRAFIA: AKOOTIRENE, Carla. Interseccionalidade: feminismo plural. 4. ed. São Paulo: Jandaira, 2020. 151 p. Hooks, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras / Bell Hooks; tradução Ana Luíza Libânio. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. WOLF, Naomi. O Mito da Beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. 18. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos TemposSILVA, Layana Izabel Aguiar. "PARA SER VOCÊ MESMA TEM QUE SÓFRER, LINDA": O conflito entre os padrões de beleza e a Teoria Tridimensional de Justiça proposta por Nancy Fraser. 2022. 97

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1171**

TÍTULO: **OS DESAFIOS DA PROMOÇÃO DA ENERGIA EÓLICA OFFSHORE NO BRASIL E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS E JURÍDICAS DE SUA INSTALAÇÃO.**

AUTOR(ES) : **TAINARA ALMEIDA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CAROLINA ARAUJO DE AZEVEDO PIZOIRO**

RESUMO:

O presente trabalho busca apresentar os desafios que o Brasil vem a enfrentar com a instalação da indústria offshore, bem como delimitar quais as consequências que essa fonte energética limpa, renovável e descarbonizada poderá culminar para a comunidade inserida nos locais próximos a sua instalação. Ademais, a delimitação do trabalho versa sobre os desafios frente à promoção dessa indústria no país. Partiremos da análise dos desafios quanto a instalação desses parques eólicos no mar bem como a legislação atinente a essa regulação. Desse modo, partindo da apresentação dos resultados obtidos em estudos prévios, importante destacar que, embora os benefícios pela sua renovação energética e pela capacidade de produção de energia limpa sejam frutíferos, crível destacar que não estão isentos de impactos negativos a produção de energia em plataformas offshore. Ao revés, o presente estudo tem como objetivo geral, buscar compreender de que modo os impactos da energia eólica podem ser dimensionados na transição energética, tendo como base a análise de casos concretos, com enfoque ao Complexo Eólico da Pedra Lavrada, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Assim, qual será o prejuízo socioambiental a ser combatido diante da instalação da indústria offshore no litoral brasileiro? Outra análise bastante pertinente refere-se aos impactos que o empreendimento do parque eólico "Complexo Eólico da Pedra Lavrada" nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba, geram e podem ser lentes para compreendermos as possíveis consequências dessa fonte energética em plataformas offshore. Inobstante, destaca-se o questionamento do presente estudo quanto ao sistema jurídico brasileiro em assegurar um tratamento a essa indústria que oportunize e reforce um cenário de segurança jurídica para investidores e demais concatenados nessa trança energética deve ser algo a não ser camuflado e despercebido do presente debate, mesmo que brevemente.

Nesse ínterim, a partir do caso concreto dos moradores do sertão do Rio Grande do Norte, serão utilizados textos e artigos que versam sobre suas consequências e de como a instalação das turbinas próximo aos moradores do local, tornou insalubre o convívio diário, destacando um caso da utilização de energia descarbonizada, eólica, que trouxe prejuízos à população local. Partindo sob esse prisma, quais os motivos que resultam o fato do Brasil ter se transformado em um dos países com maior capacidade de produção eólica offshore, não possuir, ao mesmo tempo, o desenvolvimento e a instalação de complexos marítimos com geração de energia por meio dos ventos capaz, seguro e independente, além de pioneiro.

Utilizaremos textos/artigos: "Who pays the price? Socio-ecological controversies regarding the energy transition in South America", de Axel Bastián Poque González e na tese de doutorado de Juliana Melcop de Castro Schor, "Desenvolvimento do mercado de Energia Eólica Offshore no Brasil: cenário jurídico-regulatório atual e perspectivas futuras".

BIBLIOGRAFIA: LIMA, Lílian Oliveira. IMPACTOS AMBIENTAIS DE EMPREENDIMENTOS EÓLICOS OFFSHORE: PROPOSTA DE PROGRAMAS PARA O GERENCIAMENTO. 2021. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção, Universidade do Rio Grande do Rio Grande do Norte, Natal, 2021. SCHOR, Juliana Melcop de Castro. Desenvolvimento do mercado de Energia Eólica Offshore no Brasil: cenário jurídico-regulatório atual e perspectivas futuras. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2023. SILVEIRA, Evanildo da. O pouco conhecido impacto negativo da energia eólica no Nordeste. 2019. De São Paulo para a BBC News Brasil.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1179**

TÍTULO: **ALÉM DAS FRONTEIRAS DO DIREITO: DESVENDANDO A EFETIVIDADE DAS AÇÕES COLETIVAS E PRECEDENTES QUALIFICADOS NO TEMPO DA HERANÇA RECLAMADA**

AUTOR(ES) : **MATHEUS OLIVEIRA MACRUZ,ABDO DA SILVA MACRUZ**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA FRANCO CORREA**

RESUMO:

O artigo investiga o papel das ações coletivas como uma estratégia para lidar com o crescente número de litígios no sistema judicial e sua conexão com os precedentes qualificados, especialmente em casos que tratam do prazo prescricional para a reivindicação da herança de filhos reconhecidos em ações de investigação de paternidade, conforme julgado no recurso repetitivo 1200 do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

As ações coletivas representam uma poderosa ferramenta para resolver disputas de forma eficiente, agrupando indivíduos com interesses similares em um único processo judicial. Em conjunto com os precedentes qualificados, como os recursos repetitivos, essas ações contribuem para a padronização das decisões jurídicas, fortalecendo a segurança e a estabilidade do sistema legal.

Dentro do contexto do prazo prescricional para reivindicar herança de filhos reconhecidos em ações de investigação de paternidade, o artigo discute a delicadeza dessa questão e ressalta a importância de estabelecer prazos claros e precisos. O reconhecimento da paternidade por meio de ações coletivas implica diretamente em direitos sucessórios, por isso, é crucial garantir o acesso à justiça para aqueles que têm um legítimo interesse nessa herança.

Em resumo, o objetivo principal deste artigo é desvendar a interação entre as ações coletivas e os precedentes qualificados, com foco no prazo prescricional para reivindicar herança em casos de investigação de paternidade. O propósito é promover uma maior efetividade no sistema jurídico, buscando oferecer justiça e equidade para todos os casos relacionados a essa temática.

Sendo assim, a pesquisa focou na interação entre ações coletivas, precedentes qualificados e prazos prescricionais em casos de reivindicação de herança por investigação de paternidade, com destaque para o recurso repetitivo 1200 do STJ. Objetivou-se compreender como esses elementos impactam os direitos sucessórios.

A hipótese levantada indicou que a combinação das ações coletivas com os precedentes qualificados poderia padronizar decisões judiciais, conferindo estabilidade ao sistema legal, especialmente nos direitos sucessórios oriundos de investigações de paternidade.

A metodologia incluiu análise dos recursos repetitivos, casos específicos de reivindicação de herança e revisão bibliográfica. Os resultados ressaltaram a importância das ações coletivas na resolução de disputas e a influência dos precedentes qualificados na uniformização das decisões. Destacou-se a necessidade de prazos claros para reivindicar herança. Esta pesquisa almeja fortalecer o sistema jurídico e assegurar equidade em questões sensíveis como essa.

BIBLIOGRAFIA: PIZZOL, Patricia. A Ação Coletiva Como Instrumento de Efetividade da Prestação Jurisdicional. In: PIZZOL, Patricia. Tutela Coletiva: Processo Coletivo e Técnicas de Padronização das Decisões. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais, 2020. CAMBI, Eduardo et al. Recursos Repetitivos. In: CAMBI, Eduardo et al. Curso de Processo Civil Completo. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais, 2019. MARINONI, Luiz; ARENHART, Sérgio; MITIDIERO, Daniel. Stare decisis. In: MARINONI, Luiz; ARENHART, Sérgio; MITIDIERO, Daniel. Comentários ao Código de Processo Civil: artigos 926 ao 975. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1202**

TÍTULO: **ABERTURA DA PAUTA IMPORTADORA BRASILEIRA NOS ANOS 2000**

AUTOR(ES) : **JOAO PEDRO NOUÉR NUCCI**

ORIENTADOR(ES): **MARIA ISABEL BUSATO**

RESUMO:

Na abordagem do crescimento liderado pela demanda, os níveis e especialmente as taxas de crescimento das economias divergem ao longo do tempo, especialmente em decorrência da chamada restrição externa que, de tempos em tempos, leva a necessidade de frear o crescimento da demanda e, como consequência, da produção e do emprego. Esse tipo de dinâmica ocorre especialmente em economias em desenvolvimento, cujas moedas não são aceitas internacionalmente. As mudanças na estrutura produtiva são um dos fatores que levam a maior ou menor exposição à vulnerabilidade de tais economias, visto que impactam diretamente na capacidade de geração de divisas e/ou na maior ou menor dependência de determinados produtos importados. As mudanças na estrutura produtiva se refletem, portanto, nas pautas exportadora e importadora. Já é relativamente consensual que durante os anos 2000 o coeficiente de importação da indústria brasileira aumentou, significando que o crescimento brasileiro se tornou mais intensivo em produtos importados. No entanto, há certa carência de trabalhos que desagreguem a pauta importadora a fim de melhor compreender quais são os tipos de produtos que o Brasil tem importado. Para tanto, o objetivo geral do trabalho é desagregar a pauta importadora em diferentes níveis de desagregação no período que vai de 2000 a 2023. A fim de atingir tal objetivo, apresentam-se como objetivos específicos: i) Compreender as distintas classificações das estatísticas de comércio exterior, dentre as quais se podem listar: Sistema harmonizado (SH), Classificação CUCI - Classificação Uniforme do Comércio Internacional, que é uma estrutura padronizada de categorias usada para classificar produtos e serviços em nível internacional; NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul, entre outras. ii) Construir a base de dados iniciando do nível de maior agregação da pauta importadora, para os níveis de menor agregação. iii) Analisar e avaliar a evolução dos indicadores;

BIBLIOGRAFIA: THIRLWALL, A. P. A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações. Brasília: Ipea, 2005. 112p. THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of international growth rate differences. Banca Nazionale Del Lavoro Quarterly Review, vol. 128, pp. 45-53, 1979.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1267**

TÍTULO: **CONCEPÇÕES SOBRE VIOLÊNCIA E PAZ ENTRE JOVENS**

AUTOR(ES) : **HIGOR PAIVA NASCIMENTO,NATHALIA GALDINO**

ORIENTADOR(ES): **GILBERTO CARVALHO DE OLIVEIRA**

RESUMO:

A pesquisa busca compreender o aspecto subjetivo ligado à violência, explorando a percepção de jovens estudantes do ensino médio e superior no Rio de Janeiro. O foco está na definição de violência, suas expressões, dinâmicas e como os jovens se veem como potenciais vítimas. Utilizando o referencial teórico dos Estudos para a Paz, a pesquisa também explora o conceito de paz, seus valores e tangibilidade na visão dos participantes, além de abordar o conceito de poder e empoderamento.

O objetivo geral é analisar as percepções dos jovens sobre paz, violência e poder, com questões específicas, como a definição e vivência desses conceitos, discursos naturalizados sobre violência e sua relação com a transformação social. A pesquisa também explora obstáculos percebidos para a promoção de paz e formas percebidas de mudar a estrutura de poder sem recorrer à violência.

A compreensão da violência abrange suas dimensões direta, estrutural e simbólica. A análise de discursos busca identificar a dimensão simbólica da violência, explorando discursos normalizados que definem parâmetros como paz, justiça e legitimidade, afetando a percepção da violência. O conceito de poder é introduzido para problematizar a relação entre dimensões simbólicas e estruturais da violência, investigando áreas em que os participantes se sentem empoderados ou desempoderados.

A metodologia é qualitativa, visando capturar a dimensão subjetiva das percepções. A pesquisa se concentra no Rio de Janeiro, contribuindo para um projeto mais amplo de análise comparada em outras cidades do Brasil. Os participantes são estudantes de ensino médio e graduação, tanto em instituições públicas quanto privadas, com idades entre 16 e 21 anos. Os procedimentos incluem grupos focais gravados em áudio e atividades escritas, totalizando uma hora de participação. A pesquisa é acadêmica, visando divulgar resultados em eventos científicos e periódicos acadêmicos, além de contribuir para a formação de alunos e promover interação transformadora entre pesquisadores e a sociedade através de atividades de extensão.

BIBLIOGRAFIA: GALTUNG, J. Violence, peace and peace research. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191. GALTUNG, J. Cultural violence. *Journal of Peace Research*, v. 27, n. 3, 1990, p. 291-305. MAC GINTY, R. e RICHMOND, O. P. The local turn in peace building: a critical agenda for peace. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 5, 2013, p. 763-783. MAC GINTY, R. e FIRCHOW, P. Top-down and bottom-up narratives of peace and conflict. *Politics*, v. 36, n. 3, 2016, p. 1-16.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1369**

TÍTULO: **REVITALIZANDO A “REVITALIZAÇÃO” DO CENTRO: CONSTRUINDO A ECONOMIA POLÍTICA DA NOVA RODADA DE REESTRUTURAÇÃO URBANA CARIOCA**

AUTOR(ES) : **ISADORA BASTOS DE SOUZA,MARIANA MEIER**

ORIENTADOR(ES): **ERICK SILVA OMENA DE MELO**

RESUMO:

A história do planejamento urbano da cidade do Rio de Janeiro é marcada por grandes intervenções, simbolizadas por emblemáticos planos e projetos. Com a chegada dos ideais do Planejamento Estratégico no Brasil, no início da década de 1990, investimentos nas regiões central e portuária ganharam força, tendo em vista a instauração do modelo de planejamento que tomava a cidade de Barcelona, sede dos Jogos Olímpicos de 1992, como modelo de city marketing a ser seguido. No entanto, os impactos sociais causados por esses projetos não foram antecipados e mitigados, gerando custos pesados para a população mais vulnerável, potencializando as desigualdades socioespaciais. Com o lançamento oficial do Programa Reviver Centro, em 2021, em conjunto com as tentativas de impulsionar novamente o projeto de revitalização Porto Maravilha, abre-se um terreno fértil para uma nova rodada de intervenções urbanas neoliberais, com foco renovado na área central. Desse modo, estudos acerca dos sujeitos promotores dessa nova rodada de desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro também se fazem pertinentes do ponto de vista teórico, pois irão esclarecer possíveis relações de causalidade entre juros e mercado imobiliário, que tem sido objeto de literatura especializada. Com isso, a pesquisa busca aprofundar o conhecimento sobre os processos de produção do espaço urbano no contexto da dependência aprofundada brasileira e da financeirização da economia mundial, e monitorar esta reestruturação urbana. Para isso, a investigação coletará dados quantitativos em documentos publicados pela prefeitura do Rio e outras instituições a fim de identificar quem são os principais investidores do “Reviver Centro”, bem como suas características principais, como tamanho da empresa, origem geográfica, social e setorial do capital, que permitirá a construção de bancos de dados que permitam elaborar análises precisas sobre a economia política do projeto. Além disso, serão abordados os principais grupos investidores do Reviver Centro através da reconstrução de suas histórias, em especial das suas relações com o Estado nas diferentes instâncias governamentais. Para isso, o material a ser coletado envolve dados primários qualitativos sobre a história da empresa através de documentos institucionais e eventuais referências que abordem o caso na literatura especializada. Portanto, o método de análise deverá ser predominantemente quantitativo, ainda que complementada com análise qualitativa relacionada à caracterização dos agentes envolvidos e seus históricos. Dessa forma, do ponto de vista teórico, o trabalho dialoga com as discussões sobre a financeirização do espaço urbano. Com isso, é de extrema relevância a participação de tal assunto na JICTAC 2024, visto que é um assunto presente há muitos anos na história brasileira, que abarca diversas consequências, positivas e negativas, e que merece devida atenção, a partir do momento que influencia a vida de diversos brasileiros.

BIBLIOGRAFIA: KLINK, Jeroen; SOUZA, Marcos. Financeirização: conceitos, experiências e a relevância para o campo do planejamento urbano brasileiro. *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 19, n. 39, pp. 379-406, maio/ago 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole>> SANTOS, M. A urbanização desigual. A especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980 SINGER, P. Economia política da urbanização. 3ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1378**

TÍTULO: **GESTÃO DA INFORMAÇÃO EM PERIÓDICOS ELETRÔNICOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DO PAPEL DO BIBLIOTECÁRIO NO CONTEXTO DA REVISTA CONHECIMENTO EM AÇÃO (RCA)**

AUTOR(ES) : **JÚLIO MUSSER DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO:

Analisa o papel do bibliotecário no âmbito da gestão e da editoração em periódicos científicos eletrônicos, realizando uma avaliação acerca da importância da sua atuação. Desse modo, tem como objetivo geral analisar, a partir da configuração do campo da Gestão e da Ciência da Informação, como a versatilidade multifacetada e os estudos multidisciplinares do bibliotecário contribuem para a otimização e gerenciamento dos fluxos informacionais presentes no processo editorial. Observa as características e competências do bibliotecário, e busca elucidar os efeitos e potencialidades de tais particularidades na dinamização e gestão de um periódico científico eletrônico, visto que “a gestão da informação, especificamente, envolve os estudos e as práticas gerenciais que permitem a construção, a disseminação e o uso da informação” (Souza; Dias; Borges, 2011, p.59). A metodologia utilizada é a pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem interpretativista e reflexiva, empregando a análise documental e a pesquisa bibliográfica. O campo da pesquisa é o periódico Revista Conhecimento em Ação (RCA), do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Nesse contexto, trata-se de uma pesquisa-ação visto que o resultado da pesquisa possibilita intervenção no processo de gestão da RCA. Também são recuperados artigos pertinentes e relacionados à temática através da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci) e pela Scientific Electronic Library Online (SciElo). Espera-se como resultado evidenciar as qualidades/habilidades do bibliotecário propícias dentro da dimensão das revistas científicas, tais como a efetividade das estratégias biblioteconômicas, o mapeamento de fluxos informacionais, as ações de informação desenvolvidas nas atividades editoriais e a tomada de decisão. Assim, a pesquisa aponta um novo espaço de atuação para o bibliotecário, não somente como um profissional que normaliza e verifica os padrões para a recuperação da informação, mas como um gestor/editor de revistas científicas.

BIBLIOGRAFIA: SOUZA, E. D.; DIAS, E. J. W.; BORGES, M. E. N. A gestão da informação e do conhecimento na ciência da informação: perspectivas teóricas e práticas organizacionais. *Informação & Sociedade: estudos*, João Pessoa, v.21, n.1, p. 55-70, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/92901>. Acesso em: 14 out. 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1396**

TÍTULO: **A TRAJETÓRIA DA DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA A PARTIR DO FIM ESCRAVIDÃO E SEUS MECANISMOS DE PERSISTÊNCIA AO LONGO DA HISTÓRIA**

AUTOR(ES) : **HANNA CAROLIN DOS SANTOS SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JOÃO FELIPPE CURY MARINHO MATHIAS**

RESUMO:

A desigualdade econômica no Brasil é uma das maiores do mundo e é um fenômeno observado e estudado há várias décadas, particularmente a partir do debate conhecido como “Controvérsia dos anos 1970”. No Brasil, a parcela da população correspondente ao grupamento 50% mais pobre do país é capaz de representar apenas 10% do rendimento nacional total, contra o décimo populacional detentor de maior riqueza que absorve aproximadamente 59% dessa receita (CHANCEL et al., 2022). A literatura sobre desigualdade no Brasil também ressalta os componentes de gênero e de raça, trazendo evidências de que nos estratos inferiores da concentração de renda se encontram majoritariamente mulheres e negros. O corte racial é de especial interesse, uma vez que a estrutura de concentração de renda é resiliente, e sua origem remonta ao período escravocrata. O exercício proposto por Mathias et al. (2020) pode ser usado para compreensão dessa relação entre a experiência escravocrata e desigualdade econômica no presente. A imputação de renda ao produto do trabalho do escravizado demonstrou um aprofundamento da desigualdade através da piora do índice de Gini. Além disso, modelos econométricos estabelecem uma relação positiva entre municípios com maior presença de escravidão e insuficiência de direitos humanos, com maiores índices de pobreza e desigualdade (Fujiwara, Laudares e Valência, 2017). Assim, para compreender os resultados de indicadores socioeducacionais e econômicos no presente, faz-se necessário retornar ao passado colonial, sobretudo para entender seus mecanismos de persistência ao longo da história e seus resíduos sobre a sociedade brasileira. A hipótese da pesquisa é que a trajetória da desigualdade econômica, a partir da dimensão racial, tem se mantido estagnada, com avanços e retrocessos em quase sincronia, evidenciados através de políticas públicas que foram muito mais enfáticas em reproduzir os papéis pré-existentes do período colonial, do que propriamente subsidiar a mobilidade social. O trabalho parte da ideia de que houve um grande hiato de políticas públicas desde a abolição da escravidão até a promulgação da Constituição de 1988, a “Constituição Cidadã”, que, segundo vários autores, incluiu a população mais vulnerável no orçamento público. A partir dos dados de recenseamento existentes do século XIX, e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios será possível perceber melhorias com relação à qualidade de vida dos grupos marginalizados, e analisar se houve aprofundamento ou não da concentração de renda no período. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho é o estudo das origens e da persistência da desigualdade renda no Brasil, cujos marcos históricos analisados são o período que imediatamente precedeu a abolição da escravidão e o período após o grande hiato de políticas públicas (1888-1988), a partir da promulgação da Constituição de 1988 e todas as políticas públicas derivadas da mesma que contribuem para o combate à desigualdade.

BIBLIOGRAFIA: BIBLIOGRAFIA FUJIWARA, Thomas; LAUDARES, Humberto; CAICEDO, Felipe Valência. *Tordasilhas, escravidão e as origens da desigualdade brasileira*. Si: sn, 2017. CHANCEL, Lucas et al. (Ed.). *World inequality report 2022*. Harvard University Press, 2022. MATHIAS, João et al. *Desigualdade em sociedades escravocratas: uma reflexão metodológica*, [s. l.], 2020. Disponível em: [https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files\\_l/13-8b6576a4f32ac51b45279b2305f5ce16.pdf](https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_l/13-8b6576a4f32ac51b45279b2305f5ce16.pdf). Acesso em: 22 jan. 2024.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1421**

TITULO: **IMPACTOS DO ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA SOBRE AS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**

AUTOR(ES) : **ERIC DO NASCIMENTO TELES**

ORIENTADOR(ES): **MARTA CASTILHO**

RESUMO:

As negociações do Acordo Comercial Mercosul-UE começaram em 1999 e foram concluídas em 2019. Quando efetivado, o acordo vai resultar na liberalização das tarifas de grande parte de produtos comercializados entre os dois blocos.

O presente trabalho busca estudar os impactos do acordo nas exportações brasileiras para os demais países do Mercosul, se inspirando em Eichengreen *et al* (2004), que utiliza o modelo gravitacional para estudar os impactos do crescimento da economia chinesa nas exportações de outros países asiáticos. Aqui, vamos investigar se o crescimento da UE vai afetar o comércio do Brasil com os demais países do Mercosul.

Desenvolvido por Tinbergen (1962), Pöyhönen (1963) e Linnemann (1966), baseado no modelo gravitacional de Newton, o Modelo Gravitacional do Comércio explica que fluxos de mercadorias entre os países sofre influência de variáveis como PIB, população, proximidade geográfica, entre outras. Algumas delas correspondem às variáveis de “atração” e outras de “repulsão”. O modelo se presta a análise de diferentes temas e devido à sua versatilidade, tendo se tornado uma “celebridade” entre os economistas.

O modelo utiliza pressupostos de Hecksher-Ohlin e concorrência imperfeita (Economias de Escala), com a estimação sendo usualmente feita por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) seguindo uma especificação log-linear. No entanto, como aponta Kabir *et al* (2017), ele pode apresentar problemas de heterocedasticidade, autocorrelação, heterogeneidade, e por isso alguns autores o criticam por fragilidades econométricas.

Como a metodologia utilizada é semelhante à de Eichengreen (2004), é esperado que os resultados também sejam parecidos, ou seja, que alguns setores exportadores de bens de capital brasileiro tenha dificuldade em competir com os europeus.

Por um lado, o acordo Mercosul-UE facilitará o comércio entre os dois blocos, gerando uma série de benefícios econômicos. Por outro lado, é importante notar que tais benefícios não serão igualmente distribuídos e alguns setores poderão ser prejudicados, resultando em um reforço nas especializações produtivas dos dois blocos.

BIBLIOGRAFIA: EICHENGREEN, B. *et al*; The Impact of China on the Exports of Other Asian Countries. NBER Working Paper No. 10768, 2004. KABIR, M. *et al*; The Gravity Model and Trade Flows: Recent Developments in Econometric Modeling and Empirical Evidence. *Economic Analysis and Policy* 56, v. 56, p. 60-71, 2017. CASTILHO, M; FERREIRA, K; Impactos do Acordo Mercosul-União Europeia para o Emprego das Mulheres no Brasil; *Série Documentos*; N. 5, REBRIP, Rio de Janeiro, 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1470**

TITULO: **GEOPOLITICA DA COMIDA: A PRODUÇÃO AGRICOLA E A INSEGURANÇA ALIMENTAR NO SUL GLOBAL**

AUTOR(ES) : **JOSE EDUARDO DE JESUS GOMES**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO:

A segurança alimentar carrega como significado a garantia permanente e acesso físico, social e econômico da população ao alimento de forma saudável que satisfassa todas as necessidades nutritivas. Quando isso não ocorre, denomina-se insegurança alimentar. Em 2022 em torno de 258 milhões de pessoas em 58 países e territórios se encontravam em contexto de crise, com insegurança alimentar aguda ou em situações piores. (FAO, 2022). No ano de 2023, durante a cúpula do G-20 com presidência indiana, algumas temáticas tiveram maior destaque, foram amplamente discutidas pelos estados com um grau maior de importância, entre elas a garantia da segurança alimentar, que está presente na declaração da do ano de 2023 do G-20, na qual pretendem Incentivar os esforços para reforçar a cooperação em investigação sobre cereais nutritivos e resistentes ao clima comprometer-se a facilitar o comércio agrícola, alimentar e de fertilizantes aberto, justo, previsível e baseado em regras, a não impor proibições ou restrições à exportação e a reduzir as distorções do mercado, em conformidade com as regras relevantes da OMC. Diante disso e com base no panorama de segurança alimentar observado, é questionável se essas previsões da declaração das vinte maiores economias vão de fato utilizar a fome como prioridade ou se esses objetivos vão se difundir apenas em objetivos econômicos e comerciais. Dessa forma, busca-se investigar a produção agrícola e a fome no sul global, os processos e fluxos de comercialização mundial de alimentos nessa região que ao mesmo momento é uma grande produtora de alimentos mas concentra níveis elevados de insegurança alimentar. Essa investigação concentra-se primeiramente através da busca em fontes secundárias e primárias de informação, estudos já elaborados a cerca da temática e por meio da plataforma da FAO (Organizações da Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) a qual contém uma extensa fonte de dados sobre a produção mundial de alimentos, será comparado a a atual produção de alimentos e objetivos traçados pelos países e posteriormente estabelece a análise crítica. Essa crítica tem como base teoria o livro “Geografia da fome” e “Geopolítica da fome” de Josué de Castro, que teoriza a fome como a expressão biológica de males sociológicos. Além disso, também será complementar para a construção da análise crítica a inserção da teoria da dependência de Theotônio dos Santos. Por fim através de objeto de estudo espera-se entender a geopolítica da comida no sul global, analisar as relações de dependência estabelecidas entre os países dessa região acerca da produção de alimentos e compreender como ao mesmo tempo uma região altamente produtora de alimentos, também contém altas taxas de população em casos de insegurança alimentar.

BIBLIOGRAFIA: CASTRO, Josué de. *Geopolítica da Fome*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 195. CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Todavia, 1984. 316 p. ONU. FAO (Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura). Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/pt/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1488**

TÍTULO: **MONOPSÔNIO: COMO A REDUÇÃO DO PREÇO DOS INSUMOS AFETAM O CONSUMIDOR**

AUTOR(ES) : **CAIO DINIZ DU PIN GALVAO**

ORIENTADOR(ES): **EDUARDO PONTUAL RIBEIRO**

RESUMO:

Definido por Hal Varian em (1992) como "uma situação em que uma firma ou um grupo pequeno de firmas tem controle sobre um produto em um dado mercado"(p.233), o monopólio é uma estrutura normalmente antagonizada. Comparado ao mercado competitivo, em que firmas vendem seus produtos a preço igual ao custo marginal, o monopolista consegue manter os preços mais altos pela ausência de competição que dão alternativas a consumidores. O processo de competição e entrada de firmas reduziriam as vendas do inicialmente monopolista quando este escolher preço maior que a concorrência. Uma outra estrutura de mercado é o monopsônio, explicado por Varian como similar ao monopólio, trocando o único vendedor por um único comprador. Um aumento de poder de monopsônio têm efeito negativo sobre vendedores, uma vez que estes ficam à mercê do preço escolhido pelo comprador. Este poderia impor preços baixos, relativamente a mercados competitivos. Uma primeira leitura deste resultado, se aplicado ao mercado de insumos, poderia levar à conclusão de que firmas poderiam comprar insumos mais baratos, reduzindo o custo de produção. Isto seria repassado aos consumidores finais, em uma redução dos preços para os consumidores. Essa indução lógica é comumente utilizada para argumentar pelos benefícios do monopsônio. O objetivo deste texto é demonstrar como a indução possui uma inconsistência lógica que resulta na interpretações errôneas acima sobre o efeito do monopsônio nos preços dos produtos finais. Demonstra-se que o poder de mercado em qualquer lado causa perdas para o consumidor, com maiores preços e menores quantidades transacionadas. Em grande síntese, os menores preços de insumos são sustentados apenas pela redução da quantidade comprada de insumos, na escolha ótima do monopsonista. A menor oferta de produtos finais, dados menos insumos adquiridos, cancela aumentos de preços de produtos finais. Do ponto de vista econômico, embora o preço pago pelo insumo seja maior, o custo marginal para o monopsonista está acima do que no caso competitivo, apontando para a racionalidade de preços de mercados mais altos para o maior lucro possível. Será disponibilizado gráficos interativos para demonstrar visualmente os efeitos do monopólio, monopsônio e uma combinação dos dois usando Geogebra.

BIBLIOGRAFIA: VARIAN, Hal. Microeconomia: uma abordagem moderna. 9ª EDIÇÃO. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda. Ribeiro, E. P. (2023). Monopsony Power and Coordination in the Broiler Industry. The Antitrust Bulletin, 68(1), 24-46. <https://doi.org/10.1177/0003603X221149332> Saitone, Tina L and Sexton, Richard J.. "A Flexible Oligopoly-Oligopsony Model for Classroom Simulations and Policy Analyses" Journal of Industrial Organization Education, vol. 4, no. 1, 2009, pp. 1-16. <https://doi.org/10.2202/1935-5041.1025>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1512**

TÍTULO: **ECOSSISTEMAS DE EMPREENDEDORISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: ACHADOS DA REVISÃO DE LITERATURA E CARACTERIZAÇÃO**

AUTOR(ES) : **FILIPPE XAVIER FERREIRA DE SA,GUILHERME DE OLIVEIRA SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA LÈBRE LA ROVERE**

RESUMO:

O projeto de pesquisa em andamento teve como primeiro objetivo levantar o que a literatura atual observa sobre os Ecossistemas de Empreendedorismo (EE) do Estado do Rio de Janeiro (ERJ). A partir desta revisão de literatura, foi constatado que há uma concentração de trabalhos sobre EE da Região Metropolitana. O segundo objetivo foi identificar quais seriam as características dos EE do ERJ e quais políticas públicas já foram implementadas ou poderiam ser implementadas para estimular esses EE. A metodologia utilizada incluiu os seguintes passos: primeiro, uma coleta de publicações sobre o tema com base em palavras-chaves em bases de dados; segundo, revisão da literatura, com identificação das dimensões propostas pela literatura (cultura, rede de suporte, recursos humanos, mercado, políticas públicas, capital financeiro, output e características gerais) presentes em cada publicação; terceiro, uma nova rodada de coleta de publicações com novas palavras-chaves focando nas dimensões; na qual encontrou-se pouca literatura; quarto, levantar as políticas públicas de fomento a EE no ERJ.

Ao analisar as publicações e a abordagem de cada uma em relação às dimensões em questão, tornou-se evidente que a literatura apresenta uma notável fragmentação, que gera desafios na construção de uma visão abrangente que possibilite a caracterização dos Ecossistemas de Empreendedorismo do ERJ. Além disso, a literatura apresenta uma forte concentração na região metropolitana do estado. A fragmentação e a concentração identificadas na literatura acerca dos Ecossistemas de Empreendedorismo do ERJ apresentam desafios tanto na compreensão desses ecossistemas quanto na elaboração de políticas públicas, uma vez que não é evidente quais lacunas e obstáculos fundamentais subsistem no referido contexto. Assim, apesar da crescente popularidade do conceito de Ecossistema de Empreendedorismo na última década, a literatura relacionada a esse tema no estado do Rio de Janeiro ainda se encontra em estágio incipiente e predominantemente concentrada para casos da região metropolitana, com poucos estudos voltados para o interior do estado.

Os passos subsequentes da pesquisa envolvem a comparação do que foi observado na literatura com as políticas de incentivo ao empreendedorismo implementadas no ERJ nos últimos cinco anos, observando se a literatura e os órgãos responsáveis pela elaboração das políticas têm diagnósticos semelhantes dos problemas enfrentados pelo estado e das suas principais potências e oportunidades. Por fim, é importante ressaltar que a pesquisa sobre o Ecossistema de Empreendedorismo no Estado do Rio de Janeiro ainda está em curso, e os resultados apresentados são preliminares.

BIBLIOGRAFIA: FISCHER, B; QUEIROZ, S; VONORTAS, N (2018): On the location of knowledge-intensive entrepreneurship in developing countries: lessons from São Paulo, Brazil, Entrepreneurship & Regional Development ISENBERG, D. J. The Entrepreneurship Ecosystem Strategy as a New Paradigm for Economic Policy: Principles for Cultivating Entrepreneurship. Paper Presented at the Institute of International European Affairs, Dublin, 2011 SANTOS, G. O.et al. Panorama atual do debate sobre métricas de ecossistemas de empreendedorismo e os limites e possibilidades de aplicação ao caso brasileiro. In: XII EGEPE - Encontro de Estudos de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Anais[...] São Paulo (SP) Online,2022

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1527**

TÍTULO: **ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA DÍVIDA ENTRE OS SETORES INSTITUCIONAIS E DA EVOLUÇÃO DAS RAZÕES DÍVIDA-PIB NOS PAÍSES EMERGENTES DE 1995 A 2021**

AUTOR(ES) : **THOMAS CARESTIATO CELLES CORDEIRO**

ORIENTADOR(ES): **LIDIA BROCHIER**

RESUMO:

O trabalho busca analisar dados acerca do nível de endividamento dos setores institucionais das economias emergentes. Para isso, a *Global Debt Database (GDD)* disponibilizada pelo FMI foi utilizada, por trazer uma cobertura com a maior amplitude possível dada a disponibilidade de dados. Desta base de dados, foram utilizadas as séries: *Household Debt, Loans and Securities; Nonfinancial Corporate Debt, Loans and Securities; Private Debt, Loans and Securities* e *Central Government Debt*; todas expressas em porcentagem do produto interno bruto (PIB). Ademais, foi utilizada a série de PIB (US\$ correntes) do Banco Mundial para cálculo das médias ponderadas de dívida nos setores institucionais. A análise das séries de dívida-PIB se restringe ao período 1995-2021, devido à disponibilidade de dados para países emergentes, principalmente para as séries de endividamento de famílias e firmas não financeiras. Foram selecionados 25 países que possuem uma quantidade aceitável de dados sobre o nível de endividamento para as 4 categorias definidas pela GDD (setor público, setor privado, famílias e firmas não financeiras). Realizou-se a média ponderada pelo PIB do nível de endividamento dos 4 setores. Para cada categoria foram realizadas duas médias: média ponderada pelo PIB incluindo todos os países listados e outra média sem os dados da economia chinesa, tendo em vista que essa apresenta uma dinâmica de acumulação e endividamento completamente destoante dos outros países estudados. A partir desse trabalho realizado com os dados da *Global Debt Database*, é possível analisar a dinâmica de endividamento dos principais países emergentes para o período selecionado (1995-2021) e construir hipóteses sobre como o endividamento de diferentes setores se interrelacionam e o impacto do nível e composição de dívida na situação de cada país. Ademais, pretende-se classificar, as economias emergentes analisadas em grupos de acordo sua fragilidade financeira.

BIBLIOGRAFIA: Mbaye, S., Badia, M. M. & Chae, K. (2018). Bailing Out the People? IMF Working paper,141. Mbaye, S., Moreno Badia, M. & Chae, K. (2018). Global Debt Database: Methodology and Sources. IMF Working Paper, 18(111), 52. Pedrosa, I., Brochier, L., & Freitas, F. (2023). Debt hierarchy: Autonomous demand composition, growth and indebtedness in a Supermultiplier model. Economic Modelling, 126, 106369.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1529**

TÍTULO: **A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA NO SÉCULO XXI: ANÁLISE DA APLICAÇÃO DESTE CONCEITO EM MEIO AO CENÁRIO DAS REDES SOCIAIS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS DA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

AUTOR(ES) : **JADE CAVALCANTI DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO FREIRE**

RESUMO:

Traz uma reflexão acerca dos conceitos de Divulgação Científica, Comunicação Científica e Redes Sociais Digitais, na perspectiva da democratização da ciência. Tem como objetivo geral analisar os periódicos científicos, tendo em vista a importância que possuem como principal canal da comunicação científica, em meio ao cenário das redes sociais digitais, consideradas uma importante fonte de informação na atualidade, o que se evidencia ao se observar os 2,5 bilhões de usuários ativos mensais somente no *Instagram* (Ruby, 2023). Apresenta como objetivos específicos investigar os principais periódicos científicos da área da Ciência da Informação; averiguar a existência ou não de perfis destes periódicos em redes sociais digitais; observar o comportamento e o propósito das informações disponibilizadas nos perfis das redes dos periódicos, e, por fim, verificar se o conteúdo disponível condiz com a prática da Divulgação Científica. É uma pesquisa documental em que serão observados, a partir da Plataforma Sucupira, os títulos de periódicos que constam nos estratos A1 e A2 do Qualis Capes. As redes sociais digitais vinculadas aos periódicos que serão analisadas são Instagram e Facebook. Espera-se como resultado da pesquisa apresentar o cenário da utilização dessas plataformas digitais no âmbito da divulgação científica. Observar como os periódicos científicos utilizam as suas redes sociais digitais; se as consideram relevantes como fonte de informação para os conteúdos acadêmicos. Afinal, estes novos espaços infocomunicacionais ganham cada vez mais importância para que o conteúdo produzido no ambiente acadêmico se expanda para o cotidiano dos indivíduos e se torne algo mais tangível para suas realidades, aproximando o público em geral do conhecimento científico e incentivando-os a participarem dele.

BIBLIOGRAFIA: BUENO, Wilson Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. Informação & Informação, Londrina, v. 15, n. 1 esp, 2010. DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1>. KAPLAN, Andreas M.; HAENLEIN, Michael. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of Social Media, Business Horizons, Bloomington, v. 53, n. 1, p. 59-68, jan./fev. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.bushor.2009.09.003>. RUBY, Daniel. 78 Instagram Statistics Of 2023 (Users & Trends). Boston: [s.l], 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1556**

TÍTULO: **JUSTIÇA CLIMÁTICA E POLÍTICAS DE MITIGAÇÃO: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O POLLUTER PAYS PRINCIPLE NA ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADE NO DEBATE INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

AUTOR(ES) : **GABRIEL GURJAO DO COUTO ANDRADE**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO:

As mudanças climáticas (MC) são causadas pela emissão de GEE (gases de efeito estufa), que se acumulam na atmosfera por séculos, contribuindo para a elevação da temperatura média do planeta. A busca pela redução das emissões de GEE são denominadas “políticas de mitigação” (ou apenas “mitigação”). O sucesso da mitigação depende da cooperação internacional de longo prazo. Cada país tem interesse em minimizar o impacto das MC em seu próprio território. Mas cada país tem também um interesse em continuar emitindo GEE, ou continuar explorando combustíveis fósseis (como o Brasil) para promover seu próprio desenvolvimento. *Problema*: quais princípios normativos devem então regular a mitigação? É dessa questão que me ocupo em minha pesquisa (bolsa de IC/CNPq). Na discussão sobre justiça climática, diferentes abordagens têm sido apresentadas. Ocupo-me da análise dos argumentos concernentes à proposta conhecida como *polluter pays principle* (PPP). Defensores de PPP sustentam que os países que mais emitiram GEE têm uma parcela maior de responsabilidade pelo sucesso da mitigação do que os países mais pobres. Uma dificuldade que PPP tem de enfrentar é sobre se as denominadas “emissões históricas” (começando com a Revolução Industrial) devem ser computadas, ou apenas as emissões realizadas a partir de outro marco temporal (p.ex. a ECO92). A exclusão das emissões históricas é coerente com a suposição de que, no início das Revolução Industrial, os países mais ricos ainda não conheciam o impacto que, no futuro, as emissões teriam sobre o clima e que, por essa razão, elas não devem ser computadas. Esse argumento tem um componente epistêmico: um agente somente pode ser responsabilizado pelas consequências de suas ações se ele tiver *conhecimento* prévio acerca das consequências prováveis de suas ações. Mas esse argumento é válido? *Hipótese*: esse argumento não é válido. Ainda que não tivessem conhecimento sobre impacto negativo das emissões sobre o clima do planeta, os países mais ricos se beneficiaram das emissões históricas. A exclusão das emissões históricas, portanto, impõe um ônus grande, e possivelmente injusto, sobre os países que não se beneficiaram das emissões históricas na mesma medida. *Método*: essa é uma pesquisa fundamentalmente teórica, amparada na discussão filosófica contemporânea sobre justiça climática. E tendo em vista a discussão da literatura filosófica recente sobre justiça climática que esta pesquisa tem sido implementada.

BIBLIOGRAFIA: Gardiner, S. and Obst, A.R. (2023) Dialogues on Climate Justice. New York: Routledge. Meyer, L.; Sanklecha, P. (eds) (2017) Climate Justice and Historical Emissions. Cambridge: Cambridge University Press. Moellendorf, D. (2022) Mobilizing Hope: Climate Change and Global Poverty. New York: Oxford University Press.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1561**

TÍTULO: **A QUESTÃO TERRITORIAL FLUMINENSE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX**

AUTOR(ES) : **AMANDA OLIVEIRA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **FANIA FRIDMAN**

RESUMO:

O território fluminense passou por diversas transformações ao longo dos séculos. O que hoje é o Estado do Rio de Janeiro, no século XIX correspondia à Província do Rio de Janeiro. A presente pesquisa busca, portanto, entender o processo de conquista do território fluminense por meio de agentes como o Estado Nacional, o Estado Provincial, a classe política e as classes senhoriais enfatizando a urbanização durante os dois primeiros quartéis do século XIX. É importante mencionar que a Lei de Terras (1850) foi fundamental neste processo. Deve-se levar em consideração ainda, neste contexto, a apropriação indevida por parte desses agentes de terras indígenas e dos quilombos. Foram levantados dados oficiais acerca da população indígena e negra; a infraestrutura, como a abertura de estradas, portos e registros (um tipo de aduana), assim como sobre o número de freguesias, vilas e cidades existentes naquele período. Foram consultados os Relatórios dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro, entre 1835 e 1855, e os Relatórios Ministeriais do Império do Brasil, entre 1832 e 1855. Acerca dos resultados preliminares da pesquisa, é possível afirmar que foram encontrados poucos dados sobre as populações indígena e negra, o que pode indicar o interesse, por parte do governo, de ocultar a presença e resistência dos nativos e dos escravizados para legitimar o processo de conquista do território fluminense. Outro resultado está nos grandes esforços do governo provincial na construção de estradas em locais estratégicos, principalmente para o transporte da produção de café, cujos barões foram responsáveis pela fundação de novas freguesias e vilas.

BIBLIOGRAFIA: Brasil. Província do Rio de Janeiro. Relatório dos Presidentes de Província do Rio de Janeiro. Sessões da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro. Anos de 1835 a 1855. Brasil. Ministério do Império do Brasil. Relatórios dos Ministérios do Império do Brasil: Apresentados nas Assembleias Gerais Legislativas nas Sessões Ordinárias dos Anos de 1832 a 1855.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1563**

TÍTULO: **TAXA DE CÂMBIO, CUSTO UNITÁRIO E COMPETITIVIDADE**

AUTOR(ES) : **NICOLAS EMANUEL RODRIGUES DO AMARAL**

ORIENTADOR(ES): **FRANCISCO EDUARDO PIRES DE SOUZA**

RESUMO:

TAXA DE CÂMBIO, CUSTO UNITÁRIO E COMPETITIVIDADE

Objetivo:

O projeto de pesquisa no qual este trabalho está inserido tem por objetivo estudar as relações entre taxa de câmbio e desenvolvimento, através de duas abordagens; a primeira visa entender os fatores que influenciam os movimentos da taxa de câmbio no Brasil, enquanto a segunda busca compreender como esses movimentos impactam as empresas e o desenvolvimento econômico nacional. O presente projeto está mais relacionado à segunda abordagem e tem como objetivo principal entender como os custos unitários do trabalho (CUT), em conjunto com as variações cambiais, afetam a competitividade do país e a formação de preços. Vale notar que a taxa de câmbio real (Q) poderia ser utilizada na análise da competitividade, contudo, o CUT é uma ferramenta mais adequada para esse fim pois abrange em sua definição um leque mais amplo de variáveis, a saber: a taxa de câmbio nominal, os salários e a produtividade do trabalho.

Metodologia :

A metodologia adotada baseia-se no texto da OCDE: "MEI Comparative Methodological Analysis Supplement 3, Wage Related Statistics" (2003). O estudo empregará uma abordagem simplificada, focando nas interpretações do CUT em termos de quantidades e valores. Para comparação internacional, o CUT será ajustado em termos de moeda internacional, utilizando a taxa de câmbio nominal.

Serão utilizados dados do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a análise doméstica, e dados da OCDE para comparações internacionais. O estudo empregará técnicas estatísticas e análise bibliográfica para a avaliação das relações entre o CUT, taxa de câmbio e competitividade e seus impactos na balança comercial.

Resultado esperado:

O projeto busca estimar como o CUT influencia o desempenho das exportações brasileiras, especialmente de bens comercializáveis, e o impacto na balança comercial e de serviços do Brasil. Embora ainda em fase inicial, espera-se que os resultados contribuam para um melhor

entendimento da dinâmica do comércio exterior brasileiro e sua influência sobre o desempenho da economia brasileira.

Referência bibliográfica : "MEI Comparative Methodological Analysis Supplement 3, Wage Related Statistics" (2003)

BIBLIOGRAFIA: MEI Comparative Methodological Analysis Supplement 3, Wage Related Statistics OCDE de 2003

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1580**

TÍTULO: **SAÚDE DIGITAL E ADESÃO: COMO NOVAS TECNOLOGIAS PODEM AUXILIAR PACIENTES NA ADESÃO DE ÓRGÃOS TRANSPLANTADOS.**

AUTOR(ES) : **LUCAS GAABRIEL MUNIZ CARDOSO**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA AFFONSO SILVA ARAUJO**

RESUMO:

O presente trabalho investiga a contribuição do design de intervenções digitais para estabelecer relações mutualistas no cuidado de saúde, focalizando especificamente na promoção da adesão de pacientes que receberam transplante de órgãos aos medicamentos imunossuppressores. A pergunta geral de pesquisa é: *como as tecnologias digitais podem ajudar na adesão dos pacientes transplantados aos imunossuppressores?* O estudo envolve uma extensa pesquisa bibliográfica, por meio de buscas em bases de dados de administração de empresas e de saúde, aplicação de filtros e termos booleanos para selecionar artigos alinhados com o tema. Em específico, foram utilizados os seguintes termos para a busca: [("transplant patient\*" OR posttransplant OR posttransplantation OR post-transplantation OR transplant\*) AND ("adherence" OR "adhesion" OR "compliance" OR "non-adherence" OR "non-compliance") AND ("immunosuppressant\*" OR "immunosuppressive\*" OR treatment OR care OR medication\* OR medicine\* OR drugs) AND ("information technology" OR mhealth OR eHealth OR "mobile health" OR "digital technolog\*" OR "digital health\*" OR "digital health care" OR "smart health" OR "information and communication technolog\*")]. A busca retornou 1.608 artigos, sendo 81 duplicados, resultando em 1.527 artigos para análise. A avaliação dos artigos está sendo conduzida pelos autores com o auxílio do software Rayyan, determinando a inclusão ou exclusão na pesquisa. O subseqüente artigo de revisão sistemática da literatura, baseado nos artigos selecionados, constituirá a essência da pesquisa. O objetivo principal é compreender o estado atual da arte e analisar estratégias para aprimorar o design de novos serviços de saúde digital, visando agregar valor aos pacientes transplantados e oferecer insights que contribuam para o êxito de projetos de implementação digital nos serviços públicos de saúde.

BIBLIOGRAFIA: Dew, M.A., DiMartini, A.F., De Vito Dabbs, A., Myaskovsky, L., Steel, J., Unruh, M., Switzer, G.E., Zomak, R., Kormos, R.L., Greenhouse, J.B., 2007. Rates and risk factors for nonadherence to the medical regimen after adult solid organ transplantation. *Transplantation* 83. De Bleser, L., Matteson, M., Dobbels, F., Russell, C., De Geest, S., 2009. Interventions to improve medication-adherence after transplantation: a systematic review. *Transpl.* 22. Duncan, S., Annunziato, R. A., Dunphy, C., LaPointe Rudow, D., Shneider, B. L., & Shemesh, E. (2018). A systematic review of immunosuppressant adherence interventions in transplant recipients: decoding the streetlight effect. *Pediatric Transpl.* 22

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1585**

TÍTULO: **QUAIS OS LIMITES E POSSIBILIDADES DA AGENDA MULHERES, PAZ E SEGURANÇA DA ONU PARA REPENSAR O CAMPO DA GUERRA E DA PAZ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS?**

AUTOR(ES) : **RENATA MARIA DE ALENCAR GOMES GONZALEZ**

ORIENTADOR(ES): **RENATA GUIMARAES REYNALDO**

RESUMO:

Ao longo de décadas, as mulheres enfrentaram notável marginalização tanto no âmbito nacional quanto internacional no contexto militar e nas dinâmicas de poder. A perpetuação de modelos sociais baseados em estereótipos de gênero também deixou sua marca nos estudos de Guerra e Paz Internacional. Foi somente com o fim da Guerra Fria e o surgimento de novas correntes teóricas que os estudos de gênero ganharam relevância no sistema internacional, fazendo assim, abrir novos caminhos para a análise dos processos de construção da paz como ferramenta para combater as violências estruturais. Assim sendo, o propósito principal desta dissertação é examinar os limites e as possibilidades da Resolução 1325 da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança no que diz respeito ao campo da Guerra e da Paz nas Relações Internacionais. Serão analisados aspectos conceituais e discursivos, a fim de compreender o papel dessa agenda como instrumento político e seus impactos na capacitação de mulheres como protagonistas na construção da paz e da segurança.

BIBLIOGRAFIA: BOBBIO, Norberto. O problema da guerra e as vias da paz. Trad. Álvaro Lorenzini. São Paulo: Unesp, 2003. 181 p. OLIVEIRA, GILBERTO CARVALHO . A Segurança Internacional nos Estudos de Estratégia e na Teoria da Securitização: Uma abordagem Comparativa Ilustrada pelo Caso da Crise Nuclear Iraniana. *Nação e Defesa* , v. 140, p. 134-153, 2015. SEGAL, Mady. Women's military roles cross-nationally: Past, present, and future. *Gender & Society*, 9(6), 1995, 757-775.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1599**

TÍTULO: **FACILIDADES E DESAFIOS PRODUZIDOS PELAS REDES SOCIAIS PARA AS ORGANIZAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO SUL GLOBAL**

AUTOR(ES) : **MAIKON JOSE DE ABREU, JÉSSICA APARECIDA PRADO, GABRIELA MOREIRA DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

Beneficiar o ser humano para que ele seja capaz de agir, individual e coletivamente, em prol do seu desenvolvimento integral, é o objetivo central dos direitos humanos. Para que isso ocorra, é fundamental que os indivíduos sejam formados enquanto cidadãos, de forma que sejam capazes de trabalhar para garantir a democracia e a soberania de seus Estados-nações. O papel da cidadania é primordial para que se estabeleça o rol de direitos humanos em uma sociedade democrática, e para que prevaleça o bem-estar coletivo acima de interesses individuais de alguns grupos privilegiados (ZAVALA; ISEA, 2018). Com o desenvolvimento da Internet e das redes sociais, os indivíduos começaram a produzir dados que são extraídos pelas plataformas com o objetivo de manipulá-los em prol de interesses privados, seja no campo do consumo ou da política. Os dados se tornaram a maior fonte de valor da economia contemporânea, e os cidadãos que eram vistos como cidadãos-consumidores se tornaram cidadãos de dados (LAMMI; PANTZAR, 2019). As redes sociais são, hoje, um dos principais meios pelos quais as pessoas podem se comunicar, aprender, participar da economia e se organizar social e politicamente, tornando-se, portanto, uma ferramenta indispensável para o exercício dos direitos humanos. Apesar disso, tais plataformas demandam que os usuários aceitem termos de serviços e condições de privacidade que são escritos em uma linguagem inacessível para a maioria da população, de maneira que, ao assinar esses termos, os indivíduos cedem gratuitamente seus dados para as empresas proprietárias dessas plataformas digitais sem terem clareza de sua escolha. Assim, para acessar serviços fundamentais ao usufruto dos direitos humanos, os usuários destas redes são submetidos a um processo que é baseado no abuso dos seus próprios direitos humanos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019). Levando esse contexto em consideração, a presente pesquisa tem por objetivo **descrever as facilidades e os desafios produzidos pelas redes sociais para as organizações de direitos humanos no Brasil**. A pesquisa terá natureza qualitativa e objetivo descritivo. Será empregada a estratégia de estudo de caso, adotando como organização estudada a Anistia Internacional com foco na sua atuação em território brasileiro. Para tanto, o trabalho fará uso de uma pesquisa bibliográfica, ao levantar materiais científicos sobre Redes Sociais e Direitos Humanos, e documental, empregando publicações jornalísticas e documentos da Anistia Internacional para coletar os dados relevantes à resposta do problema da pesquisa. Espera-se que a pesquisa seja capaz de gerar uma lista com as principais facilidades e desafios percebidos pela organização estudada em sua atuação no Brasil, de forma que estes apontamentos sejam úteis à posterior criação de estratégias para lidar com os problemas atuais no âmbito dos direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: ZAVALA, J; ISEA, J. Derechos Humanos y Soberanía. Iustitia Socialis: Revista Arbitrada de Ciencias Jurídicas, 2018. LAMMI, M.; PANTZAR, M. The data economy: How technological change has altered the role of the citizen consumer. Technology in Society, 2019. AMNESTY INTERNATIONAL. Surveillance Giants: How the business model of Google and Facebook threatens human rights. Reino Unido: Amnesty International, 2019.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1613**

TÍTULO: **MAPEAMENTO DE STAKEHOLDER E PROPOSIÇÃO DE DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO SOCIAL: UMA PESQUISA EXPLORATÓRIA NO CONTEXTO DO PROJETO MANAMANO**

AUTOR(ES) : **CATARINA LUZ HEZIM LAMARÃO, ANA CAROLINE SANTOS DA SILVA, PATRÍCIA HERVE QUARANTA CABRAL**

ORIENTADOR(ES): **MARIBEL CARVALHO SUAREZ**

RESUMO:

A pobreza no contexto do Sul Global é uma ameaça à vida para aqueles que vivem a nível de subsistência (SUTTER, BRUTON, CHEN ; 2019). Esse é, por exemplo, o contexto do empreendedorismo de periferia, em países em desenvolvimento como o Brasil, onde o papel dos projetos sociais e o aperfeiçoamento da via empreendedora se tornam fundamentais para a mitigação desse cenário. Quando essa atividade laboral é capacitada por organizações sociais, percebe-se uma via de mudança, por meio da maior arrecadação de recursos imediatos e alteração da realidade periférica. Portanto, mostra-se necessário medir o impacto social que tais projetos têm na sociedade, uma vez que permite entender de que forma as intervenções são percebidas e a intensidade de sua eficiência. Ainda que a pesquisa nesse ramo esteja em desenvolvimento, ela transparece valores tangíveis desse retorno (FABIANI, ALTEMANI, E GUIMARÃES, 2019). O Fundo Manamano foi criado em meio a pandemia por professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro com objetivo de oferecer apoio a nano e microempreendedoras periféricas em seus negócios. Configura-se como um programa de extensão da UFRJ, reunindo alunos e professores, em torno da visão da educação como ferramenta de transformação social. O projeto oferece uma formação em gestão de 40 horas - com ênfase no aperfeiçoamento das práticas de marketing e custos/precificação - além de contar com assistência psicológica e o incentivo financeiro, através de capital semente aos empreendimentos das alunas participantes. A presente pesquisa se propõe a desenvolver instrumentos para aperfeiçoar a avaliação do impacto social experimentado por dois públicos diretamente beneficiados pelo projeto: as empreendedoras da periferia e os alunos de graduação da UFRJ, que atuam como extensionistas na iniciativa. O trabalho utiliza-se de uma abordagem qualitativa (BELK, FISCHER E KOZINETS, 2013), baseada em quatro entrevistas em profundidade com empreendedoras já formadas pelo projeto (2), professores coordenadores da iniciativa (2) e um grupo de discussão com alunos extensionistas participantes. Como dados secundários, foram analisados os relatórios produzidos pelas coordenações acadêmicas do ManaMano, bem como o documento de avaliação do Programa GURI, calçado no método de avaliação SROI (FABIANI, ALTEMANI, E GUIMARÃES, 2019), que inspira o desenvolvimento da proposta de avaliação na presente pesquisa. Assim, nessa fase exploratória, o trabalho apresenta como resultados o mapeamento dos principais stakeholders do projeto, os principais eixos de mudança almejados pela coordenação e vivenciados pelas empreendedoras e estudantes da UFRJ que já participaram da iniciativa, bem como sugere uma proposta inicial de dimensões relevantes de transformação, para serem avaliadas pelo Projeto Manamano.

BIBLIOGRAFIA: FABIANI, P., ALTEMANI, R., & GUIMARÃES, L. (2019). Avaliação do Retorno Social do Investimento para o Programa Guri da Santa Marcelina Cultura. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), p. 1-157, abril 2019 BELK, Russell W.; FISCHER, Eileen; KOZINETS, Robert: Qualitative Consumer and Marketing Research, London: Sage, 2013. SUTTER, Christopher; BRUTON, Garry D.; CHEN, Juanyi. Entrepreneurship as a solution to extreme poverty: A review and future research directions. Journal of Business Venturing, v. 34, n. 1, p. 197-214, 2019.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1615**

TÍTULO: **VISHWA GURU: NARENDRA MODI E O NACIONALISMO HINDU NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ÍNDIA**

AUTOR(ES) : **LUCAS MITIDIERI OLIVEIRA MENDES**

ORIENTADOR(ES): **ELIDIO ALEXANDRE BORGES MARQUES**

RESUMO:

Desde 2014, a Índia, um dos mais populosos e importantes países do mundo, vem sendo governada, por Narendra Modi e o seu partido Bharatiya Janata Party (BJP): partido este de alinhamento ao Hindutva, movimento ultranacionalista hindu. Vários estudos estavam sendo feitos a partir da ascensão deste movimento nos últimos 10 anos, contudo, a pandemia foi um momento decisivo para uma melhor compreensão e confirmação de uma série de preocupações existentes. Durante a pandemia notou-se um grave processo de intensificação em forma de um discurso mais radicalizado junto com uma institucionalização de medidas significativas em contexto de restrições aos direitos das minorias, em especial dos muçulmanos. Simultaneamente, observou-se a construção da imagem do país como uma grande potência, com os valores hindus se entrelaçando com o processo de modernização do país, visando exportar ao mundo o projeto político indiano. A partir deste processo foi levantado o seguinte questionamento: estaria a Índia envolvida em um projeto de uniformização étnica, buscando estabelecer um Hindu Rashtra (Estado hindu), tanto em âmbito doméstico quanto internacional? Este trabalho pretende dar continuidade à análise do cenário político da Índia atual com um foco na transformação da Índia em um *Vishwa Guru* (guru mundial) que exporta uma versão mais branda do nacionalismo hindu enquanto um movimento político moderno, ambicioso e global (Hansen, 1999). Também pretende-se utilizar de relatórios de Organizações Intergovernamentais e de Organizações Não Governamentais respaldadas internacionalmente e de informações veiculadas por grandes meios de comunicação, além de analisar discursos feitos pelo Narendra Modi relativos ao tópico em questão. A seguir, pretende-se desenvolver uma reflexão, acerca da possível construção de uma etnocracia e possíveis paralelos e especificidades em relação ao caso de Israel. Entre os autores que servirão de referência teórica para este trabalho estão a Catarina Kinnvall, a Banu Subramaniam e o Giorgio Shani.

BIBLIOGRAFIA: Kinnvall, C. Globalization and Religious Nationalism: Self, Identity and the Search for Ontological Security. 2004. *Political Psychology* 25 (5): 741-768 Shani, Giorgio. Towards a Hindu Rashtra: Hindutva, religion, and nationalism in India, *Religion, State & Society*, 2021, 49:3, 264-280 Subramaniam, Banu. *Holy Science: The Biopolitics of Hindu Nationalism*. University of Washington Press, 2019.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1619**

TÍTULO: **A CRISE DOS CUIDADOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS DADOS DO CENSO 2022**

AUTOR(ES) : **FRANCISCA DE PAULA NUNES DE LIMA**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a crise dos cuidados e seus impactos no Brasil por meio dos dados apresentados no Censo Demográfico 2022, fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda da natalidade observada nos últimos anos e o envelhecimento da população brasileira mostram que a economia dos cuidados está passando por uma transição: antes, o foco era voltado às crianças e ao desenvolvimento infantil, contudo, com essa transformação na pirâmide etária, atrelada substancialmente à entrada das mulheres no mercado de trabalho, o alvo principal dos cuidados passa a ser a população mais idosa. Sob essa perspectiva, observa-se que a força de trabalho que desempenha a gestão dos cuidados, ainda que não seja reconhecida e remunerada como tal, é composta por mulheres, por meio de uma construção social que institucionaliza uma divisão sexual do trabalho a partir de elementos históricos relativos à construção e consolidação do sistema capitalista enquanto modelo econômico hegemônico. Entende-se, portanto, a crise dos cuidados como uma precarização dos trabalhos, formal e doméstico, desempenhados pelas mulheres ao longo do tempo. A metodologia aplicada parte de uma exploração bibliográfica sobre o tema da crise dos cuidados, em um escopo socio-econômico, somada à descrição de estatísticas do Censo. O principal referencial teórico utilizado para analisar as possíveis consequências das mudanças demográficas apresentadas pelos dados do IBGE parte, primordialmente, da Teoria da Reprodução Social, desenvolvida por Tithi Bhattacharya (2017), que enfatiza como o nascimento do capitalismo promoveu a categorização de um trabalho que sequer é conhecido enquanto atividade laboral e essencialmente realizado por mulheres, destacando a necessidade de se discutir a questão de gênero. Essa invisibilidade que, por sua vez, faz com que as mulheres tenham que desempenhar múltiplas jornadas de trabalho (FEDERICI, 2019). Também será estudado como essa crise dos cuidados se relaciona com o avanço do capitalismo neoliberal patriarcal financeirizado à luz das contribuições de Nancy Fraser (2020). Cabe destacar, dentro desse contexto, como a discussão sobre tais aspectos não é considerada ou vista pelas esferas públicas e privadas, que não propõem soluções viáveis para a resolução dessa crise, tendo em vista que a mesma é primordial para a permanência e expansão da acumulação de capital objetivada pelo sistema, ainda mais após a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Como resultado, tem-se que, apesar das alterações estatísticas relacionadas à pirâmide etária brasileira e à composição da força de trabalho no mercado de trabalho, a mudança mais perceptível foi a do público-alvo que necessita de maior atenção, uma vez que a crise dos cuidados ainda é, majoritariamente, gerida por mulheres, multiplicando a jornada de trabalho desempenhada.

BIBLIOGRAFIA: BHATTACHARYA, Tithi. Social reproduction theory: Remapping class, recentring oppression. 2017; FRASER, Nancy ; RODRIGUES, Ivan. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, v. 27, n. 53, p. 261-288, 2020; FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Editora Elefante, 2019

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1631**

TÍTULO: **PESCA INTERNACIONAL E CRISE CLIMÁTICA GLOBAL: OS DESAFIOS DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES**

AUTOR(ES) : **LUANA COSTA E SILVA**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

O presente estudo busca apresentar quais as principais alterações vêm ocorrendo nos oceanos devido à crise climática global e como estas são prejudiciais ao setor pesqueiro internacional. A partir desse recorte, visa explicar como os mecanismos jurídicos existentes são ineficazes para a contenção e inibição das problemáticas. Para, então trazer à tona o embrionário instituto do Direito Internacional das Catástrofes é trazido como o ramo jurídico potencial para tratar tanto das catástrofes iminentes como aquelas que podem vir a ocorrer traçando resoluções em harmonia com setores de interesse da atividade pesqueira, seja no âmbito preventivo ou corretivo.

Perante esse contexto, é fundamental esclarecer que a pesquisa tem como objetivo geral expor como se desenrolam as alterações no ambiente marinho ocasionadas por fatores exógenos, de que forma esses fenômenos são prejudiciais à pesca e quais os mecanismos do Direito Internacional para a manutenção dessa relação. Como objetivo específico visa apresentar de que maneira o Direito Internacional das Catástrofes pode ser usado como mecanismo para combater as mudanças climáticas que causam prejuízos alarmantes para a pesca.

Ademais, a pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo e a técnica bibliográfica, reunindo livros e artigos referentes ao tema. A divisão dos tópicos busca em primeiro plano expor o cenário do meio ambiente marinho na atualidade, trazendo à tona as mazelas enfrentadas sob um ponto da atividade pesqueira. Em seguida, apresenta quais os mecanismos jurídicos utilizados na contenção e prevenção das problemáticas explanando também suas fragilidades. Restando evidente que os dispositivos vigentes são ineficazes para lidar com as necessidades de desenvolvimento econômico em harmonia com uma gestão sustentável.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. O Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto memória, 2021. On The Stability Of Fishery Agreements Under Exogenous Change: An Example Of Agreements Under Climate Change. Elsevier, Esbjerg. Fisheries Research, 2010. ZANELLA, Tiago V.. Os tratados internacionais de direito do mar e seus efeitos sobre terceiros estados. Revista de Direito Internacional, Brasília, v. 12, n. 1, 2015.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1633**

TÍTULO: **MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO RIO DE JANEIROMA**

AUTOR(ES) : **JULIANA LOPES FERREIRA,ANNA BORGES DO AMARAL OLIVEIRA,MANOELA SILVA DA CONCEIÇÃO**

ORIENTADOR(ES): **MARILSON SANTANA**

RESUMO:

A presente pesquisa objetiva identificar e apresentar as atividades de Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado do Rio de Janeiro no tema da mediação de conflitos em seus cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Considerando a necessidade de reformulação do projeto pedagógico do curso para contemplação de conteúdos que versem sobre métodos adequados para gestão de conflitos, tais como a negociação e mediação. Compreende-se como atividades, para fins deste trabalho, aquelas ações desenvolvidas por grupos, programas, núcleos, polos, eventos ou projetos de ensino, pesquisa e extensão que construam ou reconstruam práticas de negociação e mediação de conflitos. Assim, em primeira etapa, utilizar-se-á a metodologia da análise quantitativa para levantamento de dados e informações para se produzir um mapeamento quantitativo das Instituições de Ensino Superior no Rio de Janeiro que desenvolvem atividades voltadas para mediação. Além do número de atividades realizadas, pretende-se levantar as publicações disponíveis e conhecimento produzido e publicado a partir dessas iniciativas. Em segunda etapa, utilizaremos a metodologia de análise qualitativa para diagnóstico das atividades, identificando-as e compreendendo os pressupostos teórico-metodológicos utilizados por cada IES na execução das práticas e como funcionam eventuais parcerias com a sociedade civil, entidades governamentais e não governamentais no trato desse tema. Dessa forma, o presente trabalho visa verificar se e como os cursos de graduação em Direito vêm contemplando esse conteúdo. Com o mapeamento obtido, será possível compreender o espaço da mediação de conflitos dentro do ensino jurídico e também sua influência na sociedade civil a partir da análise das atividades desenvolvidas pelos núcleos encontrados. Assim, poder-se-á, então, compreender o avanço da mediação, da negociação e de outras formas de gestão de conflito nas Instituições de Ensino Superior com fono nas análises realizadas naquelas situadas no Estado do Rio de Janeiro.

A demarcação teórica desta pesquisa tem como pano de fundo mais amplo a teoria do agir comunicativo de Habermas (1997a, 1997b), especialmente no diálogo que esta teoria produz entre direito e democracia. No âmbito da mediação e negociação, limita-se ao campo da chamada mediação linear desenvolvida Moore (1998) e também por Ury, Ushy e Patton (1995).

BIBLIOGRAFIA: CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. Direito Legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. DEMO, P. Metodologia do Conhecimento Científico. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000. GUSTIN, Miracy. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre a factidade e validade, v. I.M V.II Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a., 1997b. MOORE, Christopher W. O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: ArtMed, 1998. FISHER, Roger.; URY, William; PATTON, Bruce. Como chegar ao sim. 2ªed., Rio de Janeiro: Imago Ed., 2005.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1640**

TÍTULO: **EMPREENDEDORISMO POR NECESSIDADE: UMA ANÁLISE DE MEMES À LUZ DA FILOSOFIA DE BYUNG-CHUL HAN**

AUTOR(ES) : **SILVANIA GODOI FERREIRA, ANA CAROLINE SANTOS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARIBEL CARVALHO SUAREZ**

RESUMO:

Debates recentes dentro do tema do empreendedorismo por necessidade propõem uma conceituação mais ampla desse fenômeno capaz de contemplar o empreendedorismo motivado não apenas pelas necessidades básicas, fisiológicas ou de segurança, mas abarcar também as motivações de pertencimento, autoestima e autorrealização, mesmo em situações de precarização nas condições sociais e econômicas. O presente estudo tem por objetivo investigar essas tensões e contradições no empreendedorismo de necessidade a partir do humor presente nos memes da internet. Memes são conteúdos trocados na internet, seja sob a formas de imagens estáticas, animações gif ou vídeos, que se apresentam sob a forma de piadas ou criticismo (Davison, 2009), com potencial de se tornar viral.

A presente pesquisa nasce da interação e observação de alunas das turmas de um programa de formação Manamano, que tem por objetivo oferecer formação de gestão e suporte para empreendedoras da periferia. A participação das autoras como colaboradoras nesse projeto possibilitou a observação da realidade de cerca de 60 mulheres, no período entre 2020-2023. Nas interações foi possível vislumbrar conteúdos que traziam tanto os aspectos de valorização e orgulho por serem empreendedoras quanto questões reveladoras como condições de precarização, como o excesso de trabalho, o cansaço, a solidão e a permanente necessidade de auto-superação. A circulação de memes nos grupos de whatsapp das turmas também pareciam revelar, de forma bem humorada, temáticas que apontavam para as dores e mazelas do empreendedorismo nesse contexto.

O trabalho utiliza-se da metodologia de análise de textos culturais (Hirschman et al., 1998). Para o estudo foram selecionados 46 memes humorísticos em canais de rede social (instagram, facebook, twitter, tiktok, Youtube e Pinterest). A pesquisa foi realizada, em parte com memes criados ou compartilhados pelas empreendedoras do projeto Manamano. Para complementar o material, foi realizada ainda uma busca através de pesquisa na internet utilizando as palavras “empreendedorismo”, “empreendedor(a)”, “meme”, sendo em alguns casos citações por meio de hashtags(#).

A análise, inspirada pelas ideias do filósofo Byung-Chul Han, evidencia as tensões e contradições no discurso sobre a empreitada empreendedora, revelando tanto os aspectos simbólicos associados às lógicas de desempenho, calcadas na positividade, quanto as condições adversas e de sofrimento presentes no dia a dia dos empreendedores. O estudo analisa quatro temáticas recorrentes nos memes sobre o empreendedorismo: 1) (des)glamourização do empreendedorismo, 2) auto gestão e acúmulo de tarefas e habilidades, 3) engajamento e relacionamento com o cliente, 4) efeitos da precarização e cansaço.

BIBLIOGRAFIA: DENCKER, J. C., Bacq, S., Gruber, M., & Haas, M. In press. Reconceptualising necessity entrepreneurship: A contextualized framework of entrepreneurial processes under the conditions of uncertainty. *Academy of Management Review*. <https://doi.org/10.5465/amr.2017.0471>. HAN, Byung Chul. *Sociedade do Cansaço*; tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. HIRSCHMAN, Elizabeth C. et al. A Model of Product Discourse: Linking Consumer Practice to Cultural Texts. *Journal of Advertising*, [s. l.], v. 27, ed. 1, p. 33-50, 21 jun. 1998. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4189058>. Acesso em: 17 abr. 2023

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1645**

TÍTULO: **ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE GESTÃO E PRÁTICAS DE DIVERSIDADE DE GÊNERO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BRASILEIRAS DE GRANDE PORTE**

AUTOR(ES) : **DANIELLE DINIZ**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

Segundo Lopez-Rocha (2006), a diversidade é o resultado da união de pessoas com origens culturais diversas em um mesmo território, que pode, inclusive, levar a conflitos, principalmente quando não há aprendizagem e conscientização cultural por parte dos integrantes de uma organização. A desigualdade de gênero é um tipo de desigualdade ainda predominante na sociedade moderna. Apesar dos avanços das mulheres no mercado de trabalho ao longo dos últimos anos, as mulheres ainda são minorias em cargos de alta liderança (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). As mulheres também sofrem com as diferenças salariais, outro tipo de desigualdade, que tem entre as causas para tais desigualdades, a presença de estereótipos e preconceitos prejudicando o progresso das mulheres (HRYNIEWICZ; VIANNA, 2018). Um terceiro tipo de desigualdade é a divisão sexual do trabalho, na qual existe a atribuição de tarefas diferentes de acordo com o sexo biológico, o que leva a uma divisão de funções baseadas em produtividade e remuneração (PRONI; PRONI, 2017). Embora muito se tenha avançado em termos de regulações e acordos coletivos no Brasil, são necessárias iniciativas privadas de promoção de equidade de gênero, que tem como principais influências, o aumento de processos e casos de abusos, assédios e desigualdades salariais; a imagem reputacional; a pressão de instituições governamentais e; o crescimento da luta por igualdade por parte das mulheres (PRONI; PRONI, 2017). Desta forma, a presente pesquisa tem como objetivo **identificar quais são as políticas de gestão e práticas de diversidade realizadas por instituições financeiras de grande porte do Brasil**, visto que a promoção da equidade de gênero nas grandes corporações leva a uma mudança positiva na cultura organizacional, reduzindo as desigualdades de gênero e gerando influência nas demais instituições financeiras do mercado por serem vistas como instituições líderes (PRONI; PRONI, 2017). A pesquisa será de natureza qualitativa e descritiva, pois buscar-se-á identificar e analisar as práticas e políticas de gestão de pessoas quanto a diversidade de gênero nas organizações que serão selecionadas. Além disso, a técnica de pesquisa será documental, pois serão analisados materiais tais como relatórios de resultados, de sustentabilidade e demais documentos de políticas de gestão de pessoas que sejam públicos nos websites das instituições financeiras de grande porte, ou seja, que são classificadas como do Segmento S1 pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) do Banco Central. Para análise dos documentos levantados, será utilizado um roteiro como forma de orientação e, por fim, será feita a análise dos dados por meio da análise de conteúdo (FRANCO, 2005). Com relação aos resultados, espera-se que as instituições financeiras de grande porte analisadas apresentem iniciativas de promoção de gênero robustas que possam influenciar as demais instituições financeiras e demais organizações que buscam reduzir as desigualdades de gênero.

BIBLIOGRAFIA: HRYNIEWICZ, L.G.C; VIANNA, M.A. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. *Caderno EBAPE Brasil*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.331-344, jul./set. 2018. LOPEZ-ROCHA, S. Diversity in the workplace: issues, strategies, and perspectives. *International Journal of the Diversity*, v. 5, n. 5, p. 11-18, 2006. PRONI, T.T.R.W.; PRONI, M.W. Discriminação de gênero em grandes empresas no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.26, n.1, p.1-21, abr./mai.2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1682**

TÍTULO: **VIDA PÚBLICA: COMO OS TEMAS REPUBLICANOS IMPACTAM A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS MIGRANTES E/OU REFUGIADAS NOS ESPAÇOS ESCOLARES E DE ENSINO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **NAYANE CRISTINA DE SOUZA, KELLY MENEZES SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

O projeto de pesquisa e extensão “Vida pública: como os temas republicanos impactam a integração de crianças migrantes e/ou refugiadas nos espaços escolares e de ensino do município do Rio de Janeiro” é uma iniciativa conjunta entre o Instituto de Relações Internacionais e Defesa (IRID) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sob a coordenação das professoras Flávia Guerra Cavalcanti e Renata Bastos da Silva, o objetivo central é compreender o tema do acolhimento e a inserção de crianças imigrantes e/ou refugiadas nas escolas públicas do município do Rio de Janeiro, buscando facilitar a integração dessas crianças em sua nova realidade. Utilizando uma abordagem dialógica de Paulo Freire, o projeto realizou encontros com a coordenadora pedagógica e a direção adjunta da escola municipal Capistrano de Abreu no primeiro semestre de 2023, envolvendo discentes e docentes da UFRJ. O foco foi a realização de atividades junto à totalidade das crianças das turmas do 4º ano e 5º do ensino fundamental, da referida escola, evidenciando o tema do acolhimento e da interculturalidade. Para tal, pesquisamos sobre o assunto e selecionamos o livro “Ser estrangeiro: Migração, asilo e refúgio ao longo da história” de João Paulo Charleaux (2022). A partir de seminários que fizemos, realizados ao longo das reuniões semanais do grupo de pesquisa, discutimos o referido livro. Assim, o diálogo e a compreensão intercultural foram fundamentais para elaboração de atividades, junto a coordenação pedagógica da escola, e realizada nas referidas turmas, assim as crianças compreenderam o processo de integração a partir de atividades lúdicas. Ao considerarmos os temas republicanos, priorizamos a abordagem de valores fundamentais para a construção de uma sociedade democrática. Entre esses temas, destacamos a igualdade, a justiça social, a cidadania participativa e a diversidade cultural. Através de uma perspectiva inspirada nos princípios republicanos, o projeto visa promover uma educação que transcende as barreiras culturais e proporciona oportunidades equitativas para todas as crianças, independentemente de sua origem. O projeto espera ter e estar contribuindo para a formação de cidadãos ao aproximar a universidade pública da escola pública. Discentes de diferentes cursos da UFRJ, alinhados com temas republicanos, elaboraram as atividades realizadas nas turmas. Os resultados alcançados revelaram a importância da educação pública na construção de uma sociedade democrática e republicana. Nosso projeto destaca-se por sua abordagem inclusiva e intercultural através do debate sobre a integração de crianças migrantes e/ou refugiadas. A colaboração entre a comunidade universitária pública e a comunidade da escola pública, ou seja, da educação básica evidenciou uma promissora abordagem do acolhimento de diversas culturas, indicando um caminho para a construção de uma sociedade democrática e republicana.

BIBLIOGRAFIA: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Edição 84ª. São Paulo: Paz & Terra, 2019. CHARLEAUX, João Paulo. *Ser estrangeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1709**

TÍTULO: **O PAPEL SOCIAL DAS IGREJAS NEOPENTECOSTAIS NA ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA DO SUBÚRBIO CARIOCA**

AUTOR(ES) : **ANA CECILIA OLIVEIRA DE PAULA**

ORIENTADOR(ES): **PEDRO ROCHA FLEURY CURADO**

RESUMO:

As igrejas pentecostais somam 60% dos adeptos ao protestantismo no Brasil, religião que vem crescendo no país, passando de 15,4% da população em 2000 para 22,2% em 2010 (IBGE, 2012). Devido a isso, nota-se a expansão da inserção social dessas instituições, especialmente das igrejas neopentecostais, que apelam para as carências e necessidades do mundo atual sob amparo da Teologia da Prosperidade (GARRARD-BURNETT, 2011). Por poder social entende-se a capacidade de um ator em penetrar no cotidiano de determinada região, performando papéis nas esferas política, econômica e cultural que legitimam seu poder e se somam à sua atribuição de liderança espiritual.

Em vista disso, o presente trabalho parte de uma abordagem funcionalista da sociologia para investigar o papel social das igrejas neopentecostais. O objetivo é compreender as estratégias de inserção social dessas instituições nas zonas suburbanas da cidade do Rio de Janeiro, buscando identificar a relação entre a sua forma de ação com as especificidades socioeconômicas desses espaços. Temos como tese que a expansão das igrejas neopentecostais está relacionada com a ausência de assistência social e serviços básicos, que foi ainda mais estimulado com as reformas do Estado de corte neoliberal. Em suma, nossa hipótese é de que a inserção social das igrejas se fortalece pelas carências sociais das regiões analisadas. Tais igrejas seriam as responsáveis por fornecer espaços de sociabilidade, de construção de subjetividades e redes de apoio.

A pesquisa está dividida em duas partes. A primeira diz respeito à dimensão espacial: é necessário delimitar geograficamente o subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, assim como trazer dados quantitativos que possam desenhar sua atual situação socioeconômica. Neste século, a cidade está dividida em cinco Áreas de Planejamento (AP). Ainda que delimitar com exatidão quais são os ditos “subúrbios” seja complexo, é possível afirmar que bairros de maior renda per capita da cidade nunca são definidos assim (PERFEITO, 2020). Dessa forma, nosso foco de análise será nas AP 3 e 5, que possuem os menores índices de renda per capita (FGV, 2020). Vamos fazer um levantamento panorâmico das igrejas neopentecostais nesses espaços e como suas práticas (econômicas, sociais, morais e políticas) incidem sobre os indivíduos.

Na segunda parte, será feito um estudo qualitativo do papel das igrejas como um ator institucional cujas ações promovem coesão social e repercutem de diferentes formas no cotidiano dos indivíduos. Ademais, será observado de que forma a carência de serviços básicos e assistência social é preenchida pelas instituições religiosas neopentecostais atuantes no espaço da conexão com o sobre-humano, construtoras de um espaço de sociabilidade e formadoras de subjetividades (BERALDO, 2020). Dentre as referências bibliográficas estão as obras *As formas elementares da vida religiosa* de Émile Durkheim e *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil* de Ricardo Mariano.

BIBLIOGRAFIA: BERALDO, Ana. *Negociando a vida e a morte: estado, igreja e crime em uma favela de Belo Horizonte*. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de São Carlos, São Carlos, 2020. GARRARD-BURNETT, Virginia. *A vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina*. História: questões & debates, Curitiba, n. 55, p. 177-194, jul./dez. 2011. PERFEITO, A. Livia. *Onde fica o subúrbio carioca? Limites territoriais suburbanos no Rio de Janeiro do século XIX ao XXI*. Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, São Paulo, n. 12, jun. 2020. CENSO 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. IBGE, 29 de jun. de 2012

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1717**

TÍTULO: **SÚMULA TJRJ N.º 70: SEU PERCURSO HISTÓRICO SOB A PERSPECTIVA DA CRÍTICA CRIMINOLÓGICA**

AUTOR(ES) : **PEDRO FERNANDO GONZAGA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **SALO DE CARVALHO**

RESUMO:

A pesquisa em questão tem como tema a análise histórica da origem da Súmula 70 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a qual tem como dispositivo: "O fato de restringir-se a prova oral a depoimentos de autoridades policiais e seus agentes não desautoriza a condenação". Assim, esta súmula pode ser considerada um importante contributo para a ampliação do poder punitivo estatal, especialmente nos casos dos crimes envolvendo as condutas descritas no art. 33 da Lei 11.343/2006 (Lei de Drogas). Desvelar os meandros da referida súmula é um importante passo na direção de tornar – se tal for possível – mais racional o manejo do poder sancionador. Uma das premissas que sustentam a súmula é a de que o policial seria, nesta concepção, um servidor imune aos vícios éticos e deveras devotado ao enfrentamento da dita criminalidade. Tal visão, digna de Pollyanna, não deve parecer insólita quando se compreende o modo pelo qual os membros do Poder Judiciário fluminense se relacionam com os policiais: são os prestimosos servidores que atuam no cotidiano forense, auxiliam magistrados nas sessões de julgamento, por vezes fazem a sua segurança pessoal em razão do ofício etc. A visão, por conseguinte, que os membros do poder judiciário têm do agente de polícia é muito distinta daquela que tem a maior parte da população. O principal intento da pesquisa é descortinar o processo de elaboração da súmula desde a perspectiva crítica a fim de demonstrar as suas incoerências. Mais além, é objetivo também oferecer à comunidade acadêmica mais um trabalho que rechaça a punição ao fazer uma espécie de autópsia em instituto que tem sido utilizado largamente para condenação de pessoas, especialmente por tráfico de drogas. Para cumprir seus propósitos, foi necessário: i) acessar e registrar em meio digital – a fim de que seja consultado sempre que necessário – os autos do processo n.º 0042308-81.2002.8.19.0000 com a produção de relatório de modo a elaborar índice para facilitar busca e remissão; ii) analisar os silêncios dos magistrados quando presentes na aprovação do que viria a ser a súmula 70/TJRJ – cf. Luís Alberto Warat [1]; iii) extrair os pressupostos do texto do dispositivo em questão; e iv) identificar os casos que culminaram no precedente sumulado, sobretudo para identificar o tipo de delito que ensejou a sua redação. Todo o empreendimento se justifica pela, até o momento, inexistência de pesquisa que tenha ido às origens da Súmula 70/TJRJ, e pela urgência de tratar de temas afetos ao aprisionamento, que, no Brasil, ultrapassa a marca de 900 mil detentos. Neste sentido, importante posicionamento do Prof. Salo de Carvalho no sentido de que negas as justificativas da pena é retomar a sua natureza política [2]. Acerca da metodologia – que refuta a ideia de neutralidade do pesquisador –, esta é uma pesquisa documental, mas, pelos seus objetivos, explicativas. Ambas são combináveis como defendido pelo Prof. Antônio Joaquim Severino [3].

BIBLIOGRAFIA: [1] WARAT, Luis Alberto. O Direito e Sua Linguagem. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995. [2] CARVALHO, Salo de. Antimanual de Criminologia. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015a. [3] SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1750**

TÍTULO: **MODELAGEM DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS: UM ESTUDO COM FOCO NAS MUDANÇAS FEITAS POR K LW (2005) NO MODELO ORIGINAL DE JONES (1991)**

AUTOR(ES) : **DANILO ALMEIDA ROSA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO ALVARO DA SILVA MACEDO**

RESUMO:

O Gerenciamento de Resultado (GR ou *Earnings Management - EM*), segundo Martinez (2013), é um artifício contábil utilizado por alguns gestores de forma discricionária, porém permitida pela legislação, para manipular o relato financeiro das Cias e influenciar a percepção sobre fatos econômicos subjacentes, que são refletidos nas medidas de resultado contábil. Por se tratar de uma manipulação do resultado contábil reportado, sua identificação não pode ser feita de forma direta. Para identificar indícios de GR é necessária a aplicação de algum modelo econométrico, que busca modelar o comportamento "normal" dos *accruals* (diferença entre o lucro e o fluxo de caixa). Assim, a parte "anormal" dos *accruals* é tratada como sendo fruto de decisões discricionárias do gestor e assim uma *proxy* de GR. O primeiro modelo conhecido que procurou tratar este problema foi proposto por Jones (1991). Este modelo deu origem a vários outros modelos, inclusive o de Kothari, Leone e Wasley (2005) – K LW (2005). Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar especificamente uma das mudanças feitas por K LW (2005) no modelo original de Jones (1991), que foi a inclusão do coeficiente linear (intercepto) na estimação dos parâmetros da regressão por MQO – Mínimos Quadrados Ordinários. Para tanto, analisou-se os artigos de Jones (1991), para encontrar a justificativa de não inclusão do intercepto na estimação por MQO e de K LW (2005) para entender os motivos desta inclusão. Os resultados desta análise mostraram que, segundo K LW (2005), a inclusão do intercepto é importante para reduzir o viés de estimação dos outros coeficientes (angulares), pois fornece um controle adicional para a heterocedasticidade, não totalmente resolvida pela inclusão do Ativo Total do ano anterior (ATt-1) como deflator, e, por fim, mitiga problemas decorrentes de variáveis omitidas no modelo. Porém, segundo Jones (1991), para tratar dos problemas de heterocedasticidade, o modelo deveria ser estimado por Mínimos Quadrados Ponderados (MQP), ponderando todas as variáveis (dependente e independentes) pelo ATt-1. Neste sentido, a autora ressalta que uma alternativa seria estimar o modelo por MQO dividindo os dois lados da equação de regressão pelo ATt-1. Desta maneira, o intercepto ficaria dividido pelo ATt-1, ou seja, a regressão deixaria de ter o coeficiente linear e passaria a ter o inverso do ATt-1 como mais uma variável independente. Com base nos argumentos apresentados pelos autores em seus textos, pode-se concluir que apesar das justificativas econométricas apresentadas por K LW (2005), a inclusão do intercepto ao modelo original de Jones (1991) altera a lógica de construção do referido modelo, pois não considera que a não inclusão do mesmo é um artifício para a estimação por MQO ao invés de MQP. Para continuação da presente pesquisa, pretende-se simular com dados reais os impactos da estimação dos *accruals* discricionários (*proxy* de GR), a partir do modelo K LW (2005) com e sem o intercepto.

BIBLIOGRAFIA: JONES, J. J. Earnings Management During Import Relief Investigations. Journal of Accounting Research, v. 29, n. 2, p. 193-228, 1991. KOTHARI, S. P.; LEONE, A. J.; WASLEY, C. E. Performance matched discretionary accrual measures. Journal of Accounting and Economics, v. 39, p. 163-197, 2005. MARTINEZ, A. L. Gerenciamento de Resultados no Brasil: um survey da literatura. BBR, v. 10, n. 4, p. 1-31, 2013.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1767**

TÍTULO: **INCENTIVOS DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: ANÁLISE DA RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E AUDITORIA INDEPENDENTE SOB A ÓTICA DA TEORIA DA LEGITIMIDADE**

AUTOR(ES) : **JOANA LUCIA VIEIRA DE SOUZA, JULIA JERONIMO GOMES**

ORIENTADOR(ES): **ALINI DA SILVA**

RESUMO:

A governança corporativa está positivamente relacionada à relevância da informação contábil, por sua vez, a imagem institucional que uma empresa possui é influenciada pela sua capacidade de gerar informações contábeis de qualidade para os seus usuários, para tanto há empresas que contam com a revisão de auditorias independentes e que fortalecem a veracidade presente nas demonstrações financeiras. Dessa maneira o presente estudo tem por finalidade avaliar os efeitos da auditoria independente na relevância da informação contábil das empresas, sob a ótica da Teoria da Legitimidade. A análise do trabalho é feita sob a ótica da Teoria da Legitimidade para melhor compreensão de como o objeto de estudo afeta a imagem institucional das corporações. A metodologia do presente estudo configurou-se como descritiva na análise de seu objetivo, documental quanto à coleta de dados e quantitativa quanto à abordagem do problema. A amostra é composta por 164 empresas brasileiras de capital aberto, listadas na Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão - B3, levando em consideração o período de 5 anos, de 2018 a 2022, obtendo 820 observações. Para a construção da pesquisa, utilizou-se para mensurar o Value Relevance, o modelo de Ohlson (1995), e a auditoria independente, que foi analisada através dos valores dos honorários de auditoria e de não auditoria, tamanho da firma (Big Four ou não) e opinião da auditoria. Com o objetivo de gerar os testes estatísticos foi feita a winsorização dos outliers, seguida da aplicação de pressupostos, para execução do modelo de Ohlson (1995), que tem como variável dependente o valor de ação das empresas, analisando seu comportamento com as variáveis patrimônio líquido e lucro. Observou-se, como resultados preliminares, que durante o período e considerando as entidades analisadas, o patrimônio líquido e o lucro foram relevantes para os investidores. Ao considerar a auditoria independente, apenas os honorários de não auditoria influenciaram na relevância da informação contábil do patrimônio líquido, demonstrando que quanto mais honorários de não auditoria são pagos, menos relevante se torna o patrimônio líquido para os acionistas. As demais variáveis de auditoria não apresentaram resultados significativos. Esta pesquisa contribui para o aumento da relevância presente nas demonstrações econômicas e financeiras que representam a situação das entidades, buscando estar mais próximo da realidade quanto possível, e isso sob a ótica da Teoria de Legitimidade, possui um impacto positivo na imagem institucional das empresas de capital aberto, já que possibilita aos seus gestores fazer uso dessa análise para prevenir altos honorários de não auditoria, para aumento de relevância do patrimônio líquido da entidade perante seus usuários, principalmente os acionistas e possíveis investidores. Estes achados demonstram a importância de realização de mais pesquisas sobre o assunto.

BIBLIOGRAFIA: DECHOW, P.; GE, W.; SCHRAND, C. Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics*, v. 50, n. 2, p. 344-401, 2010. DEEGAN, Craig. Introduction: the legitimising effect of social and environmental disclosures - a theoretical foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v. 15, n. 3, p. 282-311, 2002. OHLSON, J. A. Earnings, book values, and dividends in equity valuation. *Contemporary Accounting Research*, v. 11, n.2, p. 661-687, 1995.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1769**

TÍTULO: **RESTRIÇÕES DA QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL: ANÁLISE DO CONSERVADORISMO CONTÁBIL E CICLOS ECONÔMICOS**

AUTOR(ES) : **JULIA JERONIMO GOMES, JOANA LUCIA VIEIRA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **ALINI DA SILVA**

RESUMO:

O objetivo da presente pesquisa refere-se a analisar as restrições da qualidade da informação contábil de empresas brasileiras listadas na B3 - Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão, de forma mais específica pretende-se analisar a relação dos ciclos econômicos com o conservadorismo contábil. O conservadorismo contábil é uma abordagem utilizada na contabilidade para garantir que os registros de demonstrações financeiras sejam prudentes e reflitam a realidade financeira da empresa. Essa prática possui caráter conservador ao reconhecer receitas e despesas, evitando incertezas futuras e buscando o maior reconhecimento oportuno das perdas (BALL; SHIVAKUMAR, 2005). A presente pesquisa possui como proposta evidenciar a relação do ciclo econômico brasileiro com a qualidade da informação contábil a partir do conservadorismo contábil de empresas listadas na B3. Em termos metodológicos, a pesquisa possui coleta documental, com objetivo descritivo e abordagem quantitativa, com amostra de 163 empresas listadas na B3 - Bolsa de Valores Brasil, Bolsa e Balcão, e que representaram 2.119 observações, considerando os últimos 13 anos (2010 a 2022). A coleta de dados para mensurar o ciclo econômico de acordo com Schumpeter (1939) foi a partir do site Ipeadata e as informações de conservadorismo contábil pelo modelo de Basu (1997), foram capturadas pela base econômica. No ciclo econômico, consideramos o período de expansão (são as fases com variações do PIB acima da média e maiores que nos períodos anteriores) correspondendo aos anos de 2010, 2013, 2018 e 2021; o período de recessão (são as variações do PIB acima da média, entretanto de forma mais lenta do que na expansão) referiu-se aos anos de 2011, 2012 e 2022; o período de contração (fase em que o PIB continua a apresentar valores menores que nos períodos anteriores e abaixo da média) os anos de 2014, 2015, 2019 e 2020; e o período de recuperação (são as fases que apresentarem taxas de crescimento abaixo da média) os anos de 2016 e 2017. Como resultados preliminares, observou-se de maneira geral, considerando amostra e o período analisado, que as empresas adotaram o conservadorismo. E ao analisar o impacto do ciclo econômico no conservadorismo, percebe-se que dependendo do ciclo econômico as empresas adotavam ou não o conservadorismo, como nos períodos de contração e expansão, que foram os que as empresas mais adotaram o conservadorismo contábil em relação aos demais ciclos. Dessa forma, dado o estudo, é possível alertar aos usuários das informações sobre possíveis restrições ao nível de qualidade dos relatórios financeiros e que pode prejudicar suas tomadas de decisões.

BIBLIOGRAFIA: BALL, Ray; SHIVAKUMAR, Lakshmanan. Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of accounting and economics*, v. 39, n. 1, p. 83-128, 2005. BASU, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of accounting and economics*, 24(1), pp. 3-37. SCHUMPETER, J. A. et al. *Business cycles*. New York: Mcgraw-hill, 1939.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1774**

TÍTULO: **VIRADA DE CHAVE: DO PARADIGMA DO “PORTADOR” À “PESSOA COM DEFICIÊNCIA”:**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA DE SOUSA GOMES LAGE**

RESUMO:

O artigo objetiva analisar como as diferentes nomenclaturas empregadas para se referir a pessoa com deficiência nas inúmeras legislações brasileiras acabam por ir na contramão da noção de unidade do ordenamento jurídico. São analisadas as denominações empregadas em 03 textos normativos: a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 10.216 (Lei Antimanicomial) e a Lei nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A escolha das referidas legislações decorre de sua relevância para o debate da Pessoa com Deficiência no contexto jurídico brasileiro. O texto mobiliza, também, as inovações trazidas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, recepcionados pelo direito nacional. São utilizados os conceitos teóricos de unidade do ordenamento jurídico desenvolvidos por Norberto Bobbio e as noções do reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência trabalhados pela professora Heloisa Helena Barbosa. Bobbio e Barbosa são os referenciais teóricos principais do trabalho. Trata-se de pesquisa, essencialmente, bibliográfica. É utilizado o método dedutivo: se parte da ideia geral da necessidade de coerência do ordenamento jurídico para o recorte específico da ausência de padronização de nomenclatura na legislação brasileira no que se refere à pessoa com deficiência. É ressaltado que a Constituição Federal é um marco da redemocratização do país e que como resultado da ampla participação popular e do pleiteamento de tutela dos cidadãos que apresentavam algum tipo de deficiência evocados durante a Constituinte, o texto constitucional normatizou parte dessas demandas. Sobre isso, é evidenciado que em todas as passagens constitucionais que mencionam o tema há a utilização do termo “portador de deficiência”. E trabalhado que “Portador” não transmite de maneira adequada a condição dessas pessoas, visto que o cidadão não escolhe carregar ou deixar de carregar sua deficiência e que foi o Estatuto da Pessoa com Deficiência que, de fato, trouxe o emprego da nova terminologia “pessoa com deficiência”, bem como reformulou a capacidade civil do grupo PCD, conferindo a essas pessoas a capacidade civil plena. Desse modo, discute-se que a manutenção da expressão “portador” no texto constitucional e na lei antimanicomial em 2023 revela uma desatualização frente a presente compreensão terminológica e frente à atual capacidade civil plena do grupo. Com isso, perpetua-se uma heterogeneidade no tocante à nomenclatura que se refere ao mesmo grupo e o resquício de uma lógica incapacitante. Destaca-se que a utilização de uma linguagem padronizada e correta é um artifício importante para a inclusão das pessoas com deficiência, visto que as palavras, por serem signos linguísticos, apresentam dois componentes: o significado e o significante. Por fim, o trabalho recomenda a substituição da expressão “portador” por “pessoa com deficiência” no texto constitucional e na Lei Antimanicomial.

BIBLIOGRAFIA: BARBOZA, Heloisa Helena; ALMEIDA JUNIOR, Vitor de Azevedo. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, vol. 13, p. 17-37, jul./set. 2017. BARROSO, Luís Roberto. Dez anos da Constituição de 1988 (Foi bom para você também?). Revista da Associação dos Magistrados Brasileiros, vol. 5º, p.89 - 113. 2º semestre, 1998. CARVALHO. Salo de. Penas e Medidas de Segurança no Direito. Rio de Janeiro: SaraivaJur, 2015.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1786**

TÍTULO: **O SISTEMA CARCERÁRIO FEMININO NO PODER LEGISLATIVO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO NORMATIVA FEDERAL**

AUTOR(ES) : **GABRIELA PEREIRA CECCHETTI**

ORIENTADOR(ES): **CLAUDIA PAIVA CARVALHO**

RESUMO:

A presente pesquisa integra o Observatório Legislativo de Direitos Humanos e Desigualdades e se dedica a mapear e analisar como as pautas dos direitos humanos e de gênero são tratadas pelo Poder Legislativo na área penal e de segurança pública. Para tal, utiliza o Banco de dados elaborado pelo Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF/UNIFESP (Centro de Antropologia Forense da Universidade Federal de São Paulo), formulado e preenchido com base na busca nos sites do Senado Federal e na Câmara de Deputados por proposições que utilizaram a expressão “direitos humanos”, no período de 2006 a 2022, organizando-as conforme autoria, espécie normativa, status de tramitação, tema, entre outras categorias (MONTEIRO, 2020). A partir deste levantamento e da constatação de uma presença significativa de proposições relacionadas à matéria penal e de segurança pública, objetiva-se compreender de que forma a pauta dos direitos humanos se articulou com essas temáticas e, especificamente, como lidou com o encarceramento feminino, seja na perspectiva de garantia de direitos e de melhoria das condições prisionais, seja em uma perspectiva punitivista. Seguindo abordagens metodológicas de pesquisa empírica, especialmente de análise documental, a pesquisa analisa as proposições legislativas que trazem a pauta dos direitos humanos e seus trâmites a partir de perspectivas teóricas que os consideram como um território de disputa, e não um conceito intangível e apolítico (MOYN, 2010). Para tal, utiliza métodos quantitativos e qualitativos, buscando, de um lado, avaliar as estatísticas relacionadas às proposições em matéria de cárcere feminino; e, de outro, examinar criticamente a tramitação, os debates legislativos e os impactos para a proteção de direitos de pessoas privadas de liberdade. Após a seleção de proposições que se relacionam com situação carcerária, aumento de pena e criminalização, buscamos categorizá-las de acordo com a) o objetivo pretendido com a utilização do termo direitos humanos, podendo ser este a proteção de direitos de pessoas encarceradas ou a ideia de que o aumento da repressão penal promove direitos humanos e b) dentro da categoria “direito penal como instrumento de proteção de direitos humanos”, se há um enfoque na proteção dos direitos individuais à segurança e à propriedade privada ou um desprezo pela noção de direitos humanos de forma geral. Na próxima etapa da pesquisa, pretendemos aprofundar a compreensão sobre como as casas legislativas tratam da questão carcerária, em particular feminina, refletindo e produzindo preconceitos. Acreditamos que a análise proposta, considerando o balanço das medidas propostas e aprovadas, os atores e discursos mobilizados, os entraves à tramitação e aprovação, ajudará a qualificar o diálogo entre a legislação e as políticas públicas penitenciárias com perspectiva de gênero e direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA: MONTEIRO, Eduarda Ribeiro. Relatório final Observatório da Proteção dos Direitos Humanos: Proteção dos espaços de ativismo por Direitos Humanos - Monitoramento Legislativo, 2020. Disponível em: [https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo\\_site/observat%C3%B3rio%20dos%20direitos%20humanos/Relat%C3%B3rio%20Monitoramento%20Legislativo.pdf](https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/observat%C3%B3rio%20dos%20direitos%20humanos/Relat%C3%B3rio%20Monitoramento%20Legislativo.pdf) MOYN, Samuel. The Last Utopia: Human Rights in History. Harvard University Press, 2010. JSTOR, <https://doi.org/10.2307/j.ctvj2vkf>. Acessado em 23 Nov. 2023. BORGES, Juliana. Encarceramento em Massa. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1892**

TÍTULO: **TELETRABALHO E O DIREITO À DESCONEXÃO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE BRASIL E ESPANHA**

AUTOR(ES) : **LARISSA ELIZA PEREIRA TAVARES**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO COUTINHO**

RESUMO:

Esta pesquisa é realizada no âmbito do grupo *Configurações Institucionais e Relações de Trabalho (CIRT)*, vinculado ao projeto *Trabalho e reformas: experiências comparadas*. Estuda as reconfigurações do Direito do Trabalho em suas facetas institucionais frente às mudanças encontradas no contexto contemporâneo, isto é, as mudanças sociais, tecnológicas e políticas que perpassam pela sociedade, tendo como recorte específico a regulação do teletrabalho e do direito à desconexão no Brasil e na Espanha. Ambos os países vivenciaram processos de reformas laborais envolvendo o teletrabalho. Conforme Trillo Párraga (2021), um dos quatro momentos de impulso ao teletrabalho decorreu no contexto das restrições sanitárias ocorridas durante a pandemia, no qual foi possível observar a generalização do trabalho remoto por diferenciados setores econômicos e profissionais. A partir de revisão bibliográfica, a pesquisa busca mobilizar conceitos que expliquem a natureza do teletrabalho e do trabalho remoto (Grillo e Soares, 2022), e compreender as especificidades que envolvem essa modalidade laboral e sua normatividade. Em seguida, realiza o cotejo da legislação existente nos países estudados, procede ao levantamento e análise de casos judicializados em ambos os países que embarcam a temática, especialmente litígios envolvendo trabalho remoto e direito à desconexão no teletrabalho. Para o levantamento sobre os conflitos e decisões judiciais brasileiras utilizou-se as plataformas próprias do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST), com o uso de palavras-chave como “teletrabalho” e “direito à desconexão”. Na Espanha, o levantamento foi realizado utilizando a plataforma de busca CENDOJ, com as palavras-chaves “*derecho a la desconexión*” e “*teletrabajo o trabajo a distancia*”. Levando-se em consideração os recentes avanços legais sobre na matéria na Espanha, com legislação garantista sobre trabalho remoto e garantia legal do direito à desconexão, a pesquisa objetivou verificar os litígios e questões judicializadas em realidades laborais e normativas distintas. Como resultado inicial, foi possível encontrar três causas majoritárias de judicialização desses litígios na jurisdição brasileira: resistência entre a manutenção do teletrabalho e retorno ao regime presencial, controle da jornada de trabalho (horas extras e sobreaviso) e compensação dos custos com equipamentos. Um dos achados da pesquisa sugere que a escassa proteção existente na legislação brasileira e a baixa regulação corrobora o tipo de controvérsia judicializada, enquanto, por outro lado, na Espanha, país que vivenciou processo de reforma trabalhista protetivo em 2021 (Grillo, 2023) a fim de abarcar os direitos concernentes ao teletrabalho possui um escopo legal muito mais amplo, que, consequentemente, ampara as pretensões judiciais dos seus cidadãos.

BIBLIOGRAFIA: GRILLO, Sayonara; SOARES, José Luiz. Trabalho remoto e direito: mapeando a produção normativa em pandemia. *Revista Direito e Práxis*, Ahead of print, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: link para o artigo. Acesso em: 25 de nov. de 2023. DOI: 10.1590/2179- 8966/2023/70072. GRILLO, Sayonara. Centralidade do Trabalho e Políticas de Governo: A Experiência Espanhola para além das Reformas Laborais. *Direito Público*, [S. l.], v. 20, n. 107, 2023. DOI: 10.11117/rdp.v20i107.7445. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/7445>. TRILLO PÁRRAGA, Francisco. Trabajo a distancia y teletrabajo en el sector privado y público. *Albacete: Bomarzo*, 2021.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1944**

TÍTULO: **MAPEANDO AS FINTECHS NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **LARA JULYA BASSACO BONATTI, FRANCISCO DIOGO ALVES ALBUQUERQUE, LEONARDO MOREIRA FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **NORBERTO MONTANI MARTINS, GABRIEL PORTO MACHADO**

RESUMO:

O trabalho continua os estudos do Grupo Observatório do Sistema Financeiro (grupo de pesquisa vinculada ao Instituto de Economia da UFRJ) e constitui-se em texto para a discussão e base de dados (constituída a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil) para mapear as Fintechs presentes no Sistema Financeiro Brasileiro, provendo quem quer seja o interessado com informações consolidadas sobre o assunto. A difusão de negócios baseados em tecnologias digitais tem se concretizado nos últimos anos (principalmente a partir da segunda metade da década de 2010), e as empresas que utilizam dessas novas tecnologias são as chamadas Fintechs. As definições e as taxonomias aplicáveis às fintechs mudam entre diferentes estudos, os quais divergem, muitas vezes, em relação ao seu resultado. Disso discorre uma dificuldade no monitoramento do crescimento dessas instituições no país. Atualmente, as informações disponíveis são consistentes com uma notável resiliência do spread cobrado pelos maiores bancos, ao mesmo tempo em que existe uma tese de aumento da competição no setor bancário após a entrada das fintechs. No trabalho, busca-se testar a hipótese de que essas duas abordagens são compatíveis, de modo que seja considerado que os mercados em questão são compostos por um núcleo oligopolístico (onde estão as maiores instituições financeiras do país) e uma franja concorrencial. A manutenção de uma estrutura industrial ao longo do período analisado não significa que a entrada das fintechs tenha sido irrelevante, uma vez que poderia ainda ter causado efeitos em termos da conduta e do desempenho das instituições financeiras, mas auxiliaria na compreensão de como as medidas em favor da inovação e, portanto, da concorrência, podem esbarrar no objetivo de manutenção da estabilidade financeira. Desse modo, além de auxiliar na disponibilidade de uma discussão e base de dados de fácil acesso para pesquisadores, professores, graduandos e mestrandos, testamos se a ascensão das fintechs de fato provocou mudanças significativas no sistema financeiro local.

BIBLIOGRAFIA: FintechLab (2015). Radar FintechLab. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/index.php/2015/09/14/radar-fintechlab/>. Último acesso em 14/9/22. FintechLab (2020). Radar FintechLab. Disponível em: <https://fintechlab.com.br/index.php/2020/08/25/edicao-2020-do-radar-fintechlab-detecta-270-novas-fintechs-em-um-ano/>. Último acesso em 14/9/22. Finnovista; BID; BID Invest (2022). Fintech na América Latina: Um ecossistema consolidado para a recuperação. Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Fintech-en-America-Latin-un-ecosistema-consolidado-para-la-recuperacion.pdf>. Último acesso em 14/9/22.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **1972**

TÍTULO: **REFÚGIO CLIMÁTICO: MIGRAÇÃO DEVIDO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS.**

AUTOR(ES) : **ESTER GERONIMO PEREIRA DA SILVA, DÉBORA QUEIROZ**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

As mudanças climáticas decorrentes do aquecimento da terra têm se intensificado nas últimas décadas, impactando diferentes comunidades ao redor do mundo, seja através das mudanças nas temperaturas ou até mesmo o aumento do nível do mar. Desse modo, uma nova categoria surge no cenário internacional, chamada de "refugiados climáticos", em referência àquelas pessoas que em decorrência das mudanças do clima tiveram que migrar. Estima-se que até 2050, o número de pessoas em êxodo em decorrência das mudanças climáticas será em torno de 200 milhões (MYERS, 2001)<sup>1</sup>. O caso concreto da Ilha de Tuvalu é o maior exemplo atual no cenário internacional no que tange às mudanças climáticas. O Estado insular, localizado no pacífico, sofre com a elevação do nível do mar, que pode chegar a 88 centímetros até o próximo século (EPU, 2001)<sup>2</sup>.

O presente trabalho tem por objetivo geral analisar os desafios para o estabelecimento da categoria do Refúgio Climático no cenário internacional, à luz do Direito Internacional Público, bem como do Direito Internacional das Catástrofes. Como objetivo específico, a apresentação visa compreender como as Resoluções emitidas nas Conferências das Partes - COPs que ocorrem anualmente, podem constituir soluções para o caso da Ilha de Tuvalu, prevalecendo a interpretação à luz do Direito Internacional das Catástrofes.

O trabalho que segue usa o método hipotético-dedutivo utilizando-se da análise de textos, artigos e livros acadêmicos, bem como de jurisprudências das Cortes Internacionais. Para isso, será analisado o Acordo de Paris e o Protocolo de Kyoto.

BIBLIOGRAFIA: 1. MYERS, N. Environmental refugees: a growing phenomenon of the 21st century. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, n. 357, p. 609-613, 2001. Disponível em: <<http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/royptb/357/1420/609.full.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016. 2. EPU, K.; VIVAE, H. Climate, Climate Variability and Change in Tuvalu. Tuvalu Meteorological Service. Disponível em: <[http://www.cawcr.gov.au/projects/PCCSP/pdf/14.Tuvalu\\_GH\\_Poster.pdf](http://www.cawcr.gov.au/projects/PCCSP/pdf/14.Tuvalu_GH_Poster.pdf)>. Acesso em: 28 ago. 2011.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2101**

TÍTULO: **O PROCESSO CONSTITUINTE CHILENO: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO**

AUTOR(ES) : **GABRIELA FRAGA DE LIMA MENDES DA SILVA, GISELE DOS SANTOS MIRANDA**

ORIENTADOR(ES): **LILIAN MÁRCIA BALMANT EMERIQUE**

RESUMO:

O constitucionalismo liberal constituiu um paradigma normativo que trouxe uma matriz eurocêntrica a qual prega um universalismo monocultural e colonial, com reflexos sociais presentes até hoje. Como consequência, o propósito da igualdade de gênero é afetado.

No século XXI, o Constitucionalismo Latino-americano trouxe inovações no campo democrático nos processos constituintes e nas constituições nascentes. No campo identitário, as mulheres adquirem maior protagonismo nos processos constituintes, especialmente na paridade de gênero na Convenção Constituinte Chilena (2022), o primeiro país a dar tratamento paritário para mulheres no processo constituinte. Essa é uma análise indispensável para interpretar o papel de gênero na formação constitucional chilena, permitindo uma melhor compreensão das repercussões da paridade de gênero no resultado constitucional.

Logo, este trabalho busca fazer um estudo sobre o processo constituinte do Chile, e visa analisá-lo no que diz respeito à definição e construção da igualdade de gênero e seus desdobramentos no texto constitucional. Portanto, a investigação procura verificar como o processo constituinte chileno mostrou preocupação em torno da questão da igualdade de gênero. Para tanto, faz-se primeiramente uma abordagem histórica do processo constituinte do país através de um recorte de gênero, com enfoque em como a representação feminina se revelou ao longo do tempo e seus reflexos na atualidade.

Assim, o objeto desse estudo serão os desenhos no processo constituinte e seus desdobramentos constitucionais definidos a partir da paridade de gênero. O método indutivo será utilizado para proceder a pesquisa exploratória com vistas a promover uma análise crítica de como o processo constituinte relacionado à questão da igualdade de gênero se articula no caso chileno (2022). A metodologia adotada será de estudo da Convenção Constituinte Chilena de 2022, além do uso de referências bibliográficas sobre gênero, especialmente no que se refere aos estudos feministas decoloniais.

Por fim, a pesquisa visa contribuir para um entendimento da crise democrática a partir de um olhar como resposta que vem sendo dada em questão a igualdade de gênero construída com base na paridade.

BIBLIOGRAFIA: BERNADINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico. 2ª ed. 3ª reimpressão, (Belo Horizonte: Autêntica). PISARELLO, Gerardo (2014). Procesos constituyentes: caminos para la ruptura democrática, (Madrid: Trotta). VERGÉS, Françoise (2020). Um feminismo decolonial, (São Paulo: UBU).

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2102**

TÍTULO: **AMAZÔNIA E DEFESA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA NA REGIÃO AMAZÔNICA DURANTE O GOVERNO BOLSONARO**

AUTOR(ES) : **MARIANE FERRAZ FELIZARDO**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O projeto Amazônia e Defesa é parte dos esforços do Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LESD/UFRJ) para contribuir com o estudo de temas contemporâneos e relevantes para a sociedade brasileira e tem como objetivo principal analisar a atuação do Ministério da Defesa (MD) na Amazônia durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Em relação a abordagem, a pesquisa será de caráter qualitativo, quanto aos fins a que se destina, a pesquisa será de cunho exploratório-descritiva e o nível de análise será doméstico, avaliando a relação entre a estrutura de governo, as Forças Armadas e a sociedade civil.

A parte descritiva, está ligada ao mapeamento das estruturas organizacionais do Ministério da Defesa na Amazônia, a ativação dos Comandos Conjuntos, a caracterização de suas ações, tanto as voltadas para o ambiente externo (no contexto da ajuda humanitária, como na Operação Acolhida, ou no contexto de preparação para a defesa externa, como na Operação Amazônia), quanto as voltadas para o ambiente doméstico (como a Operação Verde Brasil). A parte exploratória visa compreender as ações realizadas pelo Ministério da Defesa nas dimensões organizacional, operacional e internacional. Quanto à metodologia de procedimento, trata-se de um estudo de caso que tem por objeto de pesquisa a organização Ministério da Defesa.

A análise é realizada a partir da coleta e organização de dados referentes à atuação do MD na Amazônia durante o governo Bolsonaro, por meio de leis e outras diretrizes normativas, documentos de trabalhos e relatórios do MD, dos Comandos Conjuntos e do Ministério de Relações Exteriores. Ainda, perpassando por relatórios de órgãos governamentais e think tanks sobre as ações empreendidas pelas Forças Armadas nesse território e notícias veiculadas pela mídia a respeito da temática do projeto.

Nesse sentido, o projeto busca identificar quais as principais atividades empreendidas pelo MD no período delimitado, possibilitando a análise da consonância das ações empreendidas com a Política Nacional de Defesa e a compreensão da relação entre o discurso e a prática dos militares brasileiros na região amazônica.

BIBLIOGRAFIA: BRASIL. Ministério da Defesa. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br>. Acesso em: 27 nov. 2023. Defesa em Foco. Maceió. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/>. Acesso em: 27 nov. 2023. MARQUES, Adriana A. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese (Doutorado em Ciência Política). Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2109**

TÍTULO: **BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E BIBLIOTECAS ESCOLARES COMO PROMOTORAS DO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER**

AUTOR(ES) : **VICTORIA DE LUCENA RODRIGUES, THAMIRES DE SOUSA ANASTÁCIO**

ORIENTADOR(ES): **LUCIANE DE FATIMA BECKMAN CAVALCANTE**

RESUMO:

Como ser social, informacional e cultural, o ser humano está sempre em relações que envolvem, em maior ou menor grau, processos de mediação, sejam eles abstratos ou não. Cabe destacar que, elementos culturais podem ser desencadeadores da violência contra a mulher, uma vez que a mesma está alicerçada, dentre outras dimensões, em um fator cultural que envolve a construção social das desigualdades de gênero. Tais representações são disseminadas e construídas no seio das relações culturais engendradas na organização social e mediadas por diversos dispositivos, circunscritos em processos de comunicação de ordens simbólicas. Para Ferreira e Côrtes (2017, p. 22), a violência contra as mulheres está inserida em um leque de configurações, visto que “ocorre com diferentes nuances em distintas culturas, religiões, idades, caracterização étnico/racial, classes sociais e graus de escolaridade”. As referidas autoras ressaltam que tal violência consiste em violação dos direitos humanos e causa “prejuízos à saúde física e psicológica, atingindo negativamente o desenvolvimento social das mulheres” (FERREIRA; CÔRTEZ, 2017, p. 22). O olhar da pesquisa se volta ao contexto das bibliotecas universitárias e das bibliotecas escolares da cidade do Rio de Janeiro no que tange ao enfrentamento da violência contra a mulher, com foco nas ações desenvolvidas nesse contexto, uma vez que, sendo a informação algo que promove o protagonismo social, “o/a bibliotecário/a pode contribuir no enfrentamento da violência contra mulheres por meio da produção, organização, acesso e disseminação de conteúdos informacionais que promovam a subversão das desigualdades de gênero” como argumentam Ferreira e Côrtes (2017, p. 21). No âmbito cultural, a biblioteca pode realizar ações de valorização da mulher e da diversidade; viabilizar a apresentação de teatros, danças, palestras e rodas de leitura em torno das questões femininas, criando condições de visibilidade e empoderamento dessas mulheres (COLONO; CAVALCANTE, 2020, p. 14). Cabe destacar que proposta está em fase inicial, se caracteriza como uma pesquisa documental, descritiva e exploratória, sendo a coleta de dados por meio de documentos selecionados junto às bibliotecas, universitárias e escolares, que sejam voltadas a ações de enfrentamento à violência contra a mulher. Como forma de análise, optou-se pelo método ‘Análise de Conteúdo’, de Laurence Bardin, mais especificamente a ‘Análise Cateórica’, a qual implica em desmembramento do discurso em categorias, onde as categorias serão definidas posteriormente. Acredita-se que a abordagem proposta pela pesquisa poderá contribuir para as discussões no escopo da Biblioteconomia e Departamento de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação no que concerne ao contexto das pesquisas relativas à biblioteca universitária, biblioteca escolar e mediação cultural no âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher, visto que são poucos os trabalhos nessa área e com esse enfoque

BIBLIOGRAFIA: COLONO, Barbara Angelica; CAVALCANTE, Luciane de Fatima Beckman. Mediação da informação para mulheres: um estudo de caso sobre a Biblioteca Comunitária Abdias Nascimento em Londrina/PR. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 16, p. 1-22, jan. 2020. ISSN 1980-6949. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1262>>. Acesso em: 08 set. 2021. FERREIRA, Laizlla Cristie da Silva. ; CÔRTEZ, Gisele. Rocha. . Enfrentando a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia. Conhecimento em Ação, v. 2, p. 19-26-26, 2017.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2143**

TÍTULO: **DIVERSIDADE DE GÊNERO E RAÇA NA ALTA LIDERANÇA ORGANIZACIONAL: UM LEVANTAMENTO NO CONTEXTO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **ANA CLARA ULYSSEA VICENTE ALBUQUERQUE, REBECA DE LIMA ESTEVAM**

ORIENTADOR(ES): **LILIANE MAGALHAES GIRARDIN PIMENTEL FURTADO**

RESUMO:

A literatura em liderança está repleta de evidências que sugerem que os ambientes organizacionais ainda são muito adversos e hostis para mulheres e negros em posições de liderança. Algumas razões são levantadas na literatura para explicar isso. Por exemplo, estudiosos citam a tendência à homofilia, ou seja, a propensão daqueles que ocupam cargos corporativos de se replicar ao preencher vagas com outros semelhantes. Além disso, a ausência de representatividade de mulheres e negros contribui para a construção do "protótipo de liderança" como sendo associado a homens brancos. No que tange à questão de gênero, pode-se citar algumas práticas, como os clubes privados e as piadas sexistas que acabam por excluir e desestimular a participação das mulheres no estreitamento das relações interpessoais, fundamental para qualquer líder. Com relação à questão racial, sabe-se que as organizações impõem fortes barreiras à contratação e mobilidade ascendente de pessoas negras na hierarquia organizacional, resultantes do racismo estrutural. Esses são alguns aspectos que ajudam a explicar o motivo pelo qual o líder empresarial predominante seja de um líder homem e branco, a despeito da população negra ser maior que a branca e as mulheres terem maior participação no mercado de trabalho do que homens, de acordo com dados do IBGE de 2019. Mas, como cada vez mais existe uma pressão externa, vinda de diversos stakeholders, particularmente da sociedade civil, no sentido de exigir avanços no âmbito da diversidade racial e de gênero nas organizações, não raras as vezes as empresas têm incorporado valores e sustentado discursos voltados para a diversidade de gênero e igualdade racial, sem a respectiva adoção de ações e práticas que as viabilizem, levando ao fenômeno proposto por alguns teóricos de "hipocrisia organizacional". Nesse sentido, a presente pesquisa tem por objetivo mapear a participação de mulheres e pessoas negras nos cargos de alta liderança das 30 maiores empresas do Brasil, e posteriormente contrastar o grau de diversidade racial e de gênero observado com a existência de discurso organizacional (valores e estratégias públicas) pró-diversidade. O objetivo é avaliar até que ponto o discurso defendido tem se revertido em ações práticas que garantam o acesso de mulheres e pessoas negras aos postos de alta liderança. A pesquisa se valerá de uma metodologia quantitativa e qualitativa, que envolverá a consulta a bases de dados públicas contendo dados e informações de empresas brasileiras, para avaliação da diversidade racial e de gênero nas posições de liderança de topo, bem como consulta de materiais da própria empresa para identificação de discursos e estratégias voltadas à diversidade. Espera-se, com isso, identificar e evidenciar eventuais inconsistências entre discurso e prática organizacional, comportamento esse entendido sob o conceito de hipocrisia organizacional, bem como explorar os impactos desse fenômeno para as empresas, funcionários e para o país.

BIBLIOGRAFIA: A.S. Rosette, G.J. Leonardelli, K.W. Phillips (2008). The white standard: racial bias in leader categorization J. Appl. Psychol., 93 (4), 758-777. Eagly, A. H., & Karau, S. J. (2002). Role congruity theory of prejudice toward female leaders. Psychological Review, 109(3), 573-598. Effron, D., O'Connor, K., Leroy, H., Lucas, B. J. (2018). From inconsistency to hypocrisy: When does "saying one thing but doing another" invite condemnation?, Research in Organizational Behavior, 38, 61-75. IBGE. (2019). Pesquisa nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. Estatísticas de gênero-indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2195**

TÍTULO: **CIDADANIA EM TEMPOS DIGITAIS: REFLEXÕES SOBRE PRECARIZAÇÃO LABORAL E REFORMAS DE AUSTERIDADE**

AUTOR(ES) : **JOÃO PEDRO K. VIANNA**

ORIENTADOR(ES): **SAYONARA GRILLO COUTINHO**

RESUMO:

Na contemporaneidade, a interseção entre tecnologia e cidadania emerge como um tema crucial para compreender as transformações sociais e econômicas do século XXI. A pesquisa reflete sobre as relações entre precarização, reformas trabalhistas, desenvolvimento tecnológico e, consequentemente, seus impactos nos direitos à cidadania dos trabalhadores. Partindo da premissa de que a cidadania não se limita ao exercício de direitos políticos, mas também abrange aspectos sociais, econômicos e industriais/trabalhistas (STREECK, DUKES, 2023), a análise busca compreender como as negociações coletivas vêm sendo utilizadas para garantir a proteção (e construção) dos direitos dos trabalhadores em um ambiente cada vez mais permeado pelo domínio eletrônico. A pesquisa está vinculada ao projeto "Trabalho e reformas: experiências comparadas", desenvolvida no âmbito do grupo de Configurações Institucionais e Relações de Trabalho ("CI-RT") e busca compreender os redesenhos normativos do trabalho. Em particular, indaga como o exercício da cidadania é afetado pela agregação entre tecnologia e trabalho em um contexto de digitalização da sociedade, a partir da revisão bibliográfica e a análise dos achados derivados da coleta de dados provenientes de instrumentos coletivos de trabalho registrados. Para tanto procedeu-se a levantamento empírico no Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho (MEDIADOR) com a utilização das seguintes palavras-chave: "Segurança da Informação"; "Proteção de dados"; "Confidencialidade"; "Sigilo"; "Dados Pessoais"; "LGPLD"; e "Acesso a dados", com a catalogação dos resultados das negociações coletivas sobre a temática.

BIBLIOGRAFIA: DUKES, Ruth; STREECK, Wolfgang. Democracy at Work: Contract, Status and Post-Industrial Justice. Hoboken, NJ 07030, USA: Polity Press, 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2214**

TÍTULO: **DINÂMICA REGIONAL DOS MERCADOS DE TRABALHO NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL, 2000-2022**

AUTOR(ES) : **RAFAEL MENDONCA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **ANA CAROLINA DA CRUZ LIMA**

RESUMO:

Apesar da relativa desconcentração espacial, o padrão de desenvolvimento regional no Brasil ainda apresenta grandes disparidades em diversas escalas (local, estadual e nacional): áreas desenvolvidas são cercadas por bolsões de pobreza e polos econômicos isolados surgem em regiões menos dinâmicas. Em outras palavras, as diferenças de renda e oportunidades existem entre as macrorregiões brasileiras e dentro dessas regiões (CALDAS; LIMA, 2008).

A área mais dinâmica continua concentrada na região centro-sul. A provável justificativa para esse padrão está relacionada à desconcentração das atividades produtivas para o entorno da Região Metropolitana de São Paulo, mais especificamente para as cidades médias. Essas cidades obtiveram nos últimos anos taxas de crescimento demográfico e do PIB mais expressivas do que as grandes metrópoles brasileiras. Ressalta-se que também houve avanços nos indicadores de localidades pertencentes às regiões Norte e Nordeste, com maior quantidade de regiões apresentando níveis intermediários de desenvolvimento. Esse resultado está associado ao surgimento de polos locais (LIMA; SIMÕES; HERMETO, 2016).

Contudo, persistem áreas de baixo dinamismo no país, especialmente nas regiões Norte e Nordeste. Destaca-se que os principais centros urbanos metropolitanos brasileiros são circundados por grandes bolsões de pobreza, nos quais parcela significativa da população não possui acesso às oportunidades de renda e trabalho e está excluída dos setores formais da economia. Em síntese, a problemática regional brasileira vai além da dicotomia Sudeste-Nordeste. As disparidades de renda e emprego existem em diversas escalas espaciais. Quaisquer mecanismos de desenvolvimento regional que tenham por objetivo reduzir essas disparidades precisam incorporar simultaneamente as escalas local, regional e nacional. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), elaborada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, por exemplo, possui eixos de intervenção setorial em diversas escalas.

Nessa perspectiva, a pesquisa pretende realizar uma análise exploratória e descritiva sobre a dinâmica regional dos mercados de trabalho na região Sudeste do Brasil, entre 2000 e 2022, ressaltando as repercussões da crise econômica deflagrada em 2014 e da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 em 2020. Valendo-se de dados provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e da Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (continua) (PNAD contínua). Ressalta-se que o período observado será dividido em 4 subperíodos que aglutinam condições econômicas semelhantes. Nesse sentido, os dados obtidos por períodos serão submetidos à medidas tradicionais de especialização e localização, de modo a se observar com clareza as dinâmicas do mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA: CALDAS, R. M.; LIMA, J. P. R. Análise das Microrregiões nordestinas com sinais potenciais de aglomerações produtivas. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, v. 02, p. 130-154, 2008. LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A.; M. Desenvolvimento regional, hierarquia urbana e condição de migração individual no Brasil entre 1980 e 2010. EURE (Santiago. Impresa), v.42, pp. 29-54, 2016. MYRDAL, G. Economic theory and underdeveloped regions. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2321**

TÍTULO: **FRONTEIRAS: UMA ANÁLISE DA DIFICULDADE DA COLETA E APLICAÇÃO DE DADOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

AUTOR(ES) : **BRUNA DA SILVEIRA ELOY,CARLOS CESAR MACHADO PRIETO,CLARA BERNARDO MATTOSO MONTENEGRO,ISRAEL ROCHA RIBEIRO,ERIKA GUEDES ALVES**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO:

O estudo proposto visa analisar os desafios relacionados à coleta e aplicação de dados nas políticas públicas destinadas às fronteiras brasileiras, com enfoque nas regiões dos Arcos Norte, Central e Sul. Nesse contexto, a dimensão da defesa nacional destaca-se como um elemento relevante, devido à importância estratégica dessas áreas para a segurança nacional e para o ambiente militar. Contudo, a garantia da soberania, integridade territorial e segurança da população hoje exige uma atuação coordenada das Forças Armadas com polícias estaduais e agências municipais, com o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, com o IBAMA e a FUNAI, entre outros. No entanto, a efetividade e a implementação de políticas públicas e programas integrados como a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF), o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), são substancialmente desafiadas pela falta de capacidade de coleta de dados específicos para fronteira ou da utilização de diversas bases de dados de agências brasileiras de modo integrado visando uma política pública realmente sistêmica. Ao considerarmos as áreas de fronteiras molhadas, em contraste com outras regiões fronteiriças terrestres, a amplitude de coleta e aplicação dos dados é ainda mais complexa, já que nuances específicas como os conceitos de "cidades-gêmeas", "faixa de fronteira", "sinapse", "frente", "margem" e "zona-tampão", utilizados pelo Ministério da Integração Nacional, nem sempre buscam caracterizar as dinâmicas desses ambientes. Cabe acrescentar que a falta de uniformidade e de clareza na coleta e utilização dos dados perpassa pela terminologia inicial utilizada o que pode gerar ambiguidades e até mesmo erros, dificultando a implementação efetiva dessas políticas com base em dados. Pode-se pontuar que o IBGE, o IPEA, o MJSP (incluindo Fórum Brasileiro de Segurança Pública), a Confederação Nacional de Municípios, os Municípios e os estados fronteiriços são agências que coletam dados de relevância para compreensão da dinâmica das fronteiras. Mas essa problemática conceitual do que seria "a fronteira" somada a carência de informações permanentemente atualizadas também atuam de maneira limitante na compreensão das dinâmicas transfronteiriças. Considerando isso, esse trabalho propõe apresentar uma análise da dificuldade da coleta e aplicação de dados nas políticas públicas para as fronteiras. Quanto à metodologia busca-se explorar, por meio de levantamento bibliográfico, os impactos ocasionados pela escassez de dados na formação e análise de políticas públicas, e como essa deficiência pode ser superada de forma a atender às especificidades das faixas de fronteira. Ademais, a pesquisa visa contribuir com insights para aprimorar as práticas de gestão de fronteiras molhadas e a formulação de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: BOLÍVAR, Pêgo, et al. Fronteiras do Brasil: Referências para a Formulação de Políticas Públicas. Capítulo 6: Modelos de Governança na Fronteira Brasileira: Entre Intermitências e Continuidades. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Volume 06, 2021. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (2019-2020). Brasília, 2020. NEVES, A. J., et al. Ministério da Justiça e Cidadania Secretaria Nacional de Segurança Pública. Mapeamento das Políticas Públicas Federais na Faixa de Fronteira: Interfaces com o Plano Estratégico de Fronteiras e a Estratégia Nacional de Seg Pública.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2332**

TITULO: **ANÁLISE DA GOVERNANÇA NAS FRONTEIRAS MOLHADAS BRASILEIRAS: UMA PROPOSTA ALÉM DA SECURITIZAÇÃO**

AUTOR(ES) : **ANA BEATRIZ SPORTITSCH RODRIGUES VALENTE, DIEGO ARCANJO DA SILVA CAMPOS, GABRIELLY GRACIANO GONÇALVES, JOANA DA SILVA DIAS**

ORIENTADOR(ES): **DANIELE DIONISIO DA SILVA**

RESUMO:

Neste trabalho, aspiramos apresentar de forma atualizada os frutos da pesquisa que está sendo desenvolvida pelo grupo Gestão de Segurança e Defesa, vinculado ao Laboratório de Estudos de Segurança e Defesa (LES/IRID/UFRJ), por graduandos do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da UFRJ. O objetivo principal da pesquisa é promover a análise da governança na gestão de segurança das fronteiras molhadas brasileiras. Pretendemos, através de referências bibliográficas e documentais, propor uma análise da gestão e elaboração de políticas públicas de segurança nas faixas de fronteira brasileiras demarcadas por grandes rios e lagos, evidenciando de modo complementar a necessidade de construção de um conceito específico de "fronteiras molhadas", e sua diferença com relação à conceitos já existentes como as Águas Jurisdicionais Brasileiras e Vias Navegáveis. Como objetivos complementares, temos o intuito de pontuar um mapeamento das principais atividades ilícitas, operações de combate à essas atividades ilícitas, ressaltando a diferença nos *modus operandis* dessas, e os principais atores envolvidos. Sendo essa uma área de fronteira com características de um ambiente aquático, é necessário atentar-se às características geográficas do entorno, assim como às implicações das variáveis socioeconômicas nas dinâmicas ilícitas, e como estas poderiam ser descritas em cada um dos arcos de fronteira (Norte, Central e Sul) considerando assim características próprias de cada região, promovendo uma análise holística. A escolha do recorte geográfico para a análise foi definida pela relevância, sendo então selecionadas as três principais redes fluviais que demarcam as fronteiras brasileiras: as Bacias Amazônica, Pantaneira e Platina. Por fim, o trabalho também propõe fazer uma linha do tempo das políticas públicas brasileiras voltadas para fronteiras e os atores mais relevantes. Para essa pesquisa foi utilizada seguinte metodologia: coleta e leitura de referências bibliográficas que trabalhavam teórico-conceitualmente com a temática de fronteiras brasileiras; e coleta e leitura de documentos que delineiam ações para gestão das fronteiras brasileiras, com recorte para fronteiras molhadas, da área de defesa, de segurança e de outros ministérios que tratam do tema.

BIBLIOGRAFIA: DAS NEVES, A. J.; DA SILVA, J. C.; MONTEIRO, L.C.R. Mapeamento das políticas públicas federais na faixa de fronteira: interfaces com o plano estratégico de fronteiras e a estratégia nacional de segurança pública nas fronteiras. Brasília : Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016. KRÜGER, C.; DANTAS, M. K.; CASTRO, J. M. Políticas públicas e desenvolvimento: uma análise aplicada ao contexto da faixa de fronteira do Brasil. Em: Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas. IPEA, Brasília. v.6, 2021. BRASIL. TCU. Políticas federais para a faixa de fronteira. Em: Relatório de políticas e programas de governo 2019. Brasília, 2019

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2393**

TITULO: **DESAFIOS PARA O RECONHECIMENTO DE ALIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **THIAGO MELLO COUTINHO ENNES KLEIN, MIGUEL DE ANDRADE CAETANO CRUZ CASADO**

ORIENTADOR(ES): **MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA**

RESUMO:

O presente estudo visa tratar do reconhecimento de alimentos estrangeiros, tratados autonomamente ou como efeitos acessórios em divórcios. Desde 2005, por força do art. 105, inciso I, alínea I, da CRFB/88, o STJ tem competência para apreciação de homologação de decisão estrangeira (HDE). Sendo assim, este artigo tem como objeto de estudo as decisões proferidas pelo STJ, tendo como marco legal-temporal o novo CPC/2015, uma vez que este reformou o sistema homologatório no Brasil.

A importância dos alimentos no Direito Internacional Privado se revela pela importância econômica para os que deles dependem, e, se comprova pelo fato de a matéria ser objeto de 3 Convenções, inclusive a recente Convenção da Haia de Cobrança Internacional de Alimentos para Crianças e Outros Membros da Família de 2007, ratificada pelo Brasil em 2017. Desde então, percebe-se maior celeridade e eficiência nos procedimentos alimentícios internacionais em nossos tribunais; confirmando-se a contribuição da Convenção na fixação de colaboração entre as Autoridades Centrais dos países (Arts. 6 ao 9), além de garantia à gratuidade na assistência jurídica, em pedidos de alimentos destinados aos filhos (Art. 15).

Pelo método dedutivo, com base em análise de dados quantitativos e qualitativos das decisões homologatórias do STJ sobre a matéria, busca-se identificar o perfil da jurisprudência do STJ sobre o tema. Partindo de dados que demonstram a notada receptividade do STJ aos pedidos de homologação estrangeiros, em razão do baixo índice de indeferimento ou de deferimento parcial dos pedidos, a pesquisa busca examinar as seguintes hipóteses: 1) de que forma as Convenções internacionais, que versam sobre alimentos, contribuem, para isto; 2) em especial, qual a contribuição da Convenção da Haia para isto, uma vez que esta supostamente reforça a aplicação de mecanismos de cooperação jurídica internacional, no lugar de mecanismos mais tradicionais; 3) quanto à recusa à homologação de decisão de alimentos, identificar os principais motivos para isto, devido às hipóteses legais limitadas para isto, como por exemplo, ofensa à ordem pública e choque com a coisa julgada brasileira.

Para este último objetivo, destaca-se que será tratado, inicialmente, um *corpus* de cerca de 10 decisões emblemáticas, envolvendo essas possibilidades de controvérsia, com aprofundamento em casos específicos (HDE 1396, HDE 1863, HDE 4959, SEC 14.914) em que seja possível observar de modo cristalino as correntes de compreensão dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, quando há conflito de coisa julgada, ofensa à ordem pública e soberania nacional na homologação de acordo de divórcio internacional, com efeito acessório de alimentos, além da aplicação da Convenção da Haia, e do cumprimento de seu objetivo central de uniformizar o ordenamento vigente.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, M. V. T.; CASTRO, A. S. M.; GOMES, J. P. A. . Direito Convencional e Efeitos das Decisões de Alimentos Decorrentes de Divórcios e Dissoluções de Uniãos Estáveis Estrangeiras no Direito Internacional Privado Brasileiro. In: MENEZES, Wagner. (Org.). Direito Internacional em Expansão. Belo Horizonte: Arraes, 2023, v. XXIV, p. 235-249. TORRES, Marcos Vinicius; Reconhecimento de Divórcios Estrangeiros no Brasil após o Novo Código de Processo Civil. In: BARBOZA, H. MELLO, C. SIQUEIRA, G. (coord geral). TIBURCIO, C. RIBEIRO, M. MACEDO, P; (coord. acadêmica).. (Org.). Direito Internacional: O Futuro do Direito. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022, v. 6, p. 169-176.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2491**

TÍTULO: **RECUSA DE RECONHECIMENTO DE DIVÓRCIOS ESTRANGEIROS NO BRASIL: ESTUDO DE CASO A PARTIR DO NOVO CPC DE 2015**

AUTOR(ES) : **MIGUEL DE ANDRADE CAETANO CRUZ CASADO, THIAGO MELLO COUTINHO ENNES KLEIN**

ORIENTADOR(ES): **MARCOS VINICIUS TORRES PEREIRA**

RESUMO: O tema do presente trabalho se concentra nos casos de homologação de decisões estrangeiras de divórcio reconhecidos no Brasil pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Corte que detém esta competência, desde 2005, com base na nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 45/2004. Na jurisprudência homologatória do STJ, destaca-se o grande volume de divórcios, pela necessidade de as partes recorrerem à Corte, não somente para usufruir do novo estado civil no Brasil, mas também por conta dos efeitos acessórios decorrentes deste, a saber efeitos pessoais (alteração de nome de cônjuge, guarda de filhos) e patrimoniais (partilha de bens e pensionamento alimentício para filhos e ex-cônjuges). A grande maioria dos divórcios estrangeiros é reconhecida, total ou parcialmente, no Brasil, possivelmente pelo fato de que tradicionalmente o Brasil utiliza o sistema de delibação para análise dos pedidos de reconhecimento de decisão estrangeira, onde evita-se adentrar o mérito, por respeito à soberania estrangeira, ou seja, tão somente verificar o cumprimento de requisitos formais. Neste tocante, o art. 963 do CPC de 2015 traz um rol de requisitos que devem todos ser preenchidos, a saber: ser proferida por autoridade competente e precedida de citação regular, ainda que verificada a revelia; ser eficaz no país em que foi proferida; não ofender a coisa julgada brasileira; estar acompanhada de tradução oficial, salvo disposição que a dispense prevista em tratado; não conter manifesta ofensa à ordem pública. Partindo de dados que demonstram a notada receptividade do STJ aos pedidos de homologação estrangeiros, em razão do baixo índice de indeferimento ou de deferimento parcial dos pedidos, a pesquisa busca examinar as seguintes hipóteses: 1) quais os principais motivos para a recusa dos pedidos de reconhecimento de divórcios estrangeiros e de seus efeitos acessórios; 2) de que forma os vários tratados internacionais sobre a matéria contribuem ou não para isto; 3) como a dispensa de homologação pelo STJ, em alguns casos, facilita o reconhecimento de efeitos destes divórcios estrangeiros no Brasil. **Com base em análise de dados quantitativos e qualitativos das decisões homologatórias do STJ - a partir de um corpus de mais de 200 decisões, com o marco legal-temporal do novo CPC, que alterou a matéria -, a pesquisa busca identificar o perfil da jurisprudência do STJ sobre o tema. A fim de buscar exemplos de conflitos que levam ao indeferimento dos pedidos, serão analisados alguns casos emblemáticos, como, exemplificadamente, os seguintes pedidos indeferidos de homologação: SEC14914, SEC15832 e HDE 1527. Para um melhor tratamento dos objetivos e melhor apreciação desta proposta de tema de pesquisa, observa-se que ela é classificada como um trabalho acadêmico exploratório. Detecta-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica, no momento em que se pretende fazer uso de materiais já elaborados, tais como artigos científicos e legislação.**

BIBLIOGRAFIA: ARAÚJO, Nadia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira. Imprensa: São Paulo, Revista dos Tribunais, 2019. PEREIRA, M. V. T.; CASTRO, A. S. M.; GOMES, J. P. A. . O Reconhecimento de Divórcios e de Dissoluções de Uniãoes Estáveis Estrangeiras no Brasil por Meio de Trataados Bilaterais TORRES, Marcos Vinicius; Reconhecimento de Divórcios Estrangeiros no Brasil após o Novo Código de Processo Civil. In: BARBOZA, H. MELLO, C. SIQUEIRA, G. (coord geral). TIBURCIO, C. RIBEIRO, M. MACEDO, P; (coord. acadêmica).. (Org.). Direito Internacional: O Futuro do Direito. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Processo, 2022, v. 6, p. 169-176.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2531**

TÍTULO: **DIREITO À ALIMENTAÇÃO COMO UMA PROMESSA**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA VEIGA GOMES**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO:

O presente artigo tem como principal tema o direito à alimentação como um direito fundamental, tendo como seu objetivo a análise da Promessa Constitucional no âmbito desse mesmo direito. O proposto no artigo foi o estudo e a análise do que a Constituição Federal de 1988 prometeu e deixou de cumprir acerca do Sistema Constitucional Brasileiro do Direito à Alimentação, virando apenas uma Promessa Constitucional para o povo. Frente a isso, a pergunta que este artigo busca responder é: de que forma o direito à alimentação se tornou uma promessa? Para isso, foi utilizado como metodologia a análise de dados de diferentes intuições como o IBGE, a FAO e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), além da leitura bibliográfica atinente à temática. Para a análise do tema foi preciso, primeiramente, explicar o que seria uma promessa constitucional e a alimentação como um direito. Após isso, foi necessário explicar o direito à alimentação de forma mais ampla. Com essa base já consolidada foi possível adentrar mais no tema, e analisar a real situação do país frente à alimentação, e como esse direito fundamental tem se tornado uma grande promessa para o povo. Sendo assim, pôde-se analisar como tal direito impacta diariamente milhares de pessoas no Brasil que, sem saber quando será a próxima refeição, pode, como recentemente foi visto, entrar para a fila dos ossos, demonstrando a grande insegurança alimentar em que a população se encontra. Ainda que a fome e a insegurança alimentar fosse um problema recorrente no país, o poder constituinte originário não a anexou no rol dos direitos fundamentais sociais, se tornando um direito fundamental apenas em 2010, pelo poder constituinte reformador. Quase quinze anos depois, pouco se evoluiu em dar maior concretude ao direito à alimentação. Por isso, busca-se ressaltar os períodos históricos em que demonstram os avanços e retrocessos obtidos por meio de diferentes políticas públicas, desde a merenda escolar obrigatória em escolas públicas até o projeto de lei 1459/2022, o *pacote veneno*, traçando uma dicotomia entre o antes e o após a emenda 64, que incluiu o direito à alimentação no artigo sexto da constituição. O presente artigo, portanto, busca um olhar mais crítico frente ao direito à alimentação, haja vista a incongruência existente em que um dos maiores exportadores e produtores de alimentos do mundo tenha voltado ao mapa da fome da ONU em 2022. Assim sendo, pôde-se notar que um direito tão importante quanto ao da alimentação tenha se tornado apenas uma Promessa Constitucional, que figura constantemente nas propagandas políticas, mas muito pouco se concretiza na prática. A fome, como muitos autores já descreveram, é atroz, é amarela, e embora seja um direito não passar por ela, ainda muitos cidadãos têm apenas a promessa de se alimentar dignamente, sem saber quando será a próxima refeição.

BIBLIOGRAFIA: ARATO, Andrew. The Adventures Of The Constituent Power. New York: Cambridge University Press, 2017. BALKIN, Jack M. Constitutional Redemption. London: Harvard University Press, 2011. OLIVEIRA, Melissa Barbieri de;SERVEGNINI, Angélica Padilha. A inclusão do direito à alimentação no rol do artigo 6º da constituição federal e a questão da eficácia dos direitos sociais. Revista Faz Ciência, v .12, n.16, Jul./dez. 2010, pp. 1 79- 198.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2582**

TITULO: **A (IN)SEGURANÇA PÚBLICA E SUA PROMESSA CONSTITUCIONAL: UM OLHAR PARA O RIO DE JANEIRO**

AUTOR(ES) : **NATHALIA BARBOSA BAIA SALES SABOIA**

ORIENTADOR(ES): **DANIEL CAPECCHI**

RESUMO:

O presente artigo tem como principal tema a questão da segurança pública como um direito fundamental, tendo como seu objetivo a análise da promessa constitucional no âmbito desse mesmo direito. Ou seja, mais detalhadamente, o proposto no artigo foi o estudo e a análise do que a Constituição Federal de 1988 prometeu e deixou de cumprir acerca do Sistema Constitucional Brasileiro de Segurança Pública como um todo, virando apenas uma promessa constitucional para o povo. A pergunta que se pretende responder com este artigo é: como o direito à segurança pública foi articulado e frustrou-se, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro? Para isso, foi utilizado o método de revisão bibliográfica e análise de dados. Para a análise do tema foi preciso, primeiramente, explicar o que seria uma promessa constitucional e a segurança como um direito. Depois, foi necessário explicar o Sistema Constitucional de Segurança Pública de uma forma mais ampla. Com essa base já consolidada, foi possível adentrar mais acerca do tema, analisando casos reais para exemplificar o porquê desse direito fundamental ter se tornado uma grande promessa para o povo. Para a análise de casos reais, foi escolhida a cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, pôde-se ver como essa questão afeta diretamente a população dessa cidade, que possui um índice de violência altíssimo. Com essa introdução ao Rio de Janeiro, também foi possível discorrer acerca da atuação das polícias, observando quais seus efeitos na (in)segurança pública da cidade em suas diferentes zonas. Por fim, fala-se de uma promessa constitucional de segurança pública, com um olhar mais voltado ao Rio de Janeiro, e a todas as situações de insegurança vividas pelo povo carioca. O presente artigo, portanto, busca essa análise mais crítica em relação ao Sistema Constitucional de Segurança Pública no Rio de Janeiro, haja vista o alto índice de violência na cidade. Chega a ser, inclusive, um paradoxo, que um local conhecido como a “Cidade Maravilhosa” para o restante do mundo, seja uma cidade tão violenta e insegura para seus próprios moradores, principalmente, os marginalizados. Pode-se dizer, dessa forma, que o Rio de Janeiro é o exemplo ideal para ilustrar como um direito tão importante como a segurança pública pôde tornar-se tão obsoleto, transformando-se, apenas, em uma promessa constitucional.

BIBLIOGRAFIA: ARENDT, Hannah. Sobre a revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10 ed., 2005.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2583**

TITULO: **OBSERVATÓRIO LEGISLATIVO DOS DIREITOS HUMANOS E DESIGUALDADES: A PRODUÇÃO NORMATIVA PARA PAUTAS, GRUPOS E CORPOS SUBALTERNIZADOS**

AUTOR(ES) : **ANA CAROLINA FIDELIS DE CARVALHO, MARINNA ANTONIA ALVARENGA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CAMILLA DE MAGALHAES GOMES**

RESUMO:

O presente projeto de pesquisa pretende contribuir com a produção de dados e debates sobre como o processo de produção normativa no Brasil tem abordado pautas relacionadas a direitos humanos e desigualdades. Inserido dentro das atividades do grupo de pesquisa Corpografias – Gênero, Raça, e Direito, o projeto se desenvolve a partir das suas linhas de pesquisa dedicadas à “Decolonialidade: gênero, raça e corpografias”, “História do direito, estudos de gênero e relações raciais” e “Criminologia crítica e decolonialidade”. A proposta é fruto de uma parceria com o Observatório de Proteção dos Direitos Humanos do CAAF (Centro de Antropologia e Arqueologia Forense) da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), que tem como uma de suas frentes de trabalho o monitoramento da atividade legislativa em matéria de direitos humanos em âmbito federal. Parte-se do entendimento de que a arena legislativa oferece um campo profícuo de investigação, tendo em vista a centralidade da legislação para a confecção das políticas públicas de direitos humanos e a sua relevância aos processos, tanto de reconhecimento, como de ameaças a direitos. Nesse sentido, a partir do levantamento das proposições legislativas sobre direitos humanos, sua tramitação e seus resultados, é possível realizar estudos quantitativos e qualitativos voltados (i) à análise do processo legislativo, seus atores e discursos; (ii) à análise de impacto legislativo, tendo em vista o balanço das medidas apresentadas, aprovadas e rejeitadas. Dentro desse enquadramento mais amplo, o objetivo do projeto é analisar especificamente como a produção normativa interpela as margens, ou seja, pautas, grupos e corpos subalternizados. Interessa-nos compreender como a agenda das desigualdades – de gênero, raça e classe – é tratada no processo de formação das leis, quais atores a promovem, quais são as orientações, os enfoques e as estratégias adotadas, quais disputas de sentidos podem ser observadas, qual o papel das dinâmicas institucionais envolvendo articulações e conflitos dentro do Parlamento e entre os poderes Legislativo e Executivo. Esperamos contribuir para uma reflexão crítica sobre os limites e as possibilidades do processo legislativo no campo dos direitos humanos e das desigualdades, em especial no âmbito das normas e políticas de gênero e antirracistas.

BIBLIOGRAFIA: DOUZINAS, Costas. O fim dos direitos humanos. São Leopoldo: Unisinos, 2009. FANON, Franz. Pele negra, máscaras brancas. Trad. de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: <[http://unegro.org.br/arquivos/arquivo\\_5043.pdf](http://unegro.org.br/arquivos/arquivo_5043.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2016. PIRES, T. R. O.; LOPES, A. C. M. . Para além do colonialismo jurídico: rumo a uma concepção americana do Direito. In: Yuderky Espinosa Miñoso. (Org.). Feminismo Descolonial: Nuevos aportes teórico-metodológicos a más de una década. 1ed. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2019, v. 1, p. 103-122.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2597**

TÍTULO: **INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E POPULARIDADE CIENTÍFICAS DE PESQUISADORES/DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO NO DOMÍNIO DA CLÍNICA MÉDICA**

AUTOR(ES) : **FELIPE SILVA IZIDORO DA FONSECA, THAMIRES ANELLI RIBEIRO, THAMMYRIS BEATRIZ NANTES GARRIDO LOURENÇO**

ORIENTADOR(ES): **VÂNIA LISBOA DA SILVEIRA GUEDES, MARIA JOSE VELOSO DA COSTA SANTOS**

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo analisar a produção científica, na área disciplinar de Medicina, de docentes/pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGFM/UFRJ), Brasil, nota máxima na área de avaliação Medicina I pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Investiga-se fenômenos que regem a produção científica como propósito comunicativo por meio de indicadores de produtividade, de popularidade, de colaboração científica e de internacionalização do conhecimento. Atualmente a avaliação da ciência é vista como essencial e importante pelos membros de uma comunidade e também, pelas agências de fomento à pesquisa e bases de dados internacionais, principalmente, para a tomada de decisão em relação a parâmetros de desempenho que possam auxiliar na definição e na classificação de cientistas, periódicos e/ou instituições. O referencial fundamenta-se do ponto de vista epistemológico e empírico, em teorias, conceitos e métodos pertencentes às áreas de Bibliometria e Cientometria, na Ciência da Informação, especialmente no modelo de Produtividade e Popularidade Científica de Marshakova (1981), no conceito de redes de colaboração na ciência de Bordón e Gómez (2000) e de internacionalização do conhecimento de Santin, Vanz e Stumpf (2016). A pesquisa cientométrica caracteriza-se como quali-quantitativa e exploratória. O objetivo da pesquisa é dar seguimento à investigação da produtividade e popularidade de autores/pesquisadores da UFRJ, como previsto no âmbito do Projeto PIBIC denominado "Análise cientométrica da produtividade e popularidade de autores, em domínios científicos especializados". A seleção da área disciplinar de Medicina, como campo empírico, se justifica por ser o Módulo I do projeto e área prioritária da política científica do país, na qual a população estudada é composta de docentes do PPGFM pertencentes ao Programa de Clínica Médica da UFRJ. A metodologia abrange as etapas de coleta de dados, para a composição da amostra, e as etapas de procedimentos a seguir. Inicialmente procedeu-se com a análise do currículo dos pesquisadores na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil para o levantamento de artigos de periódicos de autoria dos docentes/pesquisadores do Programa. Após a verificação da produtividade dos docentes, nos anos de 2018-2022, identificaram-se os dois pesquisadores com maior índice de produtividade, para continuidade da pesquisa nas plataformas *Web of Science* e *Scopus*, pela análise de citação aos dois artigos mais citados de cada docente. A pesquisa encontra-se em andamento e espera-se gerar indicadores de popularidade aptos para a análise e listagem da colaboração nacional-intra e interinstitucional- e internacional; análise dos gêneros científicos de publicação de autores citantes; análise do idioma de publicação dos autores citantes.

BIBLIOGRAFIA: BORDON, M.; GÓMEZ, I. Collaborations networks in Science. In: CRONIN, B.; ATKINS, H. B. (ed.). The web of knowledge: a festschrift in honor of Eugene Garfield. New Jersey: Information Today, 2000. cap. 10, p. 197-214. GINGRAS, Y. Les dérives de l'évaluation de la recherche: du bon usage de la bibliométrie. Paris: Éditions Raisons d'Agir, 2014. MARSHAKOVA, I.V. Citation networks in information science. *Scientometrics*, v. 3, issue 1, p. 13-25, 1981.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2630**

TÍTULO: **RODAS DE DIÁLOGO, ACESSO AOS SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA.**

AUTOR(ES) : **PEDRO PAULO MONTEIRO DA SILVA NASSIF, LUCIO SOARES ANDRADE JUNIOR, JESSIKA DA SILVA FERNANDES, LUNA ALMEIDA RODRIGUES**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO:

O projeto foi iniciado em 2018 com o propósito de promover discussões presenciais sobre serviços públicos, direitos constitucionais e cidadania nas escolas da rede pública de ensino fundamental e médio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Desde sua criação, mais de 50 estudantes já participaram como mediadores nas rodas de discussão e na produção de conteúdos debatidos nas instituições de ensino. Por meio de rodas de diálogos, os responsáveis pelo projeto buscam estabelecer canais de interlocução entre a academia e a comunidade escolar, trocando referenciais teóricos, dados estatísticos, empíricos, vivências e experiências que evidenciem e problematizem as relações entre o Estado e a escala da vida cotidiana, onde se desenvolve a prática coletiva e cidadã.

O projeto opera principalmente por meio de visitas presenciais, mas devido à pandemia, passou a produzir conteúdo em suas redes sociais (Instagram e Twitter). Os extensionistas conduzem pesquisas e promovem a divulgação de diversos temas relacionados à gestão pública.

**Nosso Twitter:** [twitter.com/dialogorodas](https://twitter.com/dialogorodas)

**Nosso Instagram:** [www.instagram.com/rodas.dedialogo/](https://www.instagram.com/rodas.dedialogo/)

BIBLIOGRAFIA: Nosso Twitter: [twitter.com/dialogorodas](https://twitter.com/dialogorodas) Nosso Instagram: [www.instagram.com/rodas.dedialogo/](https://www.instagram.com/rodas.dedialogo/) Pedagogia freiriana: Defende uma educação que desperta no educando a consciência crítica das situações política, econômica e social em que está inserido, como sendo verdadeiramente uma Educação como Prática da Liberdade (CORTELLA, 2011)

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2656**

TÍTULO: **ANÁLISE INSTITUCIONAL DO PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 EM COMPARAÇÃO AO PODER EXECUTIVO NO ÂMBITO FEDERAL**

AUTOR(ES) : **SHADDE DOS SANTOS DE SOUZA, LETICIA COUTINHO DE SIQUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

Durante a pandemia, houve uma falta de colaboração federativa no Brasil, especialmente demonstrada nas relações com o Poder Executivo do âmbito federal, gerando consequências negativas para a saúde da população, principalmente a parte mais vulnerável economicamente. Nesse sentido, o Ministério Público Federal (MPF) realizou ações de modo a conter a pandemia, como por exemplo, ao analisar relatório produzido por entidades de direitos humanos em 2021 e posicionar-se a favor do tratamento médico correto em 2022. Assim, a questão de pesquisa é até que ponto as ações do Ministério Público Federal foram efetivas e adequadas para garantir o acesso ao direito de saúde, a partir de uma perspectiva institucional, e considerando o contexto federativo durante a pandemia de COVID-19. Dessa forma, usando como base a teoria institucional de Adrian Vermeule, o resultado esperado até o momento é o de que ações do Ministério Público Federal para conter a pandemia demonstram que os mecanismos da democracia fazem com que valores democráticos essenciais sejam alcançados: imparcialidade, accountability, transparência e deliberação. A metodologia consiste em analisar as ações do MPF, como as mencionadas acima, de 2020 até 2023 (considerando a pandemia de Covid-19), trabalhos acadêmicos e o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19. Ademais, a pesquisa está em fase inicial, portanto, ainda estão sendo decididas quais ações do MPF, além das mencionadas acima, serão analisadas neste trabalho.

BIBLIOGRAFIA: PERRONE, Patrícia. RESILIÊNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988: EROÇÃO DEMOCRÁTICA E RESPOSTA INSTITUCIONAL. In. GLEZER, Rubens; Barbosa, A. L. P. RESILIÊNCIA E DESLEALDADE CONSTITUCIONAL: UMA DÉCADA DE CRISE. São Paulo: Contracorrente, 2023, 73-109 SOUZA DE ALBUQUERQUE E SILVA CHIAPPETTA, Elba. CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O CONSTITUCIONALISMO DURANTE E POS-PANDEMIA DA COVID-19 E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Rondônia, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 102-121, 2020. Disponível em: <https://revista.mpro.mp.br/revistajuridica/article/view/33>. Acesso em: 28 nov. 2023. VERMEULE, Adrian. Mechanisms of Democracy. New York, NY: Oxford University Press, 2007.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2669**

TÍTULO: **DEBATE POLÍTICO NO TWITTER: PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS**

AUTOR(ES) : **MARCO ANTONIO FELIX PINHEIRO, JUAN MANUEL SALMENTÓN ALONSO**

ORIENTADOR(ES): **TAMARA TANIA COHEN EGLER**

RESUMO:

A problemática proposta nesta pesquisa é fazer uma análise da rede “tecnopolítica” (Empoli, 2019) que se forma no espaço virtual, examinando os diferentes grupos que dela participam, e tratada na pesquisa Redes, plataformas e territórios, coordenada pela professora Tamara Tania Cohen Egler. Esse projeto foi premiado pelo edital Universal do CNPq, e Cientista do Nosso Estado da Faperj. Entendendo que os posicionamentos e manifestações nas redes sociais influenciam diretamente nos fatos que transformam a sociedade e o território, em sua totalidade. Podemos identificar as principais influências nos diferentes grupos sociais representados, analisando seus discursos e como eles se articulam para difundir suas ideias e visões de mundo.

O objetivo da pesquisa é identificar os atores influentes na rede da privatização da Eletrobras, a partir de uma análise das narrativas que distinguem o campo progressista e conservador. Entende-se que esses agentes são aqueles que disseminam originalmente as ideias e constroem as narrativas que serão reproduzidas por um número significativo de seguidores. Eles atuam com frequência e possuem um grande alcance nas redes. Essas lideranças são articuladas, e divulgam massivamente os discursos.

O fato escolhido neste trabalho é a privatização da Eletrobras. O debate político em torno deste tema envolveu toda a sociedade, sendo observado dentro da rede tecnopolítica do twitter. A avaliação do debate sobre o tema na rede foi feita a partir de metodologia desenvolvida no LabEspaço, do IPPUR/UFRJ. Os dados foram extraídos na data de estreia das ações da empresa no mercado financeiro, abrangendo tweets referentes ao fato, publicados entre os dias 7 e 13 de junho de 2022.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado a partir da utilização de programas informáticos, Netlytic, responsável pela extração de dados, e Gephi, um programa que possui algoritmos que produzem a representação das redes, quando fazemos a mineração dos dados do Twitter a partir de uma ou mais palavras-chave correspondentes ao assunto. Também foram utilizadas hashtags que representam os fatos políticos associados à privatização da Eletrobras.

O desenvolvimento da pesquisa está no estágio de construção do objeto empírico e teórico. Os atores a serem analisados foram divididos em dois grupos, a favor e contrários à privatização, e subdivididos em campos – político, ideológico, ativista digital, mídia, mídia alternativa, capital econômico, cultural, defesa e segurança (Egler, 2021). Os resultados indicam os principais atores e suas narrativas, para analisar os campos a que pertencem e os interesses econômicos e políticos associados aos seus discursos. Trata-se de examinar como os discursos são construídos e difundidos no *twitter*, para produzir uma subjetividade coletiva favorável ou não à privatização. Com isso poderemos reconhecer o papel do discurso na legitimação do processo de privatização da Eletrobras.

BIBLIOGRAFIA: EGLER, Tamara Tania Cohen (2010). Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. EGLER, Tamara Tania Cohen, et al (2021). A (in)visibilidade da rede bolsonarista. EMPOLI, Giuliano da. Os engenheiros do Caos – como as Fake News, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições. Tradução Arnaldo Bloch. 1ª ed. São Paulo: Vestígio, 2019.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2699**

TÍTULO: **ANÁLISE SOCIOINFORMÁTICA DE CONFLITOS AMBIENTAIS - MINA GUAÍBA**

AUTOR(ES) : **LETICYA LOPES FREITAS PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO:

Este trabalho constitui um desdobramento do projeto de pesquisa intitulado "Análise Socioinformática de Conflitos Ambientais", que recebeu apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). Seu propósito é examinar as controvérsias originadas pela expansão da atividade mineral no Sul do Brasil, com foco no conflito ambiental resultante do processo de licenciamento do projeto de extração de carvão Mina Guaíba, localizado em Charqueadas e Eldorado do Sul, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RS).

O projeto da Mina Guaíba, destinado à extração de carvão mineral, areia e cascalho para geração de energia, está em fase de licenciamento ambiental. No entanto, enfrenta desafios devido à inadequação dos estudos apresentados para o licenciamento, incluindo deficiências na conformidade com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), negligência em relação à comunidade local e o risco de poluição em uma área de preservação ambiental crucial para a qualidade da água do Rio Guaíba.

A pesquisa aborda a análise das controvérsias, destacando a comunidade indígena Mbyá Guarani como ator principal. Suas aldeias em Charqueadas e Eldorado do Sul são diretamente afetadas, mas o estudo de impacto ambiental negligenciou sua presença, desrespeitando requisitos fundamentais, como a Convenção 169 da OIT, que exige consulta prévia, livre e informada em projetos que impactam comunidades indígenas.

A pesquisa visa compreender a trajetória dos conflitos, identificando os eventos marcantes, os atores envolvidos, as redes formadas e os argumentos a favor e contra o empreendimento. Resultados preliminares indicam que a controvérsia em torno do licenciamento, iniciada em 2018 e suspensa em 2022, destaca a importância da voz das comunidades afetadas.

A metodologia adotada inclui o uso do software "Prospéro", uma ferramenta de análise de texto para ciências sociais e humanas. O programa processa material empírico, como artigos, vídeos e postagens em redes sociais, permitindo uma análise rápida e sistemática das dimensões de temporalidade, atores e argumentos envolvidos na controvérsia. Os resultados preliminares indicam que a suspensão do processo de licenciamento foi influenciada pela mobilização de coletivos críticos, como o Comitê de Combate à Megamineração, o coletivo Medicina em Alerta e o Instituto Arayara. Essas entidades atuaram junto ao Ministério Público, alegando inadequações nos estudos apresentados e destacando a falta de articulação com a população local, infrações legais e desrespeito à Convenção 169 da OIT. Em suma, este trabalho busca não apenas analisar as controvérsias em torno do projeto da Mina Guaíba, mas também enfatizar a necessidade de considerar os impactos sociais e ambientais nas decisões de licenciamento, especialmente quando envolvem comunidades indígenas e áreas de preservação ambiental.

BIBLIOGRAFIA: Acselrad, 2004a; Diegues, 2008; Fernández Equiza, 2007; Acselrad, 2010; Porto, Pacheco e Leroy, 2013

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2752**

TÍTULO: **LITERATURA INFANTOJUVENIL FEMINISTA: MEDIAÇÃO DE LEITURA SOBRE MULHERES NA CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

AUTOR(ES) : **LARISSA PINHEIRO LOPES, GIOVANNA VALENTINI PAIVA, GILDA OLINTO DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA**

RESUMO:

O presente trabalho aborda a literatura infantojuvenil feminista sob o contexto da mediação de leitura retratando a importância das mulheres na Ciência e Tecnologia (C&T). É fundamental relatar a notoriedade da mulher na área da ciência, de modo que será apresentado seus avanços no âmbito da Ciência e Tecnologia, para tanto, conciliando a história da mulher na C&T e a mediação de leitura como uma ponte. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é discutir a promoção, mediante atividades de mediação de leitura com crianças e adolescentes, da equidade entre homens e mulheres, especialmente em relação a carreiras em C&T. Bell hooks (2021, p. 46) afirma que "a literatura infantil é um dos locais cruciais para a educação feminista, para a conscientização crítica, exatamente porque crenças e identidades ainda estão sendo formadas"; ademais, é o local de desconstruir nas meninas a ideia de que não podem ser cientistas, assim como em alguns meninos. Teixeira, Olinto e Mallmann (2021), em estudo sobre escolhas profissionais de adolescentes, percebem que as meninas tendem a não citar áreas de Ciências Exatas e da Terra como escolhas profissionais. Rigolin (2020), da mesma forma, ressalta que essas são áreas em sua maioria compostas por homens. Tem como processo metodológico a pesquisa-ação, uma pesquisa social baseada na experiência que é desenvolvida, em que o(a) pesquisador(a) e os(as) participantes, envolvidos(as) de modo cooperativo ou participativo, se associam em uma ação ou solução de um problema coletivo (Vergara, 2006). Estão em desenvolvimento atividades de mediação de leitura em escolas e bibliotecas comunitárias, com o acervo de literatura infantojuvenil feminista que está sendo construído no âmbito do projeto Crianças Feministas (CriAFem). Os resultados esperados são que crianças e adolescentes conheçam histórias de mulheres nas áreas de C&T, desconstruindo o estereótipo de cientistas apenas homens, e ampliando suas possibilidades de escolhas profissionais e de autonomia. Judith Butler (2010) insere o discurso de que não há apenas um sujeito mulher universal, mas mulheres diferentes, assim sendo possível as meninas se verem representadas.

BIBLIOGRAFIA: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. HOOKS, bell. O feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras. Tradução: Bhuvli Libanio. 16. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2021. Índice remissivo: p. 169-175. TEIXEIRA, Gabriel; OLINDO, Gilda; Mallmann, P. S. P. Estereótipos e segregação de gênero na opção por C&T: pesquisa com estudantes do ensino médio do Colégio Pedro II. In: ENANCIB, 21., Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBICT, 2021.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2802**

TÍTULO: **SÃO JOÃO MARCOS: ANÁLISE DA HISTÓRIA DO ANTIGO MUNICÍPIO**

AUTOR(ES) : **TATIANE ALVES LYRA MOREIRA**

ORIENTADOR(ES): **SUYÁ QUINTSLR**

RESUMO:

O presente trabalho consiste na análise da história do extinto município de São João Marcos (SJM) (RJ) entre 1900 e 1960. Criado no século XVIII, SJM foi um dos pioneiros na produção cafeeira no Vale do Paraíba, ganhando grande relevância econômica pra capital federal à época, o município do Rio de Janeiro. Porém, com a abolição da escravidão e esgotamento dos solos que, posteriormente, influenciaram o fim do ciclo do café na região, o município entrou em decadência econômica. Ainda assim, resistiu até a chegada da Light no início do século XX. Este trabalho tem por objetivo entender os fatores políticos, sociais e econômicos que antecederam e motivaram a extinção de SJM. Além disso, busca refletir sobre as consequências para moradores da região. Para metodologia do trabalho foi realizada a leitura de textos relacionados à reforma urbana ocorrida no século XX no Rio de Janeiro e que retratam a história do abastecimento de água. Além disso, foi utilizado o site da hemeroteca digital da Fundação Biblioteca Nacional para a busca de periódicos relacionados ao tema, ou seja, jornais de época que abordaram assuntos pertinentes à pesquisa. Na Hemeroteca, no campo “pesquisar” buscou-se a palavra exata “São João Marcos”. Optou-se por deixar o campo “período” em branco e assim ter acesso a todas as ocorrências disponíveis em cada década, sendo o material posteriormente analisado. Como resultado, podemos afirmar que as obras da Light estão entre as principais causas do fim de SJM. Elas resultaram em conflitos entre os moradores de SJM, que defendiam o tombamento do município, e a iniciativa privada e o Estado, que eram favoráveis a sua extinção para ampliação da represa de Ribeirão das Lages. Esse conflito se estendeu ao longo de várias décadas e não se limitou à questão política sobre o espaço, mas, também abrangeu questões relacionadas a salubridade do município e a saúde dos moradores e da população circunvizinha. Foi possível perceber que o século XX trouxe um cenário de modernismo para a cidade do Rio de Janeiro, porém, em paralelo ao moderno observa-se grande descaso com o município que já não apresentava potencial econômico.

BIBLIOGRAFIA: BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos, um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. 1992. MURTHA, N. A.; CASTRO, J. E.; HELLER, L. Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil. Revista Ambiente e Sociedade, 2015. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital, recurso digital disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2807**

TÍTULO: **AS POLÍTICAS MIGRATÓRIAS DA UNIÃO EUROPEIA NA REGIÃO DO MAR MEDITERRÂNEO: REFLEXÕES SOBRE IDENTIDADE E INTEGRAÇÃO REGIONAL SOB A ÓTICA DA (IN)SEGURANÇA ONTOLÓGICA**

AUTOR(ES) : **MARIA VITORIA ELICHER ALENTEJANO**

ORIENTADOR(ES): **LARISSA ROSEVICS**

RESUMO:

A União Europeia (UE) como a conhecemos hoje é fruto de um projeto de integração regional que uniu os países do continente europeu em um arranjo comum, constituído ao longo de décadas, através de disputas políticas teórico-práticas sobre critérios de valores e crenças, para além do âmbito institucional. Este elemento traz a discussão da integração para o âmbito da identidade. Ou seja, a união econômica, institucional e política também significava a construção de uma nova identidade coletiva, sem a qual os outros âmbitos não poderiam caminhar. A questão que se colocava era qual deveria ser este novo ente político que se constituía.

Construção de identidade é um conflito permanente e se relaciona numa perspectiva ontológica com a constante interação e diferenciação entre o “eu” e o “outro” (Kinvall, 2018). Assim, uma identidade se constitui porque há outra da qual se diferenciar. Algumas dinâmicas contemporâneas colocam em cheque este processo, como é o caso da migração internacional, que testa os limites desta construção identitária.

As migrações internacionais inauguram tensões em tais concepções identitárias. Colocam em cheque a rigidez da fronteira entre o “eu” e o “outro”, a flexibilidade destes limites e questionam o que define quem ou o que pode constituir parte de determinada identidade. Neste trabalho nos guiamos por estas questões para entender como o fenômeno migratório é visto e interpretado a partir da ótica da identidade e quais são as consequências destes mecanismos.

Discutimos como o fenômeno migratório, quando se torna presente no território europeu ou próximo à ele, dialoga com a questão da formação da identidade europeia. Ou seja, como as migrações, principalmente a imigração, se articulam com o paradigma da integração regional constituído na formação da União Europeia e da identidade a ela atrelada. A análise realizada tem como recorte territorial o Mar Mediterrâneo e as fronteiras externas da UE nesta região, sendo foco as políticas do bloco que se realizam no território dos países receptores e emissores dos fluxos de travessias no Mediterrâneo.

O método para esta análise consiste inicialmente de uma discussão teórica sobre paradigmas e conceitos relevantes ao tema, como identidade, (in)segurança ontológica e integração regional, seguida pela análise do regime migratório construído pela União Europeia em sua mais recente reforma, o Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo que modifica a Política Migratória Comum da União Europeia (SECA).

Demonstramos a partir do resgate do momento histórico conhecido como Crise Migratória Europeia de 2015, de que maneira o continente vem constituindo sua abordagem ao tema com relação ao Mar Mediterrâneo e de que forma isto culmina no novo Pacto. Buscamos entender quais elementos norteiam tais políticas e como se relacionam com os valores e crenças que, no passado, serviram para a constituição da Europa como um continente unido em torno de uma identidade comum.

BIBLIOGRAFIA: Kinnvall, Catarina. (2018). Ontological (In)securities and Postcolonial Imaginaries: The Emotional Appeal of Populism. *Humanity & Society*, 42(4), 523-543. <https://doi.org/10.1177/0160597618802646> Giuliani, Gaia. Afterword: The Mediterranean as a Stage: Borders, Memories, Bodies, in Gabriele Proglia (ed.), *Decolonising the Mediterranean: European Colonial Heritages in North Africa and the Middle East*. 2016, Cambridge Scholars Publishing Wenden, Catherine Wihtol de. As Novas Migrações. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.13, n.23, p. 17 - 28, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2828**

TÍTULO: **RESISTÊNCIAS URBANAS E PRODUÇÃO DE DADOS NA MARÉ**

AUTOR(ES) : **RAFAELA SOARES BATISTA**

ORIENTADOR(ES): **LALITA KRAUS, TAINÁ FARIAS DA SILVA MACIEL**

RESUMO:

A presente pesquisa trata da produção discursiva a partir do empoderamento e intervenções sociotécnicas em territórios periféricos. Algumas dessas intervenções enfrentam a incongruência de dados governamentais, como no caso da criação do Cocôzap, um projeto do Data Lab em parceria com a Casa Fluminense e a Redes de Desenvolvimento da Maré, que funciona como um canal de denúncia, debate e proposição sobre saneamento básico, abastecimento de água e coleta de lixo no território da Maré.

A ausência ou precariedade de políticas públicas que forneçam coleta de lixo e saneamento de qualidade no Complexo da Maré é uma problemática histórica e recorrente para os moradores de favela. Nesse contexto, o surgimento, em 2018, da iniciativa tecnológica e social do Cocôzap, trouxe uma nova proposta: gerar um banco de dados inédito, de forma cidadã e participativa, por meio do popularizado aplicativo Whatsapp, a fim de promover um diagnóstico do saneamento na favela da Maré. Dessa forma, além de possibilitar a visibilização do problema e a apresentação de uma narrativa em contraposição aos indicadores oficiais, esse novo canal permite a aproximação da população periférica com a produção de dados (MEIJER, e POTJER, 2018). Assim, a produção, coleta, análise e armazenamento de dados e informações digitais sobre os cidadãos e sobre a vida nas cidades é um recurso altamente estratégico.

Diante do controle cibernético da vida urbana por meio da coleta de dados, percebem-se também iniciativas que, através de uma atuação implicada com os problemas locais, inventam formas de produção de dados e evidências contra-hegemônicas, promovendo ações coletivas e de incidência nas políticas públicas (KLEBA et al, 2022).

O objetivo da pesquisa é investigar a relação entre o uso de dados e a prática ativista. As perguntas norteadoras da investigação são: de que forma são coletados e usados os dados? Com qual finalidade? Os dados fortalecem a ação política ativista? Para tanto, do ponto de vista metodológico serão realizados os seguintes passos: 1) levantamento dos artigos sobre o Cocôzap; 2) análise de materiais disponíveis online no site e nas redes sociais do Data\_Lab; 3) entrevistas com a equipe do Data\_Lab e moradores da Maré. A pesquisa se encontra em sua fase inicial.

BIBLIOGRAFIA: Kleba, J., Cruz, C., & Alvear, C. (2022). Engenharias e Outras Práticas Técnicas Engajadas. Editora da Universidade Estadual da Paraíba. MEIJER, Albert; POTJER, Suzanne. Citizen-generated open data: a public governance perspective. Government Information Quarterly, v. 34, ed. 3, p. 613-621, outubro 2018. Disponível em: <https://cutt.ly/SovBI9Y>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2878**

TÍTULO: **FIRMAR A POSIÇÃO DO PROCESSO DE EMPREGABILIDADE, AFIRMAR A PROFISSÃO DE ADMINISTRADOR**

AUTOR(ES) : **CAROLINA GIOVANNA MARTINS PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **TARSILA SANTOS RIBEIRO, FÁBIO FRANCISCO DE ARAUJO, LUCIANO RODRIGUES DE SOUZA COUTINHO, RENATO MONTEIRO**

RESUMO:

Nas últimas décadas, o campo de estudos sobre a formação de profissionais de administração presencia o crescimento de um sentimento de insatisfação, que resulta da existência de uma distância profunda entre as ambições teórico-acadêmicas e a realidade concreta das organizações e dos administradores que, nelas, trabalham; como se houvesse um fosso intransponível entre a universidade e as organizações; como se a elaboração acadêmica pouco contribuisse para transformar a condição profissional dos administradores brasileiros (PINTO et al., 2017, NICOLINI, 2003). A pergunta que orientou esta pesquisa foi muito simples: partindo das contribuições da extensão universitária, como é possível construir programas de formação de administradores que nos permitam superar essa distância, construindo o vínculo identitário entre as organizações e os administradores enfraquecido nos últimos anos, sem deixar de valorizar a dimensão universitária? Para responder essa pergunta, investigamos a produção de novas práticas de organização e a construção de novos espaços de ação profissional pelos participantes do Núcleo de Empregabilidade do Programa de Extensão Universitária TransGarçonne (UFRJ) durante uma situação de mudança cultural relacionada à reestruturação desse núcleo e a subsequente firmamento de um novo processo de empregabilidade - definido como o aumento das chances relativas do trabalhador ser inserido e permanecer no trabalho (BROWN; HESKETH; WILLIAMS, 2003). O método da pesquisa foi de natureza qualitativa baseado em entrevistas semiestruturadas realizadas com professores e alunos-extensionistas do programa, cujas construções discursivas acerca do conceito de empregabilidade foram analisadas à luz da análise narrativa. Os resultados desta pesquisa indicam a extensão como um campo identitário contestado para o exercício profissional (YBEMA et al. 2009, REED, 1999), o que enseja maior atenção ao potencial dessa ação universitária na construção do processo de socialização secundária/profissional dos administradores em formação. Partindo de uma perspectiva integral do administrador, inerente à ação (e decisão) organizacional, a pesquisa contribuiu com os estudos sobre ensino e pesquisa em administração relacionados à identidade profissional dos administradores. Implicações para os modos de organização da profissão de administração, limitações e sugestões foram tratadas na discussão.

BIBLIOGRAFIA: BROWN, P.; HESKETH, A.; WILLIAMS, S. Employability in a knowledge-driven economy. Journal of Education and Work, v.16, n.2, p.107-126, 2003. REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Eds.) Handbook dos estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999. NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de administradores?. Revista de Administração de Empresas, v.43, n.2, p. 44-54, 2003. YBEMA, S.; KEENOY, T.; OSWICK, C.; BEVERUNGEN, A.; ELLIS, N.; SABELIS, I. Articulating identities. Human Relations, v.62, n.3, p.299-322, 2009.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2911**

TÍTULO: **VIDA PÚBLICA & TEMAS REPUBLICANOS: A INTEGRAÇÃO DE CRIANÇAS MIGRANTES E/OU REFUGIADAS NO ESPAÇO ESCOLAR**

AUTOR(ES) : **THAYNÁ ALVES DE OLIVEIRA, FLÁVIA GUERRA CAVALCANTI, KELLY MENEZES SANTOS, NAYANE CRISTINA DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

O projeto de pesquisa Vida pública: como os temas republicanos impactam a integração de crianças refugiadas nos espaços escolares e de ensino do Estado, coordenado pelas professoras Flávia Guerra Cavalcanti e Renata Bastos da Silva, é fruto da parceria entre o Instituto de Relações Internacionais e Defesa e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é abordar o tema da integração de crianças imigrantes e/ou refugiadas nas escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro, à comunidade escolar, familiares, professores e funcionários das escolas. Para tal, ao longo do primeiro semestre de 2023 lemos e realizamos seminários de apresentação do livro de João Paulo Charleaux: "Ser estrangeiro: Migração, asilo e refúgio ao longo da história" (2022). Mais do que compartilhar um pouco da sua experiência com o jornalismo internacional, Charleaux introduz algumas das reflexões que traz no livro sobre a condição do estrangeiro no Brasil e no mundo. Se o estrangeiro é sempre o "outro", talvez essa realidade seja bem menos abstrata do que se imagina. Como também assistimos o filme ELEMENTOS (2023) da Disney e Pixar, um longa-metragem original que se passa na Cidade Elemento, um lugar onde os habitantes do fogo, água, terra e ar vivem. A história apresenta Ember, uma jovem impetuosa, filha de imigrantes que chega, ainda na barriga da mãe, à cidade Elemento, cuja amizade com Wade, um garoto sentimental, divertido e que segue o fluxo das coisas, desafia as suas crenças sobre o mundo no qual vivem, dirigido por Peter Sohn. Nossas ações de pesquisa são a base para a elaboração de atividades de extensão que os colegas, de nosso grupo de pesquisa, da graduação da UFRJ realizaram ao longo do segundo semestre de 2023, com crianças, do 4º e 5º ano, da escola municipal Capistrano de Abreu. Todo esse estudo redundou na oficina para a criação de uma maquete pelas crianças, envolvendo temas do livro, e do filme, que também assistimos e compartilhamos, como a migração e convívio profícuo das várias culturas brasileiras. Metodologicamente nos baseamos nas ideias de Paulo Freire, em especial seu livro: FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

BIBLIOGRAFIA: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático, Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. CHARLEAUX, João Paulo. Ser estrangeiro. Migração, asilo e refúgio ao longo da história. São Paulo: Claro Enigma, 2022. FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2914**

TÍTULO: **RESPONSABILIDADE CIVIL NA ERA DA EDIÇÃO GENÉTICA: EXPLORANDO DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DO USO DA TECNOLOGIA CRISPR-CAS EM HUMANOS**

AUTOR(ES) : **EDUARDO GOMES DE ALMEIDA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

O Direito, embora seja uma ferramenta essencial para regulamentar e moldar a sociedade, muitas vezes apresenta dificuldades para acompanhar o ritmo acelerado das mudanças tecnológicas. Novas tecnologias frequentemente surgem antes que os órgãos reguladores e legisladores possam compreender plenamente seus impactos e as implicações de adotar determinada posição legislativa ao editar as regras atinentes ao tema. Esse descompasso entre a lei e a disseminação da tecnologia no cotidiano reflete um desafio crítico no mundo contemporâneo. Por vezes, as regras estabelecidas sem o debate adequado acabam por gerar efeitos indesejados, como o desestímulo ao desenvolvimento de tecnologias ou a proteção insuficiente dos direitos individuais e coletivos.

Dentre as diversas tecnologias que rapidamente se desenvolveram nos últimos anos, destaca-se a área da genética com o desenvolvimento da CRISPR-Cas9. Essa ferramenta inovadora de edição de genes permite a modificação precisa do genoma humano, mas seu potencial para consequências imprevistas e complexidades éticas exigem um escrutínio mais detido. Diante dessa realidade, além dos questionamentos éticos acerca do uso da tecnologia, surgem também dúvidas relacionadas à responsabilidade civil das pessoas envolvidas. As considerações éticas estão interligadas às preocupações com a responsabilidade civil, já que as decisões tomadas durante o processo de edição de genes, como a seleção de genes defeituosos ou possíveis efeitos colaterais, podem afetar o bem-estar de longo prazo dos indivíduos e de seus descendentes por muitas gerações. Por essas razões, as dimensões éticas e legais do uso dessa tecnologia merecem estudo minucioso.

Alguns especialistas da área, como Mayana Zatz (2019), esperam que a edição genética seja parte da rotina das pessoas no futuro próximo. O que denota a proximidade temporal da disseminação da tecnologia de edição genética em humanos, com o potencial de revolucionar o tratamento de doenças hereditárias. O Direito está preparado para esta nova realidade?

BIBLIOGRAFIA: CLEMENTE, G. T. Edição gênica e os limites da responsabilidade civil. In: Guilherme Magalhães Martins; Nelson Rosenvald. (Org.). Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias. 1ed. Indaiatuba: Editora Foco Jurídica, 2020. ROSENVALD, N; BRAGA NETTO, F. Responsabilidade civil: teoria geral. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2023. ZATZ, M. Edição genética de humanos será rotina em 10 anos, dizem especialistas. Jornal da USP, 2019. <https://jornal.usp.br/atualidades/edicao-genetica-de-humanos-sera-rotina-em-10-anos-dizem-especialistas/> Acesso em: 03 nov 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2922**

TÍTULO: **MÃOS INVISÍVEIS: A SUBVALORIZAÇÃO DO TRABALHO NÃO PAGO**

AUTOR(ES) : **ALICE MOURA ARAUJO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARGARITA OLIVERA**

RESUMO:

A perspectiva da economia feminista direciona uma crítica que propõe um olhar estranho à tradição econômica desde o estabelecimento da economia como disciplina científica autônoma no século XVIII. Todo tipo de atividade transformadora tradicionalmente realizada por mulheres, ou seja, todos os bens e serviços que são produzidos, realizados e consumidos dentro do espaço familiar, e pelos quais não seja cobrada uma contrapartida financeira, precisamente por este motivo permanecem fora do foco de interesse da economia tradicional (FERNANDEZ, 2018).

Para mensurar essas atividades não remuneradas, que muitas vezes se restringe à esfera privada, é necessário que existam pesquisas de uso do tempo que sejam abrangentes em relação aos afazeres domésticos. Países como Argentina, Uruguai e Paraguai apresentam avanços no que diz respeito ao monitoramento do trabalho doméstico, sendo bons guias para o que pode ser elaborado no Brasil, onde há limitações no que concerne a abrangência da sessão sobre afazeres domésticos dentro da PNAD, limitações estas que contribuem para a subvalorização desse aspecto que afeta diretamente as mulheres.

As pesquisas devem ser voltadas para melhorar as estimativas sobre trabalho pago e não pago, e analisar o engajamento das pessoas em diferentes e múltiplas formas de trabalho, e as diferenças de gênero existentes no mercado de trabalho. A importância dos estudos de uso do tempo também se relaciona com as limitações das pesquisas domiciliares, já que muitas não conseguem captar o engajamento feminino no mercado de trabalho, haja vista que diversas mulheres não se enxergam como trabalhadoras e mesmo os próprios pesquisadores não as percebem dessa forma (VIECELLI, 2020).

O objetivo geral deste trabalho de pesquisa é realizar um estudo crítico acerca das lacunas e possíveis erros de estimação nos resultados do uso do tempo no Brasil devido à utilização de pesquisas domiciliares ao invés de pesquisas sobre o uso do tempo, como aquelas desenvolvidas pelos países da região. Em particular será realizado um estudo comparativo a partir da análise das metodologias e dos principais resultados das pesquisas do uso do tempo realizadas em Argentina, Uruguai e Paraguai. Analisando as problemáticas da atual pesquisa de uso de tempo e buscando a proposição de uma pesquisa específica para o campo dos cuidados para ser possível traçar um panorama fidedigno dos cuidados no Brasil, agregando dados acerca da situação econômica das mulheres e da desigualdade de gênero.

A metodologia de trabalho proposta é exploratória a partir do estudo das principais contribuições teóricas da economia feminista, assim como da análise das estatísticas descritivas sobre a esfera dos cuidados, através das estatísticas de trabalho doméstico e de cuidados não remunerados publicados como outras formas de trabalho pela PNADC/IBGE e do mercado de trabalho no Brasil publicado pela PNADC/IBGE, desde uma perspectiva de gênero e raça.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDEZ, P. M. B. (2018). Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros. Revista de Economia Política, vol. 38, nº 3 (152), pp. 559-583. VIECELLI, C. P. Economia feminista e trabalhos reprodutivos não remunerados: conceito, análise e mensuração. (2020) Tese de Pós-Graduação em Ciências Econômicas na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2941**

TÍTULO: **CÂMARAS DE MEDIAÇÃO PRIVADAS VINCULADAS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO SOBRE SEU FUNCIONAMENTO E COMPOSIÇÃO**

AUTOR(ES) : **JEFFERSON MARCELO ALVES, BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO, JULIANA LOPES FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARILSON SANTANA**

RESUMO:

O presente estudo é uma pesquisa a ser desenvolvida no Núcleo de Mediação e Conciliação da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ (NUMEC/FND/UFRJ) e tem como objeto produzir uma análise do funcionamento, composição e características principais das Câmaras Privadas de Mediação que estão cadastradas no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Deseja-se compreender, principalmente, o modo de fato e de direito como se dá a estruturação do processo de mediação, a prática e perfil de seus mediandos e mediadores. Dessa forma, os objetivos específicos da pesquisa são: (i) compreender quais são os critérios e os procedimentos de cadastramento de uma Câmara Privada de Mediação de conflitos no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJRJ; (ii) compreender como é a atuação destas Câmaras de Mediação junto a este órgão da justiça; (iii) analisar sua estrutura interna, com foco no corpo técnico de mediadores, na estrutura normativa e na demanda de casos; (iv) analisar e compreender como são conduzidos os processos das mediações nestes espaços.

A metodologia utilizada será, em um primeiro momento, o *desk research*. Com isso, pretende-se coletar dados e informações a partir da análise de sites eletrônicos. Como pressuposto da pesquisa serão realizados levantamentos e leituras de referências bibliográficas, tais como artigos, dissertações, teses, livros e demais documentos acadêmicos relativos ao tema. Em um segundo momento, pretende-se efetuar entrevistas com mediadores que atuam nas câmaras objeto deste estudo, a fim de coletar informações acerca de suas experiências como mediadores.

Como resultados esperados, pretende-se produzir conhecimento e melhor compreender a atuação das Câmaras Privadas de Mediação e seu impacto na resolução de conflitos. Espera-se, também, traçar um perfil básico dos mediadores que trabalham nestas câmaras. Ainda não há considerações finais ou parciais, devido ao inicial estágio da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA: CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. Direito Legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. GUSTIN, Miracy. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. Belo Horizonte: Del Rey, 2010. HABERMAS, J. Direito e Democracia: entre a factidade e validade, v. I. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. \_\_\_\_\_. Direito e Democracia: entre a factidade e validade, v. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. MOORE, Christopher W. O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Porto Alegre: ArtMed, 1998. Fisher, Roger.; Ury, William; Patton, Bruce. Como chegar ao sim. 2ªed., Rio de Janeiro: Imago Ed., 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **2979**

TÍTULO: **A GOVERNANÇA DE EMPRESAS DE PROPRIEDADE ESTATAL DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NA CHINA**

AUTOR(ES) : **GABRIELA MOREIRA DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

As décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por reformas no setor público em diversos países e muitos governos realizaram privatizações das empresas de propriedade estatal (EPE). A partir do final dos anos 1990, foi amplamente difundida a visão de que instituições de baixa qualidade seriam responsáveis pelos problemas econômicos em países mais pobres. Órgãos como o Fundo Monetário Internacional começaram a impor condições relacionadas ao tema da governança para o investimento em países em desenvolvimento, criando a necessidade de reformas. Diversos códigos e diretrizes foram impostos como condição e certificado de que as EPE possuem boas práticas de governança e são seguras para a realização de investimentos (CHANG, 2011; GROSSI *et al.*, 2015). Dentre os países que fizeram tais reformas, está a China, que teve como um dos seus principais objetivos a atualização da governança corporativa de maneira que o país conseguisse preservar a presença do Estado, incluindo o envolvimento do Partido Comunista Chinês, na governança das EPE (JESUS JUNIOR *et al.*, 2020). Um exemplo do avanço chinês no âmbito das empresas estatais ocorreu no setor de telecomunicações, dando origem a três dos maiores provedores de serviços de telecomunicações do mundo: China Mobile, China Telecom e China Unicom. O objetivo geral da pesquisa é **descrever as principais diretrizes da governança aplicadas às EPE do setor de telecomunicações chineses**. A pesquisa tem, ainda, como objetivos específicos: descrever as diretrizes de governança às quais as EPE chinesas estão submetidas; mapear a situação da governança corporativa das empresas selecionadas a partir das diretrizes de governança dos órgãos competentes; e, por fim, descrever como essas diretrizes conciliam os interesses das partes interessadas. Essa pesquisa será realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica, visto que buscará materiais teóricos científicos a respeito das EPE, da governança pública e corporativa na China. Os resultados desta pesquisa serão levantados por meio de uma análise documental, tratando de forma analítica relatórios e documentos de organizações e entidades chinesas. Por ter como objetivo a descrição das informações encontradas em tais relatórios com base em dados qualitativos, e não numéricos ou estatísticos, a pesquisa se caracteriza como qualitativa com caráter descritivo. Os documentos utilizados para a análise serão: o Código e diretrizes de governança corporativa da Comissão Reguladora de Valores Mobiliários da China; o Guia de Governança Corporativa da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado; e os relatórios de RSC/ESG e financeiros das empresas China Unicom, China Telecom e China Mobile. Os documentos serão analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, com a criação de categorias a posteriori. Espera-se gerar uma lista com as principais diretrizes de governança das EPE do setor de telecomunicações da China.

BIBLIOGRAFIA: CHANG, H. Institutions and economic development: Theory, policy and history. *Journal of Institutional Economics*, v. 7, n. 4, 473-498, 2011. GROSSI, G., PAPPENFUSS, U., TREMBLAY, M. Corporate governance and accountability of state-owned enterprises: Relevance for science and society and interdisciplinary research perspectives. *International journal of public sector management*, v. 28, p. 274-285, 2015. JESUS JUNIOR, L.; FERREIRA JUNIOR, H.; LEMOS, M. Estado e mercado na reforma da governança corporativa chinesa. *Revista de Administração de Empresas*, 2020. v. 60, n. 5, p. 393-404.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3018**

TÍTULO: **ESTRUTURA PRODUTIVA E PADRÃO DE COMÉRCIO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA: UM ENSAIO SOBRE A HIPÓTESE DE RIGIDEZ ESTRUTURAL**

AUTOR(ES) : **GUILHERME DE OLIVEIRA JESUS**

ORIENTADOR(ES): **JULIA FERREIRA TORRACCA CHRISPINO**

RESUMO:

Desde a década de 1950, os pioneiros das teorias desenvolvimento já observavam a importância da mudança estrutural para o crescimento econômico. O reconhecimento de que diferentes atividades econômicas não possuem a mesma capacidade de induzir o crescimento da produtividade e de promover a expansão de outros setores fazem com que a estrutura produtiva de um país seja uma variável central na explicação do desempenho das economias. A literatura sobre mudança estrutural e desenvolvimento reconhece em geral o papel central da indústria como vetor principal de aumento da produtividade no tempo. Dado a sua relevância, o objetivo deste trabalho é realizar uma análise conjunta da evolução dos fluxos de comércio e dos dados de produção e emprego da indústria brasileira, de maneira a privilegiar uma visão integrada entre mudanças estruturais no padrão de comércio e no tecido produtivo, identificando assim os condicionantes da competitividade industrial. Utiliza-se, para tanto, uma abordagem baseada nos diferentes padrões de concorrência próprios da realidade brasileira, em que os setores industriais são classificados em grupos industriais que revelam o mesmo tipo de regime competitivo. Seriam eles: Indústria Extrativa (EX), Petróleo (PE), Commodities agrícolas (CA), Commodities industriais (CI), Indústria tradicional (IT) e Indústria intensiva em Tecnologia (IN). Os dados de produção e emprego serão retirados da Pesquisa Industrial Anual (PIA-Empresa) do IBGE e dados de comércio exterior extraídos do ComexStat/MDIC. A identificação de possíveis condicionantes do processo de mudança estrutural está formatada em duas partes. A primeira fundamenta-se na análise de informações extraídas na Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre produtividade, nível de utilização da capacidade instalada e faturamento para cada um dos grupos industriais citados. A segunda visa captar os investimentos setoriais a partir de uma matriz de absorção de investimentos elaborada pelo GIC/IE-UFRJ que permite observar os setores que mais receberam e realizaram investimentos. Como conclusão, o que se observa para o caso brasileiro é uma tendência histórica de especialização das exportações em produtos intensivos em recursos naturais (mais especificamente em CA e CI), especialização das importações em bens intensivos em tecnologia (IN), concomitantemente a uma rigidez estrutural sob o ponto de vista produtivo que inibe a transição da indústria brasileira para setores com maior conteúdo tecnológico. A presente rigidez, sob o ponto de vista da dinâmica interna, é caracterizada pela permanência de alguma diversificação setorial na produção e no emprego, mas com uma clara sinalização de ampliação da participação de setores relacionados à produção de commodities (CA e CI). Como consequência, prevê-se uma maior dificuldade no que diz respeito a autonomia em atividades econômicas estratégicas que se tornaram ainda mais relevantes em um contexto pós-pandemia.

BIBLIOGRAFIA: Cimoli, M., G. Porcile, A. Primi, and S. Vergara (2005). 'Cambio Estructural, Heterogeneidad Productiva y Tecnología en América Latina'. In M. Cimoli (ed.), *Heterogeneidad estructural, asimetrías tecnológicas y crecimiento en América Latina*. Santiago de Chile: CEPAL/BID. Ferraz, J. C.; D. Kupfer.; Hagueneauer, L. (1996). *Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria brasileira*, Rio de Janeiro: Campus. Torracca, J. (2018). *Coevolução das estruturas de produção e comércio exterior da indústria brasileira: convergência ou desarticulação?* 140 f., Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia), Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3025**

TÍTULO: **O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA DIANTE DAS TRANSFORMAÇÕES NA ECONOMIA MUNDIAL (2010-2021)**

AUTOR(ES) : **LUCAS DE MELO BRITO, LETICIA REIS DIAS VILLELA ASSANO, GABRIEL LUBE TESCH, ANA LETICIA CARDOSO BRANCO**

ORIENTADOR(ES): **WILSON VIEIRA**

RESUMO:

A pesquisa busca compreender as transformações econômicas e tentativas de superação do subdesenvolvimento/dependência que ocorreram na América Latina durante o período de 2010 a 2021, dando continuidade à pesquisa anterior que analisava o período de 1970 a 2010. A partir de uma abordagem que utiliza como método de compreensão da realidade uma síntese da Teoria Marxista da Dependência, da construção teórica de Celso Furtado e da Economia Política do Sistema-Mundo, a pesquisa enxerga a importância crucial de interpretar o papel do imperialismo e da hegemonia estadunidense para compreender a dinâmica político-econômica que ocorre na América Latina. A pesquisa busca interpretar o funcionamento da região com a mudança do regime de acumulação, a partir de 1980/1990, com o início do neoliberalismo e o fim do Estado desenvolvimentista, como vetor principal de investimento e crescimento. Nessa pesquisa, é analisada a transição do neoliberalismo para o neodesenvolvimentismo (novo desenvolvimentismo), visto por alguns autores como uma mitigação do neoliberalismo, suas consequências no início dos anos 2010 e a ruptura do neodesenvolvimentismo, em sua maioria antidemocrática, que levou a governos de extrema-direita neoliberais na América Latina.

BIBLIOGRAFIA: ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX. Rio de Janeiro: Contraponto, São Paulo: Editora da Unesp, 1996. FURTADO, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 3. ed. São Paulo, Editora Nacional, 1986. MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 105-165 (publicado pela primeira vez em 1973).

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3091**

TÍTULO: **A INTEGRAÇÃO ENTRE FOLKSONOMIAS E ONTOLOGIAS: UMA ANÁLISE QUALIQUANTITATIVA**

AUTOR(ES) : **VANESSA BEZERRA DA COSTA, ISAURA NOGUEIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **JULIANA HORTA DE ASSIS PINTO**

RESUMO:

Os Sistemas de Organização do Conhecimento são esquematizações conceituais - e terminológicas - utilizadas para classificar e organizar o conhecimento e a informação. A pesquisa aborda duas ferramentas que se sobressaem na organização dos ambientes informacionais digitais ao longo da evolução tecnológica da web, as folksonomias e as ontologias. A folksonomia introduzida no contexto da fase denominada Web 2.0 é caracterizada como um esquema de organização e representação do conhecimento derivado de um processo de etiquetagem descentralizado de objetos informacionais. Já as ontologias, são as estruturas semânticas no contexto da fase denominada Web 3.0 e têm por objetivo tornar as informações disponíveis de forma mais compreensível tanto para os seres humanos quanto para as máquinas. As ontologias constituem modelos de conhecimento que descrevem conceitos e relações fornecendo um vocabulário comum e uma estrutura para representar o conhecimento de maneira formal e precisa. Tendo por base esses conceitos, a presente pesquisa, em desenvolvimento no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UFRJ e do CNPQ, tem por objetivos a identificação das principais abordagens que integram folksonomias e ontologias; a descrição de modelos e métodos empregados nessa integração e o apontamento dos limites e das potencialidades da integração entre esses dois SOC, considerados divergentes, a fim de contribuir para melhor estruturação da web. Denota na metodologia a compreensão de que esta se trata de uma pesquisa de natureza exploratória e de cunho tanto quantitativo, quanto qualitativo. O campo empírico é composto por artigos de periódicos, artigos oriundos de conferências e capítulos de livro indexados pela base de dados científica Scopus, no período de 2004 a 2023. O levantamento dessa literatura científica foi realizado no segundo semestre de 2023. Portanto, trata-se ainda de uma pesquisa de cunho bibliográfico. No tratamento e interpretação dos dados obtidos foram aplicadas duas abordagens metodológicas integradas: a Terminografia e a Análise de Redes Sociais (ARS). A primeira se aplicou à coleta, definição e interpretação dos termos e a segunda se aplicou à sistematização e análise das relações entre os conceitos. Conclui-se parcialmente, a partir da análise de suas características, que a busca pela hibridização desses SOC é um elemento que constitui pesquisas e experimentos já realizados e em curso. Tal iniciativa apresenta inúmeras possibilidades de aprimoramento mútuo dando origem a abordagens que levem em consideração a singularidade de ambos para a estruturação informacional e o enriquecimento semântico da web.

BIBLIOGRAFIA: DOTSIKA, F. Uniting formal and informal descriptive power: Reconciling ontologies with folksonomies. International Journal of Information Management, [S. l.], v. 29, n. 5, p. 407-415, out. 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0268401209000127?via%3Dihub>. Acesso em: 26 maio 2023. SHARIF, A. Combining ontology and folksonomy: an integrated approach to knowledge representation. In: World Library and Information Congress: 75th IFLA General Conference and Assembly. [S. l.], 2009. Disponível em: <http://bit.ly/3N1g2b6>. Acesso em: 30 jun. 2023

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3284**

TÍTULO: **A PROJEÇÃO BRITÂNICA NA ÁSIA: A RELAÇÃO ENTRE O GRANDE JOGO E AS GUERRAS DO ÓPIO**

AUTOR(ES) : **MARIA FERNANDA CSÁSZÁR LIMA FERREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

Após o fim das Guerras Napoleônicas (1803-1815), tendo imposto, com Rússia, Áustria e Prússia, a paz sobre a França, o foco estratégico e as preocupações da Inglaterra se voltaram para o Império Russo. A projeção russa em direção à Ásia Central tencionava com as posições privilegiadas conquistadas pelo Império Britânico no Sul da Ásia e na Pérsia. Estava em ação a consolidação da disputa anglo-russa pela preponderância no continente, que ficaria conhecida posteriormente como o Grande Jogo da Ásia, das primeiras décadas do século XIX ao início do século XX. As preocupações inglesas em relação à projeção russa eram múltiplas: desde a segurança das áreas de influência e dos territórios coloniais no subcontinente indiano e na Pérsia; a garantia da contenção russa, e a garantia das lucrativas relações comerciais com outros países da região. Foi dentro desta estrutura maior do Grande Jogo que ocorreram as movimentações inglesas sobre a China. Entre 1839 e 1860, o Império Britânico se projetou militar e comercialmente através das Guerras do Ópio, com o intuito de garantir não só acesso ao mercado chinês, bem como garantia de posições privilegiadas e estratégicas no território, como também o enquadramento da China no Sistema Internacional. Esses objetivos foram consolidados através dos primeiros Tratados Desiguais que estabeleceram em última instância zonas de influência inglesas dentro do Império do Meio. No entanto, outras nações, notadamente França e Rússia, também se projetaram e arbitraram seus interesses junto aos representantes chineses com seus próprios Tratados Desiguais. Sendo assim, esses dois movimentos sobre o continente asiático são de grande relevância para compreender a configuração das disputas de poder das Grandes Potências no século XIX.

O objetivo deste trabalho é entender como o enquadramento chinês no sistema internacional, por meio das Guerras do Ópio, se situou dentro das disputas entre Rússia e Inglaterra no continente. A hipótese levantada é a de que houve uma sobreposição da geoestratégia britânica na Ásia Central e na China e, sendo assim, de que a inserção privilegiada da Inglaterra na China foi influenciada pelo Grande Jogo, não só para consolidação do comércio, mas para atuar na contenção da Rússia na região.

Este trabalho tem como referencial teórico uma perspectiva de análise sistêmica, partindo das rivalidades entre as Grandes Potências, as quais ocorrem em um Sistema Internacional movido pela pressão competitiva da guerra, cujos atores são agentes racionais que agem em prol de seus interesses e integridade, em um contexto anárquico. A metodologia utilizada corresponde a uma análise da estruturação do Grande Jogo da Ásia, levando em consideração a sobreposição da estratégia britânica no conflito com o Império Chinês, para entender as articulações e interesses de cada ator. Para isso se utilizam fontes primárias – Tratados Desiguais e tratados de delimitação de fronteiras disponíveis na internet – e secundárias.

BIBLIOGRAFIA: FROMKIN, David. The Great Game in Asia. Foreign Affairs, Vol. 58, No. 4, pp. 936-951. 1980. KISSINGER, Henry. Sobre a China. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. PANIKKAR, K. M. A dominação ocidental na Ásia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3295**

TÍTULO: **DESAFIOS PARA RECONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ENFRENTAMENTO À FOME NO BRASIL: O ENFRAQUECIMENTO DA ESTRUTURA PÚBLICA DE COMBATE PÓS-2016 E O RETORNO AO DEBATE POLÍTICO**

AUTOR(ES) : **JEFFERSON LIMA RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

A preocupação com a Fome surge com força no período das grandes guerras mundiais voltada a garantia de fornecimento e produção de alimentos para sua população. A concepção de segurança alimentar (SAN) surge desse período (MALUF; ZIMMERMANN; JOMALINIS, 2021). A crise na produção de alimentos global levou a Realização da primeira Conferência Mundial de Alimentação em 1974 para repensar as formas de produção de alimentos. O compromisso global com a questão da fome levou a criação de mecanismos legais de proteção e garantia do direito a alimentação presente, por exemplo, na Declaração Universal de Direitos Humanos (CUSTÓDIO et al., 2015; GUERRA; BEZERRA; CARNUT, 2020) o que posteriormente levou a criação de mecanismos jurídicos específicos de garantia de DHAA em diversos países, inclusive no Brasil. O Brasil tem um histórico de políticas públicas de SAN que vem desde a redemocratização até a atualidade, mas foi no período de 2003 a 2014 que se observou um grande avanço em políticas e investimento em políticas de SAN. Nesse período se observou o problema da fome no centro das políticas de governo e grandes avanços nos índices de segurança alimentar (CUSTÓDIO et al., 2015). Após o golpe institucional de 2016 muitas políticas públicas estruturantes começaram a sofrer desmonte, como as voltadas a SAN, pelo governo de Michel Temer e continuadas pelo governo sucessor de Jair Bolsonaro. Adiciona-se a essa discussão a pandemia do Covid-19 que agravou a situação de desigualdade social e de insegurança alimentar no Brasil trazendo o debate da fome novamente para o centro do debate político devido à emergência da pandemia e a situação de insegurança alimentar (IAN) (GUERRA; BEZERRA; CARNUT, 2020). Considerando os desmontes a partir de 2016 no contexto de crise econômica e social e os agravamentos advindos da crise sanitária do Covid-19 (MALUF; ZIMMERMANN; JOMALINIS, 2021) esta pesquisa tem como objetivo **identificar os desafios para a reconstrução das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no Brasil frente aos desmontes ocorridos no pós-2016 e agravadas pela pandemia de Covid-19**. A pesquisa será de natureza qualitativa e descritiva, pois buscar-se-á identificar e descrever os desafios apontados pelas instituições que compõem o sistema de SAN (SISAN) brasileiro para a reconstrução das políticas de combate a fome. Além disso, a técnica de pesquisa será documental, pois serão analisados materiais tais como relatórios, diretrizes e deliberações emitidos pelos componentes do SISAN definidos na Lei Orgânica de SAN (LOSAN) disponíveis publicamente. Para análise dos documentos levantados, será utilizado um roteiro como forma de orientação e, por fim, será feita a análise dos dados por meio da análise de conteúdo (FRANCO, 2008). Com relação aos resultados, espera-se encontrar apontamentos de ações estruturantes para a recomposição da estrutura e política de SAN relevantes para definição de políticas públicas de redução da IAN.

BIBLIOGRAFIA: CUSTÓDIO, M. B. et al. Segurança alimentar e nutricional e a construção de sua política: uma visão histórica. Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 1-10, 2015. GUERRA, L. D. S.; BEZERRA, A. C. D.; CARNUT, L. Da fome à palatabilidade estéril: 'espassando' ou 'diluindo' o Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil?. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, v. 44, n. 127, p. 1231-1245, out./dez., 2020. MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A.; JOMALINIS, E. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). Estudos Sociedade e Agricultura. v. 29 n. 3, p. 517-544, out. 2021-jan. 2022, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3322**

TÍTULO: **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PANDEMIA COVID-19**

AUTOR(ES) : **CAMILLA VIEIRA DOS SANTOS,NICOLE BOMFIM DE AZEVEDO DE PAULA,ANNA PAOLA TUÃO DE OLIVEIRA SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **RENATA BASTOS DA SILVA**

RESUMO:

Em função da situação pandêmica que ainda acomete o Brasil, mesmo que agora não mais em estágio emergencial, é importante que os atuantes da área da seguridade social estejam preparados para lidar com questões de crise deste tipo para exercerem suas funções, com o objetivo de atender a contento as demandas dos usuários do serviço público. O projeto de pesquisa "Sistema Único de Assistência Social e a Pandemia COVID-19" têm como objetivo investigar quais foram as ações dos profissionais dos equipamentos de gestão da Assistência Social do município do Rio de Janeiro em face ao Coronavírus, tomando por base as Portarias emanadas pela Secretaria Nacional de Assistência Social e aplicadas na gestão dos equipamentos municipais no período de 2020-2022. Os dados para a pesquisa são colhidos a partir de entrevista com as gestoras desses equipamentos, a mesma é realizada por meio de um questionário. Nosso objetivo é coletar as respostas, sendo então transcritas, para que então façamos uma análise com base no que foi respondido, buscando entender o que mudou no decorrer desses dois anos. Para a execução do questionário usado nas entrevistas, foi feita a leitura e o estudo das portarias de número 54, 58, 59, 65, 69, 86, 95 e 100. Seguindo de acordo com as portarias, as questões vão aspirar por saber se as normas estão sendo cumpridas e se as recomendações feitas pela Secretaria Nacional de Assistência Social estão sendo postas em prática pelas unidades de atendimento, bem como saber a opinião das Assistentes Sociais acerca do período, e registrar as solicitações de atendimentos, além daqueles que efetivamente foram realizados, visto o contexto definido na época pela OMS. Iniciamos as entrevistas com a Assistente Social, Ellen Zacarias, profissional da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro - Coordenação de Direitos e Conselhos, especificamente na coordenação de Política Sobre Drogas, pudemos observar pelas respostas que nos foram direcionadas que houve um aumento na procura da população por unidades de CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), além de que os aparelhos talvez não possuíssem uma estrutura adequada para receber os usuários em alta demanda e de uma só vez, em momentos de crise, além do relato de que não teria havido tempo para os equipamentos preparem materiais informativos para a população com as questões sobre o vírus, sua disseminação e os cuidados para a prevenção, já que tudo aconteceu de forma muito rápida. Portanto, estamos buscando satisfazer a pesquisa proposta da melhor forma possível, e obter resultados que forneçam informações não somente à nós, mas também à população que acessa esse serviço, respostas do por quê a demora aos atendimentos, ou das filas que cada vez cresciam mais, ou da dificuldade para conseguir serem atendidos, entre outras demandas.

BIBLIOGRAFIA: IMENES, Martha. Auxílio Brasil de R\$ 600 faz aumentar fila de espera, que já tinha 2,78 milhões de famílias, segundo confederação de municípios. **EXTRA**, 2022. Disponível em: <<https://extra.globo.com/economia-e-financas/auxilio-brasil-de-600-faz-aumentar-fila-de-espera-que-ja-tinha-278-milhoes-de-familias-segundo-confederacao-de-municipios-25538020.html>>. Acesso em 22 nov. 2023. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Decretos, portarias, instruções e resoluções. Publicado em 29 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/decretos-portarias-instrucoes-e-resolucoes>. Acesso em 20 nov. 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3330**

TÍTULO: **ÉTICA INTERGERACIONAL E NATALIDADE EM TEMPOS DE INTENSIFICAÇÃO DO AQUECIMENTO GLOBAL: A RESPONSABILIDADE COLETIVA NO PRESENTE COMO OPÇÃO PERANTE AO MEDO DE TRAZER NOVOS INDIVÍDUOS A UM MUNDO À BEIRA DE UM COLAPSO CLIMÁTICO.**

AUTOR(ES) : **LARA CAETANO PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **MARCELO DE ARAUJO**

RESUMO:

A ECO-92 foi um ponto de inflexão na história da Justiça Climática: a partir daquela data, o mundo tinha definitivamente acesso à informação do perigo que as intempéries climáticas causadas pela emissão desenfreada de gases do efeito estufa, por parte da humanidade, poderia representar para as pessoas do futuro. A partir dessa ciência, seria razoável afirmar que o medo do sofrimento das próximas gerações neste panorama incerto pode ser um dos fatores que pesam consideravelmente na decisão de muitas pessoas e casais no momento de planejamento familiar. No entanto, podemos questionar se a decisão de não ter filhos está realmente sendo bem pensada por aqueles que escolhem essa opção, ou se este é um meio, talvez, de se eximir da responsabilidade de construir um futuro melhor para a próxima geração, com as atitudes que podem ser tomadas no presente, não de maneira individual, mas conjuntamente com o resto da sociedade. Dessa maneira, o problema discutido aqui será a escolha de políticas de acomodação populacional como melhor opção em comparação com políticas de diminuição populacional. Diante disso, esta apresentação, com base em pesquisa bibliográfica, pretende discorrer acerca da ideia proposta por Clare Heyward, no artigo "A Growing Problem? Dealing with Population Increases in Climate Justice" (HEYWARD, 2012), em que a autora propõe um dever de, no presente, tomarmos medidas coletivas para acomodar o crescimento populacional, tentando não assumir a inevitabilidade do fim da vida humana causado pelo aquecimento global e, portanto, garantindo que, além de as próximas gerações tenham o simples direito de existência, que essa existência também esteja aliada à dignidade de viver em um planeta que esteja apto a manter vida humana em boas condições.

BIBLIOGRAFIA: HEYWARD, Clare. A Growing Problem? Dealing with Population Increases in Climate Justice. Ethical Perspectives, Oxford, no. 04, p. 703-732, dez. 2012.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3355**

TÍTULO: **ACESSO A ÁGUA E ESGOTO NAS ÁREAS MAIS PRECÁRIAS NOS COMPLEXOS DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO: ESTUDO SOBRE O MORRO DO DENDÊ NA ILHA DO GOVERNADOR**

AUTOR(ES) : **GUILHERME RIOS DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MAURO KLEIMAN**

RESUMO:

A pesquisa sobre acesso a água e esgoto nas áreas mais precárias nos Complexos de Favelas do Rio de Janeiro analisa a mais recente expansão de favelas, tanto no interior delas, como em quantidade no estado, e busca examinar a persistência e crescimento das áreas mais precárias em saneamento. O objetivo inicial do estudo foi identificar as áreas mais precárias na favela do Dendê, para então, analisar se o quadro é de total ausência e/ou precariedade de serviços básicos, examinando suas repercussões nas condições dos lugares, suas moradias e rotinas dos moradores. No estudo, foram utilizados dados quantitativos, de fontes como IBGE, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro demais órgãos públicos e de pesquisa, a fim de realizar um levantamento bibliográfico sobre o local. Em seguida, se fez análise de corte qualitativo, a partir de trabalho de campo, onde foram realizadas visitas exploratórias, entrevistas com os moradores e observação do interior das moradias para entender as condições de saneamento e habitação. Como fundamento teórico, entende-se que a infraestrutura não é um objeto meramente técnico, e por isso, não deve ser tratada como algo isolado aos demais elementos do território. Portanto, deve-se considerar a dimensão social da infraestrutura, que articula a moradia com a cidade, com foco na fruição dos serviços básicos pelos moradores. Como resultados podemos apontar que a favela do Dendê apresenta área mais precária com problemas de regularidade ou ausência de abastecimento de água, e total ausência de coleta de esgoto que segue sendo despejado a céu aberto, casas com ausência de banheiro, combinado com inexistência ou irregularidade de coleta de lixo. Assim se repete no Dendê o quadro observado em outras favelas do Rio de configuração e expansão de áreas mais precárias de acesso a água e esgoto, onde a inexistência ou forte constrangimento de fruição de serviços básicos de saneamento pelos moradores os mantém à margem do mundo urbanizado.

BIBLIOGRAFIA: DUPUY, Gabriel.(1985) Systèmes. Réseaux et Territoires. Paris: Press d'Ecole Nationale des Pontes et Chaussées. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra- estrutura Urbana no Rio de Janeiro - 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul. MAPA da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2020. KLEIMAN, M. Permanência e Mudança no Padrão de Alocação Sócio-espacial das Redes de Infra- estrutura Urbana no Rio de Janeiro - 1938 a 2001. In: Cadernos IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, ano XVI n° 1 jan/jul.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3372**

TÍTULO: **LITERATURA INFANTOJUVENIL FEMINISTA**

AUTOR(ES) : **JULIANA PLACIDO DA SILVA, LARISSA PINHEIRO LOPES, GIOVANNA VALENTINI PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **PATRICIA MALLMANN SOUTO PEREIRA, GILDA OLINTO DE OLIVEIRA**

RESUMO:

Este trabalho é parte do projeto de pesquisa denominado "Literatura infantojuvenil feminista: no contexto da informação social" e tem como objetivo analisar, através do ponto de vista científico, a produção literária/ científica infantojuvenil de temática feminista e como este nicho literário tem sido discutido de maneira contemporânea em contexto acadêmico e social, visto que Almeida e Rall (2020, p.3) dizem que: "[...] a literatura como aliada na transmissão de ideias e opiniões, é preciso (re)pensar quais os valores e os modelos de homem e mulher que os livros infanto-juvenis veiculam". Tendo como processo metodológico de revisão sistemática de literatura, estão sendo analisados os documentos presentes nas seguintes bases de dados: Portal Capes (busca geral), Base de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Web Of Science e Scielo. Com isso, os termos de busca utilizados são: "literatura feminista"; "literatura infantojuvenil feminista"; literatura AND infantojuvenil na base de dados da BRAPCI; youth literature (all fields) AND feminism (all fields) na base de dados Web Of Science. Portanto, as buscas são realizadas nos idiomas português, inglês e espanhol, utilizando os filtros de refinamento de idioma e tipo de documento (artigo). O mapeamento estratégico foi realizado a partir do tema, de modo que possibilitou a utilização dos termos necessários para a busca, assim resultando no planejamento estratégico de modelos operacionais booleanos (AND; OR e NOT) que é possível efetuar nas bases de dados. Para tanto, o resultado desta pesquisa está em andamento e espera-se ter como resultado o estado da arte sobre literatura infantojuvenil feminista nos idiomas português, inglês e espanhol. Por fim, esta pesquisa torna-se de extrema relevância, pois discute a desconstrução de uma educação/visão literária patriarcal e excludente ainda presente nos currículos mínimos escolares, que não promovem "criatividade e questionamentos do mundo" (Eleutério, 2017, p. 2); e no cenário sociocultural contemporâneo. Ademais, visa atender a urgência da retomada do espaço das mulheres e demais minorias no âmbito literário, a fim de que "a criação de uma leitura que ressignifique os papéis de gênero apresentando a figura da mulher como uma pessoa forte, lutando por seu lugar na sociedade [...]" (Jesus; Moraes, 2021, p. 113).

BIBLIOGRAFIA: BETTINE DE ALMEIDA, M. A.; RALL, O. Lugares da mulher na literatura infanto-juvenil: análise de livros que propõem uma discussão do papel da mulher na sociedade de maneira não estereotipada. Olhar de Professor, [S. l.], v. 23, p. 1-16, 2020. ELEUTÉRIO, Rosângela Fernandes. Antiprincesas e anti-heróis: a literatura infanto-juvenil e a desconstrução de estereótipos. Revista de Letras, Curitiba, v.19, n.24, p. 1-14, 2017. JESUS, Estéfany Cruz de; MORAES, Jorge Adrihan do Nascimento. Para letrar crianças feministas: representação dos feminismos na literatura infantojuvenil. Revista de Letras, Curitiba, v. 23, n. 40, p.111-122, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3381**

TÍTULO: **COMUNIDADES REIMAGINADAS: DE ANDERSON AO PLURINACIONALISMO LATINOAMERICANO**

AUTOR(ES) : **VITORIA SERRA MOLINA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO:

O presente trabalho, através de uma revisão bibliográfica, visa ampliar a discussão da célebre obra do historiador e cientista político estadunidense Benedict Anderson, "Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Difusão do Nacionalismo", frente aos avanços nas últimas décadas do Novo Constitucionalismo Latino-Americano. Anderson, em seu livro, trabalha com o conceito de nação, que ao seu ver, é um fenômeno da modernidade. Assim, a define como "uma comunidade política imaginada - e imaginada tanto como limitada quanto soberana por excelência". Imaginada, pois por menor que seja a nação, seus membros nunca conhecerão todos os outros nacionais, porém, mesmo assim, sentirão um pelos outros um sentimento de comunhão. Sua obra analisa diversas dinâmicas e construções até chegar aos Estados nacionais modernos, contudo, não alcança as recentes disposições e arranjos que vêm sendo formados na América Latina, sobretudo, nas primeiras décadas do século XXI. Desse modo, o presente texto irá primeiro explicar os conceitos principais da obra de Anderson, passando a seguir para conceituar o Novo Constitucionalismo Latino-Americano, para então dissertar acerca das inovações que o plurinacionalismo latinoamericano traz ao conceito de nação. A partir de uma análise de literatura e pesquisa bibliográfica, o artigo busca contribuir para a compreensão de novas formas de se perceber o conceito de nação na América Latina contemporânea e também refletir como elas reorganizam a visão de nacionalismo.

BIBLIOGRAFIA: ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3387**

TÍTULO: **DIVULGAÇÃO SOBRE RISCO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS: INCENTIVOS E RELEVÂNCIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.**

AUTOR(ES) : **LAYLA SENA DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **THIAGO DE ABREU COSTA**

RESUMO:

Segundo Xavier (2003), as instituições financeiras possuem passivos significativamente diferentes das empresas comerciais e industriais. Vale ressaltar que a estrutura dos ativos e passivos de uma instituição influencia o risco inerente a ela. Dessa forma, pode-se concluir que os bancos possuem riscos diferentes das empresas de outros setores da economia.

Criado em 1974, o Comitê da Basileia de Supervisão Bancária (BCBS) publicou, em 2006, o Basileia II que promoveu uma revisão na estrutura com a criação dos três pilares: requerimentos mínimos de capital (Pilar 1), processo de revisão de supervisão (Pilar 2) e disciplina de mercado (Pilar 3). O Pilar 3 foi desenvolvido para estimular a melhoria da transparência das instituições financeiras por meio de requisitos de divulgação. O Comitê da Basileia defende que as divulgações de riscos permitem ao mercado uma melhor avaliação sobre a exposição da instituição e aumentam a comparabilidade entre os bancos (BCBS, 2006).

No Brasil, o Banco Central do Brasil adotou as medidas de acordo com um cronograma de implementação, iniciado em 1994 com a divulgação da Resolução 2.099, caracterizando o prelúdio da regulamentação da exposição ao risco das operações das instituições financeiras. (BCB, 1994)

É crucial frisar que devido ao nível de subjetividade em relação ao padrão de qualidade da divulgação exigida pelo BCB, pode ocorrer discrepâncias da qualidade das informações divulgadas pelas Instituições Financeiras. Além disso, o interesse em analisar a qualidade na divulgação de risco reside no fato de que o tema deste artigo não é muito explorado no Brasil.

A divulgação adequada dos riscos é essencial para tomada de decisão por parte dos investidores, até mesmo da gerência da instituição, e para a manutenção da estabilidade do mercado financeiro. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é identificar o nível de divulgação de riscos das instituições bancárias do Brasil, bem como os fatores que impactam nessa divulgação.

Para responder essa questão serão analisadas as divulgações de risco realizadas pelas empresas financeiras (bancos comerciais e múltiplos) de capital aberto, através de seu formulário de referência no ano de 2022. Para realizar tal análise será utilizada uma análise quantitativa através da utilização de regressão linear múltipla, onde a variável dependente é o nível de divulgação de risco e as variáveis independentes representam incentivos para a divulgação (tamanho endividamento, regulação, rentabilidade, níveis de governança, internacionalização e nível de risco).

Os resultados esperados sugerem que o nível de risco, bem com outras variáveis de controle, impacta positivamente no nível de disclosure de risco das empresas brasileiras de capital aberto.

BIBLIOGRAFIA: XAVIER, Paulo Henrique Moura. Transparência das demonstrações contábeis dos bancos no Brasil: estudo de caso sob a perspectiva do acordo

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3420**

TÍTULO: **PROCESSOS DE RUPTURA INSTITUCIONAL NA AMÉRICA LATINA: OS CASOS DA VENEZUELA E DA BOLÍVIA**

AUTOR(ES) : **ALINE SILVA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

Historicamente, a região da América Latina sempre foi bastante instável, e isso se expressou, ao longo do tempo, na forma de disputas ideológicas, culturais, religiosas e políticas. No entanto, a partir das últimas décadas, desde o final da década de 1990, a América Latina vem enfrentando uma nova série de conflitos sociais os quais questionam a legitimidade de certos governos democraticamente eleitos com bases sociais alargadas. Dentre esses conflitos, destacam-se tentativas e golpes de Estado de fato e alegações de fraude no sistema eleitoral, incitando possíveis limites para a democracia latino-americana. O objetivo dessa pesquisa é analisar os novos debates políticos, categorizados por uma nova era da globalização e das tecnologias, em que torna-se cada vez mais simples manipular narrativas pela influência dos meios de comunicação. Isto é, analisar como a oposição instrumentaliza grupos radicais e suas estratégias de ruptura institucional. Propõe-se, assim, um método comparativo, dissertando sobre distintos casos dessa natureza nos seguintes países latino-americanos: Venezuela e Bolívia. Dentro do debate de segurança dessas nações, é importante discorrer acerca da polarização, da manipulação de termos como “terrorista”, da ascensão de novas direitas e extrema-direitas, supostos apoios e financiamentos estrangeiros e que papel os veículos midiáticos tiveram nos diferentes incidentes. A Venezuela e a Bolívia são dois casos emblemáticos. Após a eleição de Hugo Chávez em 1998, enfrentou-se uma oposição tão radical a ponto de enfrentar inúmeras tentativas de golpe de Estado, inclusive influenciados pela mídia doméstica, sendo a mais conhecida em 11 de abril de 2002, em que Chávez foi afastado durante 47 horas do cargo, devidamente retratada no documentário “A Revolução não Será Televisada”, das diretoras Kim Bartley e Donnacha O’Briain. Com relação à Bolívia, em 2019 o presidente Evo Morales convoca novas eleições, já que a Organização dos Estados Americanos (OEA) havia alegado fraude nas eleições anteriores. Com a escalada das tensões no país, o presidente e o vice Alvaro García Linera, renunciaram ao cargo. Posteriormente, Morales nomeia esse processo enquanto “golpe cívico” e aponta que setores da polícia se juntaram para atentar contra a democracia. Portanto, adota-se como hipótese deste trabalho a visão de que com as tensões no subcontinente latino-americano e o acirramento das disputas político-ideológicas, dentro de um contexto de crise econômica internacional, há um ciclo, não somente localizado na América Latina, de movimentos extremistas questionadores da ordem político-democrática. Esse movimento histórico tem em seu centro o controle das narrativas e interferências externas. Espera-se alcançar com este trabalho um entendimento da política e da estratégia de segurança latino-americanas em meio às crescentes crises das democracias locais, e como os inúmeros atores substanciais se localizam dentro dessa disputa.

BIBLIOGRAFIA: CUNHA FILHO, Cleyton. A construção do Estado Plurinacional na Bolívia como tentativa de institucionalizar o abigarrado. Revista de estudos bolivianos, [s. l.], v. 20, 2014. A REVOLUÇÃO não será televisada. Direção: Kim Bartley, Donnacha O’Briain. Finlândia: [s. n.], 2003. Disponível em: Youtube. Acesso em: 28 nov. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3449**

TÍTULO: **A INFLUÊNCIA DAS MÍDIAS SOCIAIS NA GESTÃO PÚBLICA DOS PROCESSOS DE MIGRAÇÃO PARA A EUROPA**

AUTOR(ES) : **LUIZE CRISTINE SOBREIRA DE OLIVEIRA, THIAGO LEAL VOLLGER, GABRIELA MOREIRA DA COSTA**

ORIENTADOR(ES): **RICARDO HENRY DIAS ROHM**

RESUMO:

Em 2023, a Europa está a caminho de receber o maior número de pedidos de asilo desde 2015. Apenas em setembro, houve 108 mil pedidos (NORMAN; FAIRLESS, 2023). Ao analisar como a mídia representou os migrantes durante os anos de 2015 e 2016, Dempsey e McDowell (2018) explicam que, inicialmente, os migrantes foram representados como seres humanos que estavam migrando para a Europa. Contudo, essa representação mudou rapidamente, e os meios de comunicação logo passaram a associar a chegada de imigrantes com catástrofes naturais para, em seguida, enquadrá-los como ameaças à segurança do país, despidendo-os de seu caráter humano. Considerando a influência da opinião pública para a formulação de políticas públicas (BURSTEIN, 2003), a presente pesquisa tem por objetivo **compreender como a cobertura midiática influencia as decisões governamentais no âmbito da gestão dos processos de migração**. Trata-se de um estudo de caso para analisar o problema de pesquisa na Itália, com uma abordagem qualitativa e descritiva. O trabalho empregará notícias e editoriais jornalísticos de grande circulação, além de comunicados oficiais do governo italiano e documentos de organismos de direitos humanos europeus relacionados à migração entre os anos de 2015 e 2023. Serão empregadas tanto uma pesquisa bibliográfica para embasamento teórico sobre o tema, quanto uma pesquisa documental para o levantamento dos resultados. As reportagens e os comunicados em questão serão analisados de acordo com a técnica de análise do discurso. Espera-se descrever de que maneira a mídia influencia as decisões governamentais no que tange aos processos migratórios, e de que forma as decisões de ambos os tipos de instituições mudaram ao longo dos últimos anos.

BIBLIOGRAFIA: NORMAN, L; FAIRLESS, T. À medida que a migração para a Europa aumenta, aumenta a reação negativa. The Wall Street Journal, 2023. Disponível em: <https://www.wsj.com/world/europe/as-migration-to-europe-rises-a-backlash-grows-72a758fb>. DEMPSEY, K; MCDOWELL, S. Disaster depictions and geopolitical representations in Europe’s migration ‘Crisis’. Geoforum, 2018. BURSTEIN, P. The Impact of Public Opinion on Public Policy: A review and an Agenda 2003. Political Research Quarterly, 2003.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3457**

TÍTULO: **O FACEBOOK COMO FERRAMENTA DE CONSTRUÇÃO DA IDEIA DA EXTREMA DIREITA NO CENÁRIO DA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL BRASILEIRA EM 2018**

AUTOR(ES) : **DANIELE RODRIGUES NETTO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

A transformação do acesso ao conhecimento, das mídias tradicionais que impactavam o usuário em um mesmo cenário e tempo para a realidade atual de um perfil personalizado, com uma abordagem específica para o feed construído, faz-se necessário uma nova maneira de observar, estudar e se atentar ao conteúdo colocado nas redes e consumido diariamente pela maioria da população.

A personalização do feed do usuário com o uso dos dados e algoritmos, juntamente com a comunidade, descrente do conhecimento científico que auxilia na disseminação de ideias e conteúdos sem embasamento teórico ou científico, tornou o mundo digital um lugar perigoso, onde se tem acesso a um conteúdo ilimitado, sem a validação de sua veracidade.

Diante das novas possibilidades do mundo das redes sociais, a percepção da importância da credibilidade das informações, principalmente após as Fake News que circularam durante a Pandemia de Covid-19, o mundo das redes, seu alcance e suas possíveis problemáticas, se tornou palco de um grande debate no Brasil e no mundo.

Em 2020, o inquérito de nº 8802 (BRASIL, 2020c), trouxe a tona a questão acerca das mídias digitais, e o então nomeado gabinete de ódio, fazendo com que o assunto, entrasse no palco da jurisdição do país, o que fez ser necessário a discussão sobre a periculosidade do falso conhecimento das redes, a necessidade de medidas reguladoras e principalmente a preocupação acerca da disseminação do conteúdo visto no dia a dia da população.

Acerca desse cenário e das transformações vistas na última década, essa pesquisa tem o intuito de debater o cenário político nas redes digitais no ano de 2018, focando na habilidade de exacerbar emoções da população, gerando um lugar propício para o aumento de eleitores da extrema direita brasileira, principalmente na eleição presidencial que sucedeu à vitória do ex-presidente Jair Bolsonaro.

BIBLIOGRAFIA: Livro: Os engenheiros do caos - Giuliano da Empoli Livro: The Era of blind faith in big data must end - Cathy O'Neil

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3484**

TÍTULO: **OS REFLEXOS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL NA MODA EUROPEIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS QUESTÕES DE GÊNERO**

AUTOR(ES) : **LETICIA DE ALMEIDA MACIEL**

ORIENTADOR(ES): **MARIA WALKÍRIA DE FARO COELHO GUEDES CABRAL**

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo analisar a moda feminina do início do século XX e como os reflexos de uma guerra, nesse caso a Primeira Guerra Mundial, podem mudar e influenciar diferentes cenários de uma sociedade. O setor têxtil foi escolhido como recorte para a pesquisa, pois como uma forma de arte, ele reflete, o que a sociedade vive, em um determinado período. Nesse sentido, tem-se como hipótese de pesquisa que a moda da época, mais precisamente do fim da Belle Époque até os anos de 1920, no território europeu, refletiu o debate da questão de gênero, influenciando as gerações seguintes em áreas mais estruturais da sociedade, tais como trabalho e meio familiar.

Para testar a mencionada hipótese, fez-se um levantamento e análise documental, tendo como base artigos científicos sobre o tema, registros históricos e, ainda, análise de filmes e debates sobre a moda na sociedade europeia em comparação ao tema da Primeira Guerra Mundial. A pesquisa está fundamentada em teorias de filósofas e sociólogas e dessa forma, se baseia na metodologia feminista de análise crítica, com foco na sociedade europeia. Para tanto, será necessário abordar um ponto sensível, dentre tantos, nessa trajetória da sociedade, no que diz respeito à figura de Coco Chanel e a sua possível relação com os meandros do que viria a ser a Segunda Guerra Mundial. Por fim, a pesquisa traz como resultado uma análise de mudança na forma de apresentação dos corpos femininos na sociedade europeia, através de imagens das inovações nos trajes, com as conquistas feministas e libertação de itens fashion que aprisionavam os corpos.

BIBLIOGRAFIA: BENHABIB, Seyla et al. Debates feministas: um intercâmbio filosófico. São Paulo: Editora Unesp, 2018. SANTOS, Magda G. O feminismo na história: suas ondas e desafios epistemológicos. In: BORGES, Maria de Lourdes; TIBURI, Marcia. Filosofia: Machismos e Feminismos. Florianópolis: ed. UFSC, 2014. p. 130 - 162.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3493**

TÍTULO: **A ANÁLISE CRÍTICA DA PEC 08/21 E SEUS IMPACTOS NA SEPARAÇÃO DE PODERES NO BRASIL**

AUTOR(ES) : **LUCAS BRUNO DE AZEVEDO CHAVES**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO:

O presente artigo, intitulado "A Análise Crítica da PEC 08/21 e Seus Impactos Na Separação De Poderes No Brasil", tem por objetivo abordar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 08/2021, que visa restringir os efeitos das decisões monocráticas do Supremo Tribunal Federal (STF) relacionadas à eficácia de leis, e à anulação de atos do Presidente da República, do Presidente do Senado Federal, do Presidente da Câmara dos Deputados ou do Presidente do Congresso Nacional. A proposta argumenta que tais questões devem ser apreciadas pelo colegiado do STF, impedindo decisões monocráticas cautelares sob a justificativa de que os atos ou leis editadas com debate no Congresso Nacional e submetidos ao Poder Executivo não podem ser declarados inconstitucionais pelo convencimento de um magistrado. O posicionamento da maioria dos Senadores sugere que a PEC não é uma retaliação à Suprema Corte por conta do posicionamento da Corte em prol da efetividade de direitos em julgamentos, como o fim das emendas de relatores, a descriminalização do porte de maconha, a descriminalização do aborto até três semanas de gestação e a declaração de inconstitucionalidade da tese do marco temporal para a demarcação de terras indígenas. Ventila-se que o Senado, não somente por se tratar de um Senado conservador, mas também por defender algo que chamam de "prerrogativa do Senado de legislar" ficou descontente com esses julgamentos, o que fez a pressão para a votação da PEC aumentar. O artigo também destaca a opinião de juristas, como o ex-Ministro do STF, Celso de Mello, que considera a PEC altamente questionável, sob perspectiva constitucional, pois pretende regular matérias protegidas por cláusulas pétreas, como a autonomia institucional dos tribunais, a reserva constitucional de regimento e especialmente a separação dos Poderes, e o constitucionalista Lenio Streck, que argumenta que a limitação de liminares é uma questão do Regimento Interno do STF, não devendo ser tratada por emenda constitucional. Ele adverte contra a criação de um "backlash tupiniquim", um retorno negativo devido à insatisfação de um poder com uma decisão. A partir disso, utilizando um método de pesquisa qualitativo, este artigo proporcionará uma análise do debate em torno da tramitação da PEC 08/2021, como seu estudo de caso, de modo a explorar diferentes perspectivas constitucionais acerca do conteúdo do princípio da separação dos poderes no direito brasileiro.

BIBLIOGRAFIA: DANTAS, Paulo Roberto de Figueiredo. Direito Processual Constitucional. 8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. LEAL, Sérgio. À Sombra de Montesquieu: Reflexões Sobre a Separação de Poderes. Brasil: Editora Del Rey, 2019. SADE, R. G. A Separação dos Poderes e o Sistema de Freios e Contrapesos e a Atuação do Poder Judiciário no Brasil. Dissertação (Graduação em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, UnB, Brasília, 2021.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3506**

TÍTULO: **A UTILIZAÇÃO DOS MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

AUTOR(ES) : **LUCAS RIBEIRO MOTA**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONENBERG HARTMANN**

RESUMO:

A Res. 125/10 do CNJ e o estímulo à adoção dos MASCs pelo CPC/15 somados à lei de mediação e à lei de arbitragem (reformada em 2015), balizaram a inauguração do Sistema de Justiça Multiportas. No entanto, no campo administrativo, permanece certa controvérsia a respeito da utilização de meios compositivos nos conflitos que envolvam a Administração Pública. Nesse sentido, há peculiaridades que precisam ser observadas na aplicação de tais procedimentos à Fazenda Pública e é aqui que reside o tema da pesquisa.

Desse modo, os princípios da indisponibilidade do interesse público e da legalidade são vistos por alguns como verdadeiros entraves na utilização dos MASCs pela Administração Pública, visto que pressupõe a necessidade de lei autorizativa expressa. Diante deles, têm-se como objetivos compreender as situações nas quais é possível realizar a composição com a Administração Pública. Examinou-se, sobretudo, a compreensão das possibilidades do emprego dos meios compositivos no campo da inércia da atividade legiferante.

Quanto à metodologia, a presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa. A coleta e análise de dados foram principalmente conduzidas por meio de procedimentos bibliográficos, envolvendo a revisão de artigos acadêmicos, livros doutrinários, legislação esparsa e jurisprudência.

Assim, os resultados revelaram que as possibilidades de utilização dos MASCs pela Administração Pública são: em se tratando de arbitragem, aplica-se o art. 1º, §1º, da L nº 9.307/96 mediante a existência de cláusula compromissória para direitos patrimoniais disponíveis. Para a mediação ou conciliação, mais especificamente a lei utiliza a expressão "conciliar, transigir ou desistir", não havendo lei proibitiva, há três caminhos: **i)** Será sempre possível para as empresas públicas federais (arts. 1º e 2º da L. nº 9.469/97 c/c L. nº 10.201/20) de forma pré ou endoprocessual. **ii)** Por meio dos Juizados Especiais Federais (art. 10, § 4º, da L. nº 10.259/01) e dos Juizados Especiais da Fazenda Pública (art. 8º da L. nº 12.153/09), observando sempre o valor máximo permitido e somente de forma endoprocessual. **iii)** Em situação contenciosa na aplicação do direito público, aplica-se o art. 26 da LINDB que se revela como cláusula autorizativa, geral e ampla somada ao princípio da juridicidade, de modo a, inclusive, prescindir a formação de processo e valores máximos estabelecidos em lei. Ou seja, pode se dar de modo pré ou endoprocessual, ampliando o escopo restrito da permissibilidade nos juizados. Em todo o caso, será observado o procedimento definido pela L. nº 13.140/15 para a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

Por fim, é importante frisar que, ainda que seja considerada indisponível, o interesse público não deve ser óbice para a composição de todo e qualquer interesse da Administração Pública. Longe disso, ao utilizar os MASCs, a Administração utiliza a melhor forma de alcançá-lo (Maffini; Cirne, 2018).

BIBLIOGRAFIA: MAFFINI, Rafael; CIRNE, Rodrigo de Jesus. Arbitragem e Administração Pública: uma análise da arbitrabilidade dos litígios envolvendo a Administração Pública à luz da disponibilidade dos direitos. Revista da ESDM, Porto Alegre, v. 4, no 8, 2018.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3525**

TÍTULO: **O ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS**

AUTOR(ES) : **ANA LUISA FERREIRA VITAL**

ORIENTADOR(ES): **IGOR DE LAZARI BARBOSA CARNEIRO,ANTONIO SEPULVEDA,CARLOS BOLONHA**

RESUMO:

Tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil o Poder Judiciário está autorizado a realizar revisão judicial de atos expedidos por agências reguladoras. Embora os dois distintos ordenamentos jurídicos compartilhem algumas similaridades, apresentam, por enaltecere valores diversos, significativas distinções em seus desenhos institucionais, principalmente, no que tange à acessibilidade ao Judiciário. Por valorizar a nota da institucionalidade, a revisibilidade judicial nos Estados Unidos está condicionada ao esgotamento das instâncias administrativas. A regra estadunidense assenta que o interesse de agir configura-se a partir da definitiva decisão administrativa. Por sua vez, o desenho brasileiro, pautado fundamentalmente no princípio da inafastabilidade do Poder Judiciário, permite que o administrado escolha a via, se administrativa ou judicial, mais adequada para canalizar sua demanda. A partir da teoria institucional, esta pesquisa propõe o seguinte objeto: o processo de sindicabilidade judicial dos atos administrativos destes países, a partir de suas tradições de unidade de jurisdição e inafastabilidade do controle judicial do ponto de vista institucional. A pergunta problema é: quais são as contraposições entre os sistemas brasileiro e norte americano de sindicabilidade jurisdicional dos atos administrativo, a partir da análise das diferentes tradições institucionais que estes sistemas apresentam? O que se propõe como tese é que o parâmetro de revisão americano (padrão Chevron) é mais bem definido e mais restrito que o brasileiro (padrão da discricionariedade técnica). A presente pesquisa busca, então, realizar estudo comparado entre os modelos norte-americano e brasileiro, evidenciando as principais características e distinções, principalmente, no tocante aos mecanismos institucionais. Para tanto, será promovida pertinente revisão bibliográfica e jurisprudencial de forma a construir um debate entre as diferentes propostas institucionais destes sistemas aqui estudados.

BIBLIOGRAFIA: MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 2ª ed. São Paulo: 2008.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3567**

TÍTULO: **METARREGAS DO DESENHO PROCESSUAL PENAL DESUMANIZANTE DE GUERRA AS DROGAS**

AUTOR(ES) : **JONAS SILVEIRA NOGUEIRA,LARYSSA VIEIRA REIS OLIVEIRA,MADALENA ALEXANDRE BAHIA,ANDRESSA ALENCAR DE JESUS,CAROLINA MACIEIRA DA SILVA,ANA BEATRIZ DA SILVA,ALICE MAGALHÃES RIBEIRO,LARISSA ZOÊ DA COSTA LIMA,ELIESER RODRIGUES FERREIRA DA SILVA,CLARA FERNANDA FERNANDES COUTINHO,GIULIA MOURÃO DE SOUSA ALLEVATO,MARIA EDUARDA TRIERWEILER LIRA TORRES,MARIA IRLA CARLA LIMA MELO,JULIA ANDRE ROMA,JOÃO PEDRO FERREIRA FERNANDES,INGRID LIMA MACHADO,FELIPE ROCHA DA VEIGA GUIMARAES,GERSON NASCIMENTO ROQUE**

ORIENTADOR(ES): **ANTONIO EDUARDO RAMIRES SANTORO,NATÁLIA LUCERO FRIAS TAVARES**

RESUMO:

É preciso admitir, como premissa para esta pesquisa, que na sua realidade prática o processo penal brasileiro não está fundado sobre o respeito aos direitos humanos, apesar da obrigação assumida pelo Estado brasileiro na Constituição de 1988 e nos tratados e convenções sobre direitos humanos dos quais o Brasil faz parte. Além da mentalidade inquisitória, o sistema brasileiro é atravessado por problemas sociais que terminam por influenciar diretamente seu funcionamento: o racismo estrutural, a estrutura patriarcal e a sociedade autoritária. Some-se a prevalência do sistema de justiça criminal sobre o sistema de processo, impondo-se a doutrina da segurança nacional como base para a segurança interna e fazendo do acusado um inimigo a ser combatido. Isso dá origem a desenhos processuais penais que não têm por base o cumprimento a regras que materializam o respeito aos direitos humanos. Os desenhos processuais desumanizantes funcionam a partir de regras não jurídicas ou metarregas que estabelecem características razoavelmente uniformes. Esta pesquisa se dedica à compreensão do processo penal de guerra às drogas. Os problemas a serem enfrentados são: é possível identificar nos processos penais sobre crimes tipificados na lei de drogas características que os afastem de um processo penal fundado no respeito aos direitos humanos? Em caso positivo, há uniformidade nessas características que permita admitir a existência de um desenho processual específico, com meta-regras ou regras não jurídicas adotadas pelos órgãos integrantes do sistema de persecução penal? Em caso positivo, quais seriam as metarregas sobre as quais se fundam os processos penais de guerra às drogas? A hipótese original é de que este desenho processual não se funda no respeito aos direitos humanos. O objetivo geral desta pesquisa é verificar se há no Brasil um processo penal de guerra às drogas com características específicas e uniformes. A pesquisa será desenvolvida em quatro fases, não necessariamente sucessivas sob o ponto de vista cronológico: A 1ª fase será desenvolvida pelo método dedutivo, em nível explicativo, por fontes bibliográficas e, secundariamente, documentais; A 2ª fase é empírica e consistirá no acompanhamento de audiências de instrução e julgamento especificamente sobre crimes de drogas nas varas criminais da capital do Estado do Rio de Janeiro, que se divide em duas etapas: uma em que o pesquisador acompanha a audiência e a segunda que preenche uma planilha; A 3ª fase, também empírica, consistirá na coleta dos documentos dos processos acompanhados; e a 4ª fase consiste na organização, classificação e catalogação dos dados obtidos. No atual momento estamos na segunda etapa da 2ª fase.

BIBLIOGRAFIA: BOITEUX, Luciana. A política criminal de drogas no Brasil: uma análise da Lei 11.343/2006. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018. CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06. São Paulo: Saraiva, 7. ed. atual. e ampl., 2014. SANTORO, Antonio Eduardo Ramires Machado, Rodrigo. A genealogia dos desenhos processuais desumanizantes: atravessamentos estruturantes da sociedade brasileira. In: Lilian Balmant Emerique; Vanessa Oliveira Batista Berner; Rubén Martínez Dalmau. (Org.). "Pés no presente e olhos no futuro": reflexões sobre direitos humanos, democracia e desenhos institucionais. 1ed.São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2022, v.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3576**

TÍTULO: **A CATÁSTROFE CLIMÁTICA NO CHIFRE DA ÁFRICA**

AUTOR(ES) : **LUISA LOIO AMENTA MORAES BITTENCOURT**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

As ações antropogênicas vêm intensificando o aquecimento global, gerando riscos e catástrofes em todo o mundo. O Chifre da África, localizado no nordeste da África e que corresponde à área da Somália, Eritreia, Etiópia e Djibouti, é uma das regiões mais afetadas pelas consequências das mudanças climáticas. O território desses Estados é assolado por secas extremas, infestação de pragas e inundações recorrentes, provocando quadros de falta de água, insegurança alimentar e destruição de vilas inteiras, catástrofes essas agravadas pelas crises políticas e conflitos militares que ocorrem nesses países. Diante disso, o número de migrações internas e externas vêm aumentando exponencialmente.

A ONU e suas agências, como a ACNUR, estão trabalhando junto aos governos locais para oferecer maior suporte à população, buscando satisfazer suas necessidades básicas. No entanto, a falta de fundos direcionados a essas causas ainda é um grande problema dessa organização, que depende de doações de Estados e particulares. De fato, não há normas internacionais vinculantes que possam compelir os Estados a contribuir com a mitigação e gestão de tais catástrofes. Nesse cenário, o Direito Internacional das Catástrofes emerge como uma opção que complementa os esforços já despendidos desses atores de direito internacional, como a criação de um fundo internacional para catástrofes. A criação de uma convenção sobre o tema também seria um modo de garantir a participação dos sujeitos de direito internacional, podendo ser uma tentativa de preencher a lacuna normativa deixada pelas normas internacionais correntes.

Este trabalho tem como objetivo geral descobrir quais meios a sociedade internacional pode utilizar para mitigar os efeitos das mudanças climáticas na região do Chifre da África. Quanto aos objetivos específicos, busca descrever as consequências das mudanças climáticas no Chifre da África; verificar como a sociedade internacional está contribuindo para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nesta região; além de identificar como o Direito Internacional das Catástrofes pode ser utilizado pelos atores internacionais em casos de catástrofe.

A pesquisa utiliza o método hipotético-dedutivo, sendo a técnica de pesquisa escolhida a revisão de literatura, reunindo livros, artigos e documentos referentes ao tema.

Os resultados parciais desta pesquisa mostram a ineficiência dos mecanismos internacionais atuais de mitigação e gestão de catástrofes. No entanto, apresenta opções de resolução e adaptação desses meios através do Direito Internacional das Catástrofes.

BIBLIOGRAFIA: GUERRA, Sidney. Direito Internacional das Catástrofes. Curitiba: Instituto Memória, 2021. 386 p. ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). UNHCR Global Report 2022, 14 June 2022, Disponível em: <<https://www.unhcr.org/what-we-do/reports-and-publications/global-report>>. Acesso em 28 nov 23. HANS-OTTO, Portner et al. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability, Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel On Climate Change. IPCC, Cambridge, UK, fev. 2022.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3579**

TÍTULO: **EVIDENCIAÇÃO DOS FATORES DE RISCO DE EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO.**

AUTOR(ES) : **BRENDA NEPOMUCENO BEZERRA, REGINA DE JESUS NUNES**

ORIENTADOR(ES): **THIAGO DE ABREU COSTA**

RESUMO:

No Brasil, a divulgação de risco é regida pela instrução nº 480/2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em seu anexo 24 – Formulário de Referência –, que institui a obrigatoriedade por parte das companhias listadas em descrever, quantitativamente e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que se vê exposta (PASSOS et al., 2017).

Portanto, devida à importância das informações relativas aos riscos corporativos, fica evidente uma extensa literatura que vêm sendo desenvolvida a nível nacional sobre evidenciação dos riscos e que têm avaliado o conteúdo do disclosure de riscos (PAMPLONA et al., 2015; LUCENA; SIQUEIRA, 2020). Nessa perspectiva, Pamplona et al. (2015) reforçam a necessidade de aperfeiçoamento quali-quantitativo na pesquisa sobre evidenciação de fatores de risco no setor elétrico, constatando que as empresas com maiores níveis de endividamento inclinam-se a divulgar mais informações, devido ao forte monitoramento por parte dos credores, fazendo com que os gestores divulguem os riscos com maior intensidade.

Diante do exposto, o presente estudo se justifica na medida em que amplia a discussão sobre a relação do nível de risco e a qualidade da divulgação, buscando responder ao seguinte questionamento: Quais fatores influenciam a divulgação de risco das empresas brasileiras?

Sendo assim, o desenvolvimento do estudo mostra-se relevante por fornecer evidências empíricas ao investigar como o nível de risco afeta a qualidade da divulgação de risco das empresas brasileiras não financeiras de capital aberto. Além disso, o trabalho identificará as variáveis que podem explicar a associação entre os níveis de risco e a qualidade da informação, através da observação da estrutura organizacional das firmas e de suas características.

Para responder essa questão serão analisadas as divulgações de risco realizadas pelas empresas não financeiras de capital aberto, através de seu formulário de referência no ano de 2022. Para realizar tal análise será utilizada uma análise quantitativa através da utilização de regressão linear múltipla, onde a variável dependente é o nível de divulgação de risco e as variáveis independentes representam incentivos para a divulgação (tamanho endividamento, regulação, rentabilidade, níveis de governança, internacionalização e nível de risco).

Os resultados esperados sugerem que o nível de risco, bem com outras variáveis de controle, impacta positivamente no nível de disclosure de risco das empresas brasileiras de capital aberto.

BIBLIOGRAFIA: PASSOS, L. C. et al. Disclosure dos Riscos de Mercado e o Custo de Capital das Empresas. BASE - Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS, v.14, n.3, p.169-184, 2017. PAMPLONA, Edgar et al (2015). Nível e determinantes de evidenciação de riscos em empresas brasileiras do setor de energia elétrica listadas na BM&FBOvespa. Anais da Conferência Internacional em Gestão de Negócios, Cascavel, PR, Brasil, 1. LUCENA, W. G. L.; SIQUEIRA, D.. A Divulgação das Informações dos Fatores de Risco e o Value Relevance no Novo. XX USP International Conference In Accounting, jul. 2020. 19.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3586**

TÍTULO: **EXPLORANDO A RELEVÂNCIA DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA FORMAÇÃO DE ADMINISTRADORES: UMA PERSPECTIVA METODOLÓGICA DO MURAL DO CLIMA**

AUTOR(ES) : **GIOVANNA TOSTO, ANA CAROLINE DE ABREU CUNHA**

ORIENTADOR(ES): **LUAN DOS SANTOS**

RESUMO:

As mudanças climáticas são uma realidade global que afetam diversos setores da sociedade, incluindo o mundo dos negócios. Assim, é importante que os futuros tomadores de decisão estejam preparados para lidar com os desafios e oportunidades que surgem a partir desse cenário. A medida em que o curso de Administração objetiva preparar seus alunos para gerir empresas, é fundamental que os graduandos estejam cientes da importância do estudo das mudanças climáticas e das suas implicações para as organizações. É nesse contexto que surge a proposta de explorar a relevância das mudanças climáticas na formação de Administradores, sob a luz de uma metodologia internacional para conscientização, ensino e ação em prol do clima chamada Mural do Clima.

Deste modo, o objetivo principal deste trabalho é analisar a relação e a importância do estudo das mudanças climáticas na formação de Administradores, considerando especificamente a metodologia do Mural do Clima enquanto ferramenta pedagógica inovadora e capaz de promover o conhecimento climático dentro da graduação. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) apresentar detalhadamente a metodologia do Mural do Clima, explicando como ela pode ser aplicada na educação de administradores para promover a compreensão das mudanças climáticas; b) analisar os benefícios potenciais da metodologia do Mural do Clima na formação de administradores, bem como quaisquer desafios práticos ou conceituais que possam surgir ao implementar essa abordagem.

A adaptação às mudanças climáticas por parte das empresas faz com que estas considerem riscos e oportunidades climáticas em sua estratégia de negócios, o que torna ainda mais importante que os futuros administradores estejam preparados para lidar com essas questões. Nesse sentido, a metodologia do Mural do Clima surge como uma ferramenta pedagógica inovadora e capaz de promover o conhecimento climático de forma rápida e dinâmica dentro da graduação, dado que hoje a FACC/UFRJ não possui em sua grade curricular obrigatória nenhuma disciplina com enfoque em sustentabilidade, bem como possui o oferecimento restrito de disciplinas optativas que contemplam o tema.

A proposta metodológica deste projeto se fundamenta em uma análise quantitativa de entrevistas cedidas por 4 participantes, cujos perfis foram escolhidos devido às diferentes perspectivas que estes possuem dentro do contexto da administração, sendo eles: formador de administradores (docente); aluno de administração em formação (graduando); bacharel em administração que atua no mercado (administrador, não necessariamente atuante na área de sustentabilidade) e profissional com cargo de gestão no mercado (não necessariamente administrador, mas atuante na área de sustentabilidade dentro do mercado). O roteiro foi desenvolvido a partir de um questionário semi-estruturado dividido em 3 segmentos: perguntas de introdução; perguntas de aprofundamento e perguntas de encerramento.

BIBLIOGRAFIA: Palma, L.C., de Oliveira, L.M., Alves, N.B. and Figueiró, P.S. (2023),

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3615**

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL: COMO O PROGRAMA REVIVER CENTRO ESTÁ TRANSFORMANDO A MOBILIDADE NO RIO DE JANEIRO E OS IMPACTOS CAUSADOS NA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA**

AUTOR(ES) : **VITÓRIA MAYLA MAGALHÃES**

ORIENTADOR(ES): **ROSANGELA MARINA LUFT**

RESUMO:

O crescimento exacerbado para outras áreas do Rio de Janeiro, causou um espraiamento urbano da área central da cidade, além de sobrecarregar o transporte público coletivo, já que a maioria das pessoas que trabalham no centro, não moram lá, deixando em evidência a falta de integração entre planejamento urbano e de transportes.

Este trabalho visa identificar e analisar as estratégias do uso de metodologias de Desenvolvimento Urbano Orientado ao Transporte Sustentável (DOTS) utilizadas na Lei Complementar Municipal nº 229 de 14/07/2021, que institui o programa Reviver Centro. O DOTS tem como propósito fomentar o desenvolvimento compacto das cidades, através da construção de comunidades urbanas sustentáveis, que ofereçam à população o uso da cidade de maneira múltipla e integrada, permitindo a diminuição do tempo de deslocamento e redução de gastos com transporte. O programa Reviver Centro, busca recuperar a qualificação urbana da área central da cidade do Rio de Janeiro, aproveitando sua infraestrutura e variados meios de transporte disponíveis para, assim, atrair a população e ampliar a oferta de moradia de diferentes faixas de renda. Como metodologia, será realizada revisão bibliográfica sobre o conceito de DOTS e sobre o projeto Reviver Centro. Será, ainda, realizada uma pesquisa qualitativa empírica, visando analisar impactos já identificáveis nas ações apresentadas pelo poder público municipal na implementação do programa Reviver Centro, tentando qualificar os efeitos que afetam especificamente a população de baixa renda e os efeitos sobre o mercado imobiliário no perímetro do projeto. O estudo encontra-se em fase de fundamentação teórica e teve início em agosto de 2023.

Como finalidade, a pesquisa busca apresentar as consequências agregadas à população de baixa renda na implementação do programa Reviver Centro, em contraponto, discutir as políticas públicas e o seu impacto econômico para a gestão pública municipal.

BIBLIOGRAFIA: PEREIRA, R et al. Forma urbana e mobilidade sustentável: evidências de cidades brasileiras. Texto para Discussão. IPEA, 2022. EMBARQ BRASIL. DOTS Cidades. Manual de desenvolvimento urbano orientado ao transporte sustentável. 2a edição. 2015. LIMA NETO, Vicente Correia. A mobilidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - diagnóstico, impacto econômico e política pública. A ordem dos fatores altera o produto?. Periódicos UFF, Niterói, 2013.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3701**

TÍTULO: **DA LETRA DA MÚSICA PARA A LETRA DA LEI: COMO A BANDA PLANET HEMP INFLUENCIOU A DISCUSSÃO SOBRE O STATUS JURÍDICO DO USUÁRIO E A LEGISLAÇÃO DE DROGAS NO PAÍS**

AUTOR(ES) : **JOÃO PEDRO K. VIANNA**

ORIENTADOR(ES): **SALO DE CARVALHO**

RESUMO:

O crescente destaque da questão prisional no cenário político-jurídico brasileiro demanda uma compreensão aprofundada dos fatores que contribuem para o aumento da população carcerária. Do imenso número de detentos, aproximadamente 30% estão presos por crimes correlatos ao tráfico de drogas, demonstrando a responsabilidade da política de drogas nas políticas de encarceramento em massa no Brasil. Este trabalho tem por objetivo investigar a formação da atual legislação penal de drogas, utilizando a criminologia crítica para examinar o contexto sociocultural que a moldou.

A análise das nuances do processo histórico de criminalização, considerando diferentes formas de proibicionismo, lança luz sobre como a cultura desempenhou um papel crucial na ideologia proibicionista ao longo do tempo (SAAD, 2013; TORCATO, 2016). Destaca-se que, durante as décadas de 1990 e 2000, o movimento underground e a efervescência cultural foram cruciais na redefinição do debate sobre drogas no Brasil. Um ponto focal desse contexto cultural foi a ascensão da banda de rock Planet Hemp, que, desde a década de 90, abordava a legalização das drogas e a marginalização social do usuário em suas letras. Contudo, devido à explícita crítica à legislação vigente, a banda enfrentou represálias, como recolhimento de CDs, cancelamento de shows e prisões por "*apologia da maconha*" (FOLHA, 1997). O julgamento que resultou em sua libertação, por meio de um Habeas Corpus, desencadeou um novo entendimento jurídico sobre o status do usuário e os contornos da política de drogas em vigor. Utilizando-se de chaves teóricas da criminologia críticas e da criminologia cultural, visa-se analisar a repercussão midiática e política da banda Planet Hemp no debate sobre drogas. Este estudo busca, assim, elucidar como eventos culturais influenciaram a evolução da legislação e percepção social sobre drogas no Brasil.

BIBLIOGRAFIA: CARVALHO, Salo de. A política criminal de drogas no Brasil: estudo criminológico e dogmático da Lei 11.343/06 - Salo de Carvalho. - 7. ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2014. TORCATO, Carlos Eduardo Martins. A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República. Doutorado em História Social - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p 371. 2016. SAAD, Luísa Gonçalves. "Fumo de Negro": a criminalização da maconha no Brasil (c. 1890-1932). Mestrado em História Social- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Bahia, p 139. 2013.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3711**

TÍTULO: **GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS FEDERAIS**

AUTOR(ES) : **MARIA EUGÊNIA GEOVANUCI, CARLA RAFAELA LOPES DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **MARIA DE FÁTIMA BRUNO DE FÁRIA**

RESUMO:

A administração ou gestão estratégica envolve a implementação de "decisões e ações administrativas que auxiliam a assegurar que a organização formula e mantém adaptações benéficas com seu ambiente" (Wright; Kroll; Parnell, 2000, p. 25). Trata-se de algo complexo, uma vez que conforme Mintzberg (2022, p. 17) o fracasso dos planejadores deve-se à pouca compreensão de "como as organizações verdadeiramente fazem suas estratégias" e "como os gestores tomam suas decisões estratégicas". As universidades públicas federais possuem características diferenciadas de outras organizações, especialmente sua complexidade e seu modelo de gestão. No setor público, os aspectos legais e normativos exercem influência no modo com que a gestão estratégica é realizada e a forma colegiada das decisões nas universidades impactam a sua ação. O presente estudo tem como objetivo geral identificar as ações realizadas por universidades públicas federais no país para implementar a gestão de suas estratégias institucionais. Os objetivos específicos incluem: (1) descrever a produção científica nacional sobre gestão estratégica e planejamento estratégico em universidades públicas; (2) analisar periódicos internacionais de Administração Pública no tocante à gestão estratégica e planejamento em universidades; (3) apresentar uma linha do tempo da legislação sobre gestão estratégica e planejamento aplicável às universidades públicas federais no país e (4) mapear as ações realizadas por universidades públicas federais brasileiras para a construção, monitoramento e revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e/ou outros documentos que contenham as estratégias institucionais. O levantamento bibliográfico foi realizado em bases disponíveis no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bibliotecas eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL.org) e nas bases Scopus e Web of Science. Excluídas as repetições, foram analisados 61 artigos, sendo 34 nacionais e 27 internacionais. Para elaborar a linha do tempo sobre a legislação foi realizada uma busca nas leis federais relacionadas a universidades que contivessem as palavras-chave: PDI; gestão estratégica; planejamento estratégico e/ou estratégias institucionais. Na pesquisa empírica, empregou-se o método qualitativo, em uma pesquisa descritiva, com a pesquisa documental como técnica de coleta de dados nos sites das 20 melhores universidades públicas federais do país de acordo com o Ranking Universitário Folha (RUF) de 2023, em busca do PDI e/ou outros documentos que contivessem as estratégias institucionais. Todas possuíam o PDI em seu site, sendo que três estavam com as informações desatualizadas. Foi feita uma planilha contendo os seguintes elementos a serem extraídos de cada universidade, a saber: o objetivo geral, os processos de construção, monitoramento e revisão. Cabe destacar que o estudo está em andamento.

BIBLIOGRAFIA: MINTZBERG, H. An underlying theory for strategy, organization, and management: Bridging the divide between analysis and synthesis. Strategic Management Review, v.3, n. 1, p. 125-144, 2022. WRIGHT, P.; KROLL, M.J.; PARNELL, J. Administração estratégica: conceitos. Atlas: São Paulo, 2000.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3716**

TÍTULO: **A INVISIBILIDADE DAS MULHERES TRANSEXUAIS NA EXECUÇÃO PENAL: UMA ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS FRENTE AO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **ANA VITORIA PAZZE LESSA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO:

O presente trabalho terá como objetivo a análise da invisibilidade das mulheres transexuais na execução penal, especificamente no sistema carcerário brasileiro. Para isso, analisará de que maneira o aparato jurídico e a estrutura binária dos presídios contribuem para a manutenção de um modelo discriminatório e segregador. Neste sentido, buscará o presente estudo partir de uma perspectiva garantista, constatar que a exclusão de pessoas trans na sociedade está relacionada com a invisibilidade sofrida por este grupo na execução penal e as consequentes violações aos princípios da dignidade humana, da individualização da pena e da igualdade de direitos e garantias trazidos a efeito pela Constituição Federal de 1988. Esta pesquisa foi originada a partir da análise das normas em vigor com relação aos Direitos Fundamentais e a realidade do cárcere de mulheres trans no Brasil, gerando o seguinte questionamento: o sistema prisional brasileiro garante os direitos básicos previstos no artigo 5º da Constituição Federal para mulheres trans encarceradas? Durante o levantamento dos dados e com as devidas notificações, pôde-se confirmar a omissão e conivência por parte do Estado e da população com relação às inúmeras violações de direitos humanos que ocorrem cotidianamente.

BIBLIOGRAFIA: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhe. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. BENTO, Berenice. Transvi@das: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - Edufba, 2017, p. 233. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/26037/1/Transviadas-BereniceBento-2017->

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3802**

TÍTULO: **A MEDIAÇÃO FAMILIAR EMANCIPADORA E RESPONSÁVEL NO ACESSO À JUSTIÇA: A CONSTRUÇÃO DE CONSENSO ATRAVÉS DAS INTERAÇÕES COMUNICATIVAS COOPERATIVAS**

AUTOR(ES) : **BERNARDO CAMPANA CALDAS DE ARAUJO RIBEIRO**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONENBERG HARTMANN**

RESUMO:

O artigo objetiva analisar como as inovações legislativas da última década trouxeram uma ampliação do conceito e imaginário de acesso à justiça, com termos até então desconhecidos ficaram conhecidos pelos atores e operadores do Direito, para se referir aos métodos autocompositivos de solução de controvérsias, que na legislação brasileira acabam por ir na direção da noção de sistema Multiportas do ordenamento jurídico. São analisadas as denominações, princípios e procedimentos empregados em certos textos normativos: a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 125/2010, Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.105 (Código de Processo Civil) a Lei nº 13.140/2015 (Lei de Mediação). A escolha das referidas legislações decorre de sua relevância para o debate sobre meios mais céleres ao processo judicial, com a mesma segurança jurídica, sendo medida de efetividade do acesso à justiça no contexto jurídico brasileiro. O texto mobiliza, também, as inovações trazidas pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Núcleos), que possui, entre seus macrodesafios, a prevenção de litígios e a adoção de soluções consensuais para os conflitos, recepcionados pelo direito nacional. São utilizados os conceitos teóricos desenvolvidos pelo Professor, Psicólogo e Mediador Internacional Juan Carlos Vezzulla e as noções de Direito e ética do discurso pela eminente filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas. Vezzulla e Habermas são os referenciais teóricos principais do trabalho. Trata-se de pesquisa, essencialmente, bibliográfica. É utilizado o método dedutivo: se parte da ideia geral da necessidade de coerência do sistema multiportas do ordenamento jurídico para o recorte específico da promoção de uma sociedade pacífica com acesso à justiça para todos, por meio de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis, que propicie aos cidadãos meios de resolver os próprios conflitos e de conduzir a própria vida de maneira responsável, cooperativa e solidária na mediação, principalmente no que tange aos temas familiares, responsáveis por muitos processos ajuizados no Judiciário, que é uma instituição assegurada e protegida sob o véu da Constituição como base da sociedade, que tem especial proteção do Estado. É ressaltado que a Constituição Federal é um marco da redemocratização do país e que como resultado da ampla participação popular e do pleiteamento de tutela dos cidadãos que cabe ao Judiciário estabelecer política pública de tratamento adequado dos problemas jurídicos e dos conflitos de interesses, que ocorrem em larga e crescente escala na sociedade, de forma a organizar, em âmbito nacional, não somente os serviços prestados nos processos judiciais, como também os que possam sê-lo mediante outros mecanismos de solução de conflitos, em especial dos consensuais, como a mediação familiar emancipadora e consolidar uma política pública permanente de incentivo e aperfeiçoamento de mecanismos consensuais de solução de litígios

BIBLIOGRAFIA: VEZZULLA, Juan Carlos; Mediação: Teoria e Prática. Guia para Utilizadores e Profissionais, Agora Comunicações, 1ª edição, 2001. VEZZULLA, J. C. . MEDIAÇÃO RESPONSÁVEL E EMANCIPADORA. Reflexões sobre a atuação dos advogados.. Boletim da Associação dos Advogados de São Paulo , v. 34, p. 56-61, 2014. Direito e democracia: entre facticidade e validade / Jürgen Habermas ; tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Imprensa: Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3842**

TÍTULO: **CIDADES INTELIGENTES E A ANÁLISE DA CONCESSÃO SMART LUZ RIO**

AUTOR(ES) : **RICHARD HENRIQUE MOURA CASTRO**

ORIENTADOR(ES): **DEBORAH WERNER**

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo compreender os elementos que orientam o paradigma das cidades inteligentes e sua adesão em território brasileiro, a partir do caso da cidade do Rio de Janeiro. Busca-se analisar a concessão pública Smart Luz Rio, que versa sobre os serviços de iluminação pública, com ênfase nos seguintes elementos: i) como o modelo smart se aplica à concessão; ii) as relações público-privadas que viabilizam o projeto; e iii) as implicações territoriais da concessão.

Em termos metodológicos, a pesquisa de caráter bibliográfico e documental, parte da compreensão conceitual do paradigma smart, com base em referencial teórico nacional e internacional para analisar a concessão Smart Luz Rio, a partir de documentos oficiais, com ênfase no contrato de concessão, nos marcos regulatórios e no arranjo econômico-financeiro que viabiliza a concessão.

Ressalta-se que, em termos teóricos, as cidades inteligentes propõem o uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs) para o aumento do bem-estar nas cidades, eficiência nos serviços articulado ao paradigma da sustentabilidade.

Busca-se compreender, portanto, como tais elementos se articulam à concessão em tela; analisar a articulação público-privada que viabiliza a concessão; e verificar se o projeto rompe ou reitera processos de desigualdade territorial que marcam a cidade do Rio de Janeiro.

Tem-se como hipótese o caráter fragmentado de implementação dos serviços públicos relacionados à concessão, em termos territoriais e setoriais, o que impõe limites ao alcance da proposta vinculada ao conceito; assim como o domínio do capital privado internacional relacionado às TICs, enquanto novo agente do planejamento urbano e estruturador de políticas públicas.

BIBLIOGRAFIA: Angelidou, M. Smart city policies: a spatial approach, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.cities.2014.06.007> Acesso em fevereiro de 2020. Morozov, E.; Bria, F. A cidade inteligente: tecnologias urbanas e democracia. São São Paulo: Ubu Editora, 2019.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3905**

TÍTULO: **O JUDICIÁRIO EM CONFLITOS AGRÁRIOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR**

AUTOR(ES) : **LAURA GARCIA GONZAGA, ESTELA PEREIRA ALVES DO VALE**

ORIENTADOR(ES): **ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES, MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito dos projetos de pesquisa “Poder Judiciário e Direitos Humanos em conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro durante a ditadura empresarial-militar (1964-1985)”, “Mapeando a Reforma Agrária” e “Direitos Humanos e Conflitos no Campo no Rio de Janeiro na Ditadura”. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar qualitativamente os processos judiciais de desapropriação de terras improdutivas para fins de Reforma Agrária de 3 (três) fazendas, sendo estas a Fazenda Campos Novos, localizada em Cabo Frio - RJ, a Fazenda Novo Horizonte, localizada em Silva Jardim - RJ e a Fazenda São José da Boa Morte, localizada em Cachoeiras de Macacu - RJ. As fazendas foram selecionadas a partir das peculiaridades observadas durante a coleta de dados e da possibilidade de reflexão destes a partir da literatura que narra a história e os conflitos desses assentamentos. A análise da atuação do Poder Judiciário em questões envolvendo conflitos fundiários agrários parte do pressuposto epistemológico de que os magistrados poderiam interpretar as normas constitucionais e legais então vigentes de forma a contribuir com a concretização da política de reforma agrária e para evitar violências contra camponeses que reivindicavam a aplicação dessa legislação na luta pela terra. Logo, o trabalho busca averiguar se isso ocorreu na prática ou se os magistrados, ainda que mediante a existência de parâmetros legais para tanto, optaram por negar vigência aos dispositivos legais e dificultar a concretização do direito à Reforma Agrária. Assim, a metodologia utilizada consistiu na consulta aos autos dos processos judiciais de desapropriação, bem como às pesquisas bibliográficas para que fosse possível analisar os processos judiciais junto às histórias das próprias fazendas, a partir dos ensinamentos e relatos trazidos na obra “Ditadura, conflito e repressão no campo: Resistência Camponesa no Rio de Janeiro”, organizada por Leonilde Medeiros (2018). Deste modo, a partir da metodologia utilizada, as conclusões preliminares do trabalho revelaram que a atuação do Poder Judiciário veio a dificultar a promoção da Reforma Agrária no solo fluminense, ignorando ou endossando os conflitos existentes à época, utilizando-se, muitas vezes, do aparato policial para perpetração de violências por parte do Estado contra os posseiros envolvidos na luta pelo direito à terra. Por fim, as análises dos autos dos processos judiciais relacionados às Fazendas Campos Novos, São José da Boa Morte e Novo Horizonte permitiram observar um verdadeiro contraponto à vigência da Constituição de 1946 e do Estatuto da Terra de 1964 que permitiriam a implementação da política de Reforma Agrária e a proteção dos camponeses.

BIBLIOGRAFIA: BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: UFRJ, 1997. MEDEIROS, Leonilde. Ditadura, conflito e repressão no campo: Resistência Camponesa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018. TAVARES, Ana Claudia (et. al). A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário Fluminense. Revista Praia Vermelha, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3909**

TITULO: **FEMINICÍDIO NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **IVALDO DE OLIVEIRA BERTACCHINI**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO:

Integrada ao Grupo de Pesquisa em Violência de Gênero (PEVIGE/UFRJ) e inserida nos eixos temáticos que abordam as práticas institucionais, o acesso à Justiça e as mulheres em situação de violência, a presente pesquisa se coaduna com a proposta mais específica de pensar o Direito e o papel do Judiciário, a partir de abordagens multimetodológicas e de leituras multidisciplinares, sobre a interpretação jurídica do fenômeno social das mortes violentas de mulheres. A partir do anteprojeto de lei da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada "com a finalidade de investigar a situação da violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência", deu-se início ao trâmite legislativo para a inclusão do crime de feminicídio no nosso Código Penal. O Brasil foi um dos últimos países da América Latina a aprovar este tipo penal - o primeiro foi Costa Rica, em 2007 -, que entrou em vigor apenas em 2015, quase dez anos depois da Lei Maria da Penha (Lei 11340/2006). A Lei 13104 alterou, pois, o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, e modificou o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Nesse sentido, importa saber como a doutrina penal vem recepcionando o tipo e construindo a noção de feminicídio, como juristas vêm interpretando a norma e sua existência no cenário criminal e como, na prática, estão se dando os enquadramentos e as perspectivas do sistema de justiça. O procedimento metodológico será o de revisão bibliográfica, que terá como base os principais referenciais teóricos do fenômeno do feminicídio, bem como o que diz a doutrina penal brasileira sobre o tema; conjugada à revisão documental e análise empírica (observação) dos julgamentos de feminicídio nos tribunais de justiça estaduais brasileiros, o que enseja uma abordagem quantitativa. O levantamento dos casos será realizado por meio da pesquisa de Acórdãos nos sites eletrônicos dos 26 tribunais de justiça estaduais e do Distrito Federal. A seguir, serão identificadas categorias relevantes, como "motivo do crime", "meio empregado", "relação entre réu e vítima", "local da ocorrência" etc., bem como os argumentos e as respectivas decisões. Como resultado, espera-se a obtenção de significativo material teórico e empírico que dará visibilidade a casos de feminicídio em todo o país, elucidando suas principais questões englobantes e viabilizando, assim, a produção de material que dialogue com os direitos humanos das mulheres e meninas e que forneça subsídios científicos para possíveis alterações no entendimento e tratamento desses casos na realidade jurídica brasileira.

BIBLIOGRAFIA: SAFFIOTI, Heleieth I.B; ALMEIDA, Suely Souza de. Violência de gênero - Poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. ENRIQUEZ, Lourdes. "Eficácia performativa del vocablo feminicidio y legislación penal como estrategia de resistencia". In: Feminicidio actas de denuncia y controversia. MARTÍNEZ, Ana María de la Escalera (org). PUEG/UNAM: Cidade do México, 2010. RUSSELL, Diana. "Feminicidio: la "solución final" de algunos hombres para las mujeres". In: Russell, Diana; Harmes, Roberta (orgs). Feminicidio. Una perspectiva global. Diversidad Feminista. CEIICH, UNAM: Cidade do México, 2006a.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3917**

TITULO: **ATIVISMOS CARTOGRÁFICOS EM EXPERIÊNCIAS POPULARES DE PLANEJAMENTO URBANO EM SITUAÇÃO DE CONFLITO**

AUTOR(ES) : **EMILYN CRISTINA CONCEIÇÃO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO:

No campo da geografia, a cartografia é definida como a "representação geométrica plana, simplificada e convencional de toda a superfície terrestre ou de parte dela, apresentada por meio de mapas, cartas ou plantas" (IBGE). Como qualquer meio de representação e comunicação, ela traduz as perspectivas, interesses e objetivos daquele que a propõe. A temática do "Ativismo cartográfico" surge como o entendimento da mudança da prática cartográfica de uma ferramenta de dominação para uma prática de ativismo, visando utilizar a apropriação como método de redefinição para formas alternativas de representação. Dentre essas formas, emergem os processos participativos que conferem protagonismos na ação cartográfica aos sujeitos mapeados, abrangendo as múltiplas territorialidades e valorizando as experiências socioespaciais desses grupos em vulnerabilidade. Práticas como a cartografia participativa buscam usar o gesto cartográfico como suporte à ação política e cultivar relações horizontais na produção de mapas eficazes que representem o que é importante para essas pessoas e em quais âmbitos essas experiências são tangíveis e representáveis. É dar significado ao lugar para o sujeito e ressaltar a importância do autoconhecimento neste espaço de luta, garantido que seja seu por direito. Explorar o campo do planejamento conflitual e dos ativismos cartográficos é trazer à luz não apenas as situações de conflito, mas também as abordagens utilizadas por grupos, entidades, moradores e sujeitos políticos organizados diante das particularidades de cada uma delas. O objetivo principal é identificar e caracterizar o uso da cartografia nas experiências de planejamento e assessoria popular articuladas a iniciativas autônomas de comunidades e movimentos sociais relacionadas à luta pela terra, moradia, permanência frente a tentativas de remoção e outras resistências urbanas, que são, por sua vez, lutas essencialmente coletivas. Neste sentido, a metodologia adotada pela pesquisa parte de um levantamento e mapeamento de experiências de ativismos cartográficos em situações de conflitos urbanos e de planejamento territorial e conflitual. Começando por uma busca na web, utilizamos palavras-chave como: cartografia, cartografia social, cartografia participativa, assessoria popular, moradia popular e planejamento urbano e sistematizamos essas experiências a partir de categorias organizadas em um banco de dados. Pretende-se produzir uma identificação individual do contexto e da situação de cada conflito para, posteriormente, realizarmos uma análise comparativa dos procedimentos, abordagens e práticas desenvolvidos em conjunto com essas comunidades e identificar, dentro desta gama de experiências, o potencial de difusão de repertórios de ação dentro das particularidades de cada território, dos ativismos e da luta do movimento de assistência popular.

BIBLIOGRAFIA: TANAKA, Giselle. Planejamento Conflitual: o Plano Popular da Vila Autódromo. In: KLINTOWITZ, Danielle.; MOREIRA, Felipe e NISIDA, Vitor (Orgs). Planejamento Alternativo: propostas e reflexões coletivas. Instituto Pólis. São Paulo, 2019. MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. Revista Brasileira de Estudos Urbanos. (online). Recife, v.18, n.3, p.363-377, 2016.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3928**

TÍTULO: **APLICATIVO DE BUSCA, EXTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE DADOS EM REDES**

AUTOR(ES) : **THIAGO COSTA PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **TAMARA TANIA COHEN EGLER**

RESUMO:

A apresentação proposta é sobre a construção de um aplicativo que chamamos de "Twitter Data Search and Extract App - Labespaco" (TDSEA), uma ferramenta projetada para mapear e representar redes sociotécnicas digitais, primordialmente utilizando dados do Twitter. O TDSEA nasce da necessidade de compreender as complexas interações e narrativas que se formam no ambiente virtual, com uma capacidade intrínseca de ser adaptado para outras plataformas de mídia social no futuro.

O aplicativo opera através de parâmetros definidos em uma planilha do Excel, permitindo buscas personalizadas e independentes. Cada linha na planilha representa uma busca distinta, e cada coluna, um parâmetro diferente para a extração de dados no Twitter.

O TDSEA gera duas redes principais: a primeira ilustra a dinâmica entre atores e tweets/retweets, destacando quais tweets ganham mais tração e quais usuários são mais influentes no retweeting. A segunda rede foca nas interações entre os atores, buscando identificar grupos com narrativas comuns.

A ideia do TDSEA surgiu após experiências com outras ferramentas de análise de redes, como o Netvizz e o Netlytic, bem como o software de visualização Gephi.

Com a descontinuação ou limitação de algumas dessas ferramentas, emergiu a necessidade de criar um aplicativo próprio que não apenas extraísse dados mas também os transformasse em informações visuais e analíticas significativas.

O TDSEA foi estruturado em 5 tipos de módulos, sendo cada um deles responsável por uma funcionalidade específica dentro do aplicativo.

O desenvolvimento modular do TDSEA oferece não só uma profundidade analítica dos dados do Twitter mas também um potencial de expansão para incluir outras plataformas. Isso é feito adicionando módulos específicos para cada nova plataforma, o que reflete a natureza adaptativa e escalável da ferramenta. Com essa abordagem, o TDSEA objetiva evoluir continuamente, incorporando novas funcionalidades e capacidades de análise para atender às demandas de um ambiente digital em constante mudança.

BIBLIOGRAFIA: TWITTER, Inc. Twitter API documentation. Disponível em: <<https://developer.twitter.com/en/docs/twitter-api>>. Acesso em: 15 set. 2023. Pandas Development Team. Panda documentation. Disponível em: <<http://pandas.pydata.org/docs/>>. Acesso em: 15 set. 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3977**

TÍTULO: **O CBAM EUROPEU E AS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO MERCADO DE HIDROGÊNIO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **PAULO GIOVANE PEREIRA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **NIVALDE JOSÉ DE CASTRO**

RESUMO:

O cenário atual do setor energético é marcado por um processo de transição, que está centrado em três vetores: i) descarbonização; ii) digitalização; e iii) descentralização. O vetor da descarbonização é caracterizado pelo aumento da participação de fontes renováveis não emissoras na matriz energética dos países, em substituição às fontes de origem fóssil. O hidrogênio de baixo carbono constitui um pilar fundamental do processo de transição energética.

A União Europeia (UE) segue promovendo fontes limpas e adota mecanismos para reduzir a utilização de fósseis. Assim, no âmbito de mecanismos de precificação de carbono, o Sistema de Comércio de Emissões, estabeleceu um limite máximo para emissões de GEE de setores industriais e exigiu que as empresas adquiram licenças de emissão. No entanto, políticas climáticas menos rigorosas prevalecem em muitos países não pertencentes ao bloco.

Em Markkanen *et al.* (2021) destaca-se que este cenário pode acarretar em "fuga de carbono", que consiste na transferência de empresas intensivas em carbono sediadas na UE para o exterior. A questão sempre foi uma grande preocupação no debate sobre descarbonização e cumprimento dos compromissos internacionais sobre mudanças climáticas da UE. Diante desse contexto, foi criado o *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM) que trata-se de uma ferramenta para implementar um preço justo no carbono emitido durante a produção de bens intensivos em carbono que entram na UE.

Nesse sentido, o objetivo geral do estudo consistirá em analisar como a implementação do CBAM impactará comércio internacional de H<sub>2</sub> de baixo carbono e seus derivados, em destaque para a posição de potencial exportador do mercado brasileiro. Os objetivos específicos serão: i) relacionar o processo de transição energética com a inserção do H<sub>2</sub> de baixo carbono; ii) analisar as motivações estratégicas para a implementação do CBAM pela UE; e iii) investigar as possíveis estratégias e ajustes que os setores público e privado brasileiros podem adotar para beneficiar-se da regulamentação.

A metodologia a ser utilizada consistirá em uma revisão bibliográfica e documental acerca da literatura científica sobre o tema, com foco em artigos especializados e relatórios elaborados por órgãos internacionais. O artigo insere-se na linha de pesquisa do GESEL, com enfoque no processo de transição energética.

BIBLIOGRAFIA: MARKKANEN, S., et al.. On the Borderline: the EU CBAM and its place in the world of trade. Cambridge, UK: Cambridge Institute for Sustainability Leadership, University of Cambridge. 2021. Disponível em: [https://www.cisl.cam.ac.uk/files/cbam\\_report.pdf](https://www.cisl.cam.ac.uk/files/cbam_report.pdf).

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **3983**

TÍTULO: **MORRO DA PROVIDÊNCIA: POR QUE NÃO PERTENCER À PEQUENA ÁFRICA? LEVANTAMENTO HISTÓRICO E CONFIGURAÇÃO DOS ATIVISMOS DO MORRO DA PROVIDÊNCIA COMO FORMA DE RECONHECIMENTO DA REGIÃO.**

AUTOR(ES) : **THAIS DE PAULA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO:

A Pequena África, berço da cultura negra na parte central da cidade, vem emergindo como objeto de disputa de significação dos lugares, construção de locais de memória e ativismos negros. Desde a redescoberta do Cais do Valongo, a criação do Circuito Histórico de Celebração da Herança Africana (Decreto Municipal 34.803/2011), o reconhecimento do Cais como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 2017 e a criação do Circuito Histórico da Pequena África (Lei Estadual 8.105/2018), a ideia de Pequena África vem sendo focada na Zona Portuária. Isto contribui para a não consideração de outros lugares de memória, cuja importância para a história negra como também integrantes da Pequena África vem sendo reivindicada. Diante disso, a presente pesquisa, ainda em estágio inicial, pretende abordar a disputa por identidade territorial dos atores sociais do Morro da Providência, importante marco na história da cidade cujos atores hoje confrontam a dinâmica de poder dos agentes governamentais da cidade. Buscaremos, então, entrevistar atores sociais locais que promovam discussões acerca do Morro da Providência para, a partir disso, identificar suas ações e discursos que promovam a exaltação de identidade do território como pertencente à Pequena África. Além disso, a metodologia também abrangerá pesquisa bibliográfica, e entrevistas com outros atores sociais pertencentes aos pontos do Circuito Histórico de Celebração da Herança Africana e que dialogam reivindicando ou apagando a Providência nos discursos sobre a Pequena África. A participação no projeto de extensão chamado "Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência", possibilitou percepções e vivências reais sobre as dinâmicas daquela localidade. Observando o território com maior proximidade foi possível identificar e já apresentar alguns projetos e personalidades que parecem realizar disputas de narrativas territoriais. O SOS Providência, uma entidade de cunho não governamental, na execução do projeto de recenseamento do Morro da Providência, levou para o treinamento de seus agentes territoriais, os chamados Moradores Monitores, um destaque na formação dos agentes no que diz respeito a conscientização da identidade do território como pertencente à Pequena África. Assim também, há um projeto promovido pelo morador Cosme Felippen chamado "Rolê dos Favelados", que promove uma visita aos principais pontos históricos do centro do Rio de Janeiro e incluindo diversos pontos dentro do Morro da Providência. Mauricio Hora, outra personalidade do território, líder comunitário e fotógrafo do Morro da Providência, em muitas de suas exposições promove a realidade e a história da região. A pesquisa é uma tentativa de entrelaçar fatos históricos, ativistas locais e disputas territoriais.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lysanne Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4000**

TÍTULO: **NECROMANCIA DIGITAL - A EXPLORAÇÃO DA IMAGEM DE FALECIDOS NO CONTEXTO DA REPRODUÇÃO POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.**

AUTOR(ES) : **DIEGO POLICANI SEMERARO**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

Uma propaganda da Volkswagen suscitou reações diversas ao utilizar um modelo digital da imagem da falecida cantora Elis Regina junto de sua filha. Enquanto alguns consideraram-na uma homenagem ao legado da artista, outros levantaram sérias objeções a uma reprodução post mortem assustadoramente realista.

A evolução, e crescente acessibilidade, de ferramentas de Inteligência Artificial capazes de reproduzir de maneira aparentemente indistinguível imagem e voz de pessoas naturais criou novo paradigma legal. A cessão possível dos direitos de personalidade assume caráter extremo nessa configuração, abrindo a possibilidade de um descolamento completo da personalidade do titular e sua vontade.

Essa questão fica ainda mais tortuosa quando se trata da reprodução fidedigna da personalidade pregressa de pessoas falecidas. Sem manifestação expressa de vontade, delegar esses poderes a terceiros gera o risco de uma tutela indevida. Mais que isso, pode gerar uma previsão grotesca de "cessão eterna" da personalidade do morto.

É importante salientar o inflamado debate da doutrina pátria sobre a persistência dos Direitos de Personalidade Post-Mortem. Criou-se o conceito de "Bens da Personalidade", aspectos personalíssimos que estendem sua tutela legal mesmo após o fim da personalidade civil prevista no Art. 6 do Código Civil.

Há um grande vácuo normativo no direito pátrio sobre a proteção e transmissão desses direitos e a falta de delimitação legal clara a esse usufruto põe em sério risco a memória do falecido.

Assim, a pesquisa deseja demonstrar que a previsão legal brasileira contemporânea se limita a um direito de tutela a seus herdeiros sem, porém, prever nenhum tipo de direito real à apropriação e da imagem pregressa.

Sem expressão da vontade em vida, mesmo em realidade fática improvável pela existência recentíssima dessa tecnologia, não há de se assumir a existência de uma cessão absoluta para reprodução por IA da imagem do falecido.

Para essa pesquisa será necessário entender qual a realidade normativa e jurisprudencial sobre o tema e adentrar a doutrina pátria para entender seus limites atuais e lacunas normativas presentes.

BIBLIOGRAFIA: Tepedino, Gustavo; da Guida, Rodrigo. Direito Civil Na Era da Inteligência Artificial. Revista dos Tribunais, 2020. Schreiber, Anderson. Direitos de Personalidade. 3. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Atlas. 2014 Gilden, Andrew. The Social Afterlife. Harvard Journal of Law & Technology Volume 33, Number 2 Spring 2020

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4009**

TÍTULO: **ORDEM OU REGRESSO: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS NA GESTÃO BOLSONARO E O "8 DE JANEIRO"**

AUTOR(ES) : **ANTONIO PEDRO PAULO DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

Esta pesquisa propõe uma análise da política externa brasileira durante a gestão do ex -presidente Jair Bolsonaro(2019-2022), com enfática atenção na influência das Forças Armadas que se aproximam cada vez mais do "campo civil" e nos eventos marcantes que desaguaram no "8 de Janeiro". Considerando a relevância do Estado Brasileiro na conjuntura internacional, a compreensão dessas dinâmicas é crucial para avaliar os impactos da gestão de Bolsonaro nas relações internacionais e nas Forças Armadas como a perspectiva das F.A pós Bolsonaro, busca- se através dos autores Marques(2021), Lopes(2022), Marques(2018).

Apresentar uma breve compreensão da política externa brasileira durante a gestão Bolsonaro, especialmente em relação às Forças Armadas e aos eventos associados ao 8 de Janeiro. busca-se contribuir para o debate acadêmico sobre as dinâmicas geopolíticas do Brasil e para pensar políticas que promovam a estabilidade democrática e o fortalecimento das relações internacionais do país.

Para a formulação da presente pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico - documental, artigos científicos e livros, também se valendo de materiais secundários como materiais jornalísticos do período de 2018 a 2023.

BIBLIOGRAFIA: MARQUES, Adriana A. conexão Porto Príncipe-Brasília: a participação em missões de paz e o envolvimento na política doméstica. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). Os militares e a crise brasileira.1 ed. São Paulo: Alameda, 2021, p. 245-256. MARQUES, Adriana A. Missões de paz e relações civis-militares: reflexões sobre o caso brasileiro. Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, v.7, p.242 - 262, 2018. LOPES, Dawisson Belém, CARVALHO, Thales, SANTOS, Vinicius. Did the Far Right Breed a New Variety of Foreign Policy? The Case of Bolsonaro's "More-Bark-Than-Bite" Brazil. Global Studies Quarterly, n.4, v.2, 1-14, 2022.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4028**

TÍTULO: **UMA ANÁLISE SOBRE CONFLITOS AGRÁRIOS NO RIO DE JANEIRO A PARTIR DE AÇÕES POSSESSÓRIAS**

AUTOR(ES) : **ESTELA PEREIRA ALVES DO VALE,LAURA GARCIA GONZAGA**

ORIENTADOR(ES): **ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES,MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS**

RESUMO:

O trabalho vem sendo desenvolvido no âmbito dos projetos de pesquisa "Mapeando a Reforma Agrária" e "Direitos Humanos e Conflitos no Campo no Rio de Janeiro na Ditadura". Nesse sentido, o trabalho tem por objetivo analisar qualitativamente todas as ações possessórias ajuizadas em virtude da desapropriação de três fazendas, sendo estas a Fazenda Campos Novos, localizada em Cabo Frio - RJ, a Fazenda Novo Horizonte, localizada em Silva Jardim - RJ e a Fazenda São José da Boa Morte, localizada em Cachoeiras de Macacu - RJ. As Fazendas em questão foram selecionadas pelo fato de que (i) a pesquisa já tinha reunido dados sobre as ações de desapropriação dessas três fazendas, de modo que seria lógico expandir o conhecimento sobre os conflitos possessórios no Poder Judiciário em relação à histórias já conhecidas em algum grau e (ii) possuíamos referências bibliográficas acerca do contexto histórico de conflitos em cada Fazenda no período que pretendíamos analisar, qual seja, o da ditadura empresarial-militar. A análise da atuação do Poder Judiciário em questões envolvendo conflitos fundiários agrários a partir das ações possessórias relacionadas às Fazendas, partiu do pressuposto epistemológico de que os magistrados poderiam interpretar as normas constitucionais e legais então vigentes de forma a contribuir com a concretização da política de reforma agrária e para evitar violências contra camponeses que reivindicavam a aplicação dessa legislação na luta pela terra. Logo, o trabalho busca averiguar se isso ocorreu na prática ou se os magistrados, ainda que mediante a existência de parâmetros legais para tanto, optaram por negar vigência aos dispositivos legais e dificultar a concretização do direito à Reforma Agrária, favorecendo os grileiros que não teriam acesso à terra segundo os parâmetros definidos no Estatuto da Terra. Assim, a metodologia utilizada consistiu no mapeamento de todas as ações possessórias que se originaram das ações de desapropriação das fazendas em questão, consulta aos autos desses processos judiciais e correlação dos dados colhidos às pesquisas bibliográficas a fim de que fosse possível compreender i) o contexto social e político do período ditatorial no que tange o campo; ii) organização dos movimentos sociais, especialmente em relação à aplicação do Estatuto da Terra para fins de reforma agrária e iii) observar as decisões no Poder Judiciário nas ações possessórias, analisando seus fundamentos, a fim de que se verificasse a existência de uma ratio contrária à efetivação das políticas de reforma agrária e aos interesses dos posseiros beneficiados pela desapropriação. Deste modo, por se tratar de pesquisa em andamento, é possível inferir que a atuação do Poder Judiciário acaba por dificultar a promoção da Reforma Agrária no solo fluminense, seja ignorando os conflitos ou encerrando-os, e a litigiosidade e nas ações possessórias acabavam por dificultar o encerramento do processo desapropriatório, estratégia utilizada por grileiros.

BIBLIOGRAFIA: BRUNO, Regina. Senhores da terra, senhores da guerra: (a nova face política das elites agroindustriais no Brasil). Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: UFRRJ, 1997. MEDEIROS, Leonilde. Ditadura, conflito e repressão no campo: Resistência Camponesa no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018. TAVARES, Ana Claudia (et. al). A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do Judiciário Fluminense. Revista Praia Vermelha, 2021.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4057**

TÍTULO: **A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E SEUS IMPACTOS NA LUTA POR MORADIA NO CENTRO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DO ANO DE 2016: MORADIA COMO UM DIREITO A DIGNIDADE.**

AUTOR(ES) : **ANA LUIZA MIRANDA DA SILVA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a eficácia da Constituição Federal de 1988 na garantia do direito à moradia como um elemento intrínseco da dignidade humana. Para tanto, a análise será feita por meio de uma pesquisa qualitativa dos processos de despejos de famílias que residiam em ocupações no centro da cidade do Rio de Janeiro após o ano 2016, com base nas decisões judiciais que determinaram os despejos. Ao final da pesquisa, é almejado que seja elaborado um livro de no máximo 3 capítulos, a fim de ser apresentado para as famílias das principais ocupações do centro do Rio de Janeiro. O livro pretende apresentar para essas famílias o debate sobre o real entrave para eficácia do texto constitucional, ressaltando as condições estatais que implicam na perpetuação da insegurança no acesso à moradia, além de destacar a importância do papel das ocupações como uma forma de luta pelo direito à dignidade humana. Tal entrave será contraposta com o entendimento doutrinário do pleno impacto positivo do teor de valorização dos direitos fundamentais e sociais na constituição vigente. O ordenamento constitucional em questão tem como característica ser rígida e analítica, pontos esses que trazem e asseguram mais direitos adquiridos e destacam a supremacia da constituição sob qualquer outra ação judicial ou governamental, findando, assim, em uma proteção dos cidadãos e de seus direitos humanos. Esses elementos propiciaram um conceito de dignidade humana abrangente, na qual engloba diversos direitos antes invisibilizados e violados, porém o direito à moradia só entrou no rol de direitos protegidos pelo constituinte de forma tardia, emendado no ano 2000, 12 anos após a promulgação da constituição de 1988. Esse fato deixa perceptível o atraso no debate constitucional sobre o direito à moradia e como importância desse marco brasileiro deve ser debatido contrapondo com sua eficácia, a fim de se ter um entendimento realista de seus impactos para a sociedade. A cidade do Rio de Janeiro no ano de 2016 recebeu os jogos olímpicos mundiais e para capacitar a cidade diversas modificações foram feitas, sendo esse período um destaque no número de despejos das famílias em ocupações e até hoje essa realidade só se impulsiona. É perceptível, portanto, que a constituição ressalta o direito à moradia enquanto essencial para a dignidade humana, mas não é eficaz na proteção desse direito.

BIBLIOGRAFIA: Bogado, D. moradia popular: dispositivo de luta pelo direito à habitação. Comunidade Vila Autódromo (Rio de Janeiro) e Bairro 6 de maio (amadora) Finisterra, [S. l.], v. 55, n. 114, p. 127-140, 2021. DOI: 10.18055/Finis19481. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/19481>. Acesso em: 23 nov. 2023 Brasil. Constituição Federal de 1988 Ferreira, G. Princípios fundamentais do direito constitucional. [s.l.] Saraiva Educação S.A., 2017.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4086**

TÍTULO: **A EMERGÊNCIA DO DIREITO INTERNACIONAL DAS CATÁSTROFES PARA O ENFRENTAMENTO DA ESCASSEZ HÍDRICA COMO POSSÍVEL CENÁRIO**

AUTOR(ES) : **BENJAMIM DE SOUSA ELMESCANY**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

A escassez hídrica apresenta-se como uma catástrofe ambiental influenciada pelas ações humanas e tem sido verificada de maneira preocupante em diversas regiões do planeta, de modo que o aumento de casos tende a pressionar as relações diplomáticas e o planejamento estratégico dos Estados. A busca por uma autossuficiência a partir da corrida pela exploração e domínio das fontes de rios e cursos de água é uma demonstração histórica do papel fundamental que a água doce representa nas articulações da geopolítica internacional. É nesse contexto que o Brasil tem papel central com a sua posição vantajosa em recursos hídricos.

O artigo tem como principal problema responder de que maneira o Direito Internacional das Catástrofes pode contribuir para o debate em torno da escassez hídrica. O objetivo geral é analisar os impactos da escassez hídrica na geopolítica internacional e brasileira, a partir do Direito Internacional das Catástrofes. Como objetivos específicos, a pesquisa se dedica a interpretar de que forma o conceito de justiça climática pode redimensionar o debate a respeito das mudanças climáticas, a partir do evidenciamento dos distintos impactos sobre diferentes grupos sociais, bem como pela necessidade de destacar a influência dos modos de produção para a degradação do meio ambiente. Adiante, busca-se analisar de que forma o conceito de "sociedade de risco", desenvolvido por Ulrich Beck, pode explicitar a necessidade do desenvolvimento do Direito Internacional das Catástrofes, com vistas a subsidiar demandas pelo combate e minimização de riscos decorrentes das mudanças climáticas, a importância da participação popular na governança ambiental, assim como as dificuldades dos movimentos sociais locais, nacionais e transnacionais em participarem dos principais espaços de deliberação.

O recurso metodológico utilizado foi o hipotético-dedutivo, a partir da técnica de pesquisa de revisão bibliográfica. Notadamente, foram utilizadas fontes primárias, tais como tratados, regulamentos e relatórios de organismos internacionais. Também foram utilizadas fontes secundárias como artigos científicos, textos doutrinários, dissertações, entre outras fontes de dados. Como hipótese formulada, tem-se que a escassez hídrica é um fenômeno próprio da sociedade de risco, propiciada mediante o desenvolvimento técnico e seus riscos decorrentes. Para tanto, apresenta-se a necessidade de um maior debate doutrinário em torno do Direito Internacional das Catástrofes, para subsidiar a proteção internacional dos Direitos Humanos e fortalecer tecnicamente a diplomacia internacional.

Percebeu-se com o estudo que há uma demanda por maior atenção para as mudanças climáticas e às catástrofes ambientais no Direito Internacional. Constatou-se que ainda existem lacunas prejudiciais, mas que elas podem ser superadas pelo Direito Internacional das Catástrofes, que apresenta soluções para evitar iminentes conflitos internacionais na busca pelo controle de reservas de água.

BIBLIOGRAFIA: BECK, Ulrich. No vulcão civilizatório: os contornos da sociedade de risco. In: BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011. Cap. 1. p. 21-61. GUERRA, Sidney. Direito Internacional Ambiental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006. SHIVA, Vandana. Water Wars. Guerras por Água - Privatização, poluição e lucro, 2006. P.69 - 100. Disponível em: <https://archive.org/details/guerrasporaguaprivatizacaopoluicaoelucrovandanashiva/mode/2up&gt;>. Acesso em: 11 de nov. de 2022.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4100**

TÍTULO: **ANÁLISE DA VISIBILIDADE DOS ALERTAS DO “MOVIMIENTO RÍOS VIVOS” NA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA HIDROITUANGO NA COLÔMBIA**

AUTOR(ES) : **PIETRA CRISTINA SOARES MASCARENHAS**

ORIENTADOR(ES): **EDWIN ALBERTO MUÑOZ GAVIRIA**

RESUMO:

Esta pesquisa é resultado de um projeto de Iniciação Científica apoiado pelo PIBIC e se baseia na análise discursiva da posição midiática ante um caso de controvérsia ambiental em um projeto de grande porte. O caso estudado é a construção da usina hidrelétrica Hidroituango, na Colômbia, e o risco iminente de rompimento da barragem em 2018. O trabalho se fundamenta na visão de Chateauraynaud sobre a Sociologia Pragmática e a noção desta de Lançadores de Alertas. Esta pesquisa decidiu ter como foco a utilização do conceito de lançadores de alertas para analisar o papel da organização Movimento Ríos Vivos na controvérsia gerada pela construção da hidrelétrica, por meio da análise de notícias produzidas pela mídia entre 2008 e 2020. Movimento Ríos Vivos, também chamado apenas de Ríos Vivos, é um movimento de resistência fruto da junção de vários coletivos populares de pessoas afetadas negativamente pelas obras e que, desde 2008, emitiam alertas sobre a usina e só ganharam alguma relevância, ainda pequena, após o risco de rompimento em 2018. Para a análise, coletou-se determinada quantidade de notícias no Google num recorte temporal específico, 2008 a 2020, para observação dos atores e das controvérsias. A principal ferramenta que permite a análise discursiva dos textos coletados chama-se Prospéro, embora outras ferramentas também tenham sido utilizadas. Ele emprega uma metodologia qualitativa baseada na análise discursiva. Sua gratuidade e lógica de pensamento baseada em sociologia pragmática, permitiram que o software, que é francês, fosse ideal para os propósitos da iniciação científica pois não toma partidos em sua análise, mas, busca o entendimento de cada lógica de ação. Ademais, devido a complexidade do Prospéro, tornou-se necessário para viabilizar o seu funcionamento e, conseqüentemente, sua análise, a sinergia entre todos os pesquisadores da bolsa de iniciação. Isso se deu por meio de seminários de conceitos chave, reuniões online de manuseio do software e reuniões de discussão sobre o andamento das pesquisas. Dentre os resultados obtidos, foi possível observar que a cobertura de veículos midiáticos sobre a construção se relacionava aos momentos em que Hidroituango chamava a atenção do capital financeiro. Também foi possível perceber que Ríos Vivos está na maior parte das vezes associado a violências sofridas e alertas ignorados pela sociedade. Outro resultado obtido foi que, devido a capacidade do software em classificar o conteúdo das notícias em lógicas de pensamento (lógica de alertas, lógica financeira etc), a lógica de mercado é a mais expressiva. Como a pesquisa está em andamento, busca-se alcançar uma maior compreensão e operacionalização do Prospéro visando um entendimento mais global e profundo da atuação de Ríos Vivos e da posição da grande mídia colombiana de ignorar essas ações.

BIBLIOGRAFIA: CHATEAURAYNAUD, Francis. Los tópicos ambientales: entre controversias y conflictos.: Ecología política y sociología pragmática en Francia. 1. ed. Bogotá: Revista Colombiana de Sociología, 2011. 13-40 p. v. 34.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4109**

TÍTULO: **O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO COLABORADOR PARA O PROCESSO DE RESSOCIALIZAÇÃO DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL**

AUTOR(ES) : **BEATRIZ PORTELLA LEMOS CINTRA**

ORIENTADOR(ES): **CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER**

RESUMO:

O direito ao esquecimento refere-se, em suma, a “um direito a não ser constantemente perseguido por fatos do passado, que já não mais refletem a identidade atual daquela pessoa” (SCHREIBER, 2017, p. 1). Apesar disso, a expressão adotada pode facilmente induzir o intérprete ao erro, comprometendo o entendimento sobre o que de fato deseja-se tutelar. Foi nesse sentido que o STF julgou o Recurso Extraordinário nº 1.010.606, entendendo como incompatível com a Constituição Federal de 1988 a ideia de um direito que representa “o poder de obstar, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos e licitamente obtidos e publicados em meios de comunicação social analógicos ou digitais”. O referido julgado expõe, assim, que a controvérsia que cerca o Direito ao Esquecimento tem como origem a compreensão de que este seria, nas palavras do autor supracitado, “um direito de fazer esquecer, ou de apagar a história ou, ainda, de suprimir referências públicas a acontecimentos pretéritos”, quando na verdade significa “um direito de não ser lembrado contra sua vontade” (STJ, Recurso Especial 1.334.097). A partir do referido conceito, a problemática a ser estudada é: quais seriam, portanto, os prejuízos causados à dignidade e ao pleno desenvolvimento da personalidade do egresso do sistema prisional que já cumpriu a sua pena e tem o Direito ao Esquecimento negado? Da busca por empregos ao tão importante convívio social, quão prejudicado está o processo de ressocialização do sujeito que tem seu nome publicamente vinculado ao ato criminoso? Por meio de revisão bibliográfica associada ao estudo de casos selecionados através da jurisprudência, busca-se compreender a contribuição do Direito ao Esquecimento para o processo de reintegração social do ex-detento, recolher as evidências de sua efetividade contra as denominadas “penas perpétuas” e estudar sua relação com os direitos fundamentais descritos na Constituição Federal de 1988, com o intuito de verificar se o Direito ao Esquecimento, uma vez compreendido seu objetivo de fato, realmente apresenta uma incompatibilidade com a Carta Magna, como afirmado pelo Supremo Tribunal Federal.

BIBLIOGRAFIA: MARTINS, Guilherme. O direito ao esquecimento na sociedade da informação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023. SCHREIBER, Anderson. Direito ao esquecimento e proteção de dados pessoais na Lei 13.709/2018: distinções e potenciais convergências. In: FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato; TEPEDINO, Gustavo (coord.); OLIVEIRA, Marco Aurélio Bellizze et al. Lei geral de proteção de dados pessoais: e suas repercussões no direito brasileiro. 1. ed., 2. tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. p. 367-384.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4134**

TÍTULO: **DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ATENDIMENTO À MULHER NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: UM LUGAR DE QUEM METE A COLHER?**

AUTOR(ES) : **ISABELLE CORREA LOIVOS**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO:

Trata-se de trabalho sob a orientação da Professora Dra. Cristiane Brandão Augusto Merida, com o objetivo de analisar a eficácia e a capacitação das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) na resolução dos casos de violência doméstica. Para tal, buscou-se vislumbrar as problemáticas internas dessas instituições, com o intuito de contribuir com possíveis soluções para garantir uma efetiva política pública voltada ao combate à violência doméstica. A partir do levantamento dessas causas foi possível avaliar e traçar de forma mais clara determinadas soluções para a melhoria dessas delegacias especializadas, contribuindo para a legítima garantia dos direitos das vítimas. Para tanto, foram analisados conceitos de gênero e violência, assim como retratada a evolução legislativa a respeito dessa demanda. A vista disso, averiguou-se, através de consultas a pesquisas empíricas, o quanto esses órgãos policiais se afastam do planejamento idealizado na criação da Delegacia da Mulher, da atual legislação e da norma técnica de padronização das DEAMs. Embora a criação de delegacias especializadas para o atendimento das mulheres tenha sido um avanço no sistema de justiça criminal, observa-se, na prática, evidente despreparo destas na assistência às vítimas de violência doméstica. A vista disso, a pesquisa acerca dessa temática teve como intuito propor soluções para melhoria no atendimento às vítimas, através do levantamento de questões tanto institucionais das delegacias especializadas, quanto estruturais da sociedade, que contribuem para a ausência de um serviço policial efetivo. Para tanto, foram realizados levantamentos de pesquisas empíricas já executadas pelo território brasileiro, que se mostraram de tamanha contribuição para a apuração e dedução do grau de capacitação das delegacias especializadas no atendimento das vítimas de violência doméstica. Através, ainda, das aludidas pesquisas, foram pinceladas bases teóricas acerca do conceito de gênero e da consequente origem da violência doméstica. Isto posto, vislumbrou-se a necessária inserção das DEAMs nos moldes preceituados pelas Normas Técnicas de Padronização, consideradas como regulamento de equiparação para um funcionamento uno e de acordo com os preceitos legais, para que seja garantida uma melhor operação das estruturas organizacionais dessas instituições, além da proporcional distribuição das unidades ao longo do país e dos equipamentos necessários para a prestação dos serviços. Por fim, compreendeu a importância do oferecimento obrigatório e contínuo de cursos de capacitação a todo quadro de funcionários das DEAMs para o estudo sobre gênero e as multifaces da violência, contribuindo para uma aplicação mais adequada e efetiva da Lei Maria da Penha. Dessa forma poderá ser desenvolvida uma escuta mais sensível e humanizada para o ideal atendimento às vítimas de violência doméstica.

BIBLIOGRAFIA: LINS, Beatriz Accioly. A lei nas entrelinhas: a Lei Maria da Penha e o trabalho policial em duas Delegacias de defesa da mulher de São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. MEDEIROS, Luciene. Deam: uma Invenção do Movimento de Mulheres e Feminista no Contexto da Redemocratização Brasileira. Anpuh - Associação Nacional de História, 2012. SANTOS, Cecília Macdowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais, OpenEdition Journals, v. 89, p. 153-170, Junho 2010.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4152**

TÍTULO: **AS FRONTEIRAS SINO-RUSSAS EM UMA PERSPECTIVA GEOHISTÓRICA: ANTAGONISMOS GEOGRÁFICOS E AMEAÇA COMUM**

AUTOR(ES) : **BIANCA MONTEIRO NOGUEIRA**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

Atualmente, a República Popular da China e a Federação da Rússia compartilham quatro mil e trezentos quilômetros de fronteiras. Tais fronteiras são objeto de negociações desde 1689, fruto do Tratado de Nerchinsk e, ao longo dos séculos, se tornaram ponto focal de controvérsias e conflitos entre os dois Estados. Um exemplo mais recente dessa questão contenciosa pode ser apontado em 1969, quando as duas potências entraram em confronto direto na região de fronteira do Rio Ussuri. Tais dinâmicas são reveladoras de uma perene pressão competitiva característica do Sistema Internacional, exacerbada pela própria contiguidade territorial. Entretanto, em 2004, os Estados assinaram um tratado referente às delimitações territoriais do Tratado de Boa Vizinhança e Cooperação Amigável, no qual a China e a Rússia alcançaram um acordo sobre suas controversas fronteiras. Esse trabalho tem como objetivo analisar a dinâmica geo-histórica das fronteiras sino-russas ao longo dos séculos, de modo a se entender as dinâmicas sociais mais profundas que possibilitaram a acomodação dos interesses antagônicos entre Moscou e Pequim sobre o desenho das fronteiras entre ambos os países. A hipótese levantada é a de que a pressão de cerco exercida pelos Estados Unidos, em especial sobre Rússia e China, no Sistema Internacional, desde o fim da Guerra Fria, constitui-se o elemento aglutinador entre esses dois países, que arrefeceram suas divergências e alcançaram entendimentos sobre suas fronteiras. Tais pressões manifestaram-se desde a implementação da paz punitiva à Rússia após a dissolução da União Soviética e o bombardeio de Belgrado em março de 1999, como sinalizadores do inevitável esgotamento da Doutrina da Ascensão Pacífica Chinesa, e da rota de colisão entre o Império do Meio e a potência de maior projeção estratégica do sistema. Argumenta-se que esse quadro expôs a necessidade da aproximação estratégica entre os dois países contra uma ameaça em comum. Esse trabalho tem como referencial teórico uma análise sistêmica, estruturada a partir das rivalidades entre as principais potências, que assume a pressão competitiva da guerra como a principal força dinamizadora e hierarquizadora do Sistema Internacional, dentro de um olhar geo-histórico. A metodologia utilizada corresponde a abordagem analítica e teórica empreendida, utilizando-se de fontes primárias, majoritariamente tratados, e fontes secundárias diversas, com destaque para os atlas históricos. A pesquisa pode ser dividida em dois momentos: o primeiro consiste no levantamento das fronteiras em documentos oficiais e sua evolução histórica; enquanto o segundo momento se baseia no estudo dos tratados mais recentes que revelam a acomodação das divergências seculares. Espera-se concluir que as negociações de fronteira hoje ainda carregam potencial conflituoso, mas que o reconhecimento de uma ameaça em comum possibilita o congelamento de possíveis controvérsias propiciando a parceria estratégica sino-russa.

BIBLIOGRAFIA: MAXWELL, Neville. China's Borders: Settlements and Conflicts. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2014. NARANGO, Li; CRIBB, Robert. Historical Atlas of Northeast Asia, 1590-2010: Korea, Manchuria, Mongolia, Eastern Siberia. Nova York: Columbia University Press, 2014. STONE, Oliver. As entrevistas de Putin. Tradução: Carlos Szlak. Rio de Janeiro: BestSeller, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4166**

TITULO: **O CONFLITO COMO FORMA ASSOCIATIVA: A LUTA DOS CAMELÔS PELO DIREITO À CIDADE NA URBE CARIOCA**

AUTOR(ES) : **LUCAS BERNARDO DIAS**

ORIENTADOR(ES): **SORAYA SILVEIRA SIMÕES, ORLANDO ALVES DOS SANTOS JUNIOR**

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo evidenciar os aspectos associativos dos camelôs a partir de múltiplas estratégias de articulação visando a construção de uma agenda de luta voltada ao direito à cidade. Sendo um desdobramento da dissertação intitulada "Espaço em Disputa: tensões, conflitos e contradições em torno do comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro", apresentaremos aqui a conformação de um "território jurídico-político" a partir de formas de controle e fiscalização do comércio ambulante, tendo o espaço público como centro da questão, produzindo, por sua vez, enfrentamentos que levariam a estruturação do conflito sob a luz do associativismo. Neste sentido, ressaltamos a importância da atuação de tais movimentos organizados que surgem como resposta à opressão, num cenário marcado pela intensificação dos confrontos entre trabalhadores ambulantes e o Poder Público Municipal. No entanto, por outro lado, observa-se uma série de contradições e dissensos em sua representação enquanto categoria profissional, refletindo de fato na sua atuação política, revelando assim possíveis fragilidades em sua capacidade de mobilização. Apesar disso, sob as inúmeras controvérsias que permeiam a atividade, destacam-se iniciativas voltadas à construção de uma ação coletiva, reivindicando uma maior participação nas decisões voltadas para o planejamento da Cidade. Este cenário constituído por muitas vezes acaba demonstrando a relevância do debate acerca do assunto, influenciando na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à categoria. Com base nisso, espera-se contribuir na construção de novos entendimentos com relação à atividade.

BIBLIOGRAFIA: DIAS, Lucas Bernardo. Espaço em Disputa: tensões, conflitos e contradições em torno do comércio ambulante na cidade do Rio de Janeiro. Orientador: Soraya Silveira Simões. 2023. 228 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, 2023; LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2000. 141 p; SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.). Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4170**

TITULO: **INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NO DEBATE DO RECONHECIMENTO DAS UNIÕES POLIAFETIVAS NO DIREITO BRASILEIRO**

AUTOR(ES) : **LUANA FELIZARDO ALVES**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

O Direito de Família encontra-se em constante transformação. Dentre tais mudanças, destaca-se o surgimento de alternativas e questionamentos à monogamia, resultando em diversas formas de relacionamentos afetivos. A pesquisa em questão visa analisar como o debate nas redes sociais, seja em páginas, grupos ou comunidades no Facebook, Instagram, Twitter, entre outros, influencia o reconhecimento das uniões poliafetivas no Brasil. Isso leva em consideração os eventos ocorridos nos últimos anos no direito brasileiro sobre o assunto. Além disso, busca compreender os diferentes conceitos de família, comparando as discrepâncias nos requisitos para a validade de uma união estável em relacionamentos poliafetivos com base nas uniões já existentes.

A pesquisa também avalia os pontos positivos e negativos dessas uniões, abordando temas como sucessão, herança, partilha de bens, alimentos e guarda de menores. Adicionalmente, são apontados e explicados conceitos e termos relacionados ao poliamor e às diversas formas de se relacionar, proporcionando um melhor entendimento do assunto.

BIBLIOGRAFIA: Antônio Cerdeira Pilão - Direitos em disputa: a controvérsia monogamia/poliamor no sistema jurídico brasileiro Igor Alves Pinto - "TRISAL NÃO É BAGUNÇA NÃO": RECONFIGURAÇÕES DO CAMPO JURÍDICO SOBRE AS MARGENS DO CONCEITO DE FAMÍLIA CONJUGAL DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4178**

TÍTULO: **NOTAS SOBRE DIREITO À CIDADE EM ANGRA DOS REIS: UM PLANO TERRITORIAL PARA O QUILOMBO DO BRACUÍ**

AUTOR(ES) : **LAIDYANNE DA SILVA MENDONÇA, HELISSAN CAVALCANTE VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO:

Este trabalho se insere no projeto intitulado “Terreiros de Quilombo: o direito à cidade em Santa Rita do Bracuí”. O projeto tem por objetivo elaborar um plano popular de desenvolvimento territorial para o Quilombo de Santa Rita do Bracuí, no município de Angra dos Reis (RJ), ampliando o debate sobre o direito à cidade e pensando o território a partir da perspectiva da titulação da terra e da estruturação do turismo de base comunitária, dispondo subsídios e ferramentas para a participação e disputa da comunidade na revisão do plano diretor de Angra dos Reis (em revisão). Trata-se de projeto de extensão apoiado em edital ATHIS patrocinado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU/RJ), desenvolvido em conjunto pela Associação dos Remanescentes de Quilombo de Santa Rita do Bracuí - ARQUISABRA; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais - NEGRAM; Instituto de Educação de Angra dos Reis (IEAR/UFRJ), em parceria com o TERESA, Programa de Pós-graduação em Gestão de Territórios e Saberes, apoio da UNEGRO e da Sociedade Angrense de Proteção Agroecológica - SAPE. A metodologia do projeto se desdobra em quatro frentes: (1) Recenseamento - coleta de dados sócio-territoriais, sequência do censo quilombola protagonizado pela comunidade; (2) Análise de Planos e Programas - levantamento de legislação relacionada aos territórios quilombolas, como Planos Municipais de Igualdade Racial, sistematização de propostas que inspirem à construção do Plano; (3) Turismo e Memória - levantamento das legislações relacionadas ao turismo e preservação de memórias, levantamento de repertórios/práticas turísticas de comunidades quilombolas; (4) Cartografia e representação visual - compatibilização e espacialização dos levantamentos produzidos, mapas, análise e sistematização das produções. No presente trabalho, o foco é a leitura e reflexão sobre políticas públicas, e para isto selecionamos 11 Planos Municipais de Promoção da Igualdade Racial (Belo Horizonte - MG; Bom Despacho - MG; Contagem - MG; Duas Estradas - PB; São Paulo - SP; Rio Branco - AC; Niterói - RJ; Nova Iguaçu - RJ; Salvador - BA; Diadema - SP; Valparaíso - GO), buscando observar de que formas esses casos de legislação dialogam com as agendas de lutas de comunidades quilombolas. Criamos (em andamento) um banco de dados compilando: as políticas de ações afirmativas e de reparação e; políticas territoriais para grupos tradicionais. A partir da sistematização dessas informações e diálogo com o grupo quilombola, produziremos um material que contemple interesses da comunidade, fomentando a próxima etapa: estruturação do Plano Territorial para o Quilombo Santa Rita do Bracuí. Temos observado nesses planos que os quilombos são abordados em capítulos dedicados a temas como saúde, educação e cultura, em alguns casos são abordados em capítulos específicos dedicados à titulação de terra e à preservação da cultura e do patrimônio quilombola.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos. Quilombos.in: CALDART, Roseli Salete; Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular; 2012, p. 652 a 658. ELIZIARIO, R. B. . Territorialidade quilombola Santa Rita do Bracuí e o Plano Diretor de Angra dos Reis (RJ). 2021

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4191**

TÍTULO: **AS APLICAÇÕES DE BLOCKCHAINS EM CBDCS E SEUS DESAFIOS FRENTE AO CONTROLE MONETÁRIO**

AUTOR(ES) : **LEONARDO SILVANO REZENDE**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

O conceito atual de blockchain é compreendido como uma estrutura de dados que armazena suas informações em blocos interligados em uma cadeia cronológica de forma que essa estrutura permita que quaisquer alterações nos dados registrados possam ser realizadas sem a necessidade de intermediação de autoridade central. Assim, sua inovação se dá justamente por permitir que transações possam ocorrer de maneira segura para as partes envolvidas sem que haja a necessidade do envolvimento de uma terceira parte asseguradora - um ledger - que passa a ser descentralizado.

Uma das utilidades desta tecnologia que se destaca é a tentativa de seu uso por meio de entidades governamentais para a implementação de CBDCs (Central Bank Digital Currency) - moedas digitais provenientes de bancos centrais -, uma vez que a função de autoridade central intermediadora - ledger - é entendida no sistema financeiro e monetário atual como uma função de responsabilidade Estatal. Desta forma, a adoção de uma tecnologia centrada na descentralização desta importante função ocupada pelo Estado pode soar contraditória em um primeiro momento. Contudo, estas aparentes contradições não impediram a China de encontrar justamente no blockchain uma base para a sua estrutura de dados para construir o e-CNY - moeda digital do banco central chinesa em desenvolvimento desde 2014.

O objetivo deste trabalho é analisar como a tecnologia blockchain - cuja maior inovação se dá pela possibilidade de descentralização do ledger - está sendo utilizada para estabelecer CBDCs (Central Bank Digital Currency), embora, por definição, o Banco Central atue como um ledger. Ainda, procura-se entender algumas das utilidades e complicações que este uso pode trazer para os instrumentos comumente utilizados para a implementação de políticas monetárias.

A hipótese deste trabalho é a de que a escolha pela tecnologia blockchain decorre de motivações que não se limitam à sua aplicação técnica e prática, levemente deturpada para se encaixar nas exigências que cabem a uma CBDC, possuindo então raízes de natureza política. Ainda, no campo do controle monetário questiona-se a possibilidade dessa para atuar na gestão de liquidez em situações de crise ou para atender a projetos de desenvolvimento nacional - limitando as CBDCs a substituir apenas algumas das funções tradicionalmente ocupadas por uma moeda soberana.

Durante esta etapa da investigação, esta questão será tratada dentro do escopo do e-CNY - de modo a sustentar a compreensão do atual estado da arte dessa discussão por meio de uma implementação prática já em consolidação e dos embates construídos ao redor dessa junto a pesquisadores e ao governo chinês. Ademais, os instrumentos clássicos de controle monetário e as aplicações práticas da teoria cartalista da moeda servirão para uma avaliação da completa extensão da utilidade prática da aplicação de blockchains para embasar moedas digitais nacionais.

BIBLIOGRAFIA: DASHKEVICH, Natalia; COUNSELL, Steve; DESTEFANIS, Giuseppe. Blockchain application for central banks: A systematic mapping study. IEEE Access, v. 8, p. 139918-139952, 2020. DE OLIVEIRA AGGIO, Gustavo; DA ROCHA, Marco Antônio. Dois momentos para a teoria cartalista da moeda - de Knapp a Goodhart. Revista Economia, 2009. METRI, Mauricio. Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional. Economia e Sociedade, v. 29, p. 719-736, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4198**

TÍTULO: **A INOVAÇÃO SOCIAL NO SETOR PÚBLICO: UMA ABORDAGEM PRAGMATISTA PARA O MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS-RJ**

AUTOR(ES) : **JESSIKA DA SILVA FERNANDES, ARTUR PORTO TEIXEIRA**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO:

As inovações sociais, muitas vezes intrínsecas aos processos sociais, nem sempre são perceptíveis a todos. Contudo, constituem uma temática bastante relevante para a população, pois buscam atuar na promoção da resolução de problemas públicos. Na sociedade brasileira, essas inovações chegam por diferentes canais, tanto por organizações da sociedade civil quanto pelo poder público, que é o principal foco deste trabalho.

Mas o que seriam as inovações sociais? Esse termo ainda não se tornou popular, contudo, está indiretamente inserido na vida de muitas pessoas. São maneiras pelas quais a sociedade civil cria e se utiliza para alcançar bem-estar, solucionando problemas públicos apresentados e ressignificando sua própria realidade (Andion, C. et al., 2017).

Esta pesquisa tem como base compreender as interações socioestatais na cidade de Petrópolis - RJ por meio das inovações sociais, utilizando as atas das reuniões do conselho da cidade e outras experiências democráticas fornecidas por sites oficiais do município.

Consoante a abordagem pragmatista, a verdade é múltipla (James, 1974), e, portanto, as soluções para os problemas públicos são diversas, dependendo do ator que as propõe. Nesse sentido, é correto dizer que uma resposta uníssona e consensual é rara ou, em muitas situações, inexistente. Logo, o setor público tomará decisões que não são comuns a todos, mas, por meio das inovações sociais, terá uma nova perspectiva para a resolução desses problemas (Andion, C. et al., 2017).

Dada a contextualização, a pesquisa tem como objetivo entender o funcionamento da esfera pública no que tange às inovações sociais em Petrópolis, e, em decorrência, as interações da sociedade civil nos diálogos que a cercam sobre seus respectivos problemas públicos, entendendo as arenas públicas (Cefai, 2017) como espaços plurais que atendem às necessidades do município.

Com a pesquisa brevemente relatada acima, é imperativo salientar que já obtivemos alguns resultados e pretendemos obter outros mais aprofundados. Até o momento, conseguimos mapear as composições dos conselhos municipais de Petrópolis e também as atas disponíveis e seus respectivos debates.

Os resultados parciais da pesquisa apontam que alguns conselhos ainda funcionam precariamente, não tendo assiduidade de frequência, o que impede a aprovação de muitos tópicos, e outros apresentam reuniões com horários incompatíveis com a realidade de um trabalhador, ocorrendo em horário comercial, o que faz com que a participação social enfrente obstáculos. Outra situação encontrada foi a falta de transparência com a divulgação de atas, pois muitas nem se encontram no site, não havendo regularidade na divulgação do que foi discutido.

Em suma, o presente trabalho buscou compreender as diferentes narrativas que permeiam as relações socioestatais na cidade de Petrópolis, utilizando a abordagem pragmatista para inferir a multiplicidade de visões de uma população e de seus representantes.

BIBLIOGRAFIA: ANDION, C. et al.. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 3, p. 369-387, maio 2017. CEFÁI, D.. PÚBLICOS, PROBLEMAS PÚBLICOS, ARENAS PÚBLICAS... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). Novos estudos CEBRAP, v. 36, n. 2, p. 129-142, jul. 2017. JAMES, W. Pragmatismo - Textos Selecionados. In James, Dewey, Veblen. (Ed.) Victor Civita. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores, vol. XL).

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4202**

TÍTULO: **A INOVAÇÃO SOCIAL POR MEIO DA ÓTICA PRAGMÁTICA NO SETOR PÚBLICO**

AUTOR(ES) : **ARTUR PORTO TEIXEIRA, JESSIKA DA SILVA FERNANDES**

ORIENTADOR(ES): **GUSTAVO COSTA DE SOUZA**

RESUMO:

O processo de urbanização das cidades brasileiras que conhecemos é marcado pelo agravamento dos problemas urbanos, ou problemas públicos, que afetam toda a sociedade. Nesse cenário, surgem as dinâmicas das inovações sociais como uma forma de resolução dos problemas públicos locais que, de forma coletiva, não são frutos de um único ator, emergindo em “arenas públicas” quais são compreendidas como espaços de “confrontação e cooperação nos quais os problemas públicos são significados e compartilhados” (CEFAI, 2012, p. 12). As dinâmicas de inovações sociais têm conquistado cada vez mais espaço na sociedade e no ambiente acadêmico, que como princípio, possuem a promoção da resolução e melhorias dos problemas públicos. Apesar de inseridas na sociedade, ainda possuem uma distância em relação ao grupo social, pela falta de importância indevida.

Sob a perspectiva pragmatista, diversas interpretações resultam em diferentes verdades, já que a verdade é múltipla (James, 1974), e não única e universal. Isso implica que respostas unânimes e consensuais são raras, ou até mesmo inexistentes, em muitas situações. Consequentemente, é provável que o setor público tome decisões que não se aplicam uniformemente a todos. Nesse cenário, por meio das inovações sociais, novas abordagens emergem para resolver esses problemas públicos, envolvendo atores sociais além dos canais institucionais tradicionais (Andion, C. et al., 2017).

Dito isso, em decorrência do estudo das interações da sociedade civil, mais especificamente sobre o funcionamento da esfera pública no que tange às inovações sociais, a pesquisa objetiva mapear o Ecossistema das Inovações Sociais (EIS) na cidade de Petrópolis-RJ. Analisam-se os diálogos que cercam os respectivos problemas públicos, quais transformam as arenas públicas (Cefai, 2017) em plurais, buscando atender as necessidades do município.

A metodologia adotada foi a pesquisa documental, metodologia apropriada para se analisar documentos legais a partir contemporâneos como leis vigentes, o Plano Diretor (PDP), atas das reuniões dos Conselhos Municipais da cidade de Petrópolis-RJ. Como principal resultado, espera-se compreender o ambiente institucional do município e sua relação com a promoção e/ou o empecilho às inovações sociais no território. Os resultados deste estudo serão úteis para o desdobramento da pesquisa em levantamentos diagnósticos e estudos de caso sobre a temática tratada.

Com a pesquisa em andamento, é fundamental ressaltar que já alcançamos resultados parciais. Até o momento, conseguimos mapear a composição dos conselhos municipais de Petrópolis, identificar as organizações sociais mais ativas, e determinar as instituições presentes em cada conselho. Além disso, analisamos as atas disponíveis, abrangendo suas temáticas e compreendendo a dinâmica de interação entre o poder público e as OSCs.

BIBLIOGRAFIA: ANDION, C. et al.. Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. Revista de Administração Pública, v. 51, n. 3, p. 369-387, maio 2017. JAMES, W. Pragmatismo - Textos Selecionados. In James, Dewey, Veblen. (Ed.) Victor Civita. São Paulo: Abril, 1974. (Coleção Os Pensadores, vol. XL). CEFAI, D.. PUBLICOS, PROBLEMAS PUBLICOS, ARENAS PÚBLICAS... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). Novos estudos CEBRAP, v. 36, n. 2, p. 129-142, jul. 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4206**

TÍTULO: **PODER JUDICIÁRIO E DIREITO À MORADIA: UMA ANÁLISE DO IMPACTO DA ADPF 828 EM CONFLITOS FUNDIÁRIOS**

AUTOR(ES) : **JULIA MONTEIRO SEGADAS VIANNA, FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO:

A pesquisa, em andamento, tem como objetivo investigar as práticas e interpretações em processos judiciais relativos a conflitos fundiários no contexto da pandemia da Covid-19. Com a decisão do Ministro Luís Roberto Barroso na ADPF-828, estabeleceu-se a suspensão da execução de despejos devido ao estado de calamidade pública na pandemia do vírus SARS-CoV-2. Tal medida vigorou, após seguidas prorrogações, até 31 de outubro de 2022, quando foi estabelecido pelo Ministro a necessidade de constituir nos Tribunais de Justiça meios de mediação para conflitos fundiários, como condição para a realização de despejos. Procura-se identificar se a pandemia se consolidou como motivo para a suspensão de despejos pelos juízes. Neste período a referida pesquisa identificou e desenvolveu uma análise quantitativa das reclamações constitucionais ajuizadas a partir de conflitos fundiários coletivos para suspender despejos, tendo como fundamento a ADPF 828. O objetivo da análise foi traçar um quadro amplo das origens, entendimentos e razões de decidir do STF nesses casos, compreendendo sua importância no papel de uniformização das interpretações jurídicas. Construiu-se um instrumento de pesquisa quantitativo envolvendo variáveis tanto sobre as questões formais, quanto sobre as materiais e as de direito mobilizadas no teor da decisão. A pesquisa incluiu revisão bibliográfica atinente a conflitos fundiários e déficit habitacional. A partir de Bourdieu, avançou-se na análise do judiciário enquanto um espaço de disputa de poder da sociedade. Através do estudo da pesquisa do INSPER, foi possível observar um diagnóstico sobre os atuais métodos de mediação do judiciário, que indicam desafios do novo regime pós ADPF 828. Outro instrumento metodológico quantitativo utilizado se voltou ao exame do recorte da atuação dos magistrados e desembargadores do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região - Seção do Rio de Janeiro em demandas de reintegração de posse no contexto de vigência da ADPF-828. Através de 20 variáveis, pretende-se examinar questões formais e materiais do processo judicial e do próprio conflito para além da esfera jurídica, com foco no estudo sobre as movimentações dos atores-chaves do processo. Em continuidade, pretende-se realizar um levantamento de decisões judiciais nos sítios do TJRJ e TRF2, visando identificar se a determinação da ADPF 828 foi respeitada pelos magistrados e desembargadores, sob quais fundamentos foram suspensos os despejos e se a pandemia foi razão dominante para estas suspensões, dentre outras questões. Os resultados apresentados terão caráter parcial, relatando algumas das tendências identificadas pela pesquisa ao tempo de sua apresentação.

BIBLIOGRAFIA: INSPER, Instituto de Ensino e Pesquisa; Instituto Pólis. Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil. Brasília: CNJ, 2021 BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. 7ª ed. RJ; Bertrand Brasil, 2004. QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana. A magistratura fluminense: seu olhar sobre as ocupações do MST. 2005. (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2005.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4227**

TÍTULO: **CRISE DO MULTILATERALISMO E SEUS IMPACTOS SOBRE O ACORDO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA**

AUTOR(ES) : **LEONARDO SILVANO REZENDE,HAYLANA ALMEIDA BURITE**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO:

O livre comércio - a eliminação ou redução drástica de barreiras tarifárias - encontra-se enquanto um pilar da expansão do domínio da ordem liberal econômica desde a sua ascensão enquanto ordem internacional vigente. Contudo, de 2017 para cá esse tem sofrido duras baixas. A Guerra Comercial Estados Unidos-China se apresentou enquanto o princípio do abandono, que já fora fervoroso, do compromisso americano em levar o livre comércio para o mundo. Apesar deste cenário e da continuada crise da OMC - órgão internacional responsável pela tratativa das regras do comércio entre as Nações, o Mercosul e a União Europeia, contrariando o esperado, se encontram em meio a tratativas que buscam ratificar um acordo que criaria a maior zona de livre comércio do mundo, cobrindo mais de 700 milhões de pessoas.

Este trabalho tem como objetivo compreender se a crise do multilateralismo afetou as negociações do acordo inter-regional Mercosul-União Europeia e, caso sim, como isto se deu. A hipótese deste trabalho é a de que as mudanças estruturais do sistema internacional posto até então pressionou por maior celeridade na assinatura do acordo Mercosul-União Europeia em 2019 e ainda atua enquanto importante fonte de pressão para a sua ratificação, diante das dificuldades que essas impuseram à busca por resoluções acordadas e pacíficas de discordâncias comerciais.

Para a condução desta pesquisa serão realizadas análises dos discursos governamentais dos principais governos envolvidos nas negociações deste acordo, tanto a respeito do acordo, quanto da crise da OMC. A recente denúncia por parte de alguns dos membros do Mercosul a práticas de protecionismo europeu envolvendo pautas ambientais diante de uma OMC agora sem a disposição de um mecanismo de resolução de conflitos e os discursos que cercam esta denúncia e sua tratativa também serão importante fonte de consulta.

Este fenômeno não tem passado despercebido às potências regionais da América Latina, e encontra análises acadêmicas trabalhadas até mesmo por importantes tomadores de decisões políticas da região, tais como a realizada pelo atual ministro das relações exteriores do Chile, Alberto van Klaveren, que encara nesta crise uma nova fonte de desconfiança frente a organizações internacionais e suas normativas. Desta forma, a própria entidade do Mercosul encara suas bases de construção de uma cooperação regional corroídas e poderia buscar reafirmar a sua importância com a assinatura de um acordo de grande escala como este, utilizando esta projeção externa como forma de reforçar as suas estruturas internas de diálogo.

Em meio a tantas mudanças na forma como as interações interestatais tem se formulado dentro do atual sistema internacional, espera-se com esta produção conseguir contribuir para o campo das análises da crise do multilateralismo e assim auxiliar na ampliação do entendimento de suas consequências e, ainda, possivelmente dos fatores que levam à sua ocorrência.

BIBLIOGRAFIA: VAN KLAVEREN, Alberto. La crisis del multilateralismo y América Latina. Análisis Carolina, n. 10, p. 1, 2020. BERNAL-MEZA, Raúl. Covid-19, tensiones entre China y Estados Unidos, y crisis del multilateralismo: repercusiones para AL. Foro internacional, v. 61, n. 2, p. 259-297, 2021. LUCIANO, B. T. Os desafios do comércio global e suas repercussões no acordo Mercosul-União Europeia. THEMOTEO, RJ, O novo acordo Mercosul-União Europeia em perspectiva, Konrad Adenauer Stiftung, Rio de Janeiro, v. 192, p. 79-90, 2020.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4254**

TÍTULO: **ESTRATÉGIAS PUNITIVAS EM REDES SOCIAIS: ESTUDO DE CASO**

AUTOR(ES) : **AMANDA BIANCOVILLI**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

A presente pesquisa de iniciação científica está inserida em uma pesquisa maior, orientada pelo Prof. Dr. José Roberto Franco Xavier, intitulada "Para além do sistema de direito criminal? Movimentos progressistas e novas estratégias punitivas" que trabalha as novas formas de demanda punitiva. A base teórica utilizada neste estudo não apenas sustenta a análise atual, mas também será aplicada em outras pesquisas. Dessa forma, este trabalho contribui de maneira essencial para os objetivos da pesquisa maior mencionada anteriormente.

O foco da pesquisa será um estudo de caso de demandas punitivas em redes sociais para compreender como as redes sociais promovem novas formas de estigmatização, promovem disputas de valores morais e colocam pressão sobre o sistema de justiça criminal. Para esta análise, serão utilizados conceitos criminológicos, como a noção de "empreendedores morais" (Becker, 1963), que podem ser definidos como pessoas que exibem uma iniciativa na criação e na imposição de regras. Adicionalmente, será utilizada a noção de "assédio moral motivado por valores" (tradução), (Marwick, 2021), que se propõe a explicar o que motiva as pessoas a se envolver em práticas discursivas punitivistas em contextos de redes sociais. A aplicação destes conceitos será utilizada para aprofundar a compreensão do fenômeno no caso concreto.

O objetivo principal da pesquisa é investigar como a percepção da sociedade sobre o desvio social, quando manifestada em redes sociais, pode ser compreendida por meio da teoria criminológica. O intuito da pesquisa não é avaliar moralmente o ato apontado como desviante, tampouco explicar o desvio, mas sim tentar entender a compreensão e a interpretação das pessoas quando confrontadas com valores morais considerados desviantes. Ao aplicar conceitos clássicos da criminologia com o fenômeno contemporâneo do cancelamento virtual, esta pesquisa questiona a validade desses conceitos em nossa realidade atual.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, H. S. Outsiders: Studies in the sociology of deviance. Oxford, England: Free Press Glencoe, 1963. Marwick, Alice E. "Morally Motivated Networked Harassment as Normative Reinforcement". Social Media + Society 7, n.º 2, 2021.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4276**

TÍTULO: **NOVAS FORMAS DE DEMANDAS PUNITIVAS EM TEMPOS DE REDES SOCIAIS**

AUTOR(ES) : **ALANA ROCHA TOSTES DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JOSÉ ROBERTO FRANCO XAVIER**

RESUMO:

Trata-se de uma pesquisa de iniciação científica que está inserida em uma pesquisa maior, intitulada "Para além do sistema de direito criminal? Movimentos progressistas e novas estratégias punitivas", sob orientação do Prof. Dr. José Roberto Franco Xavier. O seu foco principal consiste nas novas estratégias punitivas e estigmatizantes utilizadas como demanda social, especialmente no que tange à sua manifestação nas redes sociais. Assim, o projeto integra um estudo de casos concretos de demandas punitivas em redes sociais, uma por cada autora envolvida, a partir da mesma base teórica, de acordo com as suas repercussões públicas.

Busca-se, então, investigar como a percepção da sociedade em relação a atitudes desviantes pode ser auxiliada por conceitos clássicos da criminologia, como a noção de "empreendedores morais" (Becker, 1963), que são aqueles que exibem uma imposição de regras a partir da ênfase das consequências de atitudes desviantes. Ademais, utiliza-se a ideia de "assédio moral motivado por valores" (tradução), (Marwick, 2021), para analisar as motivações por trás dos discursos punitivistas nas redes sociais, enquanto mecanismos para impor uma determinada ordem social.

O objetivo principal da pesquisa é investigar como a percepção da sociedade sobre atitudes desviantes, especificamente por meio das redes sociais, pode ser analisada através da utilização da teoria criminológica. Ressalta-se que não é objetivo da presente pesquisa a avaliação moral das atitudes ditas como desviantes em questão, mas sim verificar em que medida a atuação dos "empreendedores morais" culmina nos fenômenos contemporâneos como o linchamento virtual, nas disputas de valores morais envolvidas e na consequente pressão sobre o sistema de justiça criminal.

BIBLIOGRAFIA: BECKER, H. S. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Oxford, England: Free Press Glencoe, 1963. Marwick, Alice E. "Morally Motivated Networked Harassment as Normative Reinforcement". *Social Media + Society* 7, n.º 2, 2021.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4296**

TÍTULO: **LOBBY PETROLÍFERO EM CONFERÊNCIAS CLIMÁTICAS**

AUTOR(ES) : **PEDRO HENRIQUE MOULIN DE SOUZA PIRES**

ORIENTADOR(ES): **SIDNEY GUERRA**

RESUMO:

Essa pesquisa tem como objeto o papel e a influência do lobby petrolífero na Conferência das Partes (COP), a principal convenção sob a égide da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Neste artigo se discute como representantes de grandes empresas de petróleo e gás participam dessas conferências com o intuito de assegurar que os interesses da indústria de combustíveis fósseis sejam considerados nas políticas e decisões globais sobre mudanças climáticas, e também o quanto que a decisão final das COPs está de acordo com os interesses dessas companhias ou sob a influência de seu lobbying.

Segundo a coalizão de organizações ambientalistas Kick Big Polluters Out Coalition, representantes de companhias ligadas aos mercados do petróleo, gás e carvão estiveram presentes em convenções climáticas da ONU pelo menos 7000 vezes no últimos 20 anos, sendo pelo menos 945 diretamente ligados a funcionários das indústrias de óleo e gás. Presença mais evidente ainda na COP28, a ser realizada ainda no ano de 2023 em Dubai que será presidida por Sultan Al Jaber, diretor da ADNOC, companhia petrolífera estatal dos Emirados Árabes Unidos.

O método usado será a revisão bibliográfica. Apesar de sua notável presença, o lobby petrolífero depende, e se faz uso da baixa transparência das negociações, por conta disso essa pesquisa se baseará primariamente em reportagens de jornais e em relatórios publicados por organizações ambientais para poder aferir a influência desse lobby nas decisões das COPs. Medir a influência desse lobbying é a finalidade dessa pesquisa

BIBLIOGRAFIA: CORPORATE EUROPE OBSERVATORY. *New figures show Big Oil & Gas flooding UN climate talks since Paris Agreement*. 09 jun. 2023. Disponível em: <https://corporateeurope.org/en/2023/06/new-figures-show-big-oil-gas-flooding-un-climate-talks-paris-agreement>. Acesso em: 28 nov. 2023. GLOBAL WITNESS. *Carbon capture: The oil lobby's Trojan horse at COP28*. 17 nov. 2023. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/blog/carbon-capture-oil-lobby-cop28/>. Acesso em: 28 nov. 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4299**

TÍTULO: **A TRAJETÓRIA DA RELAÇÃO DO BRASIL COM A CHINA NO CONTEXTO DA HEGEMONIA AMERICANA NO SÉCULO XXI**

AUTOR(ES) : **BRENA STEPHANY DOS SANTOS DEODATO**

ORIENTADOR(ES): **DIOGO MONTEIRO DARIO**

RESUMO:

O intuito do trabalho é mostrar a trajetória da relação entre Brasil e China no início do século XXI dentro do contexto da hegemonia americana e seu impacto na América Latina, especificamente na transição da relação com os Estados Unidos. Ele parte do princípio que o papel que os Estados Unidos cumpre no Sistema Internacional - e na América Latina em particular, ainda é o de uma força hegemônica, ou seja, o país que domina os outros por meio da sua preponderância militar, econômica e tecnológica (KEOHANE, 1984). Contudo, a partir dos anos 2000, a ascensão da China pode ser percebida no mundo inteiro e na América Latina, e se reflete num protagonismo cada vez maior na balança comercial de países como Brasil e Argentina. (PECEQUILO, 2014). O trabalho buscará entender por quais estratégias o Brasil opta diante dessa expectativa de mudança no equilíbrio de poder.

Dessa maneira estruturarei o argumento em três partes: farei um breve apanhado da relação entre Brasil e Estados Unidos, para ressaltar a importância econômica e política desse último para o Brasil até os dias atuais, e após isso discutirei como a relação com a China vem crescendo exponencialmente a partir dos anos 2000 e assumiu importante protagonismo, principalmente na pauta exportadora brasileira. Por fim, farei uma discussão sobre como o Brasil tenta assegurar seus interesses enquanto dentro do aumento da rivalidade entre as duas forças. Para fundamentar essa discussão sobre países hegemônicos e periféricos será trago o realismo neoclássico.

Para construir essa análise, utilizarei textos de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (2011), Pecequilo (2014, 2015, 2023) e Celso Amorim (2016) em notícias, antigas e atuais, nos principais veículos do Brasil e do mundo, que mostram a relação Brasil-EUA e Brasil-China no passar dos anos. Também tomarei como referência relatórios oficiais e discursos realizados pelos estadistas (nos mesmos períodos) que expressem suas estratégias dentro dessas ligações políticas. Alguns autores como Cox, Gilpin e Luís Fiori serão utilizados para o embasamento da discussão teórica do "ciclos hegemônicos" e se essa relação Brasil-China representa uma real ameaça ou aviso de algum sinal de mudança no Sistema Internacional.

BIBLIOGRAFIA: CERVO, Amado L. & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil de (Editora UnB, 4ª. Edição, 2011. COX, Robert W. Social forces, States, and world orders: beyond international relations theory. Millenium, 1981, v. 10, n. 2 PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: O Brasil, os Estados Unidos e a China. In: Revista Carta Internacional, vol. 8, n.2, jul-dez, São Paulo: ABRI, 2013, p.100-115.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4300**

TÍTULO: **SENSUALIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A EXPERIÊNCIA DA SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO (SMA) DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)**

AUTOR(ES) : **ANNA BEATRIZ PINTO DE SOUZA**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONENBERG HARTMANN**

RESUMO:

O presente trabalho busca analisar os aspectos concernentes à institucionalização da mediação no âmbito da Agência Nacional de Energia Elétrica, a partir da estruturação da Superintendência de Mediação Administrativa e das Relações de Consumo (SMA). Dessa forma, a pesquisa tem como objetivos específicos: (i) compreender a composição da ANEEL e identificar, a partir disso, a posição que ocupa a SMA nessa estrutura, além de suas competências e atribuições; (ii) realizar um diagnóstico sobre como atua a SMA, com foco no uso instrumental da mediação como método de composição dos litígios envolvendo os agentes regulados; (iii) compreender a relação entre a estruturação da SMA e as mudanças legislativas recentes que envolvem os paradigmas dogmáticos do direito administrativo e processual, notadamente quanto à supremacia, ou não, do interesse público sobre o privado.

Em um primeiro momento, a metodologia utilizada será o desk research, com coleta de dados em sítios eletrônicos, levantamento e leitura de referências bibliográficas. Em um segundo momento, pretende-se efetuar entrevistas semi-estruturadas com membros integrantes da SMA.

Como resultado, espera-se obter um panorama sobre o modo pelo qual a autarquia se utiliza de autocomposição para dirimir conflitos que se desenvolvem no âmbito do setor de energia, ramo estratégico da economia e que está ligado, intrinsecamente, a atividades econômicas complexas por natureza. Pelo estágio inicial da pesquisa, ainda não há considerações finais ou parciais.

BIBLIOGRAFIA: BINENBOJM, G. (2020). A consensualidade administrativa como técnica juridicamente adequada de gestão eficiente de interesses sociais. Revista Eletrônica da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro - PGE-RJ, Rio de Janeiro, v. 3 n. 3, set./dez.2020. CAPELLLETTI, M. Acesso à Justiça. Tradução de Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988. CHAVES, R. B. S. O Uso da Mediação Administrativa na Solução de Conflitos pela Agência Nacional de Energia Elétrica. Revista de Direito Setorial e Regulatório, Brasília, v. 2, n. 1.p. 359-374, maio 2016.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4307**

TÍTULO: **O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E CONFLITOS FUNDIÁRIOS: UMA ANÁLISE DAS RECLAMAÇÕES CONSTITUCIONAIS AJUIZADAS PARA SUSPENDER DESPEJOS**

AUTOR(ES) : **FRANCISCO TROPE DA SILVA PORTO, JULIA MONTEIRO SEGADAS VIANNA**

ORIENTADOR(ES): **MARIANA TROTTA DALLALANA QUINTANS, ANA CLAUDIA DIOGO TAVARES**

RESUMO:

A partir da articulação de diversas organizações e coletivos como resposta às violações ao direito à moradia, à saúde e à vida da população brasileira na pandemia e de visibilização das violações ao direito à moradia, foi proposta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 perante o Supremo Tribunal Federal, inaugurando uma moratória inédita no Brasil, ao suspender liminarmente os despejos e remoções coletivas de ocupações anteriores à pandemia, a partir de 04/06/2021.

Inicialmente vigente por seis meses, esta cautelar foi renovada outras duas vezes, até 31/10/2022, quando nova decisão determinou a adoção de um regime de transição, com a instalação de Comissões de Conflitos Fundiários pelos Tribunais da Federação. Por todo este período, centenas de reclamações constitucionais foram propostas com fundamento na ADPF 828, requerendo diretamente ao STF a suspensão de despejos em ocupações coletivas.

A presente pesquisa, elaborada no âmbito do grupo de pesquisa “Poder Judiciário e conflitos fundiários no território fluminense”, pretende realizar uma análise quantitativa das reclamações constitucionais ajuizadas para suspender despejos, tendo como fundamento a ADPF 828. Busca-se identificar as reclamações ajuizadas a partir de conflitos fundiários coletivos e classificar em dados, objetivando traçar um quadro amplo das origens, entendimentos e razões de decidir do STF nesses casos.

A partir da busca inicial no sítio eletrônico do STF por reclamações constitucionais que mencionam a ADPF 828, procedeu-se a uma primeira análise, visando identificar as reclamações ajuizadas para suspender despejos em conflitos fundiários, se procedeu à análise pelas categorias anteriormente elencadas. Posteriormente, as decisões identificadas foram dispostas numa tabela quantitativa sob uma série de categorias de análise, coletando desde dados mais objetivos (como o Estado de origem, Ministro relator, etc.), informações sobre o conflito de fundo (quantitativo de famílias envolvidas, natureza do imóvel em litígio, etc.) e sobre o conteúdo das decisões tomadas pelo STF (se houve suspensão, os fundamentos mobilizados, etc.).

Mobilizando esta multiplicidade de categorias, a pesquisa visa realizar um diagnóstico do impacto da ADPF 828 no âmbito jurídico dos conflitos fundiários, no período que compreende 2021 a 2023. Pretende-se aprofundar tanto a análise do Tribunal, identificando o perfil dos ministros do STF, seus diferentes entendimentos e a abrangência dada à ADPF 828 nas decisões, como da agência dos Reclamantes, que buscam, no Supremo Tribunal Federal, suspender ou, ao menos, adiar despejos coletivos.

Por se tratar de uma pesquisa em processo, o trabalho a ser apresentado na “XLV JCTAC” abrangerá o total de categorias analisadas até então. Através desses dados quantitativos, pretende-se traçar um quadro geral sobre as condições em que as reclamações foram ajuizadas e o perfil do julgamento na mais alta corte do Brasil.

BIBLIOGRAFIA: ALVES, Rafael, CARVALHO, Laura e RIOS, Marcos. Fique em casa? Remoções forçadas e COVID-19. Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 3, 2021. Revista Direito e Práxis, v. 12, n. 3, 2021. INSPER, Instituto de Ensino e Pesquisa; Instituto Pólis. Conflitos fundiários coletivos urbanos e rurais: uma visão das ações possessórias de acordo com o impacto do Novo Código de Processo Civil. Brasília: CNJ, 2021 MILANO, G. B. Conflitos fundiários urbanos e poder judiciário. 1. Ed - Curitiba: Ithala, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4320**

TÍTULO: **CIRCUITOS E MEMÓRIAS NEGRAS NA PEQUENA ÁFRICA**

AUTOR(ES) : **THAIS DE PAULA DA SILVA, JASMIN DA SILVA SANTOS, EMILYN CRISTINA CONCEIÇÃO DA SILVA, CAROLINE GOMES CARNEIRO**

ORIENTADOR(ES): **RENATO EMERSON NASCIMENTO DOS SANTOS**

RESUMO:

O projeto de pesquisa “Pequena África vs. Porto Maravilha: disputas de lugar e resistências ao branqueamento do território” se aprofunda na observação do que conhecemos como Pequena África. Localizada na área central da cidade do Rio de Janeiro, recentemente transformada pelo Projeto Porto Maravilha e as dinâmicas proporcionadas pelo governo municipal, quando pensamos em “Pequena África” essa região possui um caráter dual de observação. De um lado vemos a nomeação como Pequena África pelo artista Heitor dos Prazeres no início do Século XX, valorizando a forte presença populacional, cultural e redes de sociabilidades negras na região central naquele momento. De outro, na cena contemporânea, vemos o repertório de ação do Movimento Negro nas disputas pela ativação de sentidos lugar que valorizam memórias negras ao novamente nomear a área como Pequena África. A partir da luta deste movimento social, dispositivos como a Lei Municipal 34.803/2011 (que cria o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Negra na cidade) e a Lei nº 8105/2018 (que cria o Circuito Histórico e Arqueológico da Pequena África e incentiva a criação de circuitos que abranjam os caminhos da diáspora africana pelo estado do Rio de Janeiro) abrem caminhos para a valorização de memórias negras na região. O objetivo deste trabalho, que se encontra em fase inicial, é observar a ativação e mobilização simbólica da Pequena África em atividades turísticas e comerciais da região, peças fundamentais para a construção de ideário coletivo sobre a área. A partir de pesquisa em páginas e redes sociais, além das buscas e acompanhamento em campo, identificaremos os diferentes componentes que integram a Pequena África, levantando e sistematizando: circuitos (roteiros e discursos sobre os pontos dos circuitos); tour e walking Tour; giros culturais; estabelecimentos comerciais e de entretenimento (bares, restaurantes, etc.); agências; peças de publicidade (flyers, folders, podcasts); atividades escolares; projetos sociais entre outros. Visando compreender os discursos que impulsionam os lugares de memória, estes objetos serão sistematizados e classificados em categorias: grupos que colocam a Pequena África como centralidade do seu discurso; os que tangenciam a narrativa da Pequena África (por exemplo, circuitos cujo trajeto passa pela região e a insere como um elemento); atividades e circuitos que passam pela Pequena África, mas sequer comentam sobre, apagando assim a presença e história negra da região. Em fase inicial, nosso levantamento já conta com mais de três dezenas de registros, contemplando agências de turismo, museus e centros culturais, restaurantes, eventos, guias de turismo, entre outros agentes cujas atividades acionam elementos de memória negra vinculados à ideia de Pequena África.

BIBLIOGRAFIA: SANTOS, Renato Emerson dos; DA SILVA, Karoline Santos; RIBEIRO, Lysanne Pereira; SILVA, Naiara do Carmo. Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo? Seminário indisciplinar. UFMG, 2017. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4326**

TÍTULO: **AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA CRÍTICA À INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES (2012-2022) A PARTIR DAS CONTRIBUIÇÕES DE CLÓVIS MOURA**

AUTOR(ES) : **JACKSON ROGER DE OLIVEIRA**

ORIENTADOR(ES): **JAIME ERNESTO WINTER HUGHES LEÓN**

RESUMO:

No começo do século XXI, houve intenso debate público e no Congresso Nacional sobre a adoção de ações afirmativas nas instituições públicas de ensino superior no Brasil. Esta discussão é fruto de muita luta social de diversos setores e movimentos sociais brasileiros que tentam a reparação histórica de séculos de escravidão no Brasil e da consequente forma de não-integração dos negros e mestiços nos centros da vida econômica, política, social e cultural do país. Clóvis Moura (2020a) esteve atento ao processo histórico de luta de classes e luta antirracista no país que, segundo o autor, fazem parte pela luta democrática. Assim, o debate que o autor visualizou e participou intensamente na transição do século XX para o XXI resultou na Lei de Cotas (n.12.711/2012), que passou a vigorar em 2012. Em 2022, foram celebrados dez anos da lei de forma muito controversa, tanto na sua implementação como nas suas consequências. Este artigo pretende analisar o que significaram estes dez anos de cotas nas universidades públicas do país (2012-2022). Em termos da relação entre educação e questão racial, assim como das incompletudes que permeiam suas controvérsias, entranhadas em questões com a escravidão moderna, o capitalismo e o racismo, percebe-se o quanto é necessário fazer o resgate histórico e teórico sobre a formação socioeconômica do Brasil, a fim de se entender a realidade contemporânea da sociedade brasileira, em especial neste debate de inclusão do negro na vida democrática. O direito à universidade, nesse sentido, tem sido pauta constante dos movimentos sociais e do movimento negro, como atores relevantes para engendrar políticas que contribuam para a eliminação das desigualdades e das iniquidades preservadas pela não superação efetiva das fábulas de cordialidade racial existentes no Brasil. Deste modo, a hipótese de que trata tal síntese é a de que, a política de reserva de vagas, instituída com a Lei de Cotas, apesar de possibilitar uma importante expansão do acesso de egressos do ensino público, negros, indígenas, pessoas com perfil de renda e, posteriormente, pessoas com deficiência, ainda está incompleta. Em suma, o objetivo central do artigo é construir um debate, do ponto de vista histórico-dialético, sobre as controvérsias que permeiam a formação econômica, cultural, social etc. de argumentos conservadores e neoliberais a respeito da eficácia das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. De modo específico, analisar os dez anos de implementação da Lei de Cotas (n.12.711/2012). Entender como a integração dessas políticas podem ser vistas como políticas bem-sucedidas, que coadunam com a redução das discriminações (racial e de gênero) e da exclusão social, pode significar a produção de novas perspectivas de aprimoramento e fortalecimento dessa política, que é fruto da luta social pela democratização do ensino superior no Brasil. A título de resultados esperados, vale dizer que este artigo é semente de um projeto de pesquisa monográfico.

BIBLIOGRAFIA: FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 6. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, [1964] 2021. MOURA, Clóvis. Dialética radical do Brasil negro. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020b [1994]. \_\_\_\_\_. Professor Clóvis Moura: Brasil País Inconcluso. In: Inclusão é Paixão, 14 out. de 2020a. 1 vídeo (70min33s). Disponível em: <https://youtu.be/81iRUK-OehU>. Acesso em: 03 fev. 2023.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4345**

TÍTULO: **VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: UMA ANÁLISE LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL**

AUTOR(ES) : **ISABELA SOUSA DE JESUS PEREIRA**

ORIENTADOR(ES): **CRISTIANE BRANDÃO**

RESUMO:

A violência obstétrica é espécie do gênero violência contra a mulher e pode ser entendida como uma violação à integridade física e psicológica da mulher. Segundo a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, a “Convenção de Belém do Pará”, a violência contra a mulher é definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, causando morte, dano ou sofrimento de ordem física, sexual, ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (Convenção de Belém do Pará, 1995). São atos dirigidos contra a mulher e que agridem a sua integridade física e psicológica, a partir de abusos ou assédios sexuais e desrespeitos aos seus direitos reprodutivos e de cidadania. Logo, a violência contra a mulher apresenta diferentes formas de manifestação e uma dela muito recorrente, porém ainda timidamente discutida, é a violência obstétrica. A presente pesquisa tem o objetivo de demonstrar no que consiste essa hostilidade e como os eixos de opressão de raça, classe e gênero são determinantes nas intervenções e práticas que envolvem o período gravídico puerperal. Para mais, no campo legislativo, busca-se entender como o ordenamento jurídico brasileiro enfrenta tal temática. No campo jurisprudencial, é analisado como o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro trata a obstétrica em seus julgados.

BIBLIOGRAFIA: ENSP/FIOCRUZ. Sumário executivo temático da pesquisa Nascer no Brasil. Inquérito Nacional sobre parto e nascimento. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2014. LEAL, M. C. et al. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cadernos de Saúde Pública [online]. 2017, v. 33, n. Suppl 1, 24 Jul 2017. ISSN 1678- 4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00078816>. REDE PARTO DO PRINCÍPIO. Violência Obstétrica “Parirás com Dor”. Dossiê elaborado pela Rede Parto do Princípio para a CPMI da Violência Contra as Mulheres. p. 130. 2012.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4347**

TÍTULO: **CRISE DE SOBERANIA NA ERA DIGITAL: CONFRONTANDO O IMPACTO DAS BIGTECHS NA SOBERANIA ESTATAL TRADICIONAL E DIGITAL DO BRASIL**

AUTOR(ES) : **ANDRE RODRIGUES MAXIMINO**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO:

A soberania estatal contemporânea é perpassada por acentuados entraves sem precedentes na era digital, em que as fronteiras tradicionais são redefinidas pela ascensão das big techs. No contexto brasileiro, essa crise se manifesta na tensão entre a autoridade do Estado e o poderio dessas corporações globais, que operam em uma escala que, muitas vezes, ultrapassa a capacidade regulatória nacional. Dessa maneira, a influência das big techs no tecido social, econômico e político desafia a soberania estatal, evidenciando uma lacuna na responsabilidade jurídica e na eficácia da regulação. Assim sendo, destaca-se que a pesquisa foca nessa interseção crítica, buscando compreender como o Brasil pode reafirmar sua soberania em um contexto onde o poder das grandes empresas de tecnologia ameaça a autonomia e a governança estatal tradicional e digital.

A princípio, a hipótese central da pesquisa sugere que a regulação insuficiente e a perspectiva limitada de responsabilização no direito brasileiro contribuem para a erosão da soberania estatal. A falta de políticas eficazes para conter o avanço das grandes empresas de tecnologia no território nacional compromete a capacidade do Estado de exercer controle sobre questões cruciais que afetam a sociedade e a economia. Nesse sentido, estabeleceu-se como objetivo geral da pesquisa a investigação da crise de soberania, partindo da compreensão do impacto das big techs no Brasil. Ainda, os objetivos específicos visam analisar as medidas adotadas pelo Estado brasileiro em resposta às ameaças à soberania, avaliar as consequências da falta de responsabilização dessas empresas e propor estratégias de regulação mais eficazes.

Ademais, a justificativa para a pesquisa reside na relevância do tema diante da crise de soberania enfrentada pelo Brasil. Quanto a isso, tal análise das ameaças representadas pelas big techs é crucial para a preservação da identidade e autonomia nacionais. Para além, a pesquisa contribui para a formulação de estratégias de resposta e políticas que fortaleçam a posição soberana do país, ampliando a noção de responsabilidade jurídica e enfatizando a importância da regulação. Por fim, é essencial abordar que a metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica dos conceitos relacionados à soberania e uma análise documental qualitativa das normas e projetos de lei que refletem a crise da soberania, a noção limitada de responsabilidade e a resposta do Estado brasileiro. Assim sendo, o objetivo é desenvolver um entendimento conciso de como regular as big techs para reafirmar a soberania estatal e mitigar os desafios impostos por essas corporações.

BIBLIOGRAFIA: CHEVALLIER, Jacques. O Estado pós-moderno. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 309 p. ISBN: 9788577002276. KELSEN, Hans. Direito Internacional e Estado Soberano. 2ª edição. São Paulo: WMF Martins Fontes - POD, 2021. POHLE, J.; THIEL, T. Digital sovereignty. In: Herlo, B.; Irrgang, D.; Joost, G.; Unteldig, A. (Eds.). Practicing Sovereignty: Digital Involvement in Times of Crises. Bielefeld: transcript, 2021. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3982421>>. Acesso em: 28 de novembro de 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4369**

TÍTULO: **VIABILIDADE FINANCEIRA DE PROJETOS DE DESCARBONIZAÇÃO**

AUTOR(ES) : **GIOVANNA TOSTO, LUIZE CRISTINE SOBREIRA DE OLIVEIRA, RENAN ROCHA D ASSUMPCAO, PEDRO RODRIGUES DE ABREU, LUAN DOS SANTOS**

ORIENTADOR(ES): **CRISTINA PIMENTA DE MELLO SPINETI LUZ**

RESUMO:

Dentro de um cenário em que as mudanças climáticas são uma realidade crescente, o Acordo de Paris (2015), a partir dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), prevê a necessidade dos países se unirem para reduzir suas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) de modo que o aumento da temperatura do planeta se mantenha em até 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. As empresas possuem papel fundamental na descarbonização do planeta e, com isso, tem-se desenvolvido diversos instrumentos capazes de auxiliar as empresas no atingimento das suas metas, tal qual os créditos de carbono, que são papéis que representam 1 tonelada de CO<sub>2</sub> equivalente. Tais créditos podem ser negociados por empresas que possuem spread positivo entre a sua captura e emissão de gás carbono a empresas que possuem este balanço negativo, ou seja, empresas que desejam compensar as suas emissões excedentes de carbono. Nesse sentido, os créditos de carbono podem ser negociados em mercados chamados Voluntários ou Regulados sendo que, no Brasil, foi aprovado em outubro de 2023 o projeto de lei (PL) 412/2022, que regulamenta o mercado de carbono.

Assim, a partir de um contexto no qual as organizações brasileiras poderão ser obrigadas a compensar suas emissões, o trabalho se propõe a analisar o impacto nos custos de uma empresa de capital aberto selecionada referente à compra de créditos de carbono para compensação das suas emissões de GEE versus o impacto da implementação de projetos de descarbonização. Deste modo, enquanto objetivos específicos, propõe-se: simular os gastos com a compra compulsória de créditos de carbono em um cenário em que a empresa mitiga 100% das suas emissões via compra de créditos de carbono (cenário base); avaliar a viabilidade financeira e o impacto nos custos da empresa a partir da redução das emissões de GEE via análise de dois projetos fictícios de descarbonização.

A proposta metodológica deste projeto se fundamenta em uma análise quantitativa. Foi feita uma modelagem financeira de dois projetos fictícios de descarbonização a partir de dados públicos e da adoção de premissas, o que permitiu a estruturação de planilhas automatizadas na ferramenta Excel. Também foram feitas análises de cenários e o cálculo de indicadores financeiros como VPL, TIR, IL e Payback Descontado. Assim, foi possível analisar a viabilidade dos projetos e fazer conclusões qualitativas.

Além da satisfatoriedade dos projetos frente aos índices, salienta-se a relevância de se analisar estratégias de descarbonização e o seu impacto no DRE das empresas, dado o contexto de iminente aprovação de uma nova lei que impactará as companhias. Assim, pensar em estratégias mais sustentáveis e que diminuam a dependência da compra de créditos de carbono as colocará as empresas numa posição privilegiada em relação aos demais players que serão impactados pela medida.

BIBLIOGRAFIA: Relatório Focus, Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/content/controleinflacao/focusdistribuicoesfrequencia/P20231002-Focus-Distribuicoes-de-frequencia.pdf>> Relatório Anual de Sustentabilidade Raízen S.A., 2022. Disponível em: <[https://raizen-institucional-relatorios.s3.amazonaws.com/raizen/2022/pdf/RS2022\\_RAIZEN\\_PT.pdf](https://raizen-institucional-relatorios.s3.amazonaws.com/raizen/2022/pdf/RS2022_RAIZEN_PT.pdf)> FGV, Registro Público de Emissões, 2023. Disponível em: <<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/1646>> Consulta de CBIOS, B3, 2023. Disponível em: <[https://www.b3.com.br/pt\\_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/credito-de-descarbonizacao-cbio/cbio-consultas/](https://www.b3.com.br/pt_br/b3/sustentabilidade/produtos-e-servicos-esg/credito-de-descarbonizacao-cbio/cbio-consultas/)>

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4377**

TÍTULO: **AS RUAS DO CENTRO DO RIO DE JANEIRO - UM OLHAR EPISTEMOLÓGICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA**

AUTOR(ES) : **ISABELLA SILVEIRA FONSECA GOMES, ANDRE RODRIGUES MAXIMINO**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO:

A presente pesquisa discorre sobre a construção da consciência histórica brasileira com base na análise do processo de nomeação de ruas localizadas na cidade do Rio de Janeiro, no bairro Centro. A intitulação de um nome a um patrimônio público, consequência da necessidade humana de categorizar e classificar as coisas, atinge de forma material e imaterial os indivíduos. A vista disso, compreender este processo em uma região central que apresenta um vasto patrimônio histórico-cultural e arquitetônico, memórias importantes da cidade, alto fluxo de pessoas e circulação de mercadorias, torna-se fundamental para o enriquecimento do estudo. Nessa perspectiva, foi feita uma pesquisa quali-quantitativa das ruas localizadas na zona central carioca, bem como uma investigação epistemológica da historiografia que corroborou para as condecorações, a fim de alcançar os padrões das pessoas comumente homenageadas. O objetivo central do estudo é compreender quais ideias do passado histórico permearam as habituais homenagens e de que forma este pretérito influência na formação do discernimento dos indivíduos na sociedade atual. Com o intuito de obter-se uma apuração mais precisa e um entendimento central do processo historiográfico que culminou nas nomeações das vias, a consciência histórica tornou-se uma faceta essencial à análise, juntamente com a memória histórica e epistemologia, especialmente, pelo surgimento de um novo paradigma historiográfico em meados do século XX que rompeu com a corrente positivista predominante. Desse modo, com base na análise da historicidade e dos dados obtidos com o levantamento dos nomes das ruas serão produzidos apontamentos e possíveis desdobramentos acerca do ideário dos cariocas, especialmente dos residentes e frequentadores da área centralizada.

BIBLIOGRAFIA: BERGER, P. Dicionário Histórico das ruas do Rio de Janeiro. Rio De Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1974. BLOCH, M.; ÉTIENNE BLOCH. Apologia da história, ou, O ofício de historiador. Rio De Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. BONETE, W. J. Notas sobre o conceito de consciência histórica e narrativa em Jörn Rüsen e Agnes Heller. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 7, n. 14, 2014.

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4385**

TÍTULO: **A CARTA DE SÃO FRANCISCO DE 1945 E A HIERARQUIA DO SISTEMA INTERNACIONAL NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL**

AUTOR(ES) : **SOFIA CORREIA MACEDO**

ORIENTADOR(ES): **MAURICIO METRI**

RESUMO:

A Carta das Nações Unidas, também conhecida como Carta de São Francisco, foi um tratado ocorrido na cidade de mesmo nome, nos Estados Unidos, entre abril e julho de 1945, para negociar a criação da ONU. Tal tratado foi assinado por 50 dos 51 países membros originais da Organização, formando a Assembleia Geral, na qual 15 destes países foram postos como membros do Conselho de Segurança, sendo apenas 5 deles considerados membros permanentes. Assim, Estados Unidos, Inglaterra, China, União Soviética e França foram privilegiadas por tal organização, tornando-se, a partir daquele momento, possuidores de poder de veto sobre temas de segurança internacional, que marcou o nascimento de um sistema hierarquizado no pós 2ª Guerra Mundial. Diante disso, é interessante pensar se esta hierarquia, relativa à segurança internacional, fomentada pela criação de um Conselho de Segurança, acomodando os antagonismos do sistema, tende a tornar o Sistema Internacional menos instável no que diz respeito à futuras guerras em escala mundial, ao contrário do que aconteceu com a Liga das Nações. O objetivo deste trabalho é entender como se manifestou no âmbito do tratado constitutivo da ONU a hierarquia do sistema internacional, sobretudo no que se refere à construção de um conselho especial que passou a privilegiar uma pequena parcela de Estados, em detrimento dos demais países membros da nova organização; e como, essa hierarquização influenciou a gestão de conflitos no Sistema Internacional. A hipótese da presente pesquisa é a de que: por um lado, a hierarquia ficou definida por conta da vinculação das decisões estratégicas da Assembleia Geral a temas sensíveis das Relações Internacionais aos membros do Conselho de Segurança; e, por outro lado, a hierarquia presente no Conselho possibilitou uma experiência diferente do constatado na Liga das Nações. A pesquisa compreende que o Sistema Internacional hierarquizado é caracterizado por Estados que agem através de seus interesses próprios, assim como é influenciado por Organizações Internacionais. Como metodologia, utiliza-se uma perspectiva geo-histórica a respeito do Sistema Internacional no imediato pós- Segunda Guerra Mundial. A construção da pesquisa se faz principalmente através do uso de uma fonte primária, a Carta de São Francisco de 1945. Espera-se compreender com este trabalho a importância da criação da ONU e do Conselho de Segurança e suas eventuais consequências em um novo e hierarquizado Sistema Internacional Moderno.

BIBLIOGRAFIA: KISSINGER, Henry. Diplomacia. 1994. Carta de São Francisco. 1945.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4392**

TÍTULO: **RELAÇÃO ENTRE OS NOVOS AGENTES PRIVADOS DA ÁGUA E A POPULAÇÃO.**

AUTOR(ES) : **BETTINA ROMANELI TOBU, TATIANE ALVES LYRA MOREIRA**

ORIENTADOR(ES): **SUYÁ QUINTSLR**

RESUMO:

Título: Relação entre os novos agentes privados da água e a população.

Autoras: Bettina Romaneli

Orientadora: Suyá Quintslr

Milhões de pessoas ainda vivem sem acesso à água e esgoto no Brasil, e as expectativas de melhora estão longe de serem boas. BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá 2022.

Nos últimos anos, o Governo Federal mudou a orientação da política de saneamento, com a aprovação da Lei 14.026/2020 que modifica o Marco Legal do Saneamento Básico, buscando aumento da participação do setor privado para alcançar a universalização de acordo com o site oficial do Governo Federal. Essa lei tem como objetivo principal estabelecer metas de atendimento de 99% da população com água potável e 90% com coleta e tratamento de esgotos até 2033. Ainda assim, em 2021 ocorreu a concessão dos serviços de água e esgoto que eram até então operados pela empresa pública de água do estado do Rio de Janeiro, (CEDAE) a três companhias privadas.

Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo entender as novas relações entre os agentes privados e a população, enfocando como os moradores do Rio de Janeiro estão lidando com essa concessão do serviço de água e esgoto. Para alcançar este objetivo, foi realizada uma pesquisa qualitativa que envolveu o acompanhamento mensal de duas famílias por cada pesquisador de IC, incluindo a aplicação de um questionário com perguntas sobre acesso e uso da água e outros temas. As perguntas eram feitas para observar o grau de satisfação dessas famílias a respeito das concessionárias, buscando entender como foi o contato das novas empresas privadas, a ocorrência de problemas e conflitos, eventuais mudanças no valor das contas de água e luz e a ocorrência de falta de água.

Em síntese, a pesquisa busca entender como esta mudança de um serviço público para o serviço privado afetou a vida das famílias, além de fazer um cruzamento com dados relacionados ao gênero, cor, raça e localidade. Devido ao estágio da pesquisa, os resultados ainda são parciais e mostram que as mudanças da CEDAE para as empresas privadas, principalmente para a Águas do Rio trouxe muitos problemas para as famílias, apesar de já ser possível identificar, em alguns casos, melhorias nos serviços. Após as entrevistas, foi possível perceber uma grande falta de água enfrentada por algumas das famílias, além de um aumento na conta de água e questões relacionadas a instalação de novos hidrômetros que levou a uma revolta. Em um dos casos acompanhados, entretanto, há grande satisfação com a empresa.

A pesquisa tem como expectativa abordar essa relação da população com os novos agentes privados, analisando e observando eventuais melhorias e os problemas que podem ocorrer. Portanto, o objetivo da pesquisa é verificar o desdobramento que a mudança no Marco Legal do Saneamento Básico de 2020, de forma geral, e a desestatização da CEDAE, em particular, trouxeram para a sociedade.

BIBLIOGRAFIA: BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá. A política neoliberal no saneamento básico: mudanças no marco legal, privatizações e reflexos no direito à cidade. In: Ribeiro, L.C. (Org.) Reforma Urbana e Direito à cidade. Questões, desafios e caminhos, 1ª ed. -Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. QUINTSLR, Suyá. O direito à cidade, os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) e as políticas públicas. Caderno de Formação; Programa de formação de ativistas e agentes sociais, 2021. RIBEIRO, Luis Cesar. Reforma Urbana e direito à cidade, questões, desafios e caminhos - 1. ed - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4394**

TÍTULO: **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TRANSIÇÃO ENERGÉTICA CHINESA: POLÍTICAS, DESAFIOS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM UM CONTEXTO DE CRISE CLIMÁTICA**

AUTOR(ES) : **DANIEL VITOR FEITOZA**

ORIENTADOR(ES): **MONICA BRUCKMANN**

RESUMO:

O ritmo acelerado do novo modelo de desenvolvimento econômico, vem causando um desequilíbrio climático e um aquecimento acentuado com o aumento da temperatura média do planeta. A queima de combustíveis fósseis e a emissão de gases poluentes é uma das principais causas de contribuição ao alargamento das mudanças climáticas. Com o avanço da crise climática e ecológica, a pauta ambiental entrou definitivamente na política internacional, onde as negociações climáticas passaram a entrar no rol da disputa hegemônica entre EUA e China. A China hoje, é um dos principais emissores de gases de efeito estufa, com uma participação chave no regime internacional das mudanças climáticas. Além disso, a China atua na construção de um processo de normas e padrões tanto no regime climático, quanto no mercado global de tecnologias limpas. No entanto, nos últimos anos, o país enfrentou desafios significativos relacionados à crescente demanda por energia, poluição do ar e segurança energética. Nesse sentido, o presente trabalho busca, em primeira instância, investigar a transição energética na China para um sistema baseado em energias renováveis, compreendendo as políticas, estratégias e desafios dessa transformação. Além disso, busca-se pesquisar a cooperação internacional chinesa em relação a energias renováveis e prospectar cenários futuros da matriz energética da China. Dessa forma, será feito uma revisão bibliográfica através de informes de agências internacionais, dados históricos da economia mundial e estatísticas e dados empíricos das variáveis principais e da imprensa internacional.

BIBLIOGRAFIA: HEGGELUND, G.; ANDRESEN, S.; BUAN, I. F. Chinese Climate Policy: domestic priorities, foreign policy, and emerging implementation. In: HARRISON, K.; SUNDSTROM, L. M. (Ed.) Global Commons, Domestic decisions: the comparative politics of climate change. Massachusetts: The MIT Press, 2010. p.229-259. KIESSLING, Christopher Kurt. Brazil, Foreign Policy and Climate Change (1992-2005). Articles - Contexto internacional, [S. l.], v. 40, p. 1-1, 5 dez. 2018. MOREIRA, Helena Margarido et al. A China na ordem ambiental internacional das mudanças climáticas. Energia e Ambiente, [S. l.], v. 30, p. 1-1, 17 maio 2016.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4404**

TÍTULO: **O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FRENTE À EROTIZAÇÃO PRECOCE NO BRASIL EM TEMPOS DE TIKTOK: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EDUCAÇÃO RESPEITOSA E DA PARENTALIDADE POSITIVA**

AUTOR(ES) : **MARIA ISABEL ALVES FERREIRA PAIVA**

ORIENTADOR(ES): **FLAVIO ALVES MARTINS**

RESUMO:

Educar com amor e respeito é, sobretudo, aprender a se conectar com os filhos. Numa relação entre adultos e crianças, é imprescindível que elas sejam não apenas enxergadas, mas também reconhecidas como sujeitos dotados de direitos e vontades próprias, em todas as suas dimensões. Assim, é preciso que se busque meios para alcançar uma auto educação de forma consciente e desenvolver uma comunicação saudável e inteligente, que não apele para o abuso e para a punição. A educação respeitosa vem, portanto, para desmistificar essa relação hierarquizada e inamistosa entre pais e filhos, através do ideal de parentalidade positiva, rompendo com o ciclo agressivo perpetuado por muitas gerações e reinventando o que se entende pelo ato de educar.

Assim, entendendo a vulnerabilidade como um ponto inerente às crianças e aos adolescentes, foi criado o ECA através da Lei n. 8.069/1990, com o intuito de regulamentar o art. 227 da CF e proteger tais grupos na medida das suas necessidades. Nesse sentido, não obstante, ainda que nos seus mais de 30 anos de existência - e de muita resistência - o ECA tenha contribuído com diversos avanços, a realidade brasileira ainda enfrenta inúmeros impasses relativos ao trabalho infantil, à escassez de ofertas de instituições e serviços públicos, à prostituição infantil e, sobretudo no mundo tecnológico atual, à erotização precoce.

Sob essa perspectiva, quando se trata do uso de redes sociais pelo público infantil e a sua segurança, observa-se uma necessidade evidente de monitoramento dos responsáveis quanto ao uso das telas, em razão da óbvia situação de risco que esse grupo pode estar exposto na Internet. Ademais, em consonância com o inciso V do art. 100 do ECA, é fundamental que pais e responsáveis estejam cada vez mais atentos no que se refere a preservação da privacidade de seus filhos, de modo a evitar um cenário de excesso de (auto)exposição.

Esse contexto se agrava ainda mais porque nos últimos anos consolidou-se no mercado um aplicativo de produção e compartilhamento de vídeos interativos - o Tik Tok. Com efeito, os problemas da falta de supervisão, do oferecimento ilimitado de telas e da (auto)exposição de crianças foram ainda mais intensificados, principalmente no que tange à erotização precoce. Como consequência, criou-se um processo de adultização disparatado, que gerou uma aceleração inadequada e desconsiderou etapas indispensáveis para o desenvolvimento saudável desse grupo.

Assim, será desenvolvido um trabalho que explore essa problemática por meio das pesquisas bibliográfica e "quali-quantitativa", de modo a trazer embasamento teórico, interpretação subjetiva e números estatísticos pertinentes à questão. Como resultado, pretende-se demonstrar como o ECA já dispõe de vários instrumentos jurídicos interessantes a esse cenário, que podem ser aprimorados a partir de incentivos e programas governamentais focados em combater a erotização precoce enfrentada atualmente, sobretudo pelo papel desempenhado hoje pela Internet.

BIBLIOGRAFIA: AFFONSO, Filipe José Mendon. Influenciadores digitais e o direito à imagem de seus filhos: uma análise a partir do melhor interesse da criança. Revista Eletrônica da PGE-RJ, Rio de Janeiro, v. 2 n. 2, mai./ago. 2019. BISINOTO, Bruno Sena; FARIAS, Rafael Schults de; FARIAS, Thiago Schults de; FRANÇA, Pablo Ricardo; OLIVEIRA, Anna Laura Silva; SILVESTRE, Marcela Andrade; e VAZ, Matheus Hernandes Vieira. Os impactos do uso de telas no neurodesenvolvimento infantil. RESU - Revista Educação em Saúde: vol. 9, suplemento 3, 2021. p. 103-118. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/educacaomsaude/article/view/6088/4195>. Consultado em: 11 de março de 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4413**

TÍTULO: **O JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

AUTOR(ES) : **LUIZ ELIAS MELO MAGALHAES**

ORIENTADOR(ES): **GUILHERME KRONENBERG HARTMANN**

RESUMO:

Um dos aspectos processuais mais relevantes da falência é a *vis attractiva* do juízo falimentar - sua competência universal e indivisível para conhecer de todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as exceções legais expressas. Há significativa divergência, no entanto, se o instituto também se aplicaria ao juízo da recuperação judicial, regulado pela mesma legislação, expandindo sua competência para além de eventuais determinações de constrição ao patrimônio da recuperanda. Por meio de uma revisão de literatura e uma pesquisa jurisprudencial dos conflitos de competência julgados nos Tribunais de Justiça do país, bem como dos agravos de instrumento contra decisões de declínio de competência e eventuais recursos constitucionais interpostos contra esses acórdãos desde a vigência da Lei nº 11.101/2005, o trabalho visa a analisar como os Tribunais interpretam a extensão da competência do juízo recuperacional e identificar se é possível caracterizar o juízo da recuperação judicial como universal e indivisível - o "mar em que se precipitam todos os rios" definido por Carvalho de Mendonça.

BIBLIOGRAFIA: ASSIS, Araken de. Processo Civil Brasileiro: volume I: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. volume I. 5. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. BEZERRA FILHO, Manoel Justino. Lei de recuperação de empresas e falência: Lei 11.101/2005: comentada artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4415**

TÍTULO: **O PODER CONTRAMAJORITÁRIO EXERCIDO INDIVIDUALMENTE EM MATÉRIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS ENTRE O PERÍODO DE 1999-2006: AMEAÇA À DELIBERAÇÃO DEMOCRÁTICA NA CORTE SUPREMA BRASILEIRA?**

AUTOR(ES) : **BRUNO RODRIGUES VIEIRA**

ORIENTADOR(ES): **ELEONORA MESQUITA CEIA**

RESUMO:

O objetivo desse trabalho é analisar a jurisdição constitucional que marcou o mundo contemporâneo pela busca de assegurar os direitos fundamentais. Com uma análise histórica dos papéis das constituições antes da segunda guerra mundial e após, é compreendido pelos estados a necessidade de um verdadeiro poder contramajoritário. Com efeito, consagrando os interesses não apenas das maiorias casuais mas, também, das minorias, acreditou-se que esse poder, que passaria a ser exercido pelas cortes constitucionais, expressaria o verdadeiro significado do ideário democrático. No Brasil, no entanto, constatou-se que, dentre o período de 1999 até 2006, mais de 40% das decisões do Supremo Tribunal Federal foram monocráticas, e em torno de 45% foram unânimes, muitas das vezes em matéria de direitos fundamentais. Não obstante, inúmeras são as consequências desse fato, dentre elas, são objetos desta pesquisa: i) a ameaça à qualidade deliberativa da mais alta corte do país e ii) o litígio criado entre o poder judiciário e os poderes eleitos -executivo e legislativo. Assim, servindo-se de uma pesquisa quantitativa, conclui-se parcialmente que o poder contramajoritário, já polêmico por si só, causando, muitas das vezes, a desarmonia entre os três poderes, passa a ser ainda mais avassalador quando exercido individualmente pelos juízes constitucionais. Para além, compreende-se que a jurisdição constitucional pode não ser um componente indispensável ao constitucionalismo democrático, mas tem servido bem à causa, apesar de possibilitar alguns riscos democráticos. No entanto, em territórios em que o autoritarismo sempre perdurou, manteve-se a hegemonia do poder executivo -fato que possibilitou ainda mais o litígio dos três poderes na sociedade civil. A jurisdição, entretanto, minimizou essa hegemonia pertencente ao executivo e abriu alas para a consolidação da democracia em solo sul americano. A caminho do fim, conclui-se parcialmente que o Direito pode servir ao ideário democrático dentro de um território marcado pelo autoritarismo ao mesmo passo que pode avançar para construir barreiras contra o vento que move as velas políticas da sociedade organizada. Não é cansativo lembrar que o poder emana do povo, não do juízo individual dos ministros. Na busca pela concretização dos direitos fundamentais, deve-se ter, enfim, o cuidado para não prejudicar a deliberação democrática, sob pena de cometer verdadeiros excessos.

BIBLIOGRAFIA: ARGUELHES, Diego Werneck; RIBEIRO, Leandro Molhano. Ministrocrazia: o Supremo Tribunal individual e o processo democrático brasileiro. Novos Estudos CEBRAP, vol. 37, 2018. MENDES, Conrado Hübner. Constitutional Courts and Deliberative Democracy. Oxford: Oxford University Press, 2013.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4426**

TÍTULO: **BEASTS OF NO NATION: UMA ANÁLISE DA GUERRA DAS INFORMAÇÕES PERANTE A OBRA DE FELA KUTI**

AUTOR(ES) : **JHONNY HENRIQUE SANTANA MATTOS**

ORIENTADOR(ES): **ADRIANA MARQUES**

RESUMO:

O presente artigo propõem fazer uma análise comparativa entre o filme "Beasts of No Nation", 2015, do diretor e roteirista norte-americano [Cary Joji Fukunaga](#) e a produção artística de 1989 que da origem ao nome do filme, a canção "Beasts of No Nation", do músico de jazz nigeriano Fela Kuti. Ao traçar um paralelo entra a abordagem do filme sobre crianças soldado em uma guerra civil na África do Sul e o conteúdo da letra da canção do Fela Kuti que denuncia a brutalidade policial, opressão militar e tribunais sem justiça do governo nigeriano como influências do governo neocolonial europeu, o artigo visa analisar a disputa de narrativas no viés guerra das informações, utilizando do conceito de guerras híbridas, de modo a trazer para discussão como esta produção cinematográfica moderna tem o poder de deturpar o sentido do título da obra feita anteriormente por Fela Kuti, trazendo a potência das reivindicações políticas feitas por esse histórico revolucionário da música e que ainda estão presentes em nossa sociedade contemporânea.

BIBLIOGRAFIA: LEIRNER, Piero. de C. O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: Militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica. São Paulo: Alameda, 2020 (p.231-254). WAGNER, Ana; OLIVEIRA, Mônica. FELA KUTI E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: PESQUISA E PRÁTICA DOCENTE. Revista TEL, Irati, v. 10, n.1, p. 70-91, jan. /jun. 2019- ISSN 2177-6644 .

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4447**

TÍTULO: **MERCADO DE TRABALHO E DESIGUALDADE DE RENDA NO RIO JANEIRO**

AUTOR(ES) : **MAGNUM JULIO CORGOZINHO**

ORIENTADOR(ES): **VALÉRIA LUCIA PERO**

RESUMO:

O Estado do Rio de Janeiro (ERJ), ao acompanhar um cenário nacional de retração de indicadores sócio-econômicos na crise econômica de 2015-2016 e na pandemia de 2020, realizou menos avanços nas fases de recuperação do que a média brasileira e seus vizinhos do Sudeste. O objetivo dessa etapa da pesquisa é buscar evidências empíricas que contribuam para um melhor entendimento da trajetória do Rio de Janeiro. Para tanto, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, elaboramos uma análise descritiva da evolução de indicadores de mercado de trabalho (taxa de participação, taxa de desemprego, ocupação e rendimentos médios) e de desigualdade de renda (índice de Gini) ao longo do período de 2012 a 2022. A análise foi feita de forma comparativa à média brasileira e ao Estado de São Paulo (ESP), considerando o recorte territorial por região metropolitana.

Os resultados que mais se destacaram na análise empírica foram o forte crescimento da desigualdade no ERJ e o aumento dos rendimentos médios do trabalho, ambos movimentos iniciados a partir do ano de 2017 e bastante destoantes em relação às outras regiões de referência. Isso pode ser explicado, pelo menos em parte, pelo maior diferencial salarial entre trabalhadores com níveis de instrução superior e médio completos no período. Além disso, verificamos um "efeito composição" dos rendimentos, ao se observar um aumento maior de ocupados em grupos socioeconômicos de maior rendimento médio em detrimento do restante. Vale destacar ainda que a taxa de desemprego do ERJ, que era inferior à do ESP e da média brasileira, tornou-se mais alta a partir de 2017, apesar da baixa taxa de participação no mercado de trabalho. Enfim, a análise revela uma trajetória do mercado de trabalho no ERJ com crescimento maior da desigualdade de rendimentos do trabalho e da taxa de desemprego e um quadro socioeconômico preocupante que serve de alerta para adoção de medidas estratégicas e políticas públicas apropriadas para enfrentar essa situação.

BIBLIOGRAFIA: PERO, Valeria Lúcia et al. Desigualdade de renda e mercado de trabalho na metrópole e no interior do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, [s. l.], ed. 3, p. 27-48, 3 nov. 2013. DOI <https://doi.org/10.12957/cdf.2013.9339>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/cdf/article/view/9339>. Acesso em: 27 nov. 2023. SILVA, Sandro Pereira et al. Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil. Brasília: IPEA, 2022. 620 p. ISBN 978-65-5635-042-4. DOI <http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-042-4>. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=4a743a99-63a5-4f45-b4dc-8eeaf7a9674f>. Acesso em: 27 nov. 2023.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4452**

TÍTULO: **ASPECTOS JURÍDICOS DO OVERSHARENTING: IMPACTOS E REGULAÇÃO**

AUTOR(ES) : **DÉBORA SEGAL CALVERT**

ORIENTADOR(ES): **DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS**

RESUMO:

O presente trabalho objetiva analisar, sob o prisma jurídico, o recente fenômeno *Oversharenting*, compreendido como a superexposição das crianças e adolescentes por seus pais no âmbito da internet. Desse modo, busca-se investigar os impactos do *Oversharenting*, com estudo de casos reais, bem como compreender o conflito entre a proteção aos direitos da personalidade dos menores e liberdade de expressão dos pais no exercício da sua autoridade parental. Neste sentido, a partir da revisão bibliográfica e da análise da legislação e da jurisprudência, compreende-se como os direitos dos infantes são tutelados no Brasil, sobretudo no cenário da internet, a fim de identificar se os instrumentos jurídicos existentes são adequados para o enfrentamento dos novos desafios advindos desta exposição imoderada dos menores. Diante das lacunas normativas pátrias no concernente ao *oversharenting*, a pesquisa explora experiências estrangeiras relativas à temática, a fim de compreender se podem fornecer possíveis caminhos e inspiração para a construção de uma regulação pátria que garanta a proteção integral do público infantojuvenil na era digital.

BIBLIOGRAFIA: AFFONSO, Filipe José Medon; TEPEDINO, Gustavo. A superexposição de crianças por seus pais na internet e o direito ao esquecimento. In: SARLET, Gabrielle Bezerra Sales; TRINDADÉ, Manoel Gustavo; MELGARÉ, Plínio. (Org.). Proteção de Dados: Temas Controvertidos. 1. ed. Indaiatuba-SP: Editora Foco, 2021, p. 179-197. EBERLIN, Fernando Büscher Von Teschenhausen. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. Brasília: Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 7, n. 3, 2017. p. 256-274. SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

---

ÁREA PRINCIPAL: **Pesquisa**

MODALIDADE DE APRESENTAÇÃO: **Pôster Virtual**

ARTIGO: **4463**

TÍTULO: **MANIPULAÇÃO DO MEIO DIGITAL PELO USO DO DEEPPFAKE: IMPACTOS NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE, REGULAMENTAÇÃO E A REPARAÇÃO DE DANOS NO ÂMBITO DA RESPONSABILIDADE CIVIL**

AUTOR(ES) : **ROGER MAGNO DO NASCIMENTO NOVELLO**

ORIENTADOR(ES): **DANIELA SILVA FONTOURA DE BARCELLOS**

RESUMO:

O presente trabalho objetiva analisar a manipulação do meio digital pelo uso do deepfake, assim como suas repercussões e impactos na esfera jurídica. Busca-se, desse modo, diferenciar as nuances entre o uso consentido e o não consentido do deepfake, sendo este último observado sob a perspectiva de violação aos direitos da personalidade, por meio do estudo de casos. Com efeito, será compreendido em que medida o ordenamento jurídico brasileiro está preparado para enfrentar a problemática, seja por meio da aplicação do instituto da responsabilidade civil, seja pela elaboração de Projeto de Lei que vise à regulamentação do tema. Com respaldo na revisão bibliográfica, serão abordados os desdobramentos atuais que gravitam a dinâmica da disseminação do deepfake no meio digital, isto é, as implicações no âmbito post-mortem, a responsabilidade dos usuários pelo compartilhamento da mídia manipulada, a responsabilidade dos provedores de aplicação pela disponibilização do conteúdo de deepfake, bem como as limitações concretas para a reparação dos danos no cenário prático.

BIBLIOGRAFIA: AFFONSO, Filipe José Medon. O direito à imagem na era das deepfakes. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil, Belo Horizonte, v. 27, p. 251-277, jan./mar. 2021. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 7: Responsabilidade civil. SCHREIBER, Anderson; RIBAS, Felipe; MANSUR, Rafael. Deepfakes: regulação e responsabilidade civil. In: TEPEDINO, Gustavo; SILVA, Rodrigo da Guia (org.). O direito civil na era da inteligência artificial. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2020.

---